

**POBREZA E TRABALHO NO BRASIL: ANÁLISE DAS
CONDIÇÕES DE VIDA E OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS
AGRÍCOLAS NOS ANOS 80.**

Eugênia Trancoso Leone *iv/50/100.*

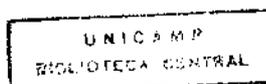
Tese de Doutorado apresentada
ao Departamento de Ciências
Sociais do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Univer-
sidade Estadual de Campinas,
sob a orientação da Profa. Dra.
Neide Lopes Patarra

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defen-
dida e aprovada pela Comis-
são Julgadora em 17/05/94

Neide Patarra

Campinas

Maio-1994



**Ao Paulinho,
e aos nossos filhos
Lela, Carol e Paulão
com carinho**

AGRADECIMENTOS

À **Profa. Neide Lopes Patarra** (orientadora), que muito me ajudou na estruturação do plano geral da tese, pelo acompanhamento e sugestões na sua realização.

À **Profa. Angela Kageyama** (co-orientadora), pela leitura atenta e orientação complementar, especialmente no que diz respeito à agricultura e relações sociais no campo.

Ao **Prof. Rubens Juarez Brandão Lopes**, que na sua participação no exame de qualificação fez valiosas recomendações, que espero ter incorporado devidamente na versão final da tese.

Aos **Profs. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira e Paulo Eduardo de Andrade Baltar**, coordenadores do projeto de pesquisa "Caracterização e Evolução da Pobreza nos Anos Oitenta", por terem me permitido participar desse trabalho coletivo na parte referente à pobreza rural, cujos resultados constituíram o ponto de partida desta tese. Um reconhecimento especial para a **Profa. Wilnês Henrique**, coordenadora técnica desse grupo de pesquisa, pelo constante estímulo e interesse no trabalho por mim realizado.

A **Paulo Rehder**, pelo processamento dos dados utilizados e pelo interesse permanente no transcurso de todo o trabalho.

Ao **INSTITUTO DE FILOSOFIA e CIÊNCIAS HUMANAS e ao NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO**, pela oportunidade de ter participado durante o curso de um convívio intelectual gratificante.

Ao **INSTITUTO DE ECONOMIA**, que proporcionou a infra-estrutura necessária e a oportunidade para uma maior dedicação à elaboração da tese. Ao **POOL** de datilografia, nas pessoas de **Regina, Amélia e Pedro**, sempre atenciosos nas várias versões da tese. Ao **SPD**, especialmente **Tiana**, pelo apoio ao acesso dos equipamentos de computação. A **Dora**, do **CEDOC**, pela ajuda na organização das Referências Bibliográficas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I - POBREZA: ANTECEDENTES, SIGNIFICADOS, MENSURAÇÃO E TENDÊNCIAS RECENTES	06
1. Produtividade, Mercado de Trabalho, Exclusão Social: América Latina e Brasil.....	07
2. Estagnação e Exclusão Social.....	16
3. Medindo a Pobreza: abordagens recentes.....	22
4. A Pobreza na Década de 80.....	27
5. Pobreza Agrícola.....	55
CAPÍTULO II - POPULAÇÃO RURAL NO BRASIL A PARTIR DE 1940.....	74
1. Evolução da População Rural.....	79
2. Crescimento vegetativo e estrutura etária.....	88
3. População economicamente ativa.....	95
4. Conclusão.....	102
CAPÍTULO III - CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA EM 1987.....	105
1. Distribuição de renda.....	108
2. Condições de vida.....	115
3. Trabalhadores agrícolas e não-agrícolas com domicílio urbano em municípios não auto-representativos.....	130
4. Conclusão.....	145

CAPÍTULO IV - MUDANÇAS NOS NÍVEIS DE EMPREGO E	
RENDA DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA: 1984	
-1989	149
1. Emprego agrícola.....	150
2. Nível e distribuição de renda.....	156
2.1. Nordeste.....	158
2.2. Sudeste.....	162
2.3. São Paulo.....	165
2.4. Sul.....	170
2.5. Centro-Oeste.....	172
2.6. Brasil (excluída a Região Norte): conclusões.....	175
3. Condições de vida.....	180
3.1. Nordeste.....	181
3.2. Sudeste.....	188
3.3. São Paulo.....	193
3.4. Sul.....	196
3.5. Centro-Oeste.....	199
3.6. Brasil (excluída a Região Norte): conclusões.....	202
CONCLUSÃO.....	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	218

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO I

Tabela 1: Distribuição Percentual dos Indigentes por Situação do Domicílio nas Regiões.....	29
Tabela 2: Incidência da Indigência por Situação do Domicílio nas Regiões - 1990.....	30
Tabela 3: Prevalência (%) de Desnutrição em Crianças Menores de 5 Anos por Região e Situação - Brasil 1989 (Classificação de Gomez Peso/Idade).....	32
Tabela 4: Alguns Indicadores Básicos - 1988.....	32
Tabela 5: Distribuição da População e Distribuição e Incidência dos Indigentes nas Regiões Metropolitanas do País - 1990.....	34
Tabela 6: Linhas de Pobreza (valores <i>per capita</i>) por Região Metropolitana, segundo anos selecionados, expressas em termos do maior Salário Mínimo Médio Anual vigente no país...	36
Tabela 7: Incidência da Pobreza nas Metrôpoles para anos selecionados.....	37
Tabela 8: Alguns Indicadores da Evolução Econômica e Incidência da Pobreza nas Metrôpoles nos anos 80.....	38
Tabela 9: Distribuição dos Domicílios Pobres e Incidência da Pobreza segundo Estruturas Familiares - 1989.....	41
Tabela 10: Incidência e Distribuição das Famílias com Carência Alimentar, segundo Renda Familiar <i>per capita</i> - 1987.....	43
Tabela 11: Proporção de Famílias com Renda abaixo da Linha de Pobreza, por diferentes critérios de definição da Linha de Pobreza na década de oitenta.....	43
Tabela 12: Distribuição da Famílias segundo a Renda Familiar <i>per capita</i> , 1980 e 1989.....	44
Tabela 13: Tamanho Médio das Famílias e Indicadores de Atividade das Pessoas para as Famílias com Renda Familiar <i>per capita</i> inferior a uma Linha de Pobreza, 1981 e 1989.....	44
Tabela 14: Condição de Atividade do Chefe segundo a Renda Familiar <i>per capita</i> em quatro Regiões Metropolitanas - 1981 e 1989	45
Tabela 15: Chefes Ocupados das Famílias com Renda Familiar <i>per capita</i> até 1 Linha de Pobreza segundo a Renda na Ocupação Principal do Chefe (em salários mínimos) em quatro Regiões Metropolitanas - 1981 e 1989.....	46
Tabela 16: Chefes Ocupados com Renda Familiar <i>per capita</i> inferior a Uma Linha de Pobreza, segundo o Tipo de Ocupação Principal nas Metrôpoles 1981-1989.....	47
Tabela 17: Distribuição Percentual das Pessoas Ocupadas segundo o Tipo de Ocupação Principal nas Metrôpoles 1981 - 1989.....	48

Tabela 18: Distribuição da Baixa Renda nas Ocupações Pauperizadas. Região Metropolitana de Rio de Janeiro - 1987.....	49
Tabela 19: Pessoas com Ocupações Pauperizadas segundo Estrutura Familiar. RMRJ -1987.....	52
Tabela 20: Indicadores de Qualidade de Vida - População Miserável, 1985.....	54
Tabela 21: Distribuição das Pessoas Economicamente Ativas (PEA) conforme o Rendimento Mensal, no Brasil, em 1970 e 1980.....	57
Tabela 22: Rendimento Médio, Desigualdade e Distribuição de Renda e Pobreza das Pessoas Economicamente Ativas na Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca.....	59
Tabela 23: Distribuição das Pessoas Pobres Economicamente Ativas da Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca.....	60
Tabela 24: Distribuição da PEA Agropecuária que trabalha 40 horas ou mais por semana e ganha até 1 Salário Mínimo por mês, segundo a Posição na Ocupação, em 1980 (exclusive os sem rendimento), em Porcentagens.....	62
Tabela 25: Características da Distribuição da Renda entre pessoas de famílias residentes em domicílios particulares cujo chefe tem atividade principal na agropecuária, classificadas conforme seu rendimento familiar <i>per capita</i> no Brasil e Grandes Regiões em 1980.....	63
Tabela 26: Indicadores de Renda e de Atividade Econômica: Pessoas Ocupadas na Agricultura conforme seu rendimento de todos os trabalhos, Proporção de Pobres, Índice de Gini e Rendimento Médio (incluindo os ocupados sem rendimento). Produtos dos Setores Agrícola e Industrial e Inflação. Brasil (excl.Norte) 1981-1990.....	67
Tabela 27: Proporção de Pobres entre Pessoas Ocupadas na Agricultura em 1981 e 1989, no Brasil e nas suas 5 Grandes Regiões considerando o rendimento de todos os trabalhos.....	68
Tabela 28: Distribuição das Pessoas e das Pessoas Pobres Economicamente Ativas na Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca, classificadas como Empregados, Autônomos e Empregadores, no Brasil em 1979, 1980, 1989.....	69

CAPÍTULO II

Tabela 1: Evolução da População do Brasil de 1940 a 1991.....	80
Tabela 2: Evolução da População Rural nas Regiões do Brasil, 1940/1991.....	82
Tabela 3: População Rural, Crescimento Vegetativo Migração nas Regiões de 1960 a 1991.....	84
Tabela 4: Taxas de Fecundidade segundo Situação do Domicílio e Regiões do país, anos de 1970 e 1980.....	86

Tabela 5: Esperança de Vida ao Nascer segundo Situação do Domicílio nas Regiões. 1970 - 1980.....	89
Tabela 6: Taxas de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), segundo Situação do Domicílio e Regiões. 1960/1970 e 1970/1980.....	91
Tabela 7: Taxas de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) nas Regiões de 1980 a 1987.....	91
Tabela 8: Composição da População segundo Grupos de Idade e Coeficientes de Dependência. Anos 1970 e 1980.....	94
Tabela 9: Taxas de Participação Específicas por Faixas de Idade (PEA/PIA) segundo Regiões e Situação do Domicílio, 1980.....	95
Tabela 10: Ocupação Agrícola: Brasil. 1940/1980.....	97
Tabela 11: Evolução Regional da População Economicamente Ativa ocupada em Atividades Agrícolas (PEA Agrícola), Participação da PEA Agrícola na PEA Agrícola Total e na PEA Total de cada região. 1940 - 1980	98
Tabela 12: Distribuição da PEA Agrícola Ocupada por Posição na Ocupação 1960 a 1980	99
Tabela 13: Distribuição Regional do Produto Agrícola por Regiões, 1949/1980.....	100
Tabela 14: Renda Média (em salários mínimos equivalentes ao de agosto de 1980) e índice de Gini da Distribuição da PEA conforme o Rendimento Mensal no Brasil, em 1970 e 1980	101
Tabela 15: Renda Média (em salários mínimos equivalentes ao de agosto de 1980) e índice de Gini da distribuição da PEA Agrícola conforme o Rendimento Mensal para seis Regiões do Brasil. 1970 e 1980	101

CAPÍTULO III

Tabela 1: Distribuição das Famílias cujo chefe trabalha na agricultura segundo Regiões e Situação Rural-Urbana do domicílio em 1987.....	108
Tabela 2: Composição da Ocupação Agrícola (Pessoas Ocupadas) segundo Posição na Ocupação nas Regiões do Brasil em 1987..	109
Tabela 3: Distribuição Percentual das Famílias cujo chefe trabalha na agricultura segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Situação Rural-Urbana do domicílio nas Regiões, 1987.....	111
Tabela 4: Tamanho Médio das Famílias segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Situação Rural-Urbana do Domicílio nas Regiões, 1987.....	111
Tabela 5: Composição da Renda Familiar Total, das Famílias cujo Chefe Trabalha na Agricultura, segundo Fontes de Renda e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> nas Regiões, 1987.....	112
Tabela 6: Distribuição dos Outros Membros da Família cujo chefe trabalha na Agricultura segundo o Ramo de Atividade	

	Econômica e Situação Rural-Urbana do Domicílio nas Regiões, 1987.....	113
Tabela 7:	Distribuição Percentual dos Chefes de Família que trabalham na agricultura segundo Posição na Ocupação e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> nas Regiões, 1987.....	114
Tabela 8:	Distribuição Percentual das Famílias cujo Chefe Trabalha na Agricultura segundo Situação do Domicílio e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Tipo de Ocupação do Domicílio nas Regiões, 1987.....	117
Tabela 9:	Distribuição Percentual das Famílias cujo Chefe Trabalha na Agricultura, segundo Situação do Domicílio e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e formas de Abastecimento de água nas Regiões, 1987.....	118
Tabela 10:	Distribuição Percentual das Famílias cujo Chefe Trabalha na Agricultura segundo Situação do Domicílio e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e tipo de Escoamento Sanitário nas Regiões, 1987.....	121
Tabela 11:	Proporção de Famílias cujo Chefe Trabalha na Agricultura segundo Situação do Domicílio e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> conforme acesso a Energia Elétrica e Posse de Geladeira nas Regiões, 1987.....	123
Tabela 12:	Distribuição da População Adulta (18 anos e mais) das Famílias cujo Chefe Trabalha na Agricultura segundo Situação do Domicílio e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> conforme Grau de Instrução nas Regiões, 1987.....	126
Tabela 13:	Distribuição da População Joven (7 a 14 anos) das Famílias cujo Chefe Trabalha na Agricultura segundo Situação do Domicílio e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> conforme Frequência a Escola nas Regiões, 1987.....	128
Tabela 14:	Distribuição Percentual das Famílias com Domicílio Urbano Em Municípios Não Auto-representativos (MNAR) segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Condição e Ramo de Atividade do Chefe nas Regiões, 1987.....	132
Tabela 15:	Famílias com Domicílio Urbano em MNAR: Distribuição Percentual dos Chefes segundo Ramo de Atividade do Chefe (Agrícola ou Não-Agrícola) e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> conforme a Posição na Ocupação Principal do Chefe nas Regiões, 1987.....	133
Tabela 16:	Distribuição dos Chefes Ocupados em Atividades Não-Agrícolas com Domicílio Urbano em MNAR segundo Setor de Atividade, Sexo e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> nas Regiões, 1987.....	134
Tabela 17:	Famílias com Domicílio Urbano em MNAR: Distribuição das Famílias segundo Ramo de Atividade do Chefe (Agrícola ou Não-Agrícola), Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Condição de Ocupação do Domicílio nas Regiões, 1987.....	136

Tabela 18: Famílias com Domicílio Urbano em MNAR: Distribuição das Famílias segundo o Ramo de Atividade do Chefe (Agrícola ou Não-Agrícola), Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Escoamento Sanitário nas Regiões, 1987.....	138
Tabela 19: Famílias com Domicílio Urbano em MNAR: Distribuição Percentual das Famílias segundo Ramo de Atividade do Chefe (Agrícola ou Não-Agrícola), Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Abastecimento de água nas Regiões, 1987.....	140
Tabela 20: Proporção de Famílias com Domicílio Urbano em MNAR segundo Ramo de Atividade do Chefe (Agrícola ou Não-Agrícola) e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> conforme acesso a Energia Elétrica e Posse de Geladeira nas Regiões, 1987.....	141
Tabela 21: Famílias com Domicílio Urbano em MNAR: Distribuição da População Joven (7 a 14 anos) segundo Ramo de Atividade do Chefe (Agrícola ou Não-Agrícola) e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> conforme a Frequência a Escola nas Regiões, 1987.....	143
Tabela 22: Famílias com Domicílio Urbano em MNAR: Distribuição da População Adulta (18 anos e mais) segundo Ramo de Atividade do Chefe (Agrícola ou Não-Agrícola) e Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> conforme Grau de Instrução nas Regiões, 1987.....	144

CAPÍTULO IV

Tabela 1: Participação da Atividade Agrícola no Total de Pessoas Ocupadas, vários anos, segundo Regiões.....	150
Tabela 2: Pessoas Ocupadas na Agricultura em 1984 e 1989 (números absolutos e variação) conforme PNADs e Estimativas, nas Regiões.....	153
Tabela 3: Distribuição Percentual da Ocupação Agrícola segundo Posição na Ocupação nas Regiões, 1984 e 1989.....	155
Tabela 4: Variação entre 1984 e 1989 do Número de Pessoas Ocupadas na Agricultura (com base nas estimativas) segundo Posição na Ocupação nas Regiões.....	155
Tabela 5: Participação das Regiões na Redução do Número de Pessoas Ocupadas na Agricultura entre 1984 e 1989 e no Número de Famílias Chefiadas por Agricultores em 1984.(com base nas estimativas).....	157
Tabela 6: Distribuição Percentual das Pessoas e das Famílias Chefiadas por Agricultores segundo Regiões e Situação Rural-Urbana do Domicílio, Anos 1984 e 1989.....	158
Tabela 7: Variação entre 1984 e 1989 do Número de Chefes que Trabalha na Agricultura segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação e Situação do Domicílio, NORDESTE.....	159

Tabela 8: Distribuição Percentual das Famílias Chefiadas por Trabalhadores Agrícolas segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> por Posição na Ocupação do Chefe. NORDESTE, 1984 e 1989	160
Tabela 9: Composição das Famílias segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação do Chefe e Situação Rural-Urbano do Domicílio em 1989. NORDESTE.....	161
Tabela 10: Distribuição das Famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> . NORDESTE 1981 a 1989.....	161
Tabela 11: Variação entre 1984 e 1989 do Número de Chefes que Trabalha na Agricultura segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação e Situação do Domicílio. SUDESTE.....	162
Tabela 12: Distribuição Percentual das Famílias Chefiadas por Trabalhadores Agrícolas segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação do Chefe. SUDESTE, 1984 e 1989.....	163
Tabela 13: Composição das Famílias segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação do Chefe e Situação Rural-Urbano do Domicílio em 1989 SUDESTE.....	164
Tabela 14: Distribuição das Famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> - SUDESTE 1981 a 1989.....	165
Tabela 15: Variação entre 1984 e 1989 do Número de Chefes que Trabalha na Agricultura segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação e Situação do Domicílio. SÃO PAULO.....	166
Tabela 16: Distribuição Percentual das Famílias Chefiadas por Trabalhadores Agrícolas segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação do Chefe, SÃO PAULO 1984 e 1989.....	167
Tabela 17: Composição das Famílias segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação do Chefe e Situação Rural-Urbano do Domicílio em 1989. SÃO PAULO.....	169
Tabela 18: Distribuição das Famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> - SÃO PAULO - 1981 a 1989.....	169
Tabela 19: Variação entre 1984 e 1989 do Número de Chefes que trabalha na agricultura segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> conforme Posição na Ocupação e Situação do Domicílio. SUL.....	170
Tabela 20: Distribuição Percentual das Famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> por Posição na Ocupação do Chefe. SUL, 1984 e 1989.....	171
Tabela 21: Composição das Famílias segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> conforme a Posição na Ocupação do Chefe em 1989. SUL.....	171

Tabela 22: Distribuição das Famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> . SUL - 1981 a 1989.....	172
Tabela 23: Variação entre 1984 e 1989 do Número de Chefes que trabalha na agricultura segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação e Situação do Domicílio. CENTRO-OESTE.....	173
Tabela 24: Distribuição Percentual das Famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas segundo as Faixas de Renda <i>per capita</i> por Posição na Ocupação do Chefe. CENTRO-OESTE, 1984 e 1989.....	173
Tabela 25: Composição das Famílias segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação do chefe e Situação Rural-Urbana do Domicílio em 1989. CENTRO-OESTE.....	174
Tabela 26: Distribuição das Famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> - CENTRO-OESTE - 1981 a 1989.....	175
Tabela 27: Variação entre 1984 e 1989 do Número de Chefes que trabalha na agricultura segundo Faixas de Renda <i>per capita</i> , Posição na Ocupação e Situação do Domicílio. BRASIL (excl. Norte).....	176
Tabela 28: Distribuição Percentual das Famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas segundo as Faixas de Renda <i>per capita</i> por Posição na Ocupação do chefe. BRASIL (excl. Norte), 1984 e 1989.....	177
Tabela 29: Composição das Famílias segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> , Posição na Ocupação do Chefe e Situação Rural-Urbana do Domicílio em 1989. BRASIL (excl. Norte).....	177
Tabela 30: Distribuição das Famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas segundo Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> - BRASIL (excl. Norte) 1981 a 1989.....	180
Tabela 31: Porcentagem das Famílias Agrícolas em Condições Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos classificados por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> segundo a Situação Rural-Urbana do Domicílio. NORDESTE- 1984 e 1989.....	182
Tabela 32: Variação nos Números Absolutos de Famílias Agrícolas (em milhares) segundo as condições Adequadas ou Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Situação Rural-Urbana do Domicílio. NORDESTE 1984/1989.....	183
Tabela 33: Porcentagem das Famílias Agrícolas em Condições Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos classificados por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> segundo a Situação Rural-Urbana do Domicílio. SUDESTE - 1984 e 1989.....	189

Tabela 34: Variação nos Números Absolutos de Famílias Agrícolas (em milhares) segundo as condições Adequadas ou Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Situação Rural-Urbana do Domicílio. SUDESTE 1984/1989.....	190
Tabela 35: Porcentagem das Famílias Agrícolas em Condições Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos classificados por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> segundo a Situação Rural-Urbana do Domicílio. SÃO PAULO - 1984 e 1989	193
Tabela 36: Variação nos Números Absolutos de Famílias Agrícolas (em milhares) segundo as condições Adequadas ou Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Situação Rural-Urbana do Domicílio. SÃO PAULO 1984/1989.....	195
Tabela 37: Porcentagem das Famílias Agrícolas em Condições Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos classificados por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> segundo a Situação Rural-Urbana do Domicílio. SUL - 1984 e 1989.	197
Tabela 38: Variação nos Números Absolutos de Famílias Agrícolas (em milhares) segundo as condições Adequadas ou Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Situação Rural-Urbana do Domicílio. SUL 1984/1989.....	198
Tabela 39: Porcentagem das Famílias Agrícolas em Condições Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos classificados por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> segundo a Situação Rural-Urbana do Domicílio.CENTRO-OESTE - 1984 e 1989.....	200
Tabela 40: Variação nos Números Absolutos de Famílias Agrícolas (em milhares) segundo as condições Adequadas ou Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Situação Rural-Urbana do Domicílio. CENTRO-OESTE 1984/1989.....	201
Tabela 41: Porcentagem das Famílias Agrícolas em Condições Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos classificados por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> segundo a Situação Rural-Urbana do Domicílio.BRASIL (excl.Norte) - 1984 e 1989.....	202
Tabela 42: Variação nos Números Absolutos de Famílias Agrícolas (em milhares) segundo as condições Adequadas ou Inadequadas do Domicílio e na Educação de Jovens e Adultos por Faixas de Renda Familiar <i>per capita</i> e Situação Rural-Urbana do Domicílio. BRASIL (excl. Norte) 1984/1989.....	203

INTRODUÇÃO

Tem havido no Brasil uma grande preocupação com o crescimento rápido da população urbana e com o fato das cidades não terem mostrado condições de gerar empregos e oferecer residência, saúde e outros serviços urbanos para essa população. A causa principal dessa crescente concentração de pessoas nas áreas urbanas tem sido a intensa migração do campo para a cidade que, durante a década de 70, configurou um notável êxodo rural.

Os esforços de pesquisa têm-se dirigido principalmente na direção de explicar os fatores que provocaram essa expulsão, em massa, da população do campo e as dificuldades para essa população supérflua integrar-se nas cidades, ampliadas pela escassa qualificação, para a vida urbana, que termina obrigando-a a se limitar a trabalhos pesados e mal-remunerados ou a mergulhar em condições subumanas de vida, tornando-se uma carga para as cidades.

São mais raros porém, os estudos que focalizam a população que permanece no campo. Ainda que a questão do êxodo rural seja de fundamental importância para o esclarecimento dos problemas urbanos, acredita-se que o tema da pobreza rural tem importância em si mesmo, independentemente de suas conseqüências, através do ritmo de migração rural-urbana, para a situação existente nas cidades.

É um fato conhecido que a situação da maioria das pessoas que vivem no campo é de extrema pobreza. Embora não seja desprezível o número de pessoas que, morando no campo, ocupa-se em atividades econômicas urbanas, a maioria tem, na agricultura, sua principal fonte de renda. Por outro lado, uma parte significativa das pessoas que trabalham na agricultura reside em cidades. O interesse deste trabalho não é a pobreza de todos os que moram no campo, mas a daqueles que se ocupam na agricultura, quer residam no campo ou nas cidades. O estudo da pobreza agrícola, contudo, abrange a maior parte do problema da pobreza rural.

No Brasil, ainda hoje, um de cada quatro trabalhadores está ocupado em atividades agrícolas e em torno de cinco milhões de famílias, que abrangem aproximadamente vinte e cinco milhões de pessoas, têm por fonte de renda principal o trabalho na agricultura. Esses números são muito elevados, comparativamente aos de qualquer país desenvolvido, onde a população economicamente ativa que trabalha na agricultura não ultrapassa os 10% da população total.

Nas áreas rurais mais atrasadas, o crescimento vegetativo da população é muito rápido, embora declinante. Isto faz com que uma intensa migração para as cidades não constitua um processo de esvaziamento da população residente na área rural. Em conseqüência, existe uma população expressiva que reside e continuará a residir no campo, em condições de extrema pobreza, apesar do elevado ritmo do processo migratório.

Ainda que a magnitude absoluta da população rural venha diminuindo, desde o final da década de sessenta, esse decréscimo deverá continuar lento, de modo que milhões de brasileiros continuarão a viver no campo, destacando-se, neste particular, a região Nordeste. Essa hipótese é respaldada por três argumentos, válidos especialmente no que se refere às áreas rurais mais atrasadas: a) a lentidão da redução das taxas de crescimento vegetativo da população rural; b) o menor ritmo do processo de modernização da agricultura, com implicações sobre o ritmo de migração para as cidades, e c) o elevado estoque de população rural existente.

A transferência da problemática da pobreza rural para as cidades com esvaziamento no campo é verdadeiro somente nas áreas em que mais avançou o processo de modernização da agricultura. Nelas, é mais lento o crescimento vegetativo da população e foi mais intensa a emigração rural. O caso mais nítido é o do Estado de São Paulo, no qual a proporção da população que reside nas áreas rurais praticamente não se distingue do observado na maioria dos países desenvolvidos e também é pequena a proporção da ocupação agrícola. Além disso, parte importante da própria população que trabalha na agricultura desse estado tem residência urbana.

Outra é a situação nas áreas de agricultura mais atrasada. Aqui, não se pode falar em esvaziamento populacional rural. O estancamento da atividade agrícola tem provocado a coexistência da saída de elevados contingentes de população rural, com a manutenção, no campo, de um estoque de população que diminui vagarosamente. Nessas áreas atrasadas encontra-se o verdadeiro problema da pobreza rural do país.

Esta tese pretende contribuir para o estudo da pobreza rural, investigando as condições de vida das famílias cujo chefe trabalha na agricultura. Pretende-se caracterizar o estilo de vida dessa parcela da população, identificando seus aspectos mais problemáticos, tentando distinguir os que são de ordem geral, que também ocorrem para a população urbana mais desfavorecida, daqueles que decorrem, especificamente, do caráter rural da residência dessa população.

Mais especificamente, o estudo considera as famílias cujo chefe trabalha na agricultura, residam no campo ou na cidade. A maioria das pessoas ocupadas na agricultura tem baixa renda, moram no campo e formam a maior parte da pobreza rural. Portanto, a pesquisa das condições de vida das famílias agrícolas abrange parte expressiva da pobreza rural.

A simples constatação de que uma parte expressiva da população ativa continua voltada para o trabalho na agricultura, sinaliza a baixa produtividade desse tipo de atividade e a freqüência com que nela ocorrem manifestações de pobreza absoluta.

Há, entretanto, uma enorme variedade de situações na agricultura brasileira e foi notável a transformação que vem acontecendo, desde meados da década de sessenta. Essa modernização da produção agrícola tem reduzido a participação da ocupação agrícola no total mas, na forma em que vem ocorrendo, tem elevado fortemente a desigualdade sócio-econômica da população que trabalha na agricultura.

É preciso então um levantamento da diversidade de situações existentes na população agrícola. Os resultados desse levantamento possibilitam a constituição de uma base para estabelecer uma tipologia da

pobreza agrícola no Brasil. Com certeza, essa tipologia expressará os efeitos das enormes disparidades regionais de grau de desenvolvimento. Importa, em particular, apontar como o desenvolvimento de cada região, especialmente, mas não exclusivamente, das atividades agrícolas, ocasiona distintas manifestações da pobreza no campo.

O desempenho da produção agrícola nos anos oitenta foi favorável, apesar da estagnação da atividade industrial. Essa boa performance, manifesta na frequência com que ocorreram as chamadas super-safras, refletiu-se na composição setorial da ocupação total, destacando-se a diminuição da participação da agricultura, na segunda metade da década. Na realidade, houve uma redução absoluta no número de pessoas que trabalha na agricultura e pretende-se averiguar se ela envolveu uma modificação substancial do quadro das diversas formas da pobreza agrícola.

O objetivo central desta tese, assim, será identificar as formas básicas em que se manifesta o fenômeno da pobreza agrícola, e mostrar que a redução da população que trabalhava na agricultura, na segunda metade dos anos oitenta, não modificou significativamente essas formas de pobreza.

O capítulo I consiste de uma revisão bibliográfica dos estudos mais representativos que tratam de aspectos gerais relativos ao subdesenvolvimento, onde a pobreza é vista como resultante de fatores estruturais, específicos do desenvolvimento capitalista, na experiência latino-americana e brasileira. Tenta-se identificar, através dos diferentes autores, esses determinantes gerais da pobreza enquanto exclusão social, num processo de desenvolvimento. A interrupção, no final dos setenta, do processo de desenvolvimento que vinha ocorrendo desde o fim da segunda guerra mundial, motivou uma breve discussão sobre estagnação e exclusão social na década de oitenta no Brasil.

A seguir realiza-se uma breve reflexão sobre o conceito de pobreza e as dificuldades de chegar a um consenso sobre os critérios mais adequados a serem utilizados, de tal forma que permitam identificar, o mais objetivamente possível, aqueles que serão considerados pobres. A seguir faz-se uma síntese da situação geral de pobreza do país, principalmente na

última década, a partir de trabalhos publicados que abordam especificamente essa temática. Por último, também através da bibliografia pertinente, caracteriza-se a pobreza rural das duas últimas décadas e, mais especificamente, a pobreza das pessoas e famílias vinculadas às atividades agrícolas.

O capítulo II tem por objetivo esboçar um panorama geral da evolução da população rural no Brasil, abrangendo o período 1940-1991. Destacam-se os efeitos que a intensificação da modernização agrícola brasileira, a partir de meados da década de sessenta, tiveram sobre a dinâmica da população rural e urbana do país.

No capítulo III a análise concentra-se nas condições de vida da população que vive do trabalho na agricultura, no ano de 1987. Procura-se exprimir a enorme variedade de condições de vida da população objeto de estudo, principalmente entre as que residem no campo e a das que já moram em cidades, nas diversas regiões do país.

No capítulo IV faz-se um levantamento das principais mudanças que ocorreram nas condições de vida das pessoas que trabalhavam na agricultura entre, 1984 e 1989. Esse período foi escolhido porque nele ocorreu uma redução significativa na proporção da população economicamente ativa ocupada na agricultura. Investigam-se as mudanças na distribuição das famílias por faixas de renda *per capita* e examinam-se as mudanças nas condições de vida dessas famílias.

Finalmente são resumidas as principais conclusões obtidas ao longo da tese.

CAPÍTULO I - POBREZA: ANTECEDENTES, SIGNIFICADOS, MENSURAÇÃO E TENDÊNCIAS RECENTES.

A partir de meados dos anos sessenta e principalmente ao longo da década de setenta, a agricultura brasileira passou por um intenso processo de modernização que envolveu crescente integração das produções da agricultura e da indústria. A nova relação entre agricultura e indústria provocou profundas alterações nas formas de produzir da agricultura que conduziram a aumentos de produção e produtividade. Em consequência, a renda apropriada pelos ocupados nas atividades agrícolas teve um expressivo aumento.

Esse avanço da agricultura brasileira caracterizou-se, entretanto, pelo aprofundamento das desigualdades sociais no campo pois, como será visto, continuou a existir uma parcela ponderável de população miserável que tem ainda um rápido crescimento vegetativo capaz de, simultaneamente, provocar grandes deslocamentos para as cidades e não diminuir apreciavelmente o estoque que continua a residir no campo.

O ritmo de modernização da agricultura desacelerou-se na década de oitenta. Continuou, porém, o aumento da desigualdade social no campo, agora com a ampliação do contingente de população pobre em consequência da diminuição do ritmo em que ela se desloca para fora das atividades agrícolas. Essa modernização agrícola mais lenta, entretanto, não é algo isolado. Ela faz parte de uma crise mais profunda que atinge todo o país há cerca de uma década. Algumas de suas manifestações principais são a estagnação da produção, a inflação, a especulação financeira e a paralisação do Estado. Para a vida da sociedade destacam-se o desemprego, os baixos salários, o aumento das desigualdades e da pobreza. Enfim, uma maior exclusão social.

Existe um relativo consenso de que essa crise, já bastante prolongada, não é uma simples interrupção temporária do padrão de desenvolvimento que marcou a economia brasileira em todo o pós-guerra. Na realidade, suspeita-se, com algum fundamento, que não será mais possível, no futuro,

reeditar um crescimento da economia com características semelhantes às observadas no passado. Ou seja, a crise dos oitenta teria sido uma verdadeira ruptura das tendências que comandaram, no passado, a economia no Brasil. Esse padrão de desenvolvimento da economia brasileira teria se esgotado ao longo dos anos setenta.

Deste modo, a grave crise pela qual passa o país não permite visualizar com clareza qual será seu futuro. Este capítulo inicialmente propõe-se tentar entender alguns aspectos de nosso subdesenvolvimento revendo, de um lado, colocações representativas que tratam da problemática da exclusão social no capitalismo, conforme a experiência histórica latino-americana e brasileira e, de outro, comentários sobre tendências mais recentes e suas implicações em termos de exclusão social. O objetivo é sistematizar um pensamento que ajude a balizar a análise a ser realizada na tese.

De forma complementar faz-se uma breve reflexão sobre o conceito de pobreza destacando as dificuldades para atingir um consenso sobre os critérios mais adequados para identificar com objetividade aqueles que serão considerados pobres. A seguir, faz-se uma síntese da situação geral de pobreza do país, principalmente na última década, a partir de trabalhos publicados que abordaram especificamente essa temática. Por último, através da bibliografia pertinente, caracteriza-se a pobreza rural dos últimos vinte anos e mais especificamente, a pobreza das pessoas e famílias vinculadas às atividades agrícolas.

1. Produtividade, Mercado de Trabalho e Exclusão Social: América Latina e Brasil.

A exclusão social manifesta na geração de uma população excedente e na tendência a uma elevada concentração de renda tem sido uma das principais características do processo de desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos. Esses efeitos do desenvolvimento fazem parte das transformações sócio-econômicas provocadas por uma rápida e desigual incorporação de novas tecnologias no aparelho produtivo, num contexto

formado por uma sociedade rural onde o poder e a riqueza são altamente concentrados.

Esse processo de modernização com desigualdade social motivou uma vasta literatura que procurou compreender as dificuldades de superação do subdesenvolvimento. Nessa tentativa, A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) colocou em debate a questão da especificidade do processo de industrialização na região.

Prebisch, o mais destacado representante do pensamento cepalino, numa interpretação marcante, destacou a forma como o progresso técnico se propagou dos países centrais (industrializados) para os países periféricos (não industrializados). Essa transferência de tecnologia ocorreu de forma desigual, ajudando a conformar, nos países de América Latina, uma estrutura produtiva heterogênea, com repercussões contraditórias para a sociedade¹.

A transformação produtiva com base na concentração do progresso técnico em determinadas atividades levou a uma clara diferenciação entre os produtores. Num extremo, originou-se um setor moderno com base na utilização de técnicas avançadas e elevados níveis de produtividade. No outro extremo, conservou-se um setor tradicional baseado no uso de técnicas arcaicas e com nível de produtividade muito baixo. Entre esses extremos, um setor intermediário, por seus níveis de produtividade e integração ao mercado nacional. Essas diferenças verificam-se não apenas no conjunto da economia mas dentro da maioria dos setores da atividade econômica².

Na sociedade, a heterogeneidade manifestou-se numa enorme desigualdade sócio-econômica. Pequena parcela da população continuou a deter uma proporção cada vez maior da renda total gerada pelo processo produtivo, enquanto que, para a maioria da população, a proporção da renda apropriada tornou-se cada vez menor.

¹ PREBISH, R. (1951).

² PINTO, A. (1976); VUSKOVIC, B.P. (1976).

A constatação do caráter desigual da propagação do progresso técnico e seus efeitos no sentido de aumentar a desigualdade sócio-econômica ajudou a entender porque se frustrou a esperança de que o desenvolvimento econômico, a partir da industrialização de nossos países, elevaria os níveis de bem-estar da população na América Latina. Ficou relativamente claro, na segunda metade deste século, que o desenvolvimento da economia não levaria espontaneamente a uma melhoria na distribuição de renda da população.

Desse modo, os países latino-americanos, depois de várias décadas de rápida modernização, continuaram apresentando profundas diferenças sócio-econômicas. Numa recente revisão dessa problemática Celso Furtado retomou a idéia original de Prebisch, em que o capitalismo é visto como um processo de difusão irregular do progresso técnico a partir das economias que criam novas tecnologias. Reafirma o fato de o progresso técnico, ao elevar a produtividade e potencializar a acumulação de capital, não envolver necessariamente a melhoria do bem-estar do conjunto da população ³.

Nessa visão estruturalista do desenvolvimento, Furtado também destaca que devido ao avanço restrito da tecnologia ela não atinge em particular alguns dos setores que respondem pela satisfação das necessidades básicas da população. O problema da pobreza pré-existente à modernização capitalista não é então resolvido e os aumentos de produtividade levam a um aprofundamento das desigualdades sociais. Esse aumento das distâncias de níveis de vida entre os membros da mesma sociedade fica cada vez mais difícil de ser encurtado posteriormente.

Salienta que o avanço da economia dirigiu-se predominantemente para a introdução de novos produtos, cada vez mais sofisticados, cujo consumo tem uma difusão limitada. Essa direção da expansão da economia contribuiu para modificar o sistema de valores vigente, dando origem a padrões de comportamento que fazem parte de novos estilos de vida da população. O conjunto da população pretende alcançar esse novo estilo de vida mais sofisticado mas a estrutura da economia torna essa pretensão inviável,

3

FURTADO, C. (1992).

frustrando as aspirações de uma parcela importante da sociedade. Essa frustração de aspirações é para Furtado uma manifestação central do subdesenvolvimento.

Na questão global da heterogeneidade estrutural de nossa sociedade, Tavares propõe que se distingam três tipos de problemas. O primeiro refere-se à *falta de articulação* entre as diversas indústrias e teria a ver com as principais dificuldades de fazer avançar a industrialização em nossos países, como destacado pela CEPAL. As novas técnicas, transferidas desde os países industrializados, principalmente através de empresas multinacionais, ao se instalarem ao lado de uma base industrial atrasada pré-existente, levam a uma desarticulação entre os diferentes ramos da indústria, prejudicando o crescimento do conjunto da economia que tende a ser desequilibrado, descontínuo e desigual.⁴

O segundo tipo de problema que a autora destaca refere-se aos *padrões de produção e consumo*. As multinacionais implantaram na América Latina mercados de produção e consumo de massa, reproduzindo um comportamento que tem a ver com as estruturas oligopolísticas de mercado dos países de origem. Nos nossos países, esse processo de monopolização da produção industrial contrastou com o baixo nível de renda da maioria da população. Na disputa pelo mercado, os concorrentes moldaram um padrão de produção e consumo que pouco tem a ver com as necessidades básicas, ainda não atendidas, da população. Em geral, aquele padrão de produção e consumo é coerente com os requerimentos da população dos países desenvolvidos, onde o consumo de bens duráveis de alto preço é mais abrangente e a distribuição de renda não é tão desigual como a dos nossos países. Isto leva a um desajustamento econômico e social de enorme gravidade que se soma aos derivados da heterogeneidade da estrutura produtiva.

Finalmente, o terceiro problema, ainda segundo Tavares, refere-se à *segmentação* do mercado de trabalho urbano e *marginalização* da população. A organização industrial moderna segmentou o mercado de trabalho numa

⁴ TAVARES, M.C. (1981).

série de mercados internos, onde os regimes de trabalho e escalas de remuneração são semelhantes aos vigentes em qualquer país desenvolvido. Em países como os nossos, entretanto, em que existe uma enorme massa rural e urbana desqualificada, conforma-se um mercado de trabalho na margem ou externo à grande empresa, onde fica depositada a população que não tem acesso aos bons empregos, por exceder a demanda de trabalho decorrente da expansão da produção capitalista a partir da grande empresa.

Os autores acima mencionados não reduziram, entretanto, o problema da exclusão e desigualdade sócio-econômica às peculiaridades da estrutura produtiva montada no processo de industrialização. Eles também levaram em consideração características importantes da formação histórica de nossa sociedade que são anteriores à industrialização e condicionaram fortemente a evolução dessa sociedade com o desenvolvimento da economia. Assim, os problemas do atraso continuariam, segundo aqueles autores, centrados principalmente na questão agrária, na falta de emprego urbano e nas peculiaridades da organização política dos Estados Nacionais na América Latina.⁵

Da mesma forma que para Tavares e Furtado, também para Oliveira e Henrique os problemas da miséria estariam centrados nesses três eixos explicativos. Eles podem ser particularmente importantes no caso do Brasil, cuja economia, mais do que qualquer outra entre os países latino-americanos, mostrou notável capacidade de crescimento e transformação baseada na indústria, ainda quando esse desenvolvimento não se fez acompanhar de melhorias generalizadas nos padrões de vida da população.⁶

No Brasil, a questão agrária se manifesta na situação de espantosa pobreza da maioria da população que vive da agricultura. Efetivamente, a agricultura brasileira, embora tenha realizado avanços através da incorporação de novas técnicas produtivas, caracteriza-se por manter uma população miserável que tem rápido crescimento vegetativo e provoca grandes deslocamentos para as cidades.

⁵

TAVARES, M.C. (1981).

⁶

OLIVEIRA A. e HENRIQUE, W. (1990).

Há um relativo consenso que o regime de propriedade da terra, herdado dos tempos da colônia, tem contribuído fortemente para esse fenômeno. Assim, a estrutura agrária brasileira caracteriza-se pela manutenção de um sistema latifundiário que exerce domínio sobre grande parte do território agrícola, o que se traduz na apropriação de parcela importante da renda agrária por um número relativamente pequeno de proprietários, enquanto que grande parte da população que mora no campo fica com acesso muito precário à terra e mantém-se através de uma agricultura de subsistência que utiliza práticas agrícolas muito atrasadas.⁷ Essa população miserável é periodicamente mobilizada pela grande produção agrícola comercial como força de trabalho barata e sem qualquer proteção das leis que regulam o trabalho assalariado.⁸

A elevada concentração da propriedade e da renda agrária permite aos latifundiários influir poderosamente sobre a distribuição de favores e facilidades, canalizando para si as subvenções e outros recursos concedidos pelo Estado, inclusive aqueles que deveriam encaminhar-se para os setores mais necessitados da agricultura.⁹ Dessa forma, como bem colocam Oliveira e Henrique, a estrutura agrária brasileira caracteriza-se por seu caráter pouco democrático que, além da predominância da grande propriedade, manifesta-se também na quase total ausência ou ineficácia de sindicatos e outras formas de organização dos trabalhadores rurais.¹⁰

Essa estrutura agrária atrasada teve influência marcante nas características do processo de modernização da agricultura brasileira, que ocorreu principalmente nas duas últimas décadas, incentivado fortemente pela ação governamental. Apoiada basicamente no crédito agrícola subsidiado, a modernização integrou progressivamente a agricultura à indústria, elevando a produtividade do trabalho. A renda agrícola aumentou mas a vida da população rural pouco melhorou, ampliando-se a concentração

7 Ver a respeito, entre outros, GUIMARÃES, A.P. (1963).

8 PRADO, Jr..C. (1979).

9 GUIMARÃES, A.P. (1963).

10 OLIVEIRA, A. e HENRIQUE, W. (1990).

da produção e a desigualdade sócio-econômica que tornou-se tão grande como a que caracteriza as cidades brasileiras.¹¹

É um pensamento muito difundido que por trás da miséria urbana está a questão agrária. De fato, o desenvolvimento da agricultura, ao não ser capaz de incorporar parcelas significativas da população rural, expulsa população totalmente despreparada para a vida nas cidades. Isto faz a população ativa das cidades crescer muito mais do que pode ser absorvido pela produção industrial e prestação de serviços correlatos ao desenvolvimento das cidades. Agrava-se, então, a pobreza urbana.

Nas cidades, consolida-se um mercado de trabalho em que, segundo Tavares, a oferta de mão-de-obra é muito marcada pela dinâmica da produção capitalista, pois esta cria mas também destrói múltiplas oportunidades de emprego, afetando simultaneamente a demanda e a oferta de trabalho. Neste processo, o emprego nas grandes empresas não é suficiente para oferecer oportunidades para toda a população e uma parte dela fica marginalizada.¹² Ela é assim excluída dos "bons empregos" que são preponderantemente os das grandes empresas, aqueles que dão direito a uma série de "privilégios" comparativamente ao observado no conjunto do mercado de trabalho.

Uma parcela expressiva das grandes massas de população urbana marginalizada, que tende a aumentar com a rapidez da migração rural-urbana, não consegue vender sequer sua capacidade de trabalhar, e é obrigada a sobreviver fora do mercado de trabalho, ou seja, sobreviver sem possibilidades de um emprego regular, ficando geralmente "submetida a relações de servidão e ociosidade no mundo ambíguo das relações informais", o que Tavares denomina de "corporações da miséria" por analogia às grandes corporações do capitalismo.¹³

Constata-se então que os problemas mais imediatos relativos à pobreza estão fortemente relacionados à problemática do emprego. Neste ponto, cabe

¹¹ HOFFMANN, R. e KAGEYAMA, A. (1986).

¹² TAVARES, M.C. (1981).

¹³ TAVARES, M.C. (1981).

perguntar pelo papel que tem desempenhado o Estado na eliminação ou ao menos na minimização desses problemas. Nesta avaliação da atuação do Estado é preciso distinguir os indivíduos que têm um emprego regular, ainda que a renda desse trabalho seja insuficiente, daqueles que têm emprego de forma irregular ou não fazem parte do mercado de trabalho.

Essa distinção é necessária pois, em nossos países, a proteção social do Estado até recentemente não obedecia a um direito universal do cidadão, mas à garantias legais concedidas a estratos funcionais particulares, definidos pelo Estado. Compete ao Estado especificar quem tem direito ou não à proteção e, esses "privilégios" vão depender fortemente do peso econômico, social e político de cada uma das categorias ocupacionais. Além disso, esses "privilégios" se expandem verticalmente, ou seja, os que já têm ganham sucessivamente novos benefícios em vez de ocorrer a extensão dos benefícios mínimos aos que nada têm.¹⁴

Para aqueles trabalhadores com vínculo empregatício regular, conforme Abranches, o Estado tende a ajudar e a garantir a plena manifestação de seus interesses por meio da reivindicação de melhores salários e condições de emprego que é canalizada através de mecanismos políticos específicos. Entre esses mecanismos destacam-se o desenvolvimento dos sindicatos e dos partidos políticos representativos daqueles trabalhadores. Além disso, o Estado define, através da legislação, um mínimo de benefícios aos quais a iniciativa privada teria que se ajustar, garantindo, por exemplo, o direito a férias remuneradas, jornada de trabalho definida, indenização por acidentes de trabalho, etc.

Para os indivíduos que não fazem parte do mercado de trabalho, o Estado atua através de políticas assistenciais. Conforme Draibe, trata-se de ações públicas que prescindem de qualquer condicionante prévio e qualificativo do beneficiário, seja um vínculo empregatício ou contribuição social anterior, ou o pagamento pelos serviços recebidos. Esse tipo de ação

14

ABRANCHES, S.H. (1985). A constituição de 1988 estipulou como direito um conjunto de bens e serviços sociais integrantes da Política de Assistência Social, e esta última como componente de Seguridade Social, juntamente com a Previdência e a Política de Saúde, Draibe, S. (1990).

do Estado não tem nenhuma garantia de continuidade e pode ser altamente arbitrária, tanto no que se refere ao modo de conceber e implementar os programas como na forma de escolher e tratar seus beneficiários.¹⁵

Na América Latina e particularmente no Brasil, as políticas de cunho assistencialista têm um maior destaque quando as dificuldades sociais de fundo estrutural são agravadas por crises da conjuntura. O Estado passa, então, a se preocupar com a governabilidade e programas dirigidos à população pobre tornam-se inadiáveis, porque constituem mecanismos de alívio das tensões e modo de evitar convulsões sociais mais graves.¹⁶

Nesses países, o limitado volume de recursos que o Estado dispõe para atuar na área social frente à magnitude da pobreza, tanto no que se refere ao número de candidatos à assistência quanto à variedade de problemas a serem resolvidos, leva a uma tendência a favor da concentração dos recursos em políticas e programas dirigidos especificamente às camadas mais pobres da população.

Os problemas sociais decorrentes do subdesenvolvimento são, no entanto, extremamente complexos. Aos problemas relativos ao emprego somam-se aqueles relacionados com as deficiências da infra-estrutura básica nas áreas de habitação, saneamento, transporte, e os da área social como saúde e educação. Todos esses problemas devem então ser equacionados dentro de uma estreita restrição orçamentária. Nesse contexto, reduzir as políticas públicas ao atendimento das camadas mais pobres "tenderá a limitar o apoio social aos programas públicos ao retirar de sua cobertura justamente aqueles segmentos dos trabalhadores mais capacitados para reivindicar seu aperfeiçoamento".¹⁷

Esses problemas de falta de emprego e má remuneração do trabalho nas cidades e de elevada magnitude das demandas sociais da população frente à capacidade e motivação política da ação do Estado aprofundaram-se

15

DRAIBE, S.M. (1990).

16

DRAIBE, S.M. (1990).

17

BALTAR, P.E., DEDECCA, C. e HENRIQUE, W. (1993).

na década de oitenta com a estagnação da economia e agravamento das condições de financiamento do setor público.

2. Estagnação e Exclusão Social

O segundo choque do petróleo em 1979 e o aumento das taxas de juros no mercado financeiro internacional delimitaram, no Brasil, o início de um período de estagnação econômica que caracterizou os anos oitenta que ficou conhecido como a "década perdida". Ainda quando a agricultura tenha apresentado um desempenho razoável, crescendo a uma taxa média de 3,2% ao ano entre 1980 e 1989, a indústria, no mesmo período, cresceu a uma taxa de apenas 0,9%. Em consequência, o conjunto da economia, medido pelo PIB, quase não aumentou, ao crescer num ritmo levemente superior ao da população, cerca de 2,2% ao ano.¹⁸ O menor crescimento da indústria de transformação foi então o principal responsável pela estagnação da economia. Essa retração da indústria e a paralisação das obras públicas provocaram uma forte redução na taxa de investimentos. Simultaneamente ocorreu uma aceleração do processo inflacionário.

A estagnação da economia teve repercussões profundas no mercado de trabalho que se manifestaram através de alterações na estrutura setorial e de posições na ocupação. Com relação à estrutura setorial diminuiu a importância relativa das ocupações na produção de bens, tanto na agricultura quanto na indústria de transformação e na construção civil, e aumentou as de comércio e prestação de serviços, destacando-se nestes últimos a administração pública, os serviços sociais, os serviços de reparação, manutenção, alojamento e alimentação e os serviços de apoio à atividade econômica.¹⁹

Anteriormente à estagnação da economia, a geração de ocupações na construção civil facilitou a absorção de mão-de-obra que se deslocou intensamente do campo para as cidades e a criação de empregos pela

¹⁸

A população brasileira cresceu na década de oitenta ao ritmo de 1,9% ao ano.

¹⁹

BALTAR, P.E. e HENRIQUE, W. (1993)

indústria de transformação favoreceu a ascensão na hierarquia ocupacional da mão-de-obra que já residia nas cidades.²⁰ Esta intensa mobilidade social ocorreu em meio a uma rápida expansão da produção de bens que garantia o progresso material da sociedade, embora com grandes desigualdades sócio-econômicas.

No que se refere às mudanças ocorridas na estrutura das posições na ocupação houve uma pequena redução na participação dos empregados e um ligeiro aumento nas dos trabalhadores por conta-própria e dos empregadores. As principais mudanças ocorreram, entretanto, dentro do próprio emprego assalariado. De um lado, diminuiu a participação do emprego no setor privado com vínculo formalizado pela carteira profissional, e de outro, aumentaram tanto a do emprego público quanto a do emprego sem carteira de trabalho em pequenos estabelecimentos, notadamente na prestação de serviços mas também no comércio, na indústria e na construção civil.²¹

O comportamento da atividade econômica não foi, entretanto, uniforme no período, apresentando diversas oscilações que repercutiram no nível de renda e de emprego.²² A flutuação do nível de renda e emprego fez com que a proporção de famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza fosse sensível à conjuntura da economia.²³

Assim, de 1981 a 1983, configurou-se um período de depressão. Neste período destacou-se a crise da dívida externa agravada pela elevação das taxas de juros pelos EUA desde 1979 e pela interrupção dos financiamentos externos em 1982, com a moratória do México. Da mesma forma, uma severa política de ajuste do ritmo da atividade econômica ao cumprimento dos compromissos com os credores externos, instaurada pelo governo,

20 PASTORE, J. (1979)

21 BALTAR, P.E. e HENRIQUE, W. (1993)

22 A descrição dessas oscilações da atividade econômica brasileira baseia-se em CANO, W. (1993), TAVARES, M.C. (1993) e BALTAR, P.E. e HENRIQUE, W. (1992)

23 Vários estudos mostram essa ocorrência. A adoção de diferentes linhas de pobreza não modificaram significativamente os resultados desses estudos. Relativos à área urbana destacamos ROCHA, S. (1990) e LOPES, J.R.B. (1992). Para a área rural HOFFMANN, R. (1990). Esses resultados serão apresentados mais detalhadamente nos itens 4 e 5 deste capítulo.

resultou em aprofundamento da recessão e do desemprego. Nesses anos constatou-se um aumento generalizado na proporção de pobres.

Entre 1984 e 1986, dá-se uma recuperação da atividade econômica que começou com um excepcional aumento das exportações, vinculado à retomada do crescimento da economia americana. A recuperação prosseguiu com o aumento do emprego e dos salários e culminou com o Plano Cruzado que, enquanto conseguiu bloquear os aumentos de preços, elevou significativamente o poder de compra das remunerações do trabalho, especialmente das categorias mais desfavorecidas, sem poder de barganha para aproveitar-se da retomada da produção e do emprego. Nesse período, verificou-se um declínio na proporção de pobres e, em 1986, no auge do Plano Cruzado, essa proporção apresentou seu menor valor em toda a década de 80.

Os anos de 1987 a 1989 corresponderam a um período de flutuação da atividade econômica que se caracterizou pelo arrocho salarial de 1987, quando a inflação retornou e os salários nominais foram contidos. A queda da produção foi provocada pela restrição do crédito e dos gastos públicos, diante do temor de uma hiperinflação. Não obstante, o desempenho das exportações impediu uma maior recessão. Quanto à proporção de pobres, esta mostrou novamente tendência ao aumento apresentando, entretanto, uma leve melhora em 1989, acompanhando uma recuperação do ritmo da atividade econômica, apesar da elevada inflação. A partir de 1990 ocorreu uma nova recessão.

Os anos oitenta conformaram então um período de estagnação com surtos recessivos e acelerada inflação que repercutiram na sociedade, destacando-se o agravamento da dimensão da pobreza e a ampliação da desigualdade sócio-econômica. Às causas estruturais da persistência da miséria somaram-se as de índole conjuntural, ligadas ao desempenho da atividade econômica, conformando um quadro social de ainda maior gravidade.

A elevada magnitude da pobreza e a extrema desigualdade de renda são características tradicionais da economia e sociedade brasileiras. Elas,

entretanto, aumentaram nos anos 80, com uma certa especificidade que diferenciou este período do final dos anos 60 e começo dos 70 quando também aumentou a desigualdade sócio-econômica no Brasil. Neste último período ocorreu, talvez, o maior "boom" registrado pela economia brasileira, sendo acompanhado pela consolidação da classe média no país, que gerou enorme mercado para a expansão dos bens duráveis de consumo, especialmente automóveis, eletrodomésticos e residências, apoiados pela implantação de um sistema de crédito ao consumidor e à compra de casa própria.

Essa imensa expansão da produção não restringiu-se à indústria de transformação e construção civil. A prestação de serviços aumentou e se modernizou, o Estado investiu em infra-estrutura e a agricultura avançou, estreitando o contato com a indústria, através de um sistema de crédito subsidiado ao investimento, custeio e comercialização de produtos agrícolas.

A rapidez dessa expansão provocou intensas mudanças na estrutura do emprego, ressaltando a queda da ocupação agrícola e a rapidez do aumento do emprego nas diversas atividades urbanas. A população residente nas cidades elevou-se rapidamente, especialmente nas grandes metrópoles, ressaltando a de São Paulo, centro deste processo de industrialização.²⁴ A enorme ampliação do emprego não-agrícola exigiu os mais variados níveis de qualificação e escolaridade indo desde os baixos requerimentos da construção civil, passando pela mão-de-obra semiqualficada demandada pela indústria de transformação e atingindo a prestação de serviços mais qualificados.²⁵

Por outro lado, o período caracterizou-se por forte repressão à atividade política e sindical e o governo, saído do golpe de estado de 1964, não teve maior preocupação com tratar de elevar o nível dos menores salários. Em conseqüência, a expansão da economia provocou grande mobilidade social ascendente mas preservou e até aumentou as desigualdades sócio-econômicas.²⁶

24 PATARRA, N.L. e BAENINGER, R. (1993)

25 SALM, C. (1980); SALM, C. e FOGAÇA, A. (1993)

26 PASTORE, J. (1979).

O crescimento das cidades foi tão rápido que a infra-estrutura não se ampliou devidamente e o crescimento do emprego formalizado não foi suficiente para absorver o imenso aumento da população ativa, acirrado pelo rápido crescimento populacional, intensa migração rural-urbana e crescente participação da mulher no mercado de trabalho urbano.

Assim, apesar do crescimento e transformação da economia, a pobreza não diminuiu nas cidades e, com o crescimento destas e a crescente mercantilização da vida urbana, ela deve ter-se agravado. Esse aumento da pobreza e da desigualdade sócio-econômica refletiu o dinamismo de um progresso capitalista selvagem e sem regras para proteger a população.

Na década de oitenta e inícios dos 90 a situação é diferente. Agora a economia está em estagnação, existe a ameaça de desmontagem de uma parte do parque industrial construído, que encontra-se obsoleto frente às mudanças que têm ocorrido no mundo a partir da terceira revolução industrial. Os novos empregos exigem alta qualificação e grandes investimentos em infra-estrutura material e social que o Estado, com problemas de financiamento, não parece ter condições de empreender, sendo que foi sempre ele o responsável por investimentos deste tipo, que têm difíceis financiamentos, por causa do elevado volume de recursos a mobilizar, extenso prazo de maturação e lento retorno do capital investido.

O aumento da pobreza deve-se agora à falta de empregos adequados e à inflação. O aumento da desigualdade sócio-econômica reflete mais a diversidade de condições para defender-se da inflação do que para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo progresso que hoje não ocorre ou, na medida em que ocorra, geraria menos oportunidades de emprego vis-à-vis as que seriam eliminadas pelo mesmo processo.

O debilitamento do Estado, entre outras implicações, prejudicou a regulação dos negócios e facilitou uma atuação descontrolada das empresas. Pequenos negócios fogem mais facilmente à regulamentação. Não cumprem leis trabalhistas e evadem a tributação. Simultaneamente elevam os preços de seus produtos no ritmo da inflação. Deste modo, os negócios em geral

permitiram aos proprietários maior capacidade para defender o poder de compra de suas rendas diante da inflação e alguns deles enriqueceram nos anos oitenta. Já os assalariados, principalmente os de categorias onde pesa menos a grande empresa e o sindicato é menos organizado e tem menor poder de barganha, não conseguiram proteger os salários do aumento da inflação.²⁷ Entre os assalariados que mais perderam com a inflação destacam-se os funcionários do próprio Estado que arcaram com parcela importante do ônus representado pelo agravamento dos problemas de finanças públicas.

A diminuição no ritmo de crescimento das cidades em parte suavizou o impacto da falta de investimento em infra-estrutura e da estagnação do mercado de trabalho. A retomada do desenvolvimento, entretanto, é um problema complexo porque precisa de melhores condições de financiamento das ações do Estado que devem ter magnitude suficiente, para serem capazes de articular os grandes interesses econômicos e políticos do país, de forma a constituir um novo projeto nacional de desenvolvimento. Na falta dele, o Estado, a Sociedade e a Economia ficam enfrentando os problemas cotidianos, agravados pela alta inflação, sem perspectivas para deflagrar ações que permitam recolocar a economia numa trajetória de crescimento sustentado.

Há então uma crise, manifesta na fragilidade da moeda, na dificuldade de avanço da democracia e na privatização e desestruturação progressiva do aparelho do Estado.²⁸ Nessas condições, fica difícil implementar o que Tavares considera as três ações básicas necessárias para sair da crise, quais sejam, a estabilização da economia, a retomada do desenvolvimento e o ataque à pobreza crítica. O futuro é então incerto. O país, entretanto, tem resistido à desestruturação da economia e à desindustrialização, apesar da estagnação e alta inflação.

Os problemas são agravados pela complexidade da inserção do Brasil na economia mundial. A dimensão do país faz com que não baste uma

27

BALTAR, P. e HENRIQUE, W. (1993)

28

TAVARES, M.C. (Polha de São Paulo, vários artigos, 1993)

extrema especialização nos produtos em que tem-se claras vantagens comparativas. É preciso desenvolver uma economia muito mais integrada para erguer um país continental como o Brasil. É necessário também desenvolver uma economia de consumo de massas que permita economias de escala e de escopo para manter a produção minimamente competitiva.²⁹

Para atingir esses objetivos, a modernização do sistema produtivo deve ser sistêmica e não localizada. Para não agravar os problemas de emprego é preciso organizar a reestruturação do parque produtivo já existente, evitando a eliminação brusca desnecessária de segmentos superados, porém com importante participação na geração de empregos. Simultaneamente, é necessário reorientar o parque produtivo em reestruturação para atender ao consumo da população, que dessa forma passaria a ser paulatinamente integrada ao mercado, devendo haver um esforço político especial para facilitar essa inserção. Sem o encaminhamento dessas ações a economia do país continuará estagnada, prevalecendo pobreza, exclusão e desigualdade sócio-econômica.

3. Medindo a Pobreza: abordagens recentes

Nas duas últimas décadas, quando no Brasil aprofundaram-se as desigualdades sociais e a pobreza atingiu níveis alarmantes, principalmente nos anos oitenta, intensificaram-se nos meios acadêmicos os esforços por uma melhor identificação e caracterização dos grupos pobres, com o intuito de fornecer subsídios para ações específicas do Estado no combate à pobreza.

Este item pretende expor, em linhas gerais, os critérios mais utilizados no diagnóstico da pobreza. É necessário, entretanto, tentar explicitar a noção de pobreza antes de procurar identificar os pobres, mesmo que não se consiga chegar a um conceito preciso. Assim, por exemplo, para Altimir a pobreza é uma "síndrome situacional" onde encontram-se associadas, entre outras, carências alimentares, condições de habitação e saneamento

²⁹

TAVARES, M.C. (Folha de São Paulo, vários artigos, 1993)

deficientes, baixos níveis educacionais e aspectos não materiais como precária integração social.³⁰ Para o Banco Mundial pobreza é incapacidade de atender um padrão de vida mínimo.³¹

Estabelecer com amplo consenso uma divisória entre pobres e não-pobres é, entretanto, tarefa quase impossível. Como constata Altimir "a inexistência de um marco teórico onde o conceito de pobreza se explique na sua totalidade obriga a reconhecer que se trata de um conceito essencialmente normativo". Como tal, pode servir para descrever uma situação social específica, no contexto de um estudo particular da distribuição de renda e desigualdade numa sociedade concreta.³²

A questão fundamental seria então obter amplo acordo sobre a norma a ser adotada, ou seja, uma definição das necessidades consideradas mínimas, conforme a noção de dignidade humana adequada a cada sociedade. Para ajudar a concretizar aquela norma a OIT sugere, como ponto de partida, um núcleo de necessidades básicas. Em primeiro lugar, certas necessidades mínimas de consumo privado: alimentação, habitação, vestuário e certos equipamentos básicos. Em segundo lugar, serviços essenciais previstos para a comunidade: água tratada, saneamento básico, transporte público e serviços de saúde, educação e cultura. O acesso a emprego livremente escolhido insere-se em qualquer definição de necessidade básica, como meio e como fim, pois proporciona uma renda ao trabalhador e também um sentimento de respeito próprio e de dignidade humana.³³

A proposta da OIT pode ser ampliada, pois ela contém basicamente necessidades de tipo material e a plena satisfação das pessoas requer, além delas, o reconhecimento pelas demais de seus direitos de cidadão, como destacado por Abranches.³⁴ Em todo caso, a sugestão da OIT deve ser adaptada ao contexto da sociedade particular objeto de estudo.

30 ALTIMIR, O. (1979).

31 BANCO MUNDIAL (1990).

32 ALTIMIR, O. (1979).

33 ALTIMIR, O. (1979).

34 ABRANCHES, S.M. (1979).

Na prática não têm sido possíveis definições operacionais que abranjam satisfatoriamente as diversas combinações de necessidades que compõem a pobreza. Assim, costuma-se medir a ocorrência de níveis de renda baixa, onde uma única variável, a renda, funciona como "proxy" das diversas carências, contornando o problema de sua composição. Esta linha de análise centra-se na ótica da desigualdade social expressa na distribuição da renda. Deste modo a renda serve para identificar os pobres separando-os dos não-pobres. Ou seja, ela permite delimitar aquele grupo, cuja insuficiência de renda não lhe permitiria acesso simultâneo a uma série de bens e serviços que são considerados necessários à vida moderna. De forma complementar, usam-se indicadores sociais representativos de carências específicas, na tentativa de explicitar de forma mais detalhada as manifestações particulares da pobreza no grupo identificado como pobre.

Ainda que os conceitos de desigualdade e pobreza sejam diferentes,³⁵ a identificação dos pobres pelo critério da renda e a comparação de indicadores sociais entre grupos pobres e não-pobres, permitem evidenciar aspectos da desigualdade existente entre aqueles que foram considerados pobres e o resto da sociedade. A caracterização da pobreza, na maioria dos estudos, usa essa comparação referida a diversos indicadores sociais. Nesse sentido, a caracterização dos pobres tem um caráter relativo cuja vantagem é fazer uma referência inequívoca às desigualdades sociais imperantes. Deste modo, a identificação dos pobres pelo nível de renda introduz um conceito absoluto de pobreza mas a caracterização dos pobres vis-à-vis os não-pobres incorpora uma indicação da desigualdade sócio-econômica existente.

A associação entre pobreza e desigualdade num país como o Brasil não é impertinente, pois as profundas desigualdades existentes devem-se à presença da pobreza. Esta pode ser considerada como expressão extrema dessa desigualdade. Além disso, as causas da pobreza encontram-se enraizadas nos mesmos mecanismos que determinam as desigualdades gerais

35

Existem situações de ampla desigualdade em que a maioria da população encontra-se, entretanto, acima dos níveis mínimos de consumo, assim como existem situações de pobreza generalizada que mostram comparativamente um considerável grau de uniformidade. ALTIMIR, O. (1979).

prevalecentes na sociedade. Altimir adverte, entretanto, para o fato de que dentro da categoria dos pobres também existir desigualdade.³⁶

Ainda que a pobreza e a desigualdade sejam dois processos que interagem reforçando-se mutuamente, não devem ser confundidos. A desigualdade pode diminuir através do aumento da participação dos grupos de renda média sem que tenha aumentado o nível de renda da população pobre. Simetricamente, uma redução geral da renda, que mantenha o mesmo perfil distributivo, pode aumentar a pobreza elevando o número de famílias de baixa renda e reduzindo o nível de renda das que já eram pobres, sem que se tenha modificado o patamar de desigualdade.³⁷

O critério da renda para identificar os pobres consiste no cálculo de uma linha de pobreza. Ela pode ser obtida de duas maneiras básicas. Numa, tem-se por base diretamente o custo de uma cesta alimentar.³⁸ Na outra, adota-se um nível de renda fixado em termos do salário mínimo legal que originalmente foi determinado a partir de um estudo detalhado das famílias de assalariados de baixa renda, tendo sido o seu valor periodicamente reajustado, nem sempre exatamente pelo aumento do custo de vida.³⁹

Ambos os critérios contêm arbitrariedades. O primeiro baseia-se num juízo de valor do que sejam as necessidades básicas de uma família. Ou seja, implica a referência a uma norma que sirva de critério a ser utilizado para discriminar os pobres dos não-pobres. Fixar essa norma não é tarefa fácil. Estará sempre sujeita a diferenças de opinião e não leva em conta a heterogeneidade da pobreza. Já no segundo caso, fixar um determinado nível de renda em termos do salário mínimo legal apresenta a dificuldade de definir que proporção será essa, a qual significa corrigir o conceito de salário mínimo estipulado pelo governo. No caso específico do Brasil, a primeira abordagem usa um estudo de orçamento familiar realizado em

³⁶ ALTIMIR, O. (1979).

³⁷ Com base em ABRANCHES, S.H. (1979).

³⁸ Ver, entre outros, ROCHA, S. (1990), FAVA, V.L. (1984), LOPES, J.B. e GOTTSCHALK, A. (1990)

³⁹ Ver, entre outros, HOFFMANN, R. (1984).

meados da década de setenta e atualiza o valor da linha de pobreza usando um índice de preços dos produtos da cesta alimentar.⁴⁰

Outro problema metodológico da abordagem da linha de pobreza é o da unidade de análise. Há um relativo consenso que ela deva ser a família e não as pessoas tomadas isoladamente. Numa sociedade moderna, pobreza é basicamente carência no consumo e o acesso à maior parte dos bens consumidos depende do exercício do poder de compra que está relacionado, direta ou indiretamente, com o nível de renda apropriada.

A família é o âmbito da tomada de decisões relativas tanto ao consumo quanto à atividade econômica de seus membros, que é uma das fontes principais da renda familiar. Ela é mais do que uma simples reunião de pessoas, sendo possível identificar uma estratégia ao nível do conjunto da família que influi fortemente nas diversas decisões individuais. O relativo bem-estar das famílias não depende somente do nível de renda que elas conseguem alcançar mas também do número e das características dos membros que devem satisfazer suas necessidades com esse poder de compra.

O problema da incorporação do tamanho da família na análise pode ser contornado tomando-se a renda familiar *per capita*. Porém o problema não fica totalmente resolvido na medida em que os membros da família com idades diferentes têm também solicitações e aportes variados ao orçamento familiar. Uma medida mais adequada seria a renda familiar por adulto equivalente, ou seja, um indicador que levasse em conta a diversidade da exigência de renda do consumo conforme a idade. É difícil, entretanto, estabelecer objetivamente os coeficientes de ponderação e repartir entre os membros da família o valor dos gastos fixos. Qualquer tentativa de solução envolve alguma arbitrariedade⁴¹.

Os efeitos das características da família sobre a chance dela ser pobre faz com que seja possível identificar tipos especiais de família que, por desvantagens específicas, têm alta probabilidade de serem pobres. É o caso,

40 ROCHA, S. (1990).

41 LOPES, J.B. e GOTTSCHALK, A. (1990).

por exemplo, de famílias chefiadas por mulher com muitos filhos menores e as formadas por casais idosos sem filhos. Entretanto, como mostraram Lopes e Gottschalk, a maioria das famílias pobres não têm desvantagem especial, senão que são famílias que estão no início do ciclo vital, têm filhos menores que impedem a mulher de participar da atividade econômica e o homem ainda está em fase de inserção no mercado de trabalho, usufruindo remuneração relativamente pequena.⁴²

Além dos problemas mencionados, de considerar o tamanho e as características das famílias, existem aqueles relativos à aferição da renda familiar. De fato, o inquérito às pessoas sobre o que elas ganham tende, em geral, a provocar subdeclaração de renda. Um problema adicional diz respeito à dificuldade de quantificar as rendas não-monetárias, especialmente os benefícios indiretos, o que leva também a uma subestimação da renda total. Este problema é mais sério nas áreas rurais onde a produção para o autoconsumo é parte importante da renda dos pequenos produtores.⁴³

Assim, pode-se concluir que o traçado de uma linha de pobreza apresenta dificuldades operacionais decorrentes quer seja da unidade de análise escolhida (a família) quer da própria variável utilizada (a renda). Qualquer solução adotada conterà um irreduzível grau de arbitrariedade. Portanto, a linha de pobreza magnitude. Ainda assim, a população que fica abaixo dela, e por conseguinte é considerada pobre, tem, sem dúvidas, um significado social. Altimir recomenda uma posterior investigação através de outras variáveis e métodos de análise que possibilitem indagar sobre os determinantes dessa pobreza.

4. A Pobreza na Década de 80

Segundo o Banco Mundial, em 1990 havia 1,1 bilhão de pobres no mundo, concentrados principalmente nos países em desenvolvimento, sendo que esse número é 8,0% maior que o constatado em 1985. Na América

⁴² LOPES, J.B. e GOTTSCHALK, A. (1990).

⁴³ HOFFMANN, R. e KAGEYAMA, A. (1986). Os autores fazem uma descrição detalhada sobre este e outros problemas metodológicos.

Latina, ainda que os indicadores sociais mostrem, em geral, uma tendência a melhoria, calcula-se que 200 milhões, quase metade de sua população, padecem de pobreza.

As dificuldades sociais de fundo estrutural, agravadas pela conjuntura desfavorável da economia, têm preocupado os governantes dos países da América Latina. Isto ficou claro na "Terceira Conferência de Cúpula Ibero-Americana" realizada em Salvador-Bahia em Julho de 1993, onde o problema da pobreza foi enfatizado pelo discurso de todos os chefes de Estado participantes. Eliminar o "flagelo da pobreza, da fome e do analfabetismo" como ação prioritária fez parte do documento final da Cúpula. ⁴⁴

No Brasil, a *mídia* tem divulgado que existem pelo menos 32 milhões de pessoas que pelo baixo nível de renda de suas famílias devem padecer de problemas de sub-nutrição. Eles localizam-se principalmente nas grandes metrópoles e na região Nordeste. Esse número assustador colocou o tema do combate à fome na ordem do dia em 1993. Iniciativas como o "Plano de Combate a Fome e a Miséria", do sociólogo Herbert de Souza, têm ajudado a levantar a discussão sobre alternativas para enfrentar o problema. Alguns políticos têm assumido o combate à pobreza como uma das principais bandeiras de suas campanhas eleitorais. A urgência da situação de miséria e fome de parte substancial da população brasileira motivou a proposta de medidas emergenciais que tenham impacto imediato sobre os sintomas do problema, mesmo que muitas delas não ataquem diretamente as causas do fenômeno. Destacam-se, neste contexto, as medidas de cunho assistencialista, como por exemplo, a distribuição gratuita de alimentos.

O trabalho do IPEA, "O Mapa da Fome", de fato constatou que 32 milhões de brasileiros têm um nível de renda insuficiente para garantir a compra de uma cesta básica de alimentos, podendo ser classificados como indigentes. Essas pessoas fazem parte de 9 milhões de famílias, cuja renda mensal permite apenas a aquisição daquela cesta básica, capaz de satisfazer estritamente as necessidades nutricionais dos membros dessas famílias.

Metade desses prováveis subnutridos vivem nas cidades. Uma proporção significativa de 55% (7,2 milhões) encontra-se no Nordeste. Levando em conta apenas a população indigente na área rural, o predomínio da região Nordeste é absoluto. Nesta região, concentram-se 63,2% dos subnutridos rurais ⁴⁵ (Ver tabela 1).

Com relação à população pobre de cada região, observamos que em São Paulo prevalece a pobreza urbana (77,6%), assim como também na região Sudeste, excluído São Paulo (61,3%) e no Centro-Oeste (54,7%). Pode-se constatar também que somente em São Paulo ocorre uma alta concentração de indigentes urbanos na área metropolitana. Neste estado, 51% deles residem na Grande São Paulo. Nas outras regiões, prevalece a indigência urbana não metropolitana, mesmo no Sudeste excluído São Paulo, onde a proporção de indigentes urbanos residindo nas áreas metropolitanas de Rio de Janeiro e Belo Horizonte é menos da metade, correspondendo a 43,2%. Assim, para o conjunto do país, do total da indigência urbana 71,8% localiza-se fora das áreas metropolitanas.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS INDIGENTES POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NAS REGIÕES - 1990

REGIÕES	URBANO					RURAL				
	TOTAL	URBANO			RURAL	TOTAL	URBANO			RURAL
		Metrop.	Não Metrop.	Total			Metrop.	Não Metrop.	Total	
Norte	2,1	3,0	4,9	4,4	-	100,0	19,2	80,8	100,0	-
Nordeste	54,6	34,0	50,4	45,7	63,2	100,0	8,6	32,7	41,3	58,7
Sudeste-SP	18,5	35,4	18,1	23,0	14,1	100,0	26,5	34,8	61,3	38,7
São Paulo	6,7	19,2	7,2	10,6	3,0	100,0	39,6	38,0	77,6	22,4
Sul	12,9	8,4	11,4	10,6	15,1	100,0	9,2	31,4	40,6	59,4
Centro-Oeste	5,2	-	8,0	5,7	4,6	100,0	-	54,7	54,7	45,3
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	13,9	35,4	49,3	50,7

Fonte: IPEA (1993)

Quanto à incidência da indigência (proporção de indigentes com relação à população total da localidade em cada região), observa-se que ela é sempre maior nas áreas rurais. A nível regional, destaca-se o Nordeste que apresenta as maiores proporções de indigentes em qualquer dos tipos de área - rural, urbana, metropolitana - refletindo o forte componente regional da pobreza do país. Já nas áreas urbanas, as não metropolitanas apresentam proporções de miseráveis ligeiramente superiores aos das áreas metropolitanas, refletindo o fato, já apontado, de que a maioria dos pobres encontram-se espalhados pelas pequenas e médias cidades, localizadas fora das órbitas metropolitanas (Ver tabela 2).

TABELA 2
INCIDENCIA DA INDIGENCIA POR SITUAÇÃO DO DOMICILIO NAS REGIÕES - 1990

REGIÕES	URBANO			RURAL
	Total	Metrop.	Não-Metrop.	
Norte	13,9	10,9	14,8	-
Nordeste	40,9	19,9	34,1	55,7
Sudeste-SP	18,2	10,5	18,4	36,8
São Paulo	6,6	5,0	6,6	14,7
Sul	18,0	6,9	13,1	32,9
Centro-Oeste	16,1	-	11,9	26,7
Brasil	21,9	9,6	18,4	42,8

Fonte: IPEA (1993).

O IPEA também constatou que a fome que atinge maciçamente a população brasileira não se deve a uma falta absoluta de alimentos. A disponibilidade interna dos principais produtos - arroz, feijão, trigo, milho e soja - é superior às necessidades diárias de calorias e proteínas para uma população do tamanho da brasileira, embora as perdas de alimentos desde a fase de produção, passando pelo transporte, armazenagem e comercialização, sejam significativas e prejudiquem o consumo ao elevar os preços.⁴⁶ No Brasil, ao contrário do que ocorre em diversas nações africanas, o problema da fome residiria principalmente no insuficiente poder de compra da

população que não tem renda capaz de adquirir a quantidade necessária de alimentos.

Esta é a limitação fundamental do acesso a uma alimentação adequada por parte da população brasileira. No seu livro "Pobreza, Desnutrição e Mortalidade Infantil", Sousa constatou, a partir do peso e da altura, que a desnutrição que atinge parte das crianças brasileiras é de caráter crônico e se concentra nas famílias com renda mensal inferior a dois salários mínimos.⁴⁷

Com base na Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) realizada em 1989, o mesmo autor verifica que cinco milhões de crianças menores de cinco anos sofrem de algum grau de desnutrição. Dessas crianças desnutridas, 2,6 milhões (52,6%) encontram-se no Nordeste.

Com relação à incidência da desnutrição entre crianças, a Tabela 3 mostra que ela é maior nas áreas rurais do país em todas as regiões. Constata, também, que o Nordeste é a região que detém a situação mais dramática, chegando a duplicar as taxas de desnutrição infantil de outras regiões. Além disso, no Nordeste é maior a disparidade rural-urbana dessas taxas de desnutrição, revelando a gravidade da situação rural nordestina.⁴⁸

Chama atenção o fato do Brasil ser um dos cinco países do planeta que abriga o maior contingente de crianças desnutridas. Neste particular, o Brasil acompanha países como Índia, Paquistão, Bangladesh e Nigéria. E, não obstante, o Brasil tem uma economia bem maior que a daqueles outros países mencionados.

A fome talvez seja a manifestação mais impactante do fenômeno da pobreza. Outras manifestações do problema, entretanto, podem ser mencionadas. Para tentar situar a pobreza no Brasil, com relação à situação de outros países, selecionamos alguns indicadores, fornecidos pelo Banco Mundial. (Ver tabela 4)

47

SOUSA, F.J. PIRES de. (1992)

48

Com base em SOUSA, F.J. PIRES de. (1992).

TABELA 3
PREVALENCIA (%) DE DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS
REGIÃO E SITUAÇÃO - BRASIL 1989 (CLASSIFICAÇÃO DE GOMEZ - PESO/IDADE)

REGIÃO	SITUAÇÃO	TODAS AS FORMAS	FORMAS MODERADAS E GRAVES
Norte	Rural	----	----
	Urbana	42,3	7,6
	Total	42,3	7,6
Nordeste	Rural	52,7	11,6
	Urbana	39,3	7,4
	Total	46,1	9,6
Sudeste	Rural	32,6	3,7
	Urbana	19,5	2,5
	Total	21,7	2,7
Sul	Rural	20,0	2,0
	Urbana	16,6	1,6
	Total	17,8	1,7
Centro-Oeste	Rural	29,8	2,7
	Urbana	24,3	2,0
	Total	25,7	2,1
Brasil	Rural	41,6	7,8
	Urbana	25,7	3,8
	Total	30,7	5,1

Fonte: PNSN 1989, extraído de SOUSA (1992).

Nota: O Norte rural não foi pesquisado por algumas razões operacionais, quais sejam, sua grande extensão territorial e baixa densidade demográfica.

TABELA 4
ALGUNS INDICADORES BÁSICOS - 1988

PAÍSES	População (milhões) de 1988	PIB (bilhões de dólares)	PNB per capita (dólares)	Taxa de mortalidade de infantil % nasc. vivos	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa fecundidade total	Peso do alimento no consumo das pessoas	Analfabetismo adultos (%)	População urbana (%)	PIB na agricultura (%)	PIB na manufatura (%)
Brasil	144,4	323,6	2.160	61	65	3,4	35	22	75	9	29
Argentina	31,5	79,4	2.520	31	71	2,9	35	5	86	13	31
México	83,7	176,7	1.760	46	69	3,5	35	10	71	9	26
Colômbia	31,7	39,0	1.180	39	68	3,1	29	12	69	19	20
Indonésia	174,8	83,2	440	68	61	3,4	48	26	27	24	19
Turquia	53,8	64,3	1.280	75	64	3,7	40	26	47	17	26

Fonte: BANCO MUNDIAL (1990).

A comparação do Brasil com outros países latino-americanos fica um pouco prejudicada pela enorme diferença existente entre o tamanho de suas populações. Somente o México, que em 1988 tinha uma população de 83,7 milhões de pessoas, estaria mais próximo do Brasil que, nesse mesmo ano,

tinha uma população de 144 milhões. Ainda assim, países como a Argentina, o México e a Colômbia apresentam algumas semelhanças com o Brasil. Esses quatro países têm em torno de 3/4 da população residindo em áreas urbanas, apresentam graus de industrialização semelhantes, com base na participação da manufatura no PIB, e têm níveis de renda *per capita* parecidos. Nesses indicadores econômicos destaca-se a Argentina, seguida do Brasil. A Colômbia apresenta um maior atraso econômico, no que diz respeito àqueles indicadores.

Com relação aos indicadores que refletem as condições sociais da população, chama atenção o fato de que os valores constatados para o Brasil são os piores. Ele apresenta a mais alta taxa de mortalidade infantil, a menor esperança de vida e as maiores taxas de fecundidade e percentagem de adultos analfabetos. Os valores desses indicadores sociais no Brasil estão mais próximo dos vigentes em países como a Indonésia e a Turquia que são mais atrasados do ponto de vista econômico ao apresentarem menor proporção de população urbana, menor produção manufatureira, maior produção agrícola e menor renda *per capita*. Além disso, como sabemos, o Brasil é um país regionalmente muito heterogêneo. Os indicadores globais correspondem a uma média do país e, se considerado apenas o Nordeste, os valores dos indicadores sociais seguramente seriam bem piores do que naqueles países, considerados economicamente mais atrasados que o Brasil.

Embora a extrema pobreza seja ainda um problema primordialmente de natureza rural pois, como vimos, a incidência da indigência é sempre maior nessas áreas, o intenso processo de urbanização, acentuado pela rápida migração rural-urbana, tem deslocado a preocupação com o fenômeno da pobreza das áreas rurais para as urbanas e, mais especificamente, para as áreas metropolitanas.

Efetivamente, mesmo que a dimensão da pobreza não-metropolitana supere a metropolitana, os estudos da pobreza têm privilegiado as metrópoles. Isto talvez decorra de que a miséria que atinge essas regiões é mais visível e focalizada. Os miseráveis, despossuídos de local para morar, aglomeram-se em núcleos habitacionais subumanos, que com o passar do

tempo tornam-se moradias permanentes com graves deficiências de infraestrutura básica, agravando os problemas já existentes nas cidades.

Salienta-se o fato de 45,9% da pobreza metropolitana concentrar-se no eixo Rio-São Paulo. No entanto, a Grande São Paulo é, das metrópoles brasileiras, a que tem a menor incidência de indigentes. Mesmo no Rio de Janeiro, a proporção de pobres na população total situa-se próximo da média metropolitana nacional. A grande incidência de miseráveis ocorre nas áreas metropolitanas do Nordeste, destacando-se, neste particular, Fortaleza (22,3%) e Recife (21,4%) (Ver tabela 5)

Dos trabalhos mais recentes que enfatizam o agravamento da pobreza metropolitana destacamos, em primeiro lugar, os de Rocha.⁴⁹ Com o objetivo de delimitar a população mais carente que reside nas principais metrópoles a autora estimou, para vários anos da década de oitenta, linhas de pobreza referentes a nove regiões metropolitanas, levando

TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO E INCIDENCIA DOS
INDIGENTES NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO PAIS - 1990

Metrópole	População	População Indigente	Proporção de Indigentes
Belém	2,6	3,0	10,9
Fortaleza	4,7	11,0	22,3
Recife	6,5	14,4	21,4
Salvador	5,1	8,5	15,9
Rio de Janeiro	24,4	26,7	10,5
Belo Horizonte	7,9	8,7	10,5
São Paulo	37,0	19,2	5,0
Curitiba	5,1	3,4	6,3
Porto Alegre	6,6	5,1	7,5
Total	100,0	100,0	9,6

Fonte: IPEA (1993).

⁴⁹

Além dos trabalhos de ROCHA, S. (1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993) cabe mencionar os de FAVA, V.L. (1984), LOPES, R.J.B. e GOTTSCHALK (1990), LOPES, R.J.B., (1992), FIGUEIREDO et alii (1990), BALTAR et alii (1989), OLIVEIRA et alii (1990).

em conta as especificidades locais da estrutura de consumo e dos preços dos produtos.⁵⁰

A tabela 6 mostra as diferentes linhas de pobreza calculadas por Rocha. Essas cifras correspondem ao valor mínimo mensal necessário por pessoa. Assim, por exemplo, para a região metropolitana de São Paulo, em 1990, a linha de pobreza, valendo 1,29 salários mínimos, estaria indicando que o mínimo legal é claramente insuficiente para garantir as necessidades básicas de uma pessoa, pertencente à família de um trabalhador típico no limiar da pobreza que, em média, foi considerada como tendo 4,1 pessoas e 1,88 menores de 14 anos.⁵¹

A principal vantagem das linhas de pobreza construídas por Rocha, com relação ao uso de um parâmetro nacional único, é que elas refletem, de maneira mais fidedigna, os custos locais de atendimento às necessidades básicas. A mesma tabela nos dá uma idéia da inadequação do salário mínimo, como valor capaz de cobrir os custos das necessidades básicas de uma pessoa. Os diferenciais de preço e de estrutura de consumo levam a graves distorções quando se usa diretamente o salário mínimo como referência, nas comparações da incidência da pobreza na população das diferentes regiões.⁵²

50

As linhas de pobreza foram construídas com base em estruturas de consumo estabelecidas por FAVA para nove regiões metropolitanas. O procedimento para cada região consistiu basicamente na composição de uma cesta de alimentos que refletisse os hábitos alimentares de um grupo específico de famílias. Esses hábitos foram captados através da ENDEF, pesquisa realizada pelo IBGE entre 1974 e 1975. A cesta de alimentos foi construída por FAVA, levando em conta também critérios de nutrição da OMS. Para estimar o custo dessa cesta, ROCHA considerou os preços médios anuais, específicos de vários produtos também calculados mensalmente pelo IBGE. Para as despesas não alimentares ROCHA e FAVA usaram o coeficiente de ENGEL, isto é a relação entre a despesa alimentar e a despesa total, do grupo de famílias considerando no limiar da pobreza. Maiores detalhes sobre a metodologia encontram-se nos trabalhos de ROCHA, S. (1988) e FAVA, V.L. (1984).

51

Com base em ROCHA, S. (1992).

52

Com base em ROCHA, S. (1990, 1992).

TABELA 6
LINHAS DE POBREZA (VALORES PER CAPITA) POR REGIÃO METROPOLITANA, SEGUNDO ANOS SELECIONADOS, EXPRESSAS EM TERMOS DO MAIOR SALÁRIO MÍNIMO MÉDIO ANUAL VIGENTE NO PAÍS

REGIÕES METROPOLITANAS	1981	1983	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Belém	0,63	0,73	0,72	0,81	0,976	0,906	0,85	1,22
Fortaleza	0,59	0,56	0,52	0,49	0,588	0,545	0,51	0,72
Recife	0,60	0,60	0,62	0,54	0,679	0,648	0,62	0,93
Salvador	0,63	0,63	0,64	0,66	0,809	0,743	0,74	1,02
Belo Horizonte	0,52	0,61	0,63	0,58	0,700	0,668	0,65	0,96
Rio de Janeiro	0,58	0,68	0,74	0,62	0,770	0,758	0,75	1,11
São Paulo	0,68	0,83	0,79	0,77	0,992	0,936	0,90	1,29
Curitiba	0,43	0,54	0,53	0,48	0,593	0,566	0,57	0,77
Porto Alegre	0,59	0,69	0,71	0,64	0,788	0,754	0,73	1,03

Fonte: ROCHA (1992).

Na mesma tabela, observa-se que as diferenças de custo de vida entre as nove metrópoles levam a que Fortaleza e Curitiba sejam as de menor linha de pobreza, em todos os anos considerados, enquanto que São Paulo tem o maior valor. Ou seja, o custo da vida de cada pessoa de uma família residente em São Paulo que está no limiar da pobreza é bem maior que nas outras metrópoles, especialmente Curitiba e Fortaleza. Assim, em 1990, o valor da linha de pobreza da região metropolitana de São Paulo supera em 3/4 o de Fortaleza e Curitiba. Como sugerem os valores da linha de pobreza relativamente altos em Belém e baixos no Rio de Janeiro, não se pode afirmar que aqueles valores elevados, em São Paulo, sejam característicos das grandes metrópoles, sendo uma especificidade, neste particular, da metrópole paulista.⁵³

Outro aspecto que pode ser destacado, a partir da tabela 6, é a queda sofrida pelo salário mínimo durante a década. O valor real da linha de pobreza foi mantida constante. Portanto, os aumentos em termos de salário mínimo decorrem da redução no poder de compra deste salário mínimo legal, em consequência dele não ter sido reajustado na proporção dos aumentos de preço. Verifica-se que as diminuições no valor do salário

⁵³

Com base em ROCHA, S. (1990, 1992).

mínimo ocorrem principalmente em três anos: em 1983, quando a inflação aumentou com a desvalorização real do cruzeiro e a recessão e o controle de salários foram impostos pelo FMI ao governo do país; em 1987, após o fracasso do Plano Cruzado e; em 1990, primeiro ano do governo Collor, quando tentou-se combater uma elevada inflação, sem nenhuma proteção aos baixos salários.

Nota-se, entretanto, que nas metrópoles do Nordeste, o valor do salário mínimo não diminuiu em 1983, em consequência do progressivo nivelamento dos salários mínimos regionais, processo que conduziu à unificação em 1984, proporcionando, até então, maiores reajustes nas metrópoles do Nordeste.

A partir das linhas de pobreza acima descritas e das rendas familiares *per capita* obtidas das PNADs, Rocha delimitou uma sub-população pobre em cada região metropolitana para os anos selecionados. Dessa forma, foram considerados pobres todos os indivíduos pertencentes a famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza. A incidência da pobreza na população de cada região metropolitana, em cada ano selecionado, foi indicada pela proporção de pobres.⁵⁴ (Ver tabela 7)

TABELA 7
INCIDENCIA DA POBREZA NAS METROPOLES PARA ANOS SELECIONADOS

REGIÕES METROPOLITANAS	1981	1983	1986	1987	1988	1989	1990
Belém	50,9	57,6	45,9	45,1	46,6	39,6	43,4
Fortaleza	54,0	56,2	30,1	37,8	35,8	40,7	41,5
Recife	55,6	56,6	39,9	42,8	43,9	47,2	48,5
Salvador	43,1	43,8	37,5	39,4	33,9	39,9	39,2
Belo Horizonte	31,3	44,1	26,4	27,7	28,9	27,2	30,3
Rio de Janeiro	27,2	34,7	23,2	25,9	25,1	32,5	32,7
São Paulo	22,0	34,4	16,9	20,0	17,5	20,9	22,2
Curitiba	17,4	29,6	10,5	10,9	10,7	13,5	12,3
Porto Alegre	17,9	29,7	16,3	18,7	21,2	21,0	21,2
Total	29,1	38,2	22,8	25,5	24,4	27,9	28,9

Fonte: ROCHA (1992).

Considerando o conjunto das regiões metropolitanas observa-se, na tabela 7, que o ano de 1986 foi o que apresentou menor proporção de pobres. Segundo Rocha, 30% da população brasileira concentrava-se nas regiões metropolitanas nesse ano, sendo que 23% ou 9,6 milhões de pessoas eram pobres. Pode-se constatar ainda que a incidência da pobreza é bem maior nas metrópoles do Norte e Nordeste do país, atingindo 40% da população total do Recife em 1986, tendo alcançado 57% em 1983. Rocha chama a atenção também para a sensibilidade do indicador da incidência da pobreza às oscilações no ritmo de atividade econômica.⁵⁵ (Ver tabela 8)

TABELA 8
ALGUNS INDICADORES DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA E INCIDÊNCIA DA POBREZA NAS METRÓPOLES NOS ANOS 80

	VARIACÃO DO PIB (%)			Taxa de inflação (%) (d)	Taxa de investimento (e)	Incidência da pobreza nas metrópoles
	Total (a)	Agro-pecuária (b)	Indústria (c)			
1981	-4,4	8,0	-10,4	109,90	21,0	29,1
1982	0,6	-0,5	-0,2	95,46	19,5	.
1983	-3,4	-0,6	-5,8	154,53	16,9	38,2
1984	5,3	3,4	6,2	220,62	16,3	.
1985	7,9	10,0	8,3	225,52	16,4	.
1986	7,6	-8,0	11,3	142,25	18,7	22,8
1987	3,6	15,0	0,9	224,82	17,9	25,5
1988	-0,1	0,8	-3,4	684,62	17,0	24,4
1989	3,3	2,8	2,9	1.782,90	16,7	27,9
1990	-4,0	-3,7	-9,5	1.476,60	16,0	28,9

(e) Formação Bruta de Capital Fixo/PIB.

Fonte:

(a), (d), (e) ROCHA (1992).

(b), (c) Conjuntura Econômica. Janeiro de 1993. v. 47. n° 1. Fundação Getúlio Vargas.

(d) Índice Geral de Preços (Fundação Getúlio Vargas).

Efetivamente, na tabela 8 observa-se que a proporção de pobres já era considerável em 1981, ano em que o produto industrial apresentou significativa redução que diminuiu o produto global, apesar do expressivo aumento da produção agrícola. A incidência da pobreza metropolitana aumentou ainda mais em 1983, ano em que a economia do país apresentou nova queda, liderada pela indústria e acompanhada de intensa redução da taxa de investimento. De forma paralela, ocorreu uma aceleração do processo inflacionário e o governo tentou conter os aumentos nominais de salário.

Desde 1984 observa-se uma recuperação de todos os indicadores econômicos, ainda que a inflação continuasse elevada. Em 1986, apesar do mau desempenho da agricultura, a recuperação é considerável, principalmente na indústria. Além disso ocorreu, neste último ano, uma forte desaceleração da inflação, como resultado do congelamento de preços promovido pelo Plano Cruzado. O bom desempenho da atividade econômica entre 1984 e 1986 repercutiu na proporção de pobres que, nesse último ano, apresentou o mais baixo nível da década, em praticamente todas as metrópoles.

A partir de 1987, embora a agricultura tenha mostrado bons resultados, todos os outros indicadores sofreram retração enquanto que a inflação retomou seu crescimento acelerado. O produto industrial oscilou e, depois de 1989, caiu profundamente, liderando uma nova recessão. A proporção de pobres acompanhou a evolução da economia voltando a aumentar em 1987 e em 1989 com a aceleração da inflação. No ano de 1990 com a recessão há um novo agravamento da incidência da pobreza.

Objetivando uma melhor identificação dos grupos pobres urbanos, Lopes realizou um estudo em que levou em conta as diferenças em uma ampla gama de estruturas familiares, tipificadas conforme sua relação com o ciclo vital (constituição, desenvolvimento e mudanças e, envelhecimento da família).⁵⁶ Esse estudo teve por referência o ano de 1989 e foi realizado a

nível das regiões geográficas do país. Para identificar os pobres e separá-los dos não-pobres, o autor baseou-se na metodologia usada por Rocha.⁵⁷

Lopes identificou dez estruturas familiares. Na tabela 9 encontram-se os dados referentes a esses tipos de famílias, para a população considerada pobre, no Brasil como um todo e para duas grandes regiões, em que o autor agrupou Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de um lado, e Sudeste e Sul, do outro.

Constata-se, em primeiro lugar, que a maioria dos domicílios são compostos principalmente por casais jovens e de meia idade, com filhos, não havendo, neste particular, diferenças de proporções entre as duas grandes regiões aqui consideradas. Assim, enquanto que no Norte, Nordeste e Centro-Oeste existiam 51,4% dos domicílios com essas estruturas familiares, no Sudeste e Sul essa proporção era de 55%. Em consequência, a maior proporção de domicílios pobres encontrava-se também nesses tipos de famílias sendo de 52,3% e 57,9% respectivamente.⁵⁸

Em segundo lugar, com relação à incidência de pobreza, como era de se esperar, a grande região composta pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentou os maiores valores para todas as estruturas familiares. Destaca-se aqui, a incidência da pobreza em famílias constituídas por mulheres jovens, sem cônjuge e com filhos e naqueles domicílios formados por mais de uma família, ainda que o peso relativo dessas duas categorias no total de domicílios não seja muito significativo. Aquelas estruturas familiares compostas por casais jovens e de meia idade, com filhos, também apresentaram grande incidência de pobreza, principalmente os localizados nas regiões mais atrasadas do país. Esses domicílios, entretanto, ao contrário dos anteriores, tinham um peso relativamente alto no total dos domicílios.

⁵⁷

LOPES dispunha, além das linhas de pobreza calculadas por ROCHA para as metrópoles, dos custos das cestas de alimentos e das estimativas de população em 1989 para as metrópoles e áreas urbanas não-metropolitanas. Para calcular as linhas de pobreza das regiões, utilizou médias ponderadas, em que a ponderação foi dada pelas estimativas da população. Maiores detalhes encontram-se em LOPES, J.R.B. (1992).

⁵⁸

Com base em LOPES, J.R.B. (1992).

Por esse motivo é muito elevada sua participação no total de famílias pobres em todas as regiões do país.⁵⁹ (Ver tabela 9).

Deste modo, embora seja possível identificar certos tipos de família, caracterizados pela alta incidência de pobreza, notadamente aquelas chefiadas por mulheres, a grande maioria das famílias pobres tem estrutura exatamente igual à da maior parte das famílias brasileiras, qual seja, casais jovens e de meia idade com filhos.

TABELA 9
DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POBRES E INCIDÊNCIA DA POBREZA SEGUNDO AS ESTRUTURAS FAMILIARES - 1989

ESTRUTURAS FAMILIARES	Brasil			Norte, Centro-Oeste e Nordeste			Sudeste e Sul		
	Domicílio		Incidência da pobreza	Domicílios		Incidência da pobreza	Domicílios		Incidência da pobreza
	Pobres %	Total %		Pobres %	Total %		Pobres %	Total %	
Homens e mulheres jovens (-34 anos), sós	0,16	1,71	3,13	0,20	1,85	5,50	0,12	1,64	1,92
Casais jovens (-34 anos), sós	1,58	3,73	14,27	1,69	3,71	22,79	1,48	3,73	10,47
Casais jovens (-34 anos) com filhos e outros	24,08	21,27	38,20	22,90	21,92	52,37	25,09	20,97	31,55
Casais de 35-59 anos com filhos e outros	31,21	33,01	31,91	29,40	29,48	49,99	32,76	34,59	24,98
Homens ou mulheres ou casais idosos (60 ou mais anos), com filhos e outros	7,99	8,13	33,16	10,20	9,59	53,30	6,10	7,47	21,54
Homens ou mulheres ou casais idosos (60 ou mais anos), sós	6,22	5,75	36,51	6,74	5,71	59,22	5,78	5,77	24,41
Outras estruturas familiares	4,40	7,50	19,76	3,57	6,11	29,34	5,10	8,13	16,53
Mais de uma família no domicílio	10,12	8,47	40,32	11,56	10,15	57,07	8,89	7,71	30,41
Mulheres chefes jovens (1-34 anos) sem cônjuge, com filhos e outros	4,14	2,35	59,47	3,66	3,04	60,28	4,55	2,04	58,93
Mulheres chefes jovens (-34 anos) sem cônjuge, com filhos e outros	10,11	8,09	42,15	10,09	8,43	59,94	10,13	7,94	33,65
Total	100,00	100,00	33,74	100,00	100,00	50,13	100,00	100,00	26,37

Fonte: NEPP/UNICAMP: LOPES, J.R.B. (1992).

O núcleo de Estudos Sociais, Urbanos e Regionais do Instituto de Economia (NESUR) da UNICAMP tem realizado recentemente várias

pesquisas sobre pobreza urbana no Brasil.⁶⁰ Nelas, foi realizada uma caracterização e acompanhamento da evolução da pobreza nos anos oitenta para quatro regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. Analogamente a Rocha e Lopes traçaram, para cada região, linhas de pobreza para identificar as famílias pobres.⁶¹

A distinção entre pobres e não-pobres com base somente na variável renda, particularmente quando não se explicitam os tipos de família, contém certa ambigüidade. Assim, abaixo da linha de pobreza podem encontrar-se famílias que não deveriam ser consideradas pobres enquanto acima daquela linha podem ter sido contabilizadas famílias que realmente são pobres. Não obstante, o trabalho do NESUR mostra que o corte estabelecido pela linha de pobreza corresponde efetivamente a uma descontinuidade. Deste modo, observa-se que, abaixo da linha de pobreza, a proporção de famílias com carência alimentar supera significativamente os 50% em todas as regiões metropolitanas, enquanto que nas outras faixas de renda, essas proporções são menores e decrescem conforme aumenta o nível de renda familiar. (Ver tabela 10). Ainda assim, na faixa de renda superior a quatro linhas de pobreza, a incidência da carência alimentar não é desprezível, refletindo a gravidade do problema nutricional nas metrópoles brasileiras. Essa situação é corroborada pela distribuição das famílias com carência alimentar, segundo a renda familiar *per capita*, ao indicar que a maioria delas teria renda *per capita* acima da linha de pobreza. Recife é a única metrópole onde, devido a alta incidência da pobreza, quase metade das famílias com carência alimentar tem renda menor que a linha de pobreza.⁶²

Com relação à variação da pobreza na década de oitenta, confirmou-se a sensibilidade do indicador proporção de pobres às oscilações do ritmo da atividade econômica. A proporção de pobres aumentou na crise de 1981/83, declinando na recuperação de 1984/86 e voltando a aumentar após

⁶⁰ Ver BALTAR et alii (1989) e OLIVEIRA et alii (1991).

⁶¹ Para a região metropolitana de São Paulo a metodologia usada foi a de ROCHA. Para as outras três metrópoles utilizou-se a relação que suas linhas de pobreza mantinham com a de São Paulo em 1974/1975 para calcular o valor dessas linhas em 1981. Para os demais anos aplicou-se o índice de custo de vida de cada região metropolitana. Maiores detalhes ver OLIVEIRA, BALTAR e HENRIQUE coords. (1991).

⁶² Com base em OLIVEIRA BALTAR e HENRIQUE coords. (1991).

1986. A incidência da pobreza verificada no final da década de oitenta superou os níveis observados no ano 1980. (Ver tabela 11).

TABELA 10
INCIDÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS COM CARENCIA ALIMENTAR, SEGUNDO A RENDA FAMILIAR PER CAPITA - 1987

Renda Familiar per capita (em linhas de pobreza)	Incidência da Carência Alimentar				Distribuição das famílias com carência alimentar			
	Porto Alegre	Rio de Janeiro	São Paulo	Recife	Porto Alegre	Rio de Janeiro	São Paulo	Recife
até 1 L.P.	58,0	63,3	60,6	66,1	19,2	21,6	20,6	44,3
de 1 a 2 L.P.	42,4	48,8	48,7	44,5	26,9	31,3	30,7	27,3
de 2 a 4 L.P.	40,2	34,2	37,8	28,2	29,5	23,9	27,3	15,3
4 e mais L.P.	24,3	22,1	26,7	21,1	24,3	23,2	21,1	13,2
Total	37,0	36,6	40,2	40,9	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Tabulações Especiais da POP - 1987.

Extraído de IE/UNICAMP, OLIVEIRA, BALTAR e HENRIQUE coords. (1991).

TABELA 11
PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS COM RENDA ABAIXO DA LINHA DE POBREZA, POR DIFERENTES CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DA LINHA DE POBREZA NA DÉCADA DE OITENTA

Região	1980	1981	1981	1981	1983	1983	1986	1986	1987	1987	1989	1989
Metropolitana	(1)	(1)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(1)	(3)	(1)	(2)
Porto Alegre	11,0	13,0	17,9	-	29,7	-	16,3	-	16,2	-	15,7	21,0
Rio de Janeiro	22,5	26,7	27,2	-	34,7	-	23,2	-	28,2	-	30,8	32,5
São Paulo	18,3	23,9	22,0	34,7	34,4	43,2	16,9	25,5	22,2	42,1	19,5	20,9
Recife	39,3	42,9	55,6	-	56,6	-	39,9	-	43,1	-	44,9	47,2

Fonte: (1) IE/UNICAMP

(2) ROCHA (1991)

(3) LOPES e GOTTSCHALK (1990)

Extraído de IE/UNICAMP, OLIVEIRA, BALTAR e HENRIQUE. Coords. (1991).

Esse saldo de empobrecimento da década de oitenta é melhor apresentado pelas mudanças no perfil do conjunto da distribuição das famílias segundo a renda *per capita*. Observa-se na tabela 12 que a proporção de famílias situadas abaixo da linha de pobreza é maior em 1989 do que em 1980 em todas as metrópoles examinadas, embora em São Paulo essa diferença não seja muito significativa. A região metropolitana do Rio de Janeiro foi a que sofreu o maior aumento na incidência da pobreza que passou de 22,5% para 30,8% das famílias. Nesta metrópole e no Recife constatou-se uma diminuição nas proporções de famílias em todas as outras faixas de renda, inclusive na de acima de quatro linhas de pobreza.

TABELA 12
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A RENDA FAMILIAR PER CAPITA 1980 e 1989

Renda Familiar per capita (em linhas de pobreza)	Porto Alegre		Rio de Janeiro		São Paulo		Recife	
	1980	1989	1980	1989	1980	1989	1980	1989
	L.P.		L.P.		L.P.		L.P.	
até 1	11,0	15,7	22,5	30,8	18,3	19,5	39,3	44,9
de 1 a 2	24,4	23,0	27,1	25,7	28,9	25,3	27,2	23,5
de 2 a 4	29,7	24,3	23,6	19,2	27,6	24,9	15,8	13,3
4 e mais	33,5	33,0	25,6	22,6	24,2	28,6	16,8	15,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE: PNADs de 81 e 89.

Extraído de IE/UNICAMP. OLIVEIRA, BALTAR e HENRIQUE, Coords. (1991).

Pode-se inferir então, que nas metrópoles do Rio de Janeiro e de Recife houve um empobrecimento generalizado enquanto que em São Paulo e Porto Alegre, embora tenha aumentado a fração de famílias com renda abaixo da linha de pobreza, houve também um aumento na proporção de famílias que têm renda muito maior que a linha de pobreza, sugerindo um aumento da desigualdade socioeconômica.

A pesquisa do IE destaca também que o aumento na proporção de famílias pobres ocorreu apesar de mudanças demográficas e de condição de atividade favoráveis ao nível de renda *per capita* dessas famílias. Assim, nas quatro metrópoles, constatou-se na década de oitenta reduções no tamanho médio das famílias pobres e nas proporções tanto de menores de 10 anos quanto de inativos e desocupados (Ver tabela 13). Ou seja, famílias que em outra circunstância, por seu tamanho e estrutura, não seriam pobres, foram levadas pela situação econômica do país, para baixo da linha de pobreza.

TABELA 13
TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS E INDICADORES DE ATIVIDADE DAS PESSOAS PARA AS FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA INFERIOR A UMA LINHA DE POBREZA - 1981 e 1989

Região	Tamanho médio das famílias		Menores de 10 anos		Inativos		Desocupados		Ocupados	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Porto Alegre	4,6	4,1	1,6	1,3	1,7	1,5	0,2	0,1	1,1	1,1
Rio de Janeiro	4,7	4,1	1,4	1,1	1,9	1,6	0,2	0,1	1,2	1,3
São Paulo	4,7	4,3	1,5	1,4	1,7	1,6	0,2	0,1	1,3	1,2
Recife	5,2	4,6	1,6	1,3	2,2	1,9	0,2	0,1	1,2	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE: PNADs de 81 e 89.

Extraído de IE/UNICAMP. OLIVEIRA, BALTAR e HENRIQUE, Coords. (1991).

A condição de atividade dos chefes de família fornece pistas sobre o que esteve por trás do aumento na proporção de famílias pobres no conjunto da década. Na tabela 14 observa-se que os chefes das famílias pobres, comparativamente aos de famílias não-pobres, apresentam uma proporção bem maior de desempregados e inativos em todas as metrópoles, indicando que a inserção daqueles chefes no mercado de trabalho seria mais precária que a dos chefes de famílias não-pobres. A proporção de chefes de famílias pobres que são ocupados, entretanto, manteve-se constante, não diminuindo com o aumento do número das famílias pobres. Porém, as diferenças entre faixas de renda se mantiveram, indicando que a perda de ocupação do chefe deve ter tido um papel significativo no rebaixamento da renda de muitas das famílias que passaram a ser pobres ao longo da década de oitenta.⁶³

TABELA 14
CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DO CHEFE SEGUNDO A RENDA FAMILIAR
PER CAPITA EM QUATRO REGIÕES METROPOLITANAS - 1981 e 1989

Região	Anos	RENDA FAMILIAR PER CAPITA (em linhas de pobreza)											
		Até 1 S.M.				de 1 a 2 S.M.				de 2 a 4 S.M.			
		Desem- pregado	Ina- tivo	Ocu- pado	Total	Desem- pregado	Ina- tivo	Ocu- pado	Total	Desem- pregado	Ina- tivo	Ocu- pado	Total
Porto Alegre	1981	10,0	27,7	62,3	100,0	1,6	25,4	73,0	100,0	0,8	19,7	79,5	100,0
	1989	7,7	27,7	64,6	100,0	1,1	21,8	77,1	100,0	0,7	20,0	79,2	100,0
Rio de Janeiro	1981	7,7	25,3	67,0	100,0	1,1	21,3	77,6	100,0	0,5	22,5	77,0	100,0
	1989	4,9	28,7	66,4	100,0	0,8	25,5	73,8	100,0	0,6	23,1	76,3	100,0
São Paulo	1981	10,3	22,5	67,2	100,0	1,8	17,8	80,4	100,0	0,8	17,5	81,7	100,0
	1989	6,7	27,3	66,0	100,0	0,5	20,2	79,3	100,0	0,1	20,9	79,0	100,0
Recife	1981	6,7	30,4	62,9	100,0	1,3	23,6	75,1	100,0	1,1	23,4	75,5	100,0
	1989	5,5	29,9	64,6	100,0	1,1	23,0	75,9	100,0	0,5	26,3	73,1	100,0

Fonte: FIRGE: Tabulações Especiais da PNAD
Extraído de IE/UNICAMP. OLIVEIRA, BALTAR e HENRIQUE, Coords. (1991).

Mas não foi somente a perda de ocupação do chefe que contribuiu para o aumento da proporção de famílias pobres, pois também ocorreu uma redução significativa no nível de renda dos chefes ocupados, principalmente nas regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e Recife. Observa-se na tabela 15 que houve, entre 1981 e 1989, um aumento generalizado nas proporções de chefes com renda na ocupação principal inferior a um salário mínimo. Em contrapartida, diminuíram as dos chefes das faixas entre um e três salários mínimos.

TABELA 15
CHEFES OCUPADOS DAS FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA ATÉ 1
LINHA DE POBREZA SEGUNDO A RENDA NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE
(EM SALÁRIOS MÍNIMOS) EM QUATRO REGIÕES METROPOLITANAS, 1981 - 1989

Renda ocupa- ção principal do chefe (salário mín.)	Porto Alegre		Rio de Janeiro		São Paulo		Recife	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
até 1 S.M.	21,5	30,1	16,8	32,9	10,2	12,3	38,2	49,7
de 1 a 2 S.M.	55,0	46,7	54,9	43,3	38,2	29,7	47,8	36,7
de 2 a 3 S.M.	22,0	19,7	23,3	19,3	37,0	34,2	12,3	11,5
de 3 a 5 S.M.	1,5	3,5	5,0	4,4	14,1	22,4	1,6	2,1
5 e mais S.M.	-	-	0,1	0,1	0,5	1,4	0,1	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE: PNADs de 81 e 89.

Extraído de IE/UNICAMP. OLIVEIRA, BALTAR e HENRIQUE, Coords. (1991).

Com o objetivo de aprofundar a questão, a pesquisa do IE investigou as ocupações dos chefes de famílias pobres. Foram identificados quatro grupos ocupacionais que respondiam, em conjunto, por mais de três quartos das ocupações dos chefes de família com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza nas quatro regiões metropolitanas. Os dados da tabela 16 mostram que em 1989 os mesmos grupos ocupacionais continuam respondendo por grande parcela do emprego dos chefes de família de baixa renda. Chamam a atenção, entretanto, duas mudanças ocorridas, de forma generalizada, na composição interna dos grupos ocupacionais, quais sejam, o aumento da proporção do empregado doméstico e a redução do peso das ocupações manuais da construção civil, sendo que nas metrópoles de Recife e Rio de

Janeiro também ocorreu uma redução nas ocupações manuais da indústria de transformação.

As mudanças na composição da ocupação dos chefes de famílias pobres refletem o mau desempenho da economia na década de oitenta que afetou particularmente a construção civil. Com relação ao aumento na importância relativa do emprego doméstico para a ocupação de chefes de famílias de baixa renda apontam-se duas possibilidades: a perda de ocupação do chefe pode ter levado a mulher ocupada como doméstica a passar a se declarar chefe de família, que tenha ocorrido um deslocamento para baixo da linha de pobreza das famílias chefiadas por mulheres que são empregadas

TABELA 16
CHEFES OCUPADOS COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA INFERIOR A UMA LINHA DE POBREZA, SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO PRINCIPAL NAS METRÓPOLES 1981 - 1989

Tipo de ocupação principal	Porto Alegre		Rio de Janeiro		São Paulo		Recife	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Ocup. manuais - Ind. transformação	19,7	22,1	18,7	13,8	22,5	22,9	14,7	12,6
Ocup. manuais - Ind. construção	22,5	6,8	17,4	8,5	16,9	4,0	16,3	6,2
Empregado doméstico	5,9	21,3	8,0	18,6	5,3	16,7	8,1	16,9
Outros trab. de menor qualificação	30,4	26,0	34,5	37,4	33,4	26,9	37,2	34,1
sub-total	78,5	76,2	78,6	78,3	78,1	70,5	76,3	69,8
Demais ocupações	21,5	23,0	21,4	21,7	21,9	29,5	23,7	30,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IE/UNICAMP. OLIVEIRA, BALTAR e HENRIQUE coords. (1991).

domésticas, em consequência da redução na remuneração do trabalho dos homens dessas famílias ou pela perda de suas respectivas ocupações.

Essa última possibilidade é reforçada pelo fato de não ter ocorrido, na década, um aumento na proporção do emprego doméstico, com relação ao total das ocupações nas metrópoles mencionadas, salvo no caso de Recife. (Ver tabela 17). A mesma tabela permite também estabelecer que a elevação na proporção de famílias pobres entre 1981 e 1989 não está associada à

proliferação de ocupações mal remuneradas, em detrimento daquelas que oferecem melhores oportunidades de remuneração, sugerindo portanto, que a deterioração da renda *per capita* das famílias seja resultado de um rebaixamento geral das remunerações do trabalho.⁶⁴

TABELA 17
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO PRINCIPAL NAS METRÓPOLES 1981 - 1989

Tipo de ocupação principal	Porto Alegre		Rio de Janeiro		São Paulo		Recife	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Ocup. manuais - Ind. transformação	20,4	19,4	15,0	13,4	20,7	19,2	13,3	13,8
Ocup. manuais - Ind. construção	7,6	5,4	7,2	6,2	5,6	4,1	8,0	6,4
Empregado doméstico	4,8	5,1	6,7	6,2	4,8	4,1	5,2	6,5
Outros trab.de menor qualificação	17,7	18,5	24,0	25,9	20,6	21,7	26,7	27,2
sub-total	50,5	48,4	52,9	51,7	51,7	49,1	53,2	53,9
Demais ocupações	49,5	51,6	47,1	48,3	48,3	50,9	46,8	46,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PIBGE - Tabulações Especiais da PNAD - 1981 e 1989.
Extraído de IE/UNICAMP, OLIVEIRA, BALTAR e HENRIQUE coords. (1991).

A estreita relação existente entre pobreza e baixa renda do trabalho torna pertinente o aprofundamento das questões relativas ao mercado de trabalho. Uma tentativa neste sentido foi a identificação pormenorizada das ocupações mal remuneradas realizada por Figueiredo, Schiray e Lustosa, do IEI/UFRJ, num estudo específico para a região metropolitana do Rio de Janeiro. Eles identificaram 34 categorias ocupacionais típicas de baixa renda. O critério adotado foi o de considerar como "ocupações pauperizadas" aquelas cujas remunerações em 1989 eram majoritariamente iguais ou inferiores a três salários mínimos.⁶⁵ (Ver tabela 18)

64

Com base em OLIVEIRA BALTAR E HENRIQUE coords. (1991).

65

FIGUEIREDO et alii. (1990).

TABELA 18
DISTRIBUIÇÃO DA BAIXA RENDA NAS OCUPAÇÕES PAUPERIZADAS
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1987

Ocupações pauperizadas	Proporção acumulada do total da ocupação			Efetivos totais (milhares)
	1 S.M. e menos	2 S.M. e menos	3 S.M. e menos	
Receptionistas	38	71	91	32,5
Prod. agropec. autôn.	38	69	80	17,3
Trab. agropec./pesca	77	91	100	29,2
Alfaiates/costureiras	36	70	90	124,2
Outros vestuar./calçados	38	75	86	43,2
Carpinteiros	16	35	76	24,6
Lustradores/estofadores	18	58	82	25,2
Montadores elétricos	10	30	90	6,6
Reparadores TV-rádio	18	33	65	14,6
Serventes de pedreiros	51	91	100	83,7
Pedreiros	9	40	71	118,2
Pintores/caiadores	12	54	78	44,5
Padeiros	5	50	90	13,3
Outr.trab.art.aliment.	40	85	85	13,3
Borracheiros/lapidadores	25	65	85	13,3
Embalad. de mercadorias	24	84	98	33,2
Vendedoras	27	63	80	178,7
Operadores de caixa	22	80	91	35,9
Repos./demonst. mercad.	23	76	94	11,3
Feirantes	33	54	75	21,9
Vendedores ambulantes	39	60	75	112,9
Vendedores de jornais	60	70	90	6,6
Empregadas domésticas	61	92	98	431,2
Camareiras/cozinheiras	37	82	95	59,1
Atendente de bar	49	94	100	63,8
Cabeleireiros/manicures	46	63	77	55,8
Lavadeiras/passadeiras	87	96	100	67,1
Porteiros/ascensoristas	15	62	82	43,2
Vigias	23	54	78	55,8
Serventas	53	91	97	130,9
Contínuos	28	76	90	42,5
Guardas vigias particul.	5	52	93	29,2
Lixeiros	10	40	70	6,6
Trabalhadores braçais	50	84	97	102,3
Total				2.091,7

Fonte: Tabulações Especiais PNAD 1987 - IBGE

Extraído de FIGUEIREDO et alii (1990).

Essas ocupações pauperizadas abrangiam 2,1 milhões de pessoas, o que representava 45,9% das oportunidades ocupacionais na região metropolitana do Rio de Janeiro. Dentre as ocupações pauperizadas, aquelas com remuneração efetivamente inferior a três salários mínimos somaram 1,8 milhões de pessoas, representando 65,5% do conjunto de pessoas com essa remuneração. Se consideradas somente as ocupações com remunerações abaixo de dois salários mínimos, as pauperizadas abrangiam 81,5%.

A pesquisa do IEI/UFRJ classificou em três grupos o total das ocupações pauperizadas, em função da proporção de ocupados com renda inferior ao salário mínimo legal. Os grupos foram os seguintes:

- "Ocupações pauperizadas com grau de pobreza" (menos de um terço dos ocupados com renda inferior ao salário mínimo): recepcionistas, alfaiates/costureiras, reparadores de TV/rádio, operadores de caixa, vigias;

- "Ocupações pauperizadas com alto grau de pobreza" (de um terço a dois terços dos ocupados com renda inferior ao salário mínimo): vendedores, empacotadores, contínuos, camareiras/cozinheiras, cabeleireiros/manicures, vestuário/calçados, vigias, vendedores ambulantes, carpinteiros, estofadores/lustradores, montadores elétricos, pedreiros, feirantes, repositores/demonstradores de mercadorias, lixeiros;

- "Ocupações pauperizadas com grau de pobreza extremo" (mais de dois terços dos ocupados com renda inferior ao salário mínimo): trabalhadores de agropecuária e pesca, produtores agropecuários autônomos, serventes de pedreiro, atendentes de bar, empregadas domésticas, lavadeiras/passadeiras, trabalhadores braçais, serventes, pedreiros e outros trabalhadores artesanais da alimentação, borracheiros/lapidadores, vendedores de jornais.

Destaca-se nesses três grupos a grande variedade de ocupações de baixa renda. Chama a atenção também o fato de que algumas dessas ocupações de baixa renda não são propriamente as fontes de renda das famílias realmente pobres. Muitas delas constituem atividades de fontes de renda secundárias de famílias que não são pobres. É o caso por exemplo de

alfaiates e costureiras, secretárias, recepcionistas, auxiliares de escritório, enfermeiras, massagistas e comerciantes por conta própria.

Daí a necessidade de vincular o indivíduo à família nos estudos da pobreza. Os trabalhadores em ocupações pauperizadas podem ou não vivenciar a pobreza, dependendo da família a que pertencem. É no interior da família que ocorre o processo de acumulação e redistribuição das rendas individuais e portanto é aí que se define a existência ou não da pobreza a nível familiar e individual.⁶⁶

Figueiredo et alii, de forma análoga a Lopes, levaram em conta a estrutura familiar na descrição da pobreza. Com o objetivo de vincular pobreza e trabalho construíram uma tipologia familiar composta de nove categorias e calcularam a proporção de pessoas que exerciam ocupações pauperizadas com relação ao total de pessoas ocupadas em cada um desses grupos familiares (Ver tabela 19).

Os resultados obtidos são semelhantes aos de Lopes. Assim, a maior incidência de pessoas com ocupações pauperizadas ocorrem nas famílias formadas por mulheres sem cônjuge e com filhos (62,3%). Neste caso, a ocupação de baixa renda é realmente ocupação de pobre. Também é elevada a proporção de pessoas exercendo ocupações pobres naquelas famílias constituídas por casais com filhos. Este último caso, devido a sua maior frequência, responde por uma maior proporção de pessoas com ocupação pauperizada (49,8%). Como ressaltado também por Lopes, a pobreza ocorre freqüentemente no caso de casais jovens com filhos. Neste caso também ocupação pauperizada é realmente ocupação de pobre.

Esses resultados particulares à região metropolitana do Rio de Janeiro em 1987, assim como os constatados por Lopes para as várias regiões do país em 1989, sugerem que quando se consideram os diversos arranjos familiares, a presença de filhos menores e a ausência de um dos cônjuges, principalmente do homem, conformam fatores de risco na incidência da pobreza urbana. Se os membros ativos desses tipos de família não

66

Com base em FIGUEIREDO et alii. (1990).

conseguem outra ocupação que não aquelas pauperizadas, sua família com toda certeza será pobre.

TABELA 19
PESSOAS COM OCUPAÇÕES PAUPERIZADAS SEGUNDO ESTRUTURA FAMILIAR. RMRJ - 1987

Estrutura Familiar	Pessoas (Milhares)	(%)	Incidência das ocupações pauperizadas
Homem só	45	2,2	46,3
Mulher só	39	1,9	56,5
Conviventes s/ laços conjug. ou filiais (parentes ou não)	84	4,0	47,2
Casal sem filhos e outros	190	9,1	40,4
Homem s/ conjug. com filho e outros (parente ou não)	48	2,3	47,5
Mulher s/ conjug. com filho	345	16,5	62,3
Mulher s/ conjug. com filho e outros (parente ou não)	79	3,8	52,7
Casal com filhos	1.042	49,8	43,2
Casal com filhos e ou- tros (parente ou não)	220	10,5	42,5
Total	2.092	100,0	46,0

Fonte: Tabulação Especial da PNAD-1987. IBGE).
Extraído de FIGUEIREDO et alii (1990).

Ao traçar um perfil da pobreza brasileira para o ano de 1985 com base na PNAD, Hanselbag e Silva confirmam que a presença de filhos menores é um agravante da situação de carência familiar. Lembram que a situação de pobreza está associada aos estágios iniciais do ciclo de vida das famílias coincidindo, em ampla medida, com a fase reprodutiva dos casais. Além disso, as famílias mais pobres têm apresentado maior fecundidade, o que leva a uma presença relativamente maior de crianças na população pobre brasileira. Assim, 14,7% das famílias brasileiras tinham em 1985 renda *per*

capita de até um quarto de salário mínimo. A essas famílias pobres pertenciam 24,4 milhões de pessoas ou 18,7% do total da população. Entre elas estão 13,1 milhões de crianças com até 14 anos, o que representa 27,5% das crianças brasileiras.⁶⁷

Hanselbag e Silva proporcionam um panorama geral das condições domiciliares das famílias com renda *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo, com base em alguns indicadores selecionados que são apresentados na tabela 20. Em primeiro lugar, observa-se que em 1985 mais da metade dos domicílios dessas famílias de renda muito baixa (51,8%) não tinham iluminação elétrica, três de cada quatro (71,3%), não possuíam canalização interna de água e em cinco de cada seis (85,2%) desses domicílios o escoamento sanitário era inadequado.

As condições de higiene dessas famílias, principalmente no que diz respeito ao consumo de água e alimentos, são fatores que incidem no estado nutricional e de saúde das famílias. Uma família que não dispõe de saneamento básico no domicílio e, além disso, não possui nem filtro nem geladeira, estará mais exposta à desnutrição e a propagação de doenças parasitárias. Como se sabe, uma das principais causas de mortalidade infantil no Brasil é a diarreia, doença associada fundamentalmente a precárias condições de saneamento e higiene. Entretanto, 65% da população de baixa renda não possuía filtro e 80% não dispunha de geladeira.

A situação das famílias de baixa renda das áreas rurais é dramática. Prevalece a ausência de qualquer infra-estrutura, destacando-se neste aspecto a região Nordeste.

Nas áreas urbanas não-metropolitanas, a situação domiciliar é bem melhor que na área rural. Entre 70% e 85% dos domicílios pobres têm iluminação elétrica. As proporções para os domicílios com água encanada são menores, variando entre 50% e 70%. O acesso a escoamento sanitário adequado é mais deficitário, sendo que nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, a quase totalidade dos domicílios pobres não têm acesso à rede geral nem

⁶⁷

HANSELBAG, C. e SILVA DO VALLE, N. (1988).

possuem fossa séptica. Já a não disponibilidade de filtro e geladeira supera em geral os 50%.

TABELA 20
INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA - POPULAÇÃO MISERÁVEL - 1985

Região e situação	% FAMÍLIAS EM DOMÍLIOS				
	sem iluminação elétrica	sem canalização interna de água	% sem escoadouro adequado*	sem filtro	sem geladeira
Brasil	51,8	71,3	85,2	65,0	79,2
Áreas rurais:					
Nordeste	88,2	97,2	99,4	75,7	97,2
Sudeste	67,9	93,6	96,1	43,8	90,6
Sul	64,3	96,2	94,2	92,5	76,0
Centro-Oeste	86,3	95,1	99,8	49,8	95,1
Áreas urbanas não-metropolitanas:					
Norte	30,5	36,4	88,0	76,4	62,9
Nordeste	27,6	44,4	90,8	66,3	80,5
Sudeste	15,5	18,4	55,4	41,5	61,6
Sul	23,8	26,8	74,1	88,5	57,1
Centro-Oeste	31,4	49,5	95,3	36,6	68,6
Metrópoles:					
Belém	2,6	19,4	63,9	69,7	44,0
Recife	6,2	31,6	84,3	68,2	57,2
Fortaleza	25,2	57,4	64,2	47,3	63,5
Salvador	13,2	31,4	73,3	47,9	49,0
Rio de Janeiro	7,1	24,4	33,0	56,4	27,1
São Paulo	2,4	13,0	42,0	50,7	39,5
Belo Horizonte	9,6	23,4	65,4	25,0	62,7
Porto Alegre	12,5	13,8	63,7	89,2	40,1
Curitiba	27,7	35,3	67,6	94,3	69,1
Brasília	13,9	17,6	30,9	30,6	59,1

* Nota: Rede geral ou fossa séptica.

Fonte: FIBGE - PNAD/85 - Tabulações Especiais.

Extraído de HASENBALG, C. e SILVA, N. do V. (1983).

As metrópoles apresentam os melhores indicadores de situação domiciliar da população carente, embora em algumas delas as famílias de baixa renda permaneçam bastante deficitárias. É o caso, por exemplo, de Fortaleza, onde um de cada quatro domicílios pobres não tem iluminação

elétrica e mais da metade não dispõe de água tratada. O escoamento sanitário, que é a infra-estrutura mais deficitária, atinge somente 15% das famílias de baixa renda do Recife e até em São Paulo a proporção dos excluídos é elevada, pois 42% das famílias pobres não possuem essa infra-estrutura nos seus domicílios.

No próximo item será tratado, mais especificamente, o fenômeno da pobreza rural.

5. Pobreza Agrícola

Como foi visto no item anterior, a pobreza que afeta a população residente em áreas rurais do país é dramática. Metade dos pobres encontram-se no campo, apesar de que quase quatro de cada cinco brasileiros morem em cidades. Em 1990, o IPEA contabilizou 16,1 milhões de pessoas nas áreas rurais que por seu baixo nível de renda devem ter problemas de nutrição. Dessas, 10,1 milhões (62,7%) encontram-se na região Nordeste.⁶⁸ A pobreza, medida pela baixa renda, ainda quando se leve em conta o menor custo de vida no campo, é bem maior nas áreas rurais e a ela estão associados problemas mais graves de subnutrição, moradia, mortalidade infantil e baixa expectativa de vida.

Não obstante, os estudos de pobreza rural são escassos, privilegiando-se a pesquisa da pobreza urbana. Várias são as razões que podem ser apontadas para essa preferência, a começar pelas dificuldades mais graves de obtenção de informação sobre a população das áreas rurais e pela limitada confiabilidade das existentes. Além disso, os pobres urbanos são mais visíveis e incomodam mais a sociedade, ao contrário dos pobres do campo que encontram-se espalhados e muitas vezes isolados em lugares distantes dos aglomerados de população do país.

O problema da pobreza rural ganhou novo destaque depois do intenso êxodo rural, ocorrido nas décadas de 60 e 70, quando 30 milhões de pessoas

68

IPEA (1993).

deixaram o campo em direção às cidades.⁶⁹ Esse fenômeno influenciou os estudos de pobreza, onde a problemática rural passou a ser vista desde a perspectiva do agravamento dos problemas urbanos, como uma das causas do crescimento excessivo da população e da miséria nas cidades.

Mas, como afirmou Guimarães no seu livro "Quatro Séculos de Latifúndio", o problema mais grave que se coloca não é o êxodo rural em si mesmo, desde que ocorra um desenvolvimento das atividades não-agrícolas capaz de absorver a mão-de-obra que se encaminha para os centros urbanos. Mais grave seria a permanência no campo, de milhões de pessoas que engrossam o subemprego e a miséria que caracteriza a vida rural brasileira.⁷⁰

Não devemos esquecer que, apesar da intensa migração rural-urbana ocorrida no país, ainda continuavam no campo, em 1991, trinta e seis milhões de pessoas, a grande maioria em situação de miséria. Além disso, tudo indica, que pelo menos a curto prazo essa situação não sofrerá grandes alterações. Há indicações de um arrefecimento do êxodo rural na década de 80.⁷¹ Alguns fatores estariam contribuindo para isso. De um lado, o processo de modernização da agricultura continuou, porém num ritmo bem menor que o das décadas passadas e, de outro, a prolongada crise das atividades não-agrícolas, notadamente da indústria de transformação e da construção civil, que anteriormente tinham contribuído para a absorção, na cidade, da mão-de-obra que se deslocou para fora do campo.

A agricultura continuou sendo a principal fonte de renda dos pobres. Os trabalhos de Hoffmann permitem traçar um panorama global da pobreza agrícola na década de 80.⁷² Algumas considerações sobre a década anterior são, entretanto, necessárias para uma melhor compreensão da situação atual. A década de 70 caracterizou-se pelo intenso crescimento da economia, que envolveu inclusive a modernização da agricultura. Um dos efeitos centrais dessa modernização foi a elevação da produtividade do trabalho. Este

69 MARTINE, G. (1987)

70 GUIMARÃES, P.A., (1992).

71 MARTINE, G. (1990, 1991, 1992, 1989).

72 HOFFMANN, R. (1993, 1992, 1991).

aumento de produtividade significou elevação da renda agrícola e, ao mesmo tempo, maiores possibilidades de diferenciação das pessoas e das famílias agrícolas a esse respeito.

Hoffmann e Kageyama, com base nos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980 constataram que na década de 70 o aumento da renda média da população ativa foi maior nas atividades agrícolas que nas atividades não-agrícolas, acompanhado de maior aumento na desigualdade de renda na agricultura, a ponto do índice de Gini em 1980 ser apenas um pouco maior nas atividades não-agrícolas. Ou seja, a distribuição de renda entre pessoas ativas no campo tornou-se tão desigual como a existente nas cidades.⁷³ (Ver tabela 21)

TABELA 21
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS (PEA) CONFORME O RENDIMENTO MENSAL, NO BRASIL, EM 1970 E 1980

PEA	RENDA MÉDIA ⁽¹⁾			Índice de Gini	
	-----			-----	
	1970	1980	acréscimo(%)	1970	1980

Exclusivo os sem renda					
- total	1,67	2,93	75	0,561	0,592
- agropecuária	0,81	1,60	96	0,415	0,543
- urbana	2,23	3,40	52	0,548	0,580

Inclusive os sem renda					
- total	1,50	2,70	80	0,604	0,624
- agropecuária	0,65	1,32	103	0,622	0,622
- urbana	2,18	3,27	50	0,556	0,595

(1) Em salários mínimos equivalentes ao de agosto de 1980.
Fonte: HOFFMANN e KAGEYAMA (1986). Cálculos a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980.

Para a década de 70, Hoffmann constatou também uma diminuição da pobreza absoluta entre as pessoas com atividade na agricultura. Assim, a proporção de pobres, calculada usando como linha de pobreza o salário mínimo vigente em agosto de 1980 e seu valor equivalente em 1970, passou

73

HOFFMANN, R. e KAGEYAMA, A. (1986). Uma discussão das limitações dos dados sobre rendimento das pessoas obtidas no Censo e nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios pode ser encontrada em HOFFMANN (1990).

de 81,4% para 59,6%, quando excluídas as pessoas sem declaração de rendimento.⁷⁴

Conforme o mesmo autor, os aumentos de renda média e de desigualdade da distribuição de renda, assim como a diminuição da pobreza, ocorreram na agricultura de todas as regiões do país. E, mais ainda, quando se leva em conta a estrutura de posições na ocupação da PEA Agropecuária - empregados, autônomos e empregadores - as mudanças apontadas também ocorreram em todas as posições na ocupação.⁷⁵ (Ver tabela 22)

Na mesma tabela, destaca-se que o rendimento médio do Nordeste, além de ser o menor do país, foi o que teve menor aumento na década. No que diz respeito à desigualdade da distribuição de renda, observa-se que as regiões mais desenvolvidas e a categoria dos empregadores apresentaram os maiores graus de desigualdade. Quanto à magnitude da pobreza, a região Nordeste é a de maior proporção de pobres, no total e em cada uma das posições na ocupação.

É interessante notar, entretanto, que o perfil da agricultura brasileira mudou radicalmente em menos de uma década. Conforme constatado também por Hoffmann, houve uma pronunciada diminuição da proporção de autônomos em todas as regiões do país. Ou seja, a modernização da agricultura na década de 70 provocou uma rápida modificação nas relações de produção, com crescente assalariamento da força de trabalho. (Ver tabela 23).

⁷⁴ HOFFMANN, R. (1991). O autor obteve o valor equivalente para 1970 usando como deflator o índice de custo de vida do DIEESE.

⁷⁵ A PEA Agropecuária refere-se à População Economicamente Ativa de 10 anos e mais na agropecuária, extração vegetal e pesca. A posição na ocupação AUTONOMO refere-se àquele que exerce uma atividade individualmente ou com a ajuda de pessoa não-remunerada moradora no domicílio. Na agricultura corresponde basicamente à unidade familiar de produção.

TABELA 22
RENDIMENTO MÉDIO, DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA DAS
PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS NA AGROPECUARIA, EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA

REGIÕES	Posição na Ocupação	(1)			Índice		(2)	
		Rendimento Médio		Cresc. %	de Gini		Proporção de pobres	
		1970	1980		1970	1980	1970	1980
Norte	EMP	0,86	1,42	66	0,305	0,377	0,807	0,462
	AUT	0,89	1,68	89	0,284	0,395	0,730	0,354
	PAT	3,80	9,10	140	0,584	0,658	0,228	0,107
	Total	0,92	1,71	87	0,309	0,419	0,737	0,373
Nordeste	EMP	0,50	0,75	49	0,307	0,324	0,965	0,869
	AUT	0,55	0,97	75	0,339	0,439	0,916	0,742
	PAT	3,65	5,87	61	0,608	0,697	0,291	0,292
	Total	0,57	0,96	69	0,364	0,448	0,923	0,785
Sudeste (exclusive São Paulo)	EMP	0,60	1,03	71	0,316	0,326	0,898	0,666
	AUT	0,72	1,97	175	0,392	0,533	0,831	0,465
	PAT	4,30	10,15	136	0,563	0,636	0,195	0,078
	Total	0,79	1,83	132	0,444	0,562	0,837	0,565
São Paulo	EMP	0,83	1,33	61	0,276	0,335	0,751	0,428
	AUT	1,15	3,74	226	0,404	0,571	0,616	0,218
	PAT	7,55	14,72	95	0,570	0,631	0,082	0,037
	Total	1,14	2,39	110	0,438	0,574	0,682	0,370
Sul	EMP	0,77	1,16	52	0,300	0,375	0,773	0,589
	AUT	1,01	2,57	153	0,369	0,545	0,636	0,341
	PAT	5,82	12,26	111	0,589	0,664	0,151	0,089
	Total	1,07	2,38	122	0,418	0,582	0,658	0,423
Centro-Oeste	EMP	0,75	1,25	66	0,279	0,342	0,852	0,506
	AUT	0,82	2,11	158	0,313	0,542	0,786	0,436
	PAT	5,92	11,26	90	0,554	0,646	0,105	0,076
	Total	0,94	2,16	131	0,392	0,569	0,785	0,452
BRASIL	EMP	0,65	1,02	57	0,320	0,358	0,869	0,672
	AUT	0,75	1,66	121	0,383	0,539	0,806	0,553
	PAT	5,12	10,32	101	0,590	0,667	0,180	0,125
	Total	0,81	1,63	102	0,424	0,554	0,814	0,595

Fontes: Censos Demográficos de 1970 e 1980, IBGE. Extraído de HOFFMANN (1992).

Notas: EMP - empregados;

AUT - autônomos;

PAT - empregadores (patrões).

Obs: (1) em salários mínimos de agosto de 1980.

(2) linha de pobreza de 1 salário mínimo em 1980 e seu equivalente em 1970.

TABELA 23
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS E DAS PESSOAS POBRES ECONOMICAMENTE ATIVAS NA AGROPECUARIA, EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA

REGIÕES	Posição na Ocupação	Distribuição da PEA nas três Posições na Ocupaç. (n° total em 1.000)		Distribuição da PEA Pobre ^(*) nas três Posições na Ocupação (n° total em 1.000)	
		1970	1980	1970	1980
Norte	EMP	16,2	20,4	17,8	25,3
	AUT	82,7	78,4	81,9	74,4
	PAT	1,1	1,2	0,3	0,3
	Total	(459)	(619)	(338)	(231)
Nordeste	EMP	27,3	40,2	28,6	44,5
	AUT	71,7	58,1	71,1	54,9
	PAT	1,0	1,7	0,3	0,6
	Total	(4.179)	(4.389)	(3.857)	(3.447)
Sudeste (exclusive São Paulo)	EMP	39,2	60,0	42,1	70,6
	AUT	57,6	34,8	57,2	28,7
	PAT	3,2	5,2	0,7	0,7
	Total	(1.911)	(1.761)	(1.599)	(996)
São Paulo	EMP	60,3	76,1	66,4	88,0
	AUT	36,8	19,5	33,2	11,5
	PAT	2,9	4,4	0,4	0,5
	Total	(1.088)	(1.053)	(742)	(339)
Sul	EMP	24,5	36,7	28,8	51,0
	AUT	73,1	60,0	70,7	48,3
	PAT	2,4	3,3	0,5	0,7
	Total	(1.933)	(1.757)	(1.271)	(744)
Centro-Oeste	EMP	25,3	48,3	27,5	54,1
	AUT	72,1	46,6	72,1	46,0
	PAT	2,6	5,1	0,4	0,9
	Total	(718)	(776)	(563)	(351)
BRASIL	EMP	31,8	46,0	34,0	52,1
	AUT	66,2	50,9	65,5	47,3
	PAT	2,0	3,1	0,4	0,6
	Total	(10.287)	(10.356)	(8.369)	(6.158)

Fontes: Censos Demográficos de 1970 e 1980, IBGE. Extraído de HOPPMANN (1992).

Notas: EMP = empregados;
 AUT = autônomos;
 PAT = empregadores (patrões).

(*) São considerados pobres os que ganhavam até um salário mínimo em 1980 ou o seu equivalente em 1970.

A mesma tabela mostra que a distribuição da PEA agrícola pobre por posição na ocupação também se modificou na década. Enquanto que em 1970 predominavam os pobres autônomos em todas as regiões do país, em 1980, salvo na região Norte, prevaleciam os pobres que eram empregados. No Estado de São Paulo a maioria dos pobres já eram assalariados em 1970. Na região Sudeste (excluído São Paulo) os assalariados passaram a predominar entre os pobres ao longo da década de 70. No Sul e no Centro-Oeste, a maioria dos pobres era autônoma em 1970, sendo que, em 1980, as proporções de pobres autônomos e assalariados praticamente se nivelaram. Essa mudança também ocorreu no Nordeste. Sobressai a maior proporção de empregados entre os pobres no Estado de São Paulo (88%), indicando que a pobreza agrícola neste estado está associada predominantemente aos baixos salários.

Kageyama acrescenta que grande parte dessa parcela da PEA agropecuária que ganha menos de um salário mínimo está submetida, em geral, a jornadas de trabalho excessivas.⁷⁶ Segundo a autora, mais da metade da população que labora na agropecuária no Brasil é pobre, apesar de trabalhar habitualmente 40 ou mais horas por semana. Na região Nordeste essa cifra atinge cerca de 70%. Porém, mesmo nas regiões de agricultura mais desenvolvidas do Sul e Sudeste, esses valores são altos. Em São Paulo, por exemplo, a proporção de pobres que trabalham 40 ou mais horas por semana é de 39,8%.

Kageyama também destaca que ao contrário do que as pessoas comumente acreditam, a maior parcela dos pobres que trabalham na agricultura não são autônomos. É o que mostram os dados do Censo Demográfico de 1980.⁷⁷ Como observa-se na tabela 24, 54% dos pobres que trabalham 40 horas ou mais são empregados. Neste particular, destaca-se o estado de São Paulo, o mais rico do país, onde o fato de sua agricultura basear-se na empresa agrícola, faz com que 88% dos pobres sejam assalariados. Neste estado fica muito claro que o problema da pobreza reside principalmente nos baixos salários rurais. Para Kageyama, esse fato indica que o combate à pobreza rural deve ser realizado através de uma política

76

KAGEYAMA, A. (1986)

77

KAGEYAMA, A. (1986).

salarial e trabalhista mais do que por uma política para desenvolver os pequenos produtores.⁷⁸

A medição da incidência da pobreza requer, além de considerações sobre rendimento da PEA, referência às famílias. Com base no Censo Demográfico de 1980, Hoffmann constatou que de um total de 36 milhões de pessoas pertencentes às famílias cujo chefe trabalha na agricultura, metade eram de famílias que tinham renda *per capita* igual ou inferior a 1/4 de salário mínimo e um pouco mais de 3/4 tinham rendimento igual ou inferior a meio salário mínimo.⁷⁹

TABELA 24
DISTRIBUIÇÃO DA PEA AGROPECUÁRIA QUE TRABALHA 40 HORAS OU MAIS POR SEMANA E GANHA ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO, POR MES, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, EM 1980 (EXCLUSIVE OS SEM RENDIMENTO), EM PORCENTAGEM

REGIÃO	Empregado	Empregador	Autônomo	Não-remunerado	Total
Norte	26,9	0,4	72,7	0,1	100,0
Nordeste	46,2	0,7	53,0	0,1	100,0
Sudeste (-SP)	71,1	0,7	28,1	-	100,0
São Paulo	87,8	0,5	11,7	-	100,0
Sul	51,0	0,7	48,3	0,1	100,0
Centro-Oeste	55,1	0,9	44,0	-	100,0
Brasil	54,0	0,7	45,2	0,1	100,0

Fonte: Tabulação Especial da PIBGE.
Extraído de KAGEYAMA, A. (1986).

Na tabela 25 observa-se que o Nordeste tem a maior proporção de pessoas pertencentes a famílias cujo chefe trabalha na agricultura (44%). Esta região tem também a menor renda média (um pouco mais de 1/4 de salário mínimo) e a maior proporção de pobres entre as pessoas das famílias agrícolas (68,9%). Porém, no que diz respeito à desigualdade da distribuição de renda das famílias agrícolas as regiões que se destacam são o Sudeste e o Centro-Oeste.

78 KAGEYAMA, A. (1986).

79 HOFFMANN, R. (1991).

TABELA 25
**CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA ENTRE PESSOAS DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMÍCI-
 LÍOS PARTICULARES CUJO CHEFE TEM ATIVIDADE PRINCIPAL NA AGROPECUÁRIA, CLASSIFICADAS
 CONFORME SEU RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA NO BRASIL E GRANDES REGIÕES EM 1980**

REGIÃO	% Pessoas	Renda Média per capita (1)	Proporção de pobres(%) (2)	Índice de Gini
Norte	6,9	0,429	45,6	0,481
Nordeste	44,0	0,273	68,9	0,512
Sudeste (-SP)	24,0	0,711	36,5	0,603
Sul	17,5	0,701	34,7	0,584
Centro-Oeste	7,5	0,656	40,8	0,606
Brasil	100,0	0,493	51,4	0,596

(1) Em salários mínimos de agosto de 1980.

(2) Para uma linha de pobreza de 1/4 S.M. per capita.

Fonte: HOFFMANN, R. (1991).

Para finalizar a caracterização da pobreza agrícola na década de 70, o trabalho de Kageyama e Leone, por meio de uma série de indicadores que referem-se às condições sociais da PEA agropecuária e as condições dos domicílios rurais, reforçam o constatado por vários outros estudos, de que a modernização da agricultura brasileira não foi acompanhada por melhorias significativas de qualidade de vida no campo.⁸⁰

Assim, em 1980, além da persistência dos baixos níveis de renda, as autoras verificaram que as condições de vida no campo continuaram precárias. Os indicadores mostram que quase um terço dos domicílios rurais é do tipo rústico ou improvisado e que uma proporção muito pequena da população vive em domicílio com acesso à rede geral de abastecimento de água ou, se abastecido por poço ou nascente, ao menos com canalização interna (17%). No que diz respeito às instalações sanitárias, nem os estados mais desenvolvidos apresentaram proporções expressivas de domicílios com algum tipo de instalação.

A posse de utilidades domésticas que dá uma indicação do padrão moderno de consumo, mostrou que somente os estados mais desenvolvidos apresentaram cifras significativas. Destacou-se São Paulo em que, por ter

eletrificação rural mais difundida e maior urbanização no interior, quase 57% da população rural possui televisão e 41% geladeira.

O quadro educacional é desalentador: metade das pessoas com 5 anos e mais não sabe ler nem escrever. Existem porém, grandes diferenças regionais. Nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul essa proporção era de aproximadamente um terço enquanto que nos estados do Nordeste pouco menos de três quartos.

Apesar do quadro geral de precariedade, as diferenças regionais mostraram que a velha dicotomia "Sul-Sudeste" versus "Norte-Nordeste" não foi superada. Assim, a análise feita para 1980 mostrou que as condições de vida da população agrícola de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná são nitidamente superiores às do resto do país. No extremo oposto, ou seja, o das condições mais miseráveis de existência da população agrícola, encontram-se os estados da região Nordeste, reunindo níveis críticos em todos os aspectos analisados.

Resumindo, a década de 70 caracterizou-se por um intenso processo de modernização que elevou as rendas agrícolas. Porém, esse ganho foi acompanhado de aumentos significativos na desigualdade da distribuição de renda. O perfil da pobreza se modificou e, embora a magnitude do fenômeno da pobreza tenha diminuído, não foi suficiente para modificar o quadro de precariedade quase geral que caracteriza a população que depende das atividades agrícolas.

Entre os fatores que podem ser apontados para esse agravamento das desigualdades, está o caráter seletivo que teve o processo de modernização da agricultura, ao favorecer, através de créditos e subsídios, os grandes produtores. O Estado, através dos instrumentos utilizados, seja o crédito rural, seja o sistema de pesquisa e extensão, atuou em benefício dos produtores mais estruturados, e a massa de pequenos produtores rurais ficou excluída, o que contribuiu para acelerar a dissolução da pequena produção.

Parte desses pequenos produtores se assalariaram e outros migraram para as cidades.⁸¹

Outro aspecto a destacar é a continuidade e aumento da elevada concentração da posse da terra que caracteriza as áreas rurais brasileiras. Durante a década de 70, não houve nenhum processo significativo de redistribuição da terra. Muito pelo contrário, as políticas governamentais favoreceram a constituição de novas grandes propriedades.⁸² A tendência que vinha-se observando desde 1920, de uma lenta e gradual redução das grandes propriedades e um crescimento intenso no número de estabelecimentos, reverteu-se a partir dos anos 70. Nas regiões Sudeste e Sul, que foram mais impactadas pela modernização agrícola, observou-se uma redução absoluta do número de estabelecimentos, apesar da incorporação de novas áreas ao cultivo agrícola durante a década de 70.⁸³

As tendências vigentes na agricultura brasileira voltaram a se modificar ao longo da década de oitenta. A agricultura, nos 80, caracterizou-se por apresentar um desempenho relativamente bom, em termos de produto real, crescendo a uma taxa média de 3,2% ao ano entre 1980 e 1989 mostrando, inclusive, um dinamismo maior que o da indústria, que no mesmo período, cresceu a uma taxa de somente 0,9% ao ano.

Deve-se dizer, porém, que os aumentos de renda média dos ocupados na agricultura foram, nos anos oitenta, menores que os detectados na década anterior. Efetivamente, na década de 70, verifica-se que a renda média da PEA agropecuária aumentou em 103%, segundo cálculos baseados nos Censos Demográficos de 1970 e 1980. (Ver novamente tabela 21) Mas, entre 1981 e 1989, conforme informações das PNADs, a renda média da PEA agropecuária aumentou somente 13%. Esse menor aumento de renda média foi acompanhado da continuidade da elevação da desigualdade da distribuição de renda agrícola, como mostra o índice de Gini que, no mesmo período passou de 0,659 para 0,697. Simultaneamente, a proporção de

81 MONTEIRO de Castro, M.H. (1992).

82 HOFFMANN, R. (1990).

83 MARTINE, G. (1987).

pobres ficou constante em 70,4%.⁸⁴ Considerando todas as pessoas com atividade principal na agricultura, Hoffmann calculou, com base nas PNADs, indicadores de renda e pobreza para a década de 80. Na tabela 26 são apresentadas algumas dessas medidas, conjuntamente com alguns indicadores da atividade econômica.

Para separar os pobres dos não-pobres, Hoffmann utilizou a linha de pobreza de valor igual ao maior salário mínimo vigente em Agosto de 1980.⁸⁵ O valor real equivalente na data de cada uma das PNADs foi estabelecida usando o INPC restrito como deflator. O salário mínimo real diminuiu em 1983 e em 1990, tendo apresentado uma elevação temporária em 1986. Em consequência, a linha de pobreza em 1990 equivaleu a 1,8 salários mínimos, vigente na data de referência da PNAD.⁸⁶

No cálculo das medidas de desigualdade de renda (Índice de Gini) e de magnitude da pobreza (proporção de pobres), foram incluídas as pessoas ocupadas que não tiveram rendimentos. Isto, segundo o próprio autor, leva a uma superestimação dessas medidas, o que não invalida seu uso na comparação através do tempo. As pessoas ocupadas sem rendimentos são provavelmente membros não remunerados de famílias de pequenos proprietários, arrendatários e parceiros. A região Sul, onde predomina a produção familiar, é a que apresenta sempre o maior peso desses ocupados sem rendimentos.⁸⁷ Nesta região, essas pessoas nem sempre são de famílias pobres.

Observa-se na tabela 26 que, analogamente ao constatado nas áreas urbanas, a proporção de pobres ocupados na agricultura mostra-se sensível às oscilações da atividade econômica.⁸⁸ A mesma observação vale para o

⁸⁴ Tanto o índice de Gini quanto a proporção de pobres incluem os sem rendimentos. Ainda assim, esses valores são piores que os da década anterior. Incluindo os sem rendimentos o índice de Gini era de 0,532 e 0,622 em 1970 e 1980 respectivamente e a proporção de pobres de 85,1% e 66,6%. HOFFMANN, R. (1991)

⁸⁵ Esta linha de pobreza já tinha sido usada pelo autor em outros trabalhos. Ver também HOFFMANN, R. (1991)

⁸⁶ Com base em HOFFMANN, R. (1993)

⁸⁷ HOFFMANN, R. (1993)

⁸⁸ A rigor trata-se de indicadores diferentes. Nos estudos metropolitanos é usado a proporção de pessoas que pertencem a famílias com renda *per capita* inferior a uma

rendimento médio e o índice de Gini. Assim, entre 1981 e 1983, período de intensa crise, o rendimento médio diminuiu e a proporção de pobres e a desigualdade de renda aumentaram. A partir de 1984 esses indicadores começaram a melhorar e, em 1986, em pleno auge do Plano Cruzado, a proporção de pobres apresentou seu menor valor e o rendimento médio o maior de toda a década. Entre 1987 e 1990, os indicadores deterioraram-se novamente, apresentando uma leve recuperação em 1989. É interessante notar que os indicadores de renda acompanharam mais de perto as oscilações dos indicadores globais da atividade econômica e não os indicadores específicos da agricultura. Em certa medida, este resultado reflete o impacto da aceleração da inflação sobre a renda dos ocupados em 1983 e o controle de preços em 1986.

TABELA 26
INDICADORES DE RENDA E DE ATIVIDADE ECONÔMICA: PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA CONFORME SEU RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS, PROPORÇÃO DE POBRES, ÍNDICE DE GINI E RENDIMENTO MÉDIO (incluindo os ocupados sem rendimento). PRODUTOS DOS SETORES AGRÍCOLA E INDUSTRIAL E INFLAÇÃO, BRASIL (excl. Norte), 1981-1990

ANO	(1) Pessoas Ocupadas		(2) Indicadores de Renda			Atividade Econômica		(5) Inflação
	c/decl. rendim. No.	s/decl. rendim. (%)	Prop. pobres (%)	Índice Gini	Renda média	(3)		
						Índice Prod. Agropec 1980=100	Real Ind.Transf. (4)	
81	13.131	29,7	70,4	0,659	1,02	107,97	89,62	104,1
82	13.962	29,9	72,8	0,657	0,98	107,44	89,46	95,6
83	12.938	30,2	74,5	0,674	0,93	106,82	84,23	168,3
84	14.798	28,0	74,2	0,671	0,96	110,42	89,42	191,0
85	15.217	28,6	72,9	0,682	1,03	121,42	96,88	216,6
86	14.168	25,6	60,9	0,661	1,48	111,68	107,83	106,4
87	13.883	27,4	71,5	0,682	1,04	128,40	108,85	282,7
88	14.017	27,1	73,7	0,677	0,98	129,48	105,14	661,5
89	13.813	27,6	70,3	0,697	1,15	133,17	108,17	1.213,7
90	13.929	28,6	79,2	0,682	0,83	128,21	97,94	3.194,9

Ponte: (1) e (2) extraído de HOFFMANN, R. (1983), tabelas 2.2 e 2.3.

(3) e (4) Conjuntura Econômica, jan. 1993.

(5) Calculado a partir dos valores do INPC apresentados por HOFFMANN (1993), tabela 2.1., pág. 4. Com base em março de 1986.

linha de pobreza. No estudo de HOFFMANN é usado a proporção de ocupados na agricultura que ganham menos de um certo nível de renda.

Hoffmann também calculou a proporção de pobres nas grandes regiões do Brasil para os anos de 1981 a 1989. A linha de pobreza utilizada desta vez foi o valor correspondente a um salário mínimo vigente em outubro de 1981, mês de referência da PNAD. O valor equivalente para setembro de 1989 foi obtido deflacionando pelo INPC restrito.⁸⁹ Na tabela 27 são apresentados esses valores, primeiro excluindo as pessoas sem rendimento e, em seguida, incluindo-as. Nota-se que ao incluir os ocupados sem rendimento, o aumento no valor deste indicador é bem maior na região Sul, devido ao grande número de pessoas ocupadas sem rendimento nesta região. A proporção de pobres aumentou no Norte e Nordeste mas também no Sul. No Sudeste e Centro-Oeste, a proporção de pobres se mantém a mesma do início da década no final dos oitenta. Em 1990, a queda da atividade econômica em conjunto com a alta da inflação, reduziu novamente a renda média dos ocupados na agricultura e elevou a proporção dos mesmos com rendimento abaixo da linha de pobreza. (Ver novamente tabela 21).

TABELA 27
PROPORÇÃO DE POBRES ENTRE PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA
EM 1981 E 1989, NO BRASIL E NAS SUAS 5 GRANDES REGIÕES
CONSIDERANDO O RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS

REGIÃO	Excluindo as pessoas sem rendimento		Incluindo as pessoas sem rendimento	
	1981	1989	1981	1989
Norte (1)	31,5	34,0	42,1	45,0
Nordeste	68,4	71,8	76,6	79,4
Sudeste (-SP)	48,1	49,0	59,0	58,1
Sul	38,2	43,1	67,1	67,1
Centro-Oeste	38,2	38,0	50,5	48,3
Brasil	53,9	57,4	67,6	69,1

Fonte: HOFFMANN, R. (1993).

(1) Apenas as pessoas com domicílio urbano.

Quando se considera a posição na ocupação agrícola (empregado, autônomo, empregador), verifica-se que o processo de assalariamento da força de trabalho, ainda que em menor intensidade, continuou na década de oitenta. Efetivamente, entre 1980 e 1989 o peso dos empregados e empregadores aumentou e o dos autônomos diminuiu no total da ocupação

agrícola. (Ver tabela 28). Na mesma tabela, a distribuição da PEA agropecuária pobre mostra que aumentou a proporção dos pobres que são empregados, ou seja, aumentou a pobreza que se associa aos baixos salários. Esse fenômeno não é simples reflexo da elevação da participação dos empregados assalariados no total da ocupação agrícola. Na verdade, a incidência da pobreza aumentou significativamente apenas entre os empregados assalariados, passando de 67,9% para 73,0%, indicando que a grande maioria dos empregados continuaram sendo pobres em 1989.

Assim, ainda que o desempenho da agricultura tenha sido relativamente satisfatório na década, os indicadores de renda e de pobreza relativos as pessoas ocupadas em atividades agrícolas não mostraram melhora, revelando que a década de 80 foi pior, a esse respeito, que a anterior.

TABELA 28
DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS E DAS PESSOAS POBRES ECONOMICAMENTE ATIVAS NA AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA, CLASSIFICADA COMO EMPREGADOS, AUTÔNOMOS E EMPREGADORES, NO BRASIL, EM 1979, 1980, 1989

	Composição da Ocupação Agrícola			Composição da Ocupação Agrícola de Baixa Renda			% baixa renda em cada posição na ocupação		
	1970	1980	1989	1970	1980	1989	1970	1980	1989
Empregados	32,5	47,6	51,7	34,7	53,2	60,4	87,1	67,9	73,0
Autônomos	65,4	49,2	42,5	64,9	46,2	38,4	81,1	57,3	56,5
Empregador	2,1	3,2	5,8	0,4	0,6	1,2	15,9	11,5	12,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	81,7	60,9	62,5

Observação: A estimação dos ocupados de baixa renda baseou-se em HOFFMANN (1993). A transformação da linha de pobreza de 1989 em equivalente ao salário mínimo de agosto de 1980 foi realizada através de interpolação linear sabendo que 1 S.M. de 1980 equivale a 1,3461 do salário mínimo de 1989. HOFFMANN (1993, p. 4). Os dados de 1970 e 1980 provêm dos Censos Demográficos respectivos. Para 1989 as informações são da PNAD.

Isto mostra que um bom desempenho da agricultura brasileira não necessariamente é acompanhado por uma elevação no padrão de vida das pessoas dedicadas a essas atividades. Como coloca Graziano da Silva, com base em Rangel, não deve-se confundir a "questão agrícola" com a "questão agrária".⁹⁰ Ainda quando a realidade tenha mostrado que a questão agrária se

90

A questão agrícola tem a ver com a produção de alimentos para a população e matérias-primas para a indústria, isto é, tem a ver com "o que se produz, onde se

agrava nas crises agrícolas, e que os limites da expansão da produção agrícola têm raízes na questão agrária, muitas vezes os dois problemas evoluem de modo diferente. Não obstante, a forma como o país resolveu a questão agrícola agravou os problemas de relações sociais no campo.

Esse fenômeno ficou mais evidente nas últimas décadas. A modernização ocorrida na agricultura brasileira, principalmente na década de 70, provocou, através de mudanças radicais nas relações de produção no campo, um agravamento da questão agrária. Ou seja, a forma como o país conseguiu aumentar a produção agrícola teve conseqüências perversas sobre a renda, o emprego e as condições de vida da população rural, além de expulsar a população supérflua que não se beneficiou da modernização.

Embora o processo de modernização da agricultura tenha continuado na década de 80, podem-se ressaltar algumas peculiaridades que a diferenciam da década anterior.⁹¹

Em primeiro lugar, vários são os estudos que mostram um arrefecimento do processo de modernização agrícola, devido à diminuição do crédito, extinção dos subsídios ao investimento em máquinas, tratores e equipamentos e baixos preços recebidos pelos produtores rurais. A venda de tratores e outros equipamentos reduziu-se a tal ponto que os estabelecimentos agrícolas terminaram a década de 80 com um equipamento mais velho e um parque mecânico estagnado.

Vários fatores influíram na diminuição dos recursos destinados ao financiamento agropecuário. A redução de crédito agrícola fez parte da diminuição geral do crédito na economia brasileira na década de 80. Em particular, a principal fonte de recursos para o crédito rural é o depósito a vista nos bancos comerciais. A elevada inflação e a proliferação de alternativas de aplicação a curto prazo, fizeram os depósitos à vista diminuir

produz e quanto se produz". Já a questão agrária diz respeito às relações sociais no campo. GRAZIANO DA SILVA (1980).

91

Os parágrafos a seguir sobre as peculiaridades do desenvolvimento agrícola na década de oitenta têm por base os trabalhos de MONTEIRO, M.J.C. (1990), GASQUES, J.G. e VILLA VERDE, C.M. (1990) e IPEA (1987).

como proporção dos ativos financeiros do país. A taxa de juro do crédito rural elevou-se de zero para valores entre 35% e 45% ao ano. Em 1987 criou-se a caderneta verde, com a finalidade de captar recursos para o financiamento da agricultura mas, ainda assim, os recursos continuaram escassos. O crédito rural atingiu seu maior valor em 1980 e a partir daí caiu em termos reais. Em 1988 os financiamentos concedidos à agricultura igualavam-se aos de 1972.

Outra característica marcante desta década foram os baixos preços recebidos pelos agricultores, no caso das lavouras e da pecuária. Em consequência a renda agrícola elevou-se em termos reais bem menos que o aumento da produção. Observou-se, em geral, safras ascendentes e preços recebidos pelos produtores em declínio. Em parte, a redução dos preços relativos da agricultura têm a ver com o aumento da produtividade, que diminuiu os custos da produção agrícola.

Na redução dos custos de produção agrícola pesou a diminuição dos preços pagos pelos agricultores por insumos como fertilizantes, combustíveis e lubrificantes, defensivos e mão-de-obra. Entre 1980 e 1988, somente as máquinas e equipamentos apresentaram custos reais em elevação. Deste modo, o aumento da produtividade e redução dos custos da produção agrícola devem ter sido acompanhados de descapitalização do produtor rural, prejudicado pela elevação dos preços dos equipamentos e escassez do crédito para investimento.

No que diz respeito à expansão da produção, em circunstâncias de preços declinantes, pode-se destacar o papel dos preços mínimos e sua relação com os custos operacionais. A garantia de preços mínimos foi um dos principais instrumentos de política agrícola na década de oitenta e permitiu margens de remuneração elevadas para alguns produtores, na maioria dos produtos.⁹² Os valores efetivamente recebidos pelos produtores permitiram-lhes pagar os custos variáveis (preparação de terra, defensivos,

92

Com o aumento da produção média agrícola o mais provável é que aqueles produtores mais preparados para as mudanças tenham conseguido obter rendimentos físicos maiores levando conseqüentemente a uma maior diferenciação entre a agricultura moderna e a tradicional.

fertilizantes, encargos financeiros e mão-de-obra) e obter uma margem de lucro que, no caso dos produtores mais modernos, foi até elevada.

Através dos instrumentos de aquisição, a política de preços mínimos foi a principal responsável pelo aumento da produção de grãos que foi particularmente importante no Centro-Oeste, onde a média de aquisições do governo, para alguns produtos, chegou a superar a metade da produção.

Outra mudança ocorrida na agricultura foi o aumento, verificado na primeira metade da década de oitenta, no número de pequenos estabelecimentos agrícolas. Efetivamente, entre 1980 e 1985, o número de estabelecimentos, que vinha crescendo em ritmo menor do que o da expansão da área, passou a ter crescimento superior, o que teve como resultado uma redução no tamanho médio dos estabelecimentos.

É discutível, entretanto, se a redução do tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas, ocorrido em todas as regiões do país e principalmente no Nordeste, indica de fato novas tendências na agricultura brasileira. É possível que tenha sido apenas um fenômeno temporário, associado à crise da economia no Brasil e à brusca redução do crédito e dos subsídios ao setor agrícola. No caso do Nordeste existe o complicador adicional de que o Censo Agropecuário de 1980 pode ter refletido os efeitos da seca, que começou no ano anterior e teve o auge em 1983. Como se sabe, a seca prejudicou principalmente os pequenos produtores do Nordeste, que abandonaram as atividades agrícolas e foram absorvidos pelas frentes de trabalho. Estas, em 1983, chegaram a envolver cerca de 2 milhões de nordestinos que, com o retorno das chuvas, voltaram às suas atividades de origem.

Apesar do aumento significativo do número de pequenos estabelecimentos entre 1980 e 1985, não houve, na década de 80, alteração substancial nos níveis de concentração fundiária do país. Em 1985, 90,2% dos estabelecimentos detinham apenas 21,17% da área total enquanto que 1% dos estabelecimentos concentravam quase 44% da área.

O crescimento da produção agrícola nos anos 80 teve padrões regionais diferenciados. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, por onde se expandiu a fronteira agrícola do país, foi importante o crescimento da pecuária. A região Centro-Oeste, em 1985, apresentou o maior rebanho bovino do país. Quanto às lavouras, no Norte destacaram-se as permanentes e no Centro-Oeste as temporárias. No caso do Norte, o crescimento se deu principalmente com base na incorporação de mão-de-obra que acompanhou de perto o aumento no número de estabelecimentos. Esse crescimento da produção agrícola no Norte não foi acompanhado de maior tecnificação. No caso do Centro-Oeste, o crescimento da produção agrícola envolveu mecanização. Por exemplo, o número de tratores aumentou num ritmo rápido bem maior que no Sul e Sudeste. A consolidação da agricultura do Centro-Oeste teve por base a produção mecanizada de grãos e a pecuária bovina, itens em que vem ganhando competitividade a nível internacional, apesar dos problemas de transporte, associados à precariedade da infraestrutura.

Nas regiões Sul e Sudeste, a totalidade da área cultivável já foi praticamente incorporada, com o que o crescimento da produção agrícola envolveu a intensificação do uso da terra. Este processo ocorreu com a continuidade da substituição de culturas permanentes por temporárias. O grau de mecanização, entretanto, não aumentou na década. Essas regiões já haviam atingido padrões tecnológicos relativamente altos nas décadas anteriores.

Por último, o Nordeste manteve, nos anos oitenta, seu padrão de crescimento agrícola baseado no uso extensivo da terra, com escassa mecanização e amplo uso de mão-de-obra. A participação do Nordeste na produção total de lavouras permanentes do país diminuiu mas a de lavouras temporárias manteve-se, o mesmo acontecendo com o rebanho bovino.

Nos próximos capítulos, a tese examinará, com detalhe, as condições de vida das famílias chefiadas por trabalhadores na agricultura e o modo como evoluiu na segunda metade da década de oitenta, quando aumentou a produção agrícola e diminuiu o número de pessoas nela ocupadas.

CAPÍTULO II - POPULAÇÃO RURAL NO BRASIL A PARTIR DE 1940

Nos últimos cinquenta anos, o capitalismo brasileiro engendrou uma agricultura moderna e dinâmica, porém o desenvolvimento agrícola foi desigual e parte da população rural ficou excluída do processo. Um dos aspectos negativos desse desenvolvimento capitalista da agricultura no Brasil foi eminentemente o aumento da desigualdade social que ele provocou. Nosso interesse é contribuir para retratar esse aspecto do desenvolvimento.

Há um certo consenso de que as profundas transformações ocorridas na agricultura brasileira conduziram a um "esvaziamento" populacional do campo, a despeito do elevado crescimento vegetativo da população rural, ampliado pelo decréscimo das taxas de mortalidade. Este "esvaziamento" do campo teve como conseqüência um rápido crescimento da população urbana, agravando os problemas sociais nas cidades.

No Brasil o crescimento da população urbana tem sido muito rápido, pois ela passou de 12,8 milhões de pessoas em 1940 para 110,6 milhões em 1991. A taxa de urbanização evoluiu de 31% para 75,5% nesse período. Assim, no período 1940 a 1980 e mais especificamente entre o final da segunda guerra mundial e meados dos anos setenta, o intenso crescimento da população urbana expressou-se numa tendência à concentração em cidades cada vez maiores, destacando-se as áreas metropolitanas.⁹³

As localidades rurais, que abrangiam quase 70% da população total em 1940, passaram a compreender somente 30% em 1980. Em contrapartida, a participação das cidades com mais de 500 mil habitantes aumentou, no mesmo período, de 7,7% para 31,0%. Martine destaca que na década de 40 as áreas que eram rurais e as localidades que tinham no começo desta década menos de 20 mil habitantes responderam por grande parte do crescimento populacional ocorrido no país. Elas participaram com 58% do aumento total da população e tinham 84% da população total em 1940. Na

93 Com relação ao processo de concentração da população urbana nas cidades e as tendências mais recentes ver MARTINE, G. (1992), PATARRA, N.L. e BAENINGER, R. (1993) e CAMARANO, A.A. et alii (1988).

década de setenta, entretanto, as cidades que tinham mais de 500 mil habitantes em 1970 foram responsáveis por 52,0% do crescimento populacional e elas abarcaram somente 26,1% da população total do país em 1970. Ao reunir todas as cidades que em 1970 tinham mais de 100 mil habitantes, elas responderam por quase três quartos do crescimento total da população do país na década de setenta.

Em consequência desse processo de concentração urbana, todas as regiões do país tinham em 1980 grau de urbanização maior que 50%. Contudo, apesar do intenso e generalizado processo de urbanização persistiram expressivas diferenças regionais. Assim, enquanto na região Nordeste quase metade da população permanecia no campo, na região Sudeste mais de 80% morava nas cidades.

Na crescente concentração de pessoas nas cidades, o êxodo rural foi um dos determinantes fundamentais. Nesse processo encontram-se implícitos fatores de expulsão e atração da população. Os fatores de expulsão têm a ver em grande parte com a falta de condições da agricultura para reter a população no campo permitindo-lhe um mínimo de condições de vida. Esses fatores de expulsão provocaram uma intensa migração do campo para as cidades. Já os fatores de atração explicam para onde se dirigiu a população expulsa do campo. Eles têm a ver com as oportunidades de trabalho, condições de vida e nível de renda oferecidos pelas atividades econômicas dos diversos centros urbanos, destacando-se os de maior tamanho. Por trás desse crescimento das maiores cidades está o desenvolvimento industrial liderado pela produção de bens duráveis de consumo onde destaca-se todo um aparelho produtivo e distribuidor de automóveis e eletrodomésticos, além da própria construção residencial. A venda desses bens duráveis de consumo dá conta direta ou indiretamente de grande parte das atividades econômicas do país e elas são muito concentradas nos maiores centros urbanos e na região Sudeste, destacando-se a região metropolitana de São Paulo.

Dessa forma, em 1980 o Brasil conformava um país eminentemente urbano e o rápido processo de concentração em cidades cada vez maiores destacou suas áreas metropolitanas. Os resultados do Censo de 1991,

entretanto, parecem indicar que o auge desse processo ocorreu nos anos setenta e que os oitenta inauguraram um novo período marcado pelo arrefecimento do êxodo rural e declínio no ritmo de expansão das grandes metrópoles.

Efetivamente, as informações preliminares do Censo de 1991 indicam uma redução no ritmo de crescimento da população urbana em todas as regiões mas especialmente no Sudeste. No que se refere às regiões metropolitanas, constatou-se que todas elas e também Brasília apresentaram declínio de participação na população total do país. A taxa de crescimento do conjunto das regiões metropolitanas entre 1980 e 1991 foi de apenas 1,88% ao ano, menos da metade do ritmo de crescimento observado na década anterior. Destaca-se a queda no ritmo de crescimento de São Paulo e Rio de Janeiro, justamente as duas maiores regiões metropolitanas do país.

Não é possível deixar de relacionar as mudanças nas tendências de crescimento da população urbana no Brasil aos percalços no desempenho da economia. O crescimento populacional concentrado nas grandes cidades fez parte do tipo de desenvolvimento econômico que marcou o país principalmente depois da segunda guerra mundial. O fato deste processo ter-se esgotado em meados dos anos setenta e da economia não conseguir resolver os impasses para retornar, sob novas bases, a uma trajetória de crescimento, repercute na distribuição espacial da população, arrefecendo a migração rural-urbana e o crescimento das grandes cidades.

Martine chama a atenção para a redução no ritmo de crescimento da população residente na região metropolitana de São Paulo e relaciona esse fato à descentralização das atividades industriais antes muito concentradas no entorno de São Paulo. Para entender melhor esse processo de descentralização das atividades econômicas em São Paulo, fenômeno que vinha ocorrendo desde meados da década de setenta e que portanto antecede a crise dos anos oitenta, é conveniente separar analiticamente as chamadas indústrias dinâmicas das que simplesmente respondem ao crescimento da demanda por seus produtos que decorre do aumento do emprego e de

renda.⁹⁴ Assim, por exemplo, a indústria automotriz foi uma indústria dinâmica porque sua implantação, no que veio a ser a Região Metropolitana de São Paulo, foi uma decisão autônoma que precedeu e, direta e indiretamente, contribuiu para provocar o rápido crescimento da demanda de automóveis no país. Como trata-se de uma indústria que tem amplas economias de escala e de aglomeração, essa indústria se concentrou em torno de São Paulo, abastecendo o mercado nacional de veículos em formação, também muito concentrado no eixo Rio-São Paulo.

No caso das indústrias que são simplesmente induzidas pelo aumento da demanda por seus produtos uma parte delas tem também amplas economias de escala e também tendeu a se concentrar nas proximidades de São Paulo. Outras dessas indústrias, entretanto, se localizam próximo dos diversos centros consumidores operando com múltiplas fábricas de tamanho mais reduzido em conformidade aos mercados locais. Uma parte delas está em São Paulo, por ser este o principal centro consumidor do país, mas, muitas outras estão dispersas pelo território nacional, nas proximidades de áreas não tão densas como São Paulo, em termos de concentração de atividades econômicas e população.

Enquanto perdurou o padrão de industrialização que marcou o país no pós-guerra, a atividade econômica e principalmente a indústria se concentrou em São Paulo, a partir do ímpeto das indústrias dinâmicas que responderam pelo crescimento da renda em São Paulo, repercutindo também em outras atividades econômicas, notadamente comércio e prestação de serviços. Uma vez esgotado esse padrão, perdeu força o crescimento da renda em São Paulo. Noutras regiões o crescimento da renda foi relativamente independente e continuou, com menor ritmo, induzindo novas atividades econômicas, inclusive produção industrial.⁹⁵ Em conseqüência, diminuiu a

94 A colocação do processo de descentralização da atividade econômica nesses termos encontra-se em OLIVEIRA, A. e BALTAR, P. E. (1993, coords.)

95 O desenvolvimento econômico fora da Região Metropolitana de São Paulo desde meados dos setenta foi favorecido pelo Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, que determinou grandes investimentos na produção de insumos básicos que se localizaram nas proximidades das fontes de recursos naturais. Essa capacidade produtiva, criada em fins dos setenta, foi mobilizada nos oitenta para ampliar as exportações do país. Esses grandes investimentos tiveram forte impacto sobre as regiões em que se localizaram contribuindo para que elas crescessem, apesar da desaceleração do

concentração da produção industrial em torno de São Paulo e o crescimento, inclusive da indústria, fora dessa área, deu-se em torno de cidades de tamanho menor, que continuaram crescendo rápido em população.

O que se assiste no país, porém, é uma difícil transição e ainda não há elementos suficientes para se falar de um novo padrão de crescimento da população. Em todo caso, a manutenção da velocidade do crescimento da população urbana fora dos grandes centros indica possibilidades em gestação de um crescimento menos concentrado nos grandes centros urbanos. Finalmente, outro dado importante é que as alterações nas tendências da distribuição espacial da população estão ocorrendo com taxas de fecundidade bem menores do que as vigentes no passado, o que afeta também aquela distribuição.

A maneira como evoluiu a população das cidades não é totalmente independente das transformações que ocorrem no campo, sendo a outra face de um mesmo processo. Esta tese, entretanto, se preocupa especificamente com o estudo da população que mora no campo.

O objetivo deste capítulo é traçar uma trajetória do comportamento da população no Brasil e mostrar as principais mudanças na sua composição, principalmente daquela localizada em áreas rurais, de forma a fornecer elementos para a construção de um quadro geral da população rural na atualidade.

Com essa finalidade, em primeiro lugar será feita uma descrição da distribuição da população brasileira e sua evolução nas últimas cinco décadas⁹⁶, levando em conta sua localização rural ou urbana.

Em seguida, e de forma complementar, no esforço para melhor entender as transformações ocorridas, serão examinadas algumas variáveis do crescimento demográfico e a composição etária da população. Por

desenvolvimento nacional centrado na Grande São Paulo. Ver MARTINE, G. e CAMPOLINA, D. C. (1991).

96 O ano de 1940 é o primeiro para o qual se dispõe de informações mais confiáveis sobre a população brasileira que reside em áreas rurais.

último, serão apresentados alguns indicadores do nível de atividade econômica e do emprego que podem dar pistas sobre a capacidade das atividades agrícolas de reter população no campo, ou visto de outro ângulo, da responsabilidade que lhes caberia na expulsão dessa população.

1. Evolução da População Rural

Antes de iniciar a apresentação dos dados sobre evolução da população rural, devemos chamar a atenção para um aspecto de fundo metodológico, referente à definição usada pelo Censo para a situação rural-urbana do domicílio.

A definição usada pelo Censo é feita a partir de critérios fixados em leis municipais. Define-se por urbano as localidades que são sedes de município ou distrito. A população recenseada fora desses limites é considerada rural. A desvantagem desta definição de urbano é que ela é demasiado abrangente, levando possivelmente a uma superestimação da população verdadeiramente urbana e, conseqüentemente, uma subestimação da rural.

Alguns autores, com a finalidade de contornar esse problema, adotam, quando possível, o critério de urbano recomendado pela ONU, isto é, as localidades que atingem o limite mínimo de vinte mil habitantes num determinado Censo.⁹⁷ Neste trabalho, a principal fonte de dados é a PNAD, que não permite identificar os municípios e seus respectivos tamanhos. Por esse motivo, somos obrigados a usar a definição de urbano e rural adotada pelo próprio IBGE, ainda que conscientes de suas limitações.

Os dados globais da evolução do crescimento da população brasileira mostram que nas décadas de 40 e 50 a população rural manteve um ritmo de crescimento de 1.6% ao ano, enquanto a urbana aumentou de 3.8% nos anos 40 para 5.2% nos 50. Esta aceleração do crescimento da população urbana ocorreu no contexto de um aumento no ritmo de crescimento da população

total de 2.3% para 3.0%. Na década de 60, o ritmo de crescimento anual da população rural caiu para 0.6%, enquanto a urbana se manteve nos 5.2% atingidos na década anterior. A partir da década de 70 as taxas são todas decrescentes, sendo que as rurais passam a ser negativas, provocando queda absoluta de população. As informações preliminares do Censo Demográfico de 1991 indicam a manutenção dessas tendências e o crescimento mais lento da população urbana na década de oitenta. (Ver tabela 1)

TABELA 1
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL DE 1940 A 1991

ANO	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL			
	Nº (milhões)	Ritmo anual Cresc. %	Nº (milhões)	Part. Pop. Total %	Ritmo anual Cresc. %	Nº (milhões)	Part. Pop. Total %	Ritmo anual Cresc. %
1940	41.2	-	12.8	31.2	-	28.3	68.8	-
1950	51.9	2.3	18.7	36.2	3.8	33.1	63.8	1.6
1960	70.0	3.0	31.3	44.7	5.2	38.7	55.3	1.6
1970	93.1	2.9	52.0	55.9	5.2	41.0	44.1	0.6
1980	119.0	2.5	80.4	67.6	4.5	38.6	32.4	-0.5
1991	146.9	1.9	110.9	75.5	3.0	36.8	24.5	-0.6

FORNE: Estatísticas Históricas do Brasil; Séries Estatísticas Retrospectivas, vol.3. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1950 a 1985, IBGE, 1987.

Conseqüentemente, a partir dos anos 40 a participação da população urbana no total é crescente, enquanto que a participação da população rural decresce. Foi este fato que levou muitos autores a falar de "esvaziamento" do campo. Entretanto, é necessário ressaltar que, a despeito do decréscimo contínuo da participação da população rural no total, ela ainda é relativamente alta se comparada à dos países desenvolvidos e, dada a magnitude da população brasileira, os números absolutos de pessoas morando em áreas rurais são elevados. Assim, em 1991, a participação da população rural no total foi de 24,5% o que corresponde a 36 milhões de pessoas, ou seja apenas 2,6 milhões a menos que em 1980. As estimativas para o ano 2000 são de que cerca de vinte milhões de pessoas estarão ainda no campo e suas condições de vida dependerão em grande medida das atividades agrícolas.⁹⁸

Quando se observa a participação da população rural por região notam-se enormes disparidades. Assim, por exemplo, no Nordeste em 1980 quase a metade da população era rural, enquanto que no Sudeste essa proporção foi atingida em 1950 e, em 1980, ela não passava de 17.2%. (Ver tabela 2). Nos anos oitenta houve um declínio generalizado na participação da população rural no total das regiões em consequência da sua redução absoluta que só não ocorreu no Norte, para onde se expandiu a fronteira agrícola do país.

A lentidão com que tem diminuído a participação da população rural na população total do Nordeste fez aumentar a participação dessa região na população rural total do Brasil de 39,0% para 46,4%, entre 1940 e 1991. Simultaneamente, a participação do Sudeste na população rural total diminuiu de 39,2% para 12,0%. A região Sul apresentou, até o ano 1970, uma participação da população rural no total da região semelhante à do Nordeste. Desde os anos 70 vem ocorrendo uma queda mais intensa desta participação na região Sul. Essa queda abrupta reverteu a tendência que vinha se observando no sentido de elevar a participação da região Sul na população rural total do Brasil. Esta participação, que tinha variado de 14,6% em 1940 para 22,4% em 1970, cai para 15,9% em 1991. As regiões Centro-Oeste e Norte conformam a fronteira da expansão da agricultura no Brasil. O Centro-Oeste aumentou sua participação na população rural do Brasil até 1970 e, desde então, tem diminuído a população rural nessa região. O Norte, pelo contrário, apresenta na década de 70 o maior crescimento desde os anos 40 de sua população rural, crescimento que basicamente se mantém nos anos oitenta confirmando a rápida ocupação da fronteira nesse período. Não obstante, as regiões Centro-Oeste e Norte representam, em 1991, somente 6,0% e 10,9% da população rural do país, respectivamente.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NAS REGIÕES DO BRASIL EM 1940/1980

Regiões	Participação no total da região										Taxa anual de crescimento						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91
BRASIL	68.8	63.8	55.3	44.1	32.4	24.5	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	1.6	1.6	0.6	-0.6	-0.6
Norte	72.3	68.5	62.6	54.9	48.4	42.2	3.7	3.8	4.1	4.8	7.4	10.9	1.8	2.4	2.1	3.7	3.0
Nordeste	76.6	73.6	66.1	58.2	49.5	39.4	39.0	39.9	37.8	39.9	44.7	46.4	1.8	1.0	1.1	0.5	-0.3
Sudeste	60.6	52.5	43.0	27.3	17.2	12.0	39.2	35.7	34.0	26.5	23.1	20.8	0.6	1.1	-1.9	-2.0	-1.5
Sul	72.3	70.5	62.9	55.7	37.6	25.9	14.6	16.7	19.1	22.4	18.5	15.9	2.9	2.9	2.2	-2.5	-2.0
C.-Oeste	78.5	75.6	65.8	52.0	32.2	20.8	3.5	3.9	5.0	6.4	6.3	6.0	2.9	4.0	3.1	-0.8	-1.1

FONTE: Estatísticas Históricas do Brasil, Séries Estatísticas Retrospectivas, volume 3, Série Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1985, IBGE, 1987.

Extraído de BALTAR DE ANDRADE, Paulo Eduardo. Evolução Demográfica, Emprego e Demandas Sociais Urbanas do Brasil. In ANAIS do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988, Olinda - PE.

Com o acima exposto, constata-se que a participação das áreas rurais na população total do país teve um declínio acentuado, passando de 68,8% em 1940 para 24,5% em 1991. Contudo, houve um aumento da população rural que passou de 28,3 milhões de pessoas em 1940 para 41,0 milhões em 1970, diminuindo desde então lentamente, atingindo em 1991 a cifra de 36 milhões de pessoas. Simultaneamente, a população urbana aumentou de 12,9 milhões para 110,9 milhões no mesmo período.

O principal determinante do crescimento mais lento e posterior declínio da população rural foi a migração rural-urbana. Efetivamente, o crescimento vegetativo da população nas áreas rurais tem sido mais intenso que nas áreas urbanas devido, principalmente, às altas taxas de fecundidade ali observadas. Portanto, cabe ao êxodo rural a responsabilidade pelo declínio da população que vive no campo.

A migração rural vem ocorrendo desde longa data. Já nos anos trinta, quando se iniciou a industrialização do país, muitos trabalhadores agrícolas abandonaram o campo e se dirigiram para as cidades, impelidos pelo debilitamento da vida rural tradicional. Na década de 40, o êxodo rural teria atingido aproximadamente três milhões de pessoas e, na década seguinte, cerca de sete milhões.⁹⁹

Entretanto, foi nas duas últimas décadas que os movimentos em direção as cidades se intensificaram, devido às profundas transformações ocorridas na agricultura, que passou por um processo de intensa modernização iniciado em meados dos anos sessenta. Entre 1960 e 1980, aproximadamente trinta milhões de pessoas saíram das áreas rurais. Na década de 70, observou-se pela primeira vez uma perda absoluta de população rural. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que mais modernizaram seus processos produtivos, foram as maiores responsáveis por esse fenômeno.¹⁰⁰

Observa-se na tabela 3 que na década de 60 a região que mais expulsou população foi o Sudeste. Esta região, contudo, inclui desde a

99 MARTINE, G. (1987)

100 MARTINE, G. (1987)

agricultura moderna do estado de São Paulo até outras não tão desenvolvidas como as de Minas Gerais. O índice de crescimento vegetativo desta região, por sua vez, era um dos mais baixos. Conseqüentemente, ela teve uma redução absoluta apreciável na sua população rural, que diminuiu em 14,4% no conjunto da década. Nos anos 70 a região Sudeste continuou expulsando população do campo e foi acompanhada pelas regiões Sul e Centro-Oeste, que também passaram a expulsar população rural em proporções semelhantes.

TABELA 3
POPULAÇÃO RURAL, DE 1960 A 1991 CRESCIMENTO VEGETATIVO E MIGRAÇÃO NAS REGIÕES DE 1960 A 1980

Regiões	População Rural (milhões)				1960-1970			1970-1980		
	1960	1970	1980	1991	Crescimento da população rural	Índice Migratório	Crescimento Vegetativo	Crescimento da População Rural	Índice Migratório	Crescimento Vegetativo
					(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Norte	1.6	1.9	2.8	3.9	23.0	-27.9	50.9	43.7	-0.1	43.8
Nordeste	14.7	16.4	17.2	16.7	12.0	-29.8	41.8	5.4	-30.5	35.9
Sudeste	13.2	10.9	8.9	7.5	-14.4	-51.6	37.2	-18.4	-46.3	27.9
Sul	7.4	9.2	7.1	5.7	24.7	-14.6	39.3	-22.2	-47.8	25.6
C.-Oeste	1.9	2.6	2.4	2.1	36.3	-6.9	43.2	-10.1	-45.5	35.4
BRASIL	38.8	41.1	38.6	36.0	1.1	-33.1	40.2	-6.0	-38.0	32.0

(1) Crescimento populacional rural = $\frac{\text{Incremento População Rural no período P1 e P2}}{\text{População Rural em P1}}$

(2) Índice Migratório = $\frac{\text{Migração Líquida a partir da área rural no período P1 a P2}}{\text{População Rural em P1}}$

(3) Crescimento Vegetativo = (1) - (2)

FORNTE: Censos Demográficos vários anos.

O Índice Migratório foi extraído de Martine (1987). Informações Preliminares do Censo Demográfico de 1991 ainda não permite o cálculo dos fluxos migratórios da década de oitenta.

Na região Nordeste a migração rural se manteve em ritmo semelhante nos anos 60 e 70, bem inferior à do Sudeste, que modernizou sua agricultura. No entanto, a migração rural nordestina é também acentuada e não provocou queda absoluta de população rural devido ao rápido crescimento vegetativo dessa população na região.

Ocorre que vem diminuindo o ritmo de crescimento vegetativo da população no Nordeste, acompanhando um movimento geral ocorrido em todo o país, o que provocou uma redução no ritmo de crescimento da população rural nordestina entre os anos 60 e 70. Como mostram os dados preliminares do Censo Demográfico de 1991, a continuidade da redução do crescimento vegetativo fez a população rural começar a diminuir, em termos absolutos, no Nordeste ao longo dos anos 80, mesmo que não se tenha acentuado o ritmo proporcional da migração a partir das áreas rurais.

A região Norte teve um comportamento semelhante ao do Nordeste nos anos sessenta, com um aumento da população rural devido a um rápido crescimento vegetativo e apesar da intensa migração rural. Na década seguinte, o Norte tornou-se a principal fronteira de expansão da agricultura do país, atraindo grandes contingentes de população e chegando a apresentar índice migratório rural nulo nos anos 70. Nos anos oitenta continuou o rápido aumento da população rural no Norte em simultâneo a uma redução em todas as outras regiões inclusive o Nordeste.

Chama atenção a existência de uma relação inversa entre o índice de crescimento vegetativo e o índice migratório. Isto é, as regiões com maiores índices migratórios têm, em geral, os menores índices de crescimento vegetativo. É o caso das regiões mais desenvolvidas do país, em que os níveis de fecundidade são menores e a modernização da agricultura expulsou intensamente a população do campo.

No ano de 1970, o número de filhos por mulher em idade fértil era muito elevado na população rural de todas as regiões. (Ver tabela 4) É interessante que, ao contrário do que se observava nas áreas urbanas, as taxas de fecundidade no campo não variavam muito entre as regiões. De fato, ela situava-se em torno de 7 a 8 filhos por mulher em qualquer região e variava de cerca de 4 a 6,5 nas áreas urbanas do Sul e Sudeste vis-à-vis o Norte e Nordeste.

TABELA 4
TAXAS DE FECUNDIDADE SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E REGIÕES DO PAÍS.
ANOS DE 1970 E 1980.

	1970		1980	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Norte	9.6	6.6	8.0	5.2
Nordeste	8.5	6.4	7.7	4.9
Sudeste	7.1	3.8	5.5	3.2
Sul	6.9	4.1	4.6	3.3
Centro-Oeste	7.7	5.3	6.0	4.0
Brasil	7.7	4.6	6.4	3.6

FONTE: IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil, 1987.

Entre 1970 e 1980 ocorreu uma diminuição das taxas de fecundidade em todas as regiões e áreas rural e urbana. Entretanto, essa redução foi desigual. No campo ela ocorreu de modo mais acentuado nas regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste. Nas áreas urbanas, essa redução já vinha ocorrendo anteriormente nas regiões mais desenvolvidas mas na década de 70 a diminuição foi mais intensa nas áreas urbanas das regiões mais atrasadas. Desse modo, o padrão desigual de redução da fecundidade provocou uma diferenciação regional no campo e uma redução de diferenças regionais entre as cidades.

As observações anteriores mostram os efeitos da defasagem da modernização entre regiões, provocando inicialmente uma diferenciação regional que leva certo tempo para ser corrigida. Essa modernização vem antes nas áreas urbanas das regiões mais desenvolvidas e só ocorre posteriormente nas áreas rurais dessas mesmas regiões. As regiões mais atrasadas têm acompanhado o processo com uma defasagem de cerca de dez anos. Assim, em 1980, as taxas de fecundidade das mulheres urbanas das regiões Norte-Nordeste são parecidas às das mulheres rurais das regiões Sul-Sudeste no mesmo ano ou de mulheres urbanas dessas últimas regiões em 1970.

De forma sintética, tem-se que as regiões de agricultura mais moderna apresentaram as menores taxas de fecundidade e índices de crescimento vegetativo e o maior êxodo rural. O significado disto é que o estoque

populacional dessas regiões ficou menor. Nas regiões de agricultura mais atrasada verifica-se o contrário, resultando num estoque populacional crescente.

Este fato terá repercussões nas décadas futuras. As regiões que modernizaram a agricultura já expulsaram grande parte de sua população rural e apresentam taxas de fecundidade de magnitude semelhante às observadas nas áreas urbanas. Portanto, é de se esperar que os fluxos migratórios rural-urbano diminuam nessas regiões, podendo até chegar a desaparecer.

Por sua vez, as regiões menos desenvolvidas possuem um estoque populacional rural elevado e ainda com forte crescimento vegetativo. Mesmo que essas regiões não passem por processo de modernização agrícola tão intenso como o observado no passado das regiões mais desenvolvidas do país, elas deverão aumentar sua participação no processo de expulsão da população do campo. Ou seja, é possível que o ritmo de expulsão da população rural não aumente no Nordeste, mas a proporção de nordestinos expulsos do campo na totalidade do país deverá aumentar.

Nos anos 80 este processo deve ter começado e o desempenho da economia urbana nas regiões mais desenvolvidas não foi favorável à absorção dos contingentes rurais deslocados do campo. Portanto, é provável que os fluxos de nordestinos que deixaram as áreas rurais tenham se localizado preponderantemente nas áreas urbanas da própria região, tanto nos centros de pequeno e médio porte quanto nas metrópoles regionais, principalmente Fortaleza e Salvador. É de se prever a continuidade desse fluxo de população deslocada das áreas rurais do Nordeste, o que fará reduzir em termos absolutos o estoque de pessoas que ainda se mantêm no campo. A população rural do país ainda é grande, deve continuar diminuindo em termos absolutos e será crescentemente nordestina, embora nessa região passe possivelmente a diminuir.

2. Crescimento Vegetativo e Estrutura Etária

O crescimento vegetativo de uma população depende da interação das taxas brutas de natalidade e mortalidade. A história do crescimento da população foi marcada primeiro por mudanças nas taxas de mortalidade, destacando-se em particular a tendência no sentido de sua redução.

Logo depois da Revolução Industrial, nos países desenvolvidos da Europa as taxas de mortalidade começaram a declinar rapidamente enquanto as taxas de natalidade mantiveram-se relativamente estáveis, provocando um acelerado crescimento populacional.

Esse fenômeno também ocorreu em países subdesenvolvidos, inclusive no Brasil. Nesses países, o fenômeno deu-se de forma mais intensa, devido às altas taxas de mortalidade pré-existentes e seu acentuado declínio, principalmente a partir dos anos 40, foi conseqüência de uma série de medidas de saúde pública, inclusive saneamento básico.¹⁰¹

Atualmente, as taxas brutas de mortalidade são semelhantes nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Entretanto, essa semelhança é enganadora porque reflete a diversidade de estruturas etárias na população desses dois tipos de países, com o que tem significado diferente em termos de expressão das condições sócio-econômicas de vida dessas populações. De fato, é muito diferente ter uma determinada relação entre o número de óbitos durante dado período e o estoque total de população quando é mais elevada a proporção de jovens e menor a dos idosos.

Uma medida mais adequada das condições da população em termos de mortalidade, e que não é afetada pela estrutura etária, é a Esperança de Vida ao Nascer. Trata-se do número de anos que uma determinada coorte sobreviveria em média mantendo um padrão de mortalidade ao longo de sua vida igual ao das diversas faixas etárias da população atualmente existente. No ano de 1940, a Esperança de Vida ao Nascer do brasileiro era de 42,73

¹⁰¹ Entre os estudos que tratam da problemática da Transição Demográfica no Brasil destacam-se, entre outros, PATARRA, N.L. e OLIVEIRA, M.C.F. de. (1988); OLIVEIRA, F. (1976).

anos e em 1980 atingiu 60,8 anos. Ou seja, entre 1940 e 1980 acusou um aumento de mais de 40%, o que equivale a um ganho de 17,4 anos de vida. Não obstante a melhora, a Esperança de Vida do brasileiro ainda é pequena, pois nos países desenvolvidos da Europa, em 1980, ela situava-se acima de 70 anos.

Para as áreas rurais do Brasil, que constituem nosso principal interesse, só existem estimativas, e não muito confiáveis, para as duas últimas décadas. Apesar dessa escassez de informações, é possível ter alguma idéia da evolução desse indicador nesses anos. Observamos, na tabela 5, que a tendência crescente no ganho de anos de vida da população brasileira se deu tanto nas áreas rurais como nas urbanas. Além disso, nota-se que não há grandes diferenças, neste particular, entre as áreas rurais e urbanas.¹⁰²

TABELA 5
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NAS REGIÕES.
1970 - 1980.

	1970		1980	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Norte	53.8	54.6	64.2	64.2
Nordeste	45.4	42.2	52.2	50.8
Sudeste	56.7	57.3	64.3	63.4
Sul	60.2	60.0	67.6	66.6
Centro-Oeste	58.8	57.4	64.6	64.7
Brasil	52.3	53.1	58.8	60.8

FONTE: IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil, 1987

Entretanto, cabe destacar as acentuadas diferenças regionais, que expressam as enormes disparidades sociais do país. Observa-se que, no ano

102 Apesar da escassez geral e pouca qualidade dos dados para as áreas rurais, o fato de algumas delas apresentarem maior Esperança de Vida que as áreas urbanas não parece ser raro de ocorrer. Vários países da Europa, como por exemplo, Dinamarca (1965) e Inglaterra (1960), apresentaram Esperanças de Vida favoráveis às áreas rurais. Alguns estudos mostram que os níveis mais altos de mortalidade prevalecem nos distritos industriais urbanos com maior densidade de população, enquanto que os níveis mais baixos são mais frequentes nos distritos agrícolas rurais. NAÇÕES UNIDAS (1978).

de 1980, este indicador variava de aproximadamente 52 anos no Nordeste para 67,6 anos no Sul. Ou seja, os nordestinos da área rural vivem em média 15,5 anos menos que os habitantes rurais do Sul do país.

Um outro indicador que, à semelhança da Esperança de Vida ao Nascer, reflete também sensivelmente as condições de vida de uma população é a Taxa de Mortalidade Infantil. Este indicador, ainda que tenha apresentado uma tendência decrescente contínua, permanece em nível alto. Ele passou de 163 por mil em 1940 para 76 por mil em 1980, ou seja, em 1980 ocorriam 76 mortes de crianças menores de um ano para cada mil nascidos vivos. Para os anos de 1984 e 1987 as estimativas são de 66 por mil e 51 por mil, respectivamente.¹⁰³

Esses níveis, se comparados com os dos países desenvolvidos e inclusive com os de outros países em desenvolvimento de América Latina, são ainda bastante elevados. Na Suécia em 1984 essa taxa era de 6,3 por mil. Na Argentina em 1985 era de 32,2 por mil.¹⁰⁴

Na comparação rural-urbana para as décadas de 70 e 80, observa-se que as taxas de mortalidade infantil das áreas urbanas em geral superam as rurais, provavelmente por causa de problemas de registro dos dados nas áreas rurais. Isto, no entanto, não invalida as comparações regionais. Na tabela 6 observamos que os diferenciais de mortalidade infantil por regiões são bastante acentuados. O Nordeste apresenta taxas duas vezes maiores que o Sul, sendo comparável aos dos países da África. Nas regiões mais desenvolvidas, as causas de morte infantil são predominantemente mais relacionadas com fatores de tipo genético. Nas regiões menos desenvolvidas as causas de morte são fundamentalmente doenças infecto-contagiosas, provocadas por desnutrição, insuficiência de saneamento básico e falta de assistência médico-hospitalar.¹⁰⁵

103 ORTIZ (1990)

104 Nações Unidas (1991)

105 FERREIRA (1989)

TABELA 6
TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS), SEGUNDO SITUAÇÃO
DO DOMICÍLIO E REGIÕES. 1960/1970 E 1970/1980.

Regiões	1960/197		1970/1980	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Norte	112.3	109.4	72.4	72.2
Nordeste	147.1	160.6	118.8	124.3
Sudeste	100.9	98.6	71.8	75.3
Sul	87.5	88.2	59.7	63.1
Centro-Oeste	92.7	98.3	70.7	70.2
Brasil	118.5	115.3	92.9	85.2

FONTE: IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil, 1987.

Para a década de 80, Ortiz traça um panorama dividindo-a em três períodos. Um primeiro período até 1982, em que as Taxas de Mortalidade Infantil diminuem acentuadamente em todo o país. Um segundo período, de 1982 a 1984, em que se observa, com diversos graus de intensidade, um aumento da mortalidade infantil a qual não pode deixar de ser relacionada com a crise econômica que o país experimentou. E um terceiro período, a partir de 1985, onde se observa uma retomada da tendência decrescente.¹⁰⁶ (Ver tabela 7)

TABELA 7
TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS) NAS REGIÕES DE 1980 A 1987.

Regiões	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Norte	60.1	58.5	52.6	63.5	63.8	56.2	58.4	56.4
Nordeste	115.7	103.4	97.4	107.2	103.3	88.3	79.3	76.6
Sudeste	53.6	50.1	47.8	44.9	46.5	39.4	38.4	35.2
Sul	45.7	41.1	36.8	36.1	35.0	34.4	32.6	31.3
Centro-Oeste	58.5	54.3	50.7	51.7	54.4	42.8	41.7	41.5
Brasil	76.2	69.7	62.7	63.8	68.2	55.0	53.0	51.7

FONTE: Ortiz (1990)

É necessário enfatizar que no Brasil este indicador reflete fortemente as condições sócio-econômicas da população onde as condições de

saneamento ambiental - rede geral de água e de esgoto - são muito precárias. Segundo dados do próprio Ortiz, para as famílias de baixa renda 60% das crianças de 0 a 4 anos vivem em condições inadequadas de saneamento. Esta proporção é de 40% no Sul do país e de 85% no Nordeste.

No Brasil, as condições de saneamento básico são precárias, tanto no campo como nas cidades. Por isso mesmo, a mortalidade infantil não difere muito entre as áreas rural e urbana. As diferenças regionais, entretanto, se mantêm elevadas. Como há uma tendência ao aumento da participação do Nordeste na população rural total, dificilmente esses indicadores de mortalidade deverão melhorar rapidamente no futuro, sendo provável que aumentem as diferenças entre a população rural e urbana.

A mudança no ritmo de crescimento da população brasileira refletiu-se principalmente no comportamento das taxas de natalidade e de mortalidade. Esses componentes demográficos também provocaram alterações na estrutura etária da população. Destaca-se, em particular, a tendência decrescente da fecundidade das mulheres brasileiras, que provocou uma redução nas taxas de natalidade, fazendo diminuir a proporção de jovens na população total. Ainda assim, simultaneamente ocorreu uma redução da mortalidade infantil, que retardou o efeito da queda da natalidade sobre o peso relativo da população jovem.

A maior alteração na composição etária da população ocorreu, por enquanto, na faixa de 0 a 14 anos. Entre os anos 60 e 80, a população brasileira menor de 15 anos diminuiu de 42,7% para 38,2% do total. A população mais idosa, de 65 ou mais anos, passou de 2,7% para 4,0%. O coeficiente de dependência - a razão entre a população menor de 15 anos e maior de 65 sobre a população entre 15 e 64 anos - passou de 0,83 para 0,73.¹⁰⁷ Portanto, o fato de a diminuição da proporção de jovens ser maior que o aumento da dos idosos elevou o número de pessoas em idade economicamente ativa (15 a 64 anos) em relação à população total, com o

que, em média, passou a haver menos pessoas sem idade de trabalhar por pessoas que têm essa idade.

Os dados da tabela 8, referidos às duas últimas décadas, mostram que houve um apreciável aumento na idade da população brasileira e que isto ocorreu tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas. Refletindo o ocorrido com a fecundidade, o decréscimo na proporção de jovens tem-se dado principalmente nas áreas urbanas e/ou regiões mais desenvolvidas. Ela não ocorreu ainda nas áreas rurais do Norte e Nordeste. Salvo o Sul do país, a diminuição da participação dos jovens na população total foi maior nas áreas urbanas que nas rurais.

Pode-se avaliar o significado das mudanças na estrutura etária da população das áreas urbana e rural das várias regiões através do coeficiente de dependência. (Ver tabela 8). Este coeficiente continua acima da unidade nas áreas rurais do Norte e Nordeste, onde cada pessoa em idade de trabalhar tem que ajudar a manter a si própria e a mais outra pessoa que não tem idade para tanto. Nessas áreas rurais, a estrutura etária mudou pouco e continua muito desfavorável em termos de carga de dependência por pessoa que pode trabalhar. Já a população urbana do próprio Nordeste tem não só menor coeficiente de dependência que a rural, como esse coeficiente diminuiu na década, embora ainda seja relativamente alto, da mesma ordem de grandeza que o das áreas rurais mais desenvolvidas do país. Nestas últimas regiões, a diminuição do coeficiente de dependência na área rural foi de magnitude semelhante à observada nas áreas urbanas, mantendo-se as diferenças entre elas.

As mudanças apontadas na estrutura etária da população nas várias regiões do país mostram que as áreas rurais do Norte e Nordeste têm, além do problema geral de garantir oportunidades de emprego para as pessoas com idade para trabalhar, a dificuldade específica de continuar a apresentar uma população excessivamente jovem que ainda não tem idade para trabalhar e deve ser mantida pelos que trabalham.¹⁰⁸ Como foi visto nos itens

108 Essa afirmação pode ser qualificada. No campo as pessoas começam a trabalhar com menos de 15 anos de idade e muitos continuam a trabalhar acima de 65 anos.

anteriores, a população rural do Norte e Nordeste deverá continuar a ter participação crescente na população rural total do país.

TABELA 8
COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE E COEFICIENTE
DE DEPENDÊNCIA(1), REGIÕES E BRASIL, ANOS 1970 e 1980

	1970						1980					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
RURAL												
0 - 14	48.2	46.8	44.9	46.1	47.0	46.3	48.7	46.6	41.3	39.9	44.4	44.1
15 - 19	10.7	10.7	11.2	11.2	10.7	11.0	10.3	11.0	11.5	12.3	10.9	11.3
20 - 64	38.8	39.4	41.2	40.9	40.7	39.8	38.4	38.0	43.4	44.2	42.4	40.7
65 e +	2.1	3.1	2.7	1.6	1.8	2.7	2.5	4.3	3.7	3.6	2.1	3.8
Total*	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Coef. de Depend. (1)	1.02	1.00	0.91	0.92	0.95	0.96	1.05	1.04	0.82	0.77	0.87	0.92
URBANO												
0 - 14	45.3	42.9	37.3	38.5	43.1	38.7	43.6	40.4	32.6	34.1	39.5	35.4
15 - 19	12.1	11.4	10.9	11.2	11.7	11.1	12.0	12.2	11.0	11.7	12.2	11.5
20 - 64	39.8	42.2	48.1	46.7	42.9	46.6	41.3	43.0	52.1	50.2	45.6	48.9
65 e +	2.6	3.3	3.5	3.4	2.1	3.5	3.0	4.4	4.3	4.0	3.7	4.1
Total*	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Coef. de Depend. (1)	0.92	0.86	0.69	0.72	0.83	0.73	0.87	0.81	0.58	0.62	0.73	0.65

(*) A soma nem sempre totaliza 100,0 devido a exclusão dos que não declararam a idade.
(1) Coeficiente de Dependência - Grupos de 0 - 14 anos e 65 e mais, sobre a população de 15 a 65 anos.

FONTE: Censos Demográficos de 1970 e 1980.

As taxas de participação da população com idade para trabalhar em 1980 mostram que, principalmente nas áreas rurais, não há grandes diferenças entre as regiões do país. Ou seja, proporções semelhantes da população com idade adequada para a atividade econômica estão de fato participando no mercado de trabalho. (Ver tabela 9). As diferenças são maiores nas áreas urbanas, destacando-se a maior participação na força de trabalho da população das regiões Sul e Sudeste.

TABELA 9
TAXAS DE PARTICIPAÇÃO ESPECÍFICAS POR FAIXAS DE IDADE
(PEA/FIA) SEQUENDO REGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO 1980

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
10-14	17.7	6.3	25.2	8.4	18.2	10.0	25.9	10.7	17.2	12.0	22.7	9.7
15-19	42.7	33.1	48.8	34.2	51.5	51.3	56.6	53.2	42.9	47.6	50.3	46.7
20-49	59.9	64.1	58.7	62.3	58.1	67.1	61.3	67.3	57.1	66.1	59.1	66.0
50 e +	50.8	40.0	46.7	36.1	44.7	34.0	45.2	33.5	51.8	40.2	46.4	34.8
TOTAL	47.4	44.7	48.2	43.6	47.6	51.5	51.4	51.5	46.7	50.4	48.5	49.5

FONTE: IBGE: Censo Demográfico de 1980.

Comparando as áreas rurais com as urbanas de cada região, nota-se que para a população menor de vinte anos e maior de cinquenta, as taxas de participação são maiores nas áreas rurais. Para a faixa de idade onde é maior a participação na atividade econômica (20 a 49 anos) essas taxas são superiores nas áreas urbanas.

A constatação anterior reflete basicamente a maior freqüência à escola e acesso a esquemas de aposentadorias nas áreas urbanas e a maior facilidade de integração das tarefas econômicas e domésticas nas áreas rurais, para aquelas faixas de idade de menor participação na atividade econômica. Para as faixas de idade de maior participação na atividade econômica (20 a 49 anos), ao contrário, a maior necessidade de renda monetária nas áreas urbanas leva a que maior proporção de pessoas se desvincule de tarefas domésticas e participe mais claramente de atividades econômicas.

3. População Economicamente Ativa

As peculiaridades dos processos de produção na agricultura dificultam o estudo da participação na atividade econômica das pessoas com idade para trabalhar. Dentre essas peculiaridades destacam-se as seguintes: 1) a sazonalidade do trabalho agrícola, que faz alternar períodos de extrema atividade com outros de quase inatividade; 2) a presença de unidades de

produção familiar, que impede a separação nítida do trabalho produtivo em relação às tarefas domésticas; 3) a grande variedade de trabalhos envolvidos na agricultura, alguns exigindo curtos períodos de tempo de trabalho e outros requerendo jornadas longas e intensas; 4) a falta de alternativas ocupacionais, que torna irrelevante a categoria "*procurando trabalho*" para as pessoas que vivem da agricultura, de modo que as épocas de baixa atividade deste setor levam ao aumento da inatividade e não ao desemprego.¹⁰⁹

Há problemas na própria definição do que seja ocupação na agricultura¹¹⁰. Existem várias medidas do emprego agrícola. Como o nosso interesse é o estudo das condições de vida da população que vive do trabalho na agricultura e não a produtividade do trabalho agrícola, acreditamos ser mais adequado o conceito de ocupação do Censo Demográfico e da PNAD, que é mais restritivo que o do Censo Agropecuário, ao excluir da ocupação os menores de 10 anos e os que, não tendo remuneração, trabalham menos de 15 horas semanais.

A tabela 10 nos mostra as disparidades existentes entre as cifras proporcionadas pelos Censos Demográfico e Agropecuário. Ela mostra também que as diferenças são bem menores quando considerados apenas os homens de 15 anos e mais. Não obstante, permanecem diferenças importantes mesmo quando considerados apenas homens de mais de 15 anos de idade. Em particular, as duas fontes indicam tendências inversas de comportamento do emprego agrícola na década de 70. Enquanto o Censo Demográfico indica uma redução do número de homens de 15 anos e mais ocupados na agricultura entre 1970 e 1980, pelo Censo Agropecuário houve um aumento de cerca de dois milhões de pessoas nessas circunstâncias. Acredita-se que essa diferença em grande medida pode ser atribuída à diversidade das datas de referência dos dois censos.¹¹¹ O Censo Demográfico refere-se ao dia 1 de Setembro, época de emprego agrícola relativamente baixo na maioria das regiões do país. O Censo Agropecuário tem por

109 KAGEYAMA, A. (1985)

110 Ver a respeito KAGEYAMA, A. (1985) e MARTINE, G. e ARIAS A. (1987, 1988).

111 Uma comparação exaustiva dessas e outras fontes de informação sobre emprego agrícola pode ser encontrada em MARTINE e ARIAS (1987, 1988)

referência o dia 31 de Dezembro, época de emprego relativamente alto. Deve-se ter sempre presente essa debilidade do Censo Demográfico para expressar o verdadeiro nível do emprego agrícola do país, notadamente na década de setenta.

TABELA 10
OCUPAÇÃO AGRÍCOLA: BRASIL 1940/1980.

Anos	Homens de 15 anos e mais (em milhões)		Mulheres de 15 anos e mais (em milhões)		Total Ocupados (em milhões)	
	CD	CA	CD	CA	CD	CA
1940	7.9	6.0	1.4	5.2	9.4	11.3
1950	8.3	6.6	1.5	4.3	9.8	10.9
1960	9.7	9.2	2.1	6.3	11.8	15.6
1970	10.8	10.1	2.2	7.4	13.0	17.5
1980	10.1	12.0	2.5	9.1	12.6	21.1

Fonte: Martine e Arias (1987 e 1988)

O nível de emprego agrícola segundo o Censo Demográfico cresceu num ritmo razoável entre 1940 e 1960, passando de 9,4 milhões de pessoas para 11,8 milhões. Esse aumento de 25,2% em vinte anos corresponde a uma taxa anual de 1,1%. O rápido aumento do emprego agrícola ocorreu em todas as regiões, salvo no Sudeste, onde o ritmo foi mais lento, cerca de 0,6% ao ano. A modernização da agricultura acentuou-se a partir de meados da década de sessenta. Entretanto, ela não provocou, inicialmente, a redução do crescimento do emprego agrícola no país, que aumentou 10,6% entre 1960 e 1970, correspondendo à taxa de 1,0% ao ano. Porém, esse resultado global favorável do emprego agrícola deu-se com profundas mudanças na repartição regional. Destaca-se, em particular, a redução absoluta do nível de emprego agrícola nas regiões Sul e Sudeste, que lideraram o processo de modernização.¹¹² Essa redução do emprego agrícola foi compensada pelo aumento rápido nas demais regiões, notadamente no Nordeste, que elevou sua participação na PEA agrícola do país de 27,8% em 1960 para 42,7% em 1980. (Ver tabela 11).

112 Em termos de grau de modernização da agricultura a região Sudeste é muito heterogênea. Destaca-se pelo seu grau de modernidade o estado de São Paulo.

Na década de setenta, a modernização da agricultura prosseguiu em ritmo acelerado e o nível do emprego continuou diminuindo em termos absolutos nas regiões Sul e Sudeste. Ele cresceu rápido principalmente na região Norte, mas o desempenho do Nordeste nos anos setenta não foi suficiente para manter o ritmo global de crescimento do emprego agrícola. De fato, observa-se no conjunto do país uma diminuição absoluta do número de pessoas que o Censo Demográfico registra como trabalhando na agricultura entre os anos de 1970 e 1980.

Os dados globais da distribuição da PEA agrícola por Posição na Ocupação indicam para o período de 1940 a 1960 a crescente participação do trabalho por conta-própria, que corresponde basicamente à produção familiar. A modernização dos anos sessenta não chegou a provocar uma interrupção dessa tendência, embora se note entre 1960 e 1970 a diminuição da participação dos não-remunerados na ocupação agrícola total. É na década de setenta, quando o aumento da ocupação agrícola do Nordeste não consegue sustentar o crescimento da ocupação agrícola total do país, que se manifestam mais claramente os impactos da modernização da agricultura sobre a distribuição da ocupação agrícola por posição na ocupação: aumenta a importância relativa dos empregados e diminui a dos trabalhadores por conta-própria e não-remunerados. Não obstante, essas duas últimas categorias continuam abrangendo em seu conjunto 59,2% da PEA agrícola em 1980, enquanto os empregados representam 38,2%. (Ver tabela 12).

TABELA 12
DISTRIBUIÇÃO DA PEA AGRÍCOLA OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO 1960 A 1980.

P.O.	1940	1950	PEA AGRÍCOLA		
			1960	1970	1980
Empregados	33.5	34.3	25.9	25.4	38.2
Empregadores	2.6	3.2	1.9	1.6	2.6
Autônomos	36.1	35.8	46.0	53.2	43.1
N. Remun.	27.8	26.7	26.2	19.8	16.1
Total A. Agríc.	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Extraído de Medici, A.C., 1988.

A distribuição regional do produto agrícola complementa as informações anteriores do nível ocupacional e estrutura de posições na ocupação, que mostram que os impactos da modernização apareceram mais nitidamente nos anos setenta, por causa do grande aumento de ocupação agrícola do Nordeste nos anos sessenta, principalmente com base na pequena produção familiar. Entre 1959 e 1970 diminuiu bruscamente a participação do Nordeste no produto agrícola do país, em consequência do aumento das participações do Norte, Sul e Centro-Oeste. (Ver tabela 13). Na década de setenta o aumento da ocupação agrícola do Nordeste foi bem mais lento e, no entanto, esta região volta a atingir a participação anterior no produto agrícola do país.

TABELA 13
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO PRODUTO AGRÍCOLA POR REGIÕES,
1949/1980.

	1949	1959	1970	1980
Norte	1.6	1.7	4.1	4.9
Nordeste	18.7	21.0	10.9	19.5
Sudeste	54.2	43.7	34.2	34.7
Sul	22.2	28.8	33.4	29.5
C.Oeste	3.3	4.8	7.4	11.4
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Extraído de Buarque.S., 1988, pp.26

As mudanças que ocorreram na década de setenta aumentaram a renda média por ocupado e o grau de desigualdade da distribuição, medido pelo índice de Gini. (Ver tabela 14). Como foi mencionado no capítulo anterior, a renda média por ocupado na agricultura equivalia em 1970 a 36,3% da renda média dos demais setores de atividade. Em 1980, essa relação passa a ser de 47,1%. Houve então uma certa aproximação da renda média da agricultura em relação aos setores de atividades não-agrícolas. Simultaneamente, o grau de desigualdade da distribuição da renda agrícola se aproximou mais ainda do observado nos setores de atividade não-agrícolas.¹¹³

TABELA 14
RENDA MÉDIA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS EQUIVALENTES AO DE AGOSTO DE 1980) E ÍNDICE DE GINI DA
DISTRIBUIÇÃO DA FEA CONFORME O RENDIMENTO MENSAL NO BRASIL EM 1970 E 1980.

	RENDA MÉDIA			GINI	
	1970	1980	Acréscimo	1970	1980
Total	1.67	2.93	75	0.561	0.592
Agrícola	0.81	1.60	98	0.415	0.543
Não Agríc.	2.23	3.40	52	0.548	0.580

OBS: Foram excluídos os sem renda.

FONTE: Extraído de Kageyama, 1985, pp.366.

A nível regional, os maiores aumentos de renda média por ocupado ocorreram no Sudeste, no Sul e Centro-Oeste, onde mais avançou o processo de modernização. Essas regiões já tinham em 1970 maior desigualdade de renda agrícola. A desigualdade, entre 1970 e 1980, aumentou em todas as regiões, notando-se que nas de agricultura mais moderna o coeficiente de Gini para a renda agrícola é semelhante ao da renda não-agrícola no conjunto do país, enquanto que nas regiões Norte e Nordeste o coeficiente de Gini para 1980 é semelhante aos das regiões agrícolas mais modernas em 1970. (Ver tabela 15).

TABELA 15
RENDA MÉDIA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS EQUIVALENTES AO DE AGOSTO DE 1980) E ÍNDICE DE GINI
DA DISTRIBUIÇÃO DA FEA AGRÍCOLA CONFORME O RENDIMENTO MENSAL PARA SEIS REGIÕES DO BRASIL.
1970 E 1980.

	RENDA MÉDIA			GINI	
	1970	1980	Acréscimo	1970	1980
Norte	0.92	1.71	86	0.306	0.418
Nordeste	0.58	0.96	66	0.349	0.438
Sudeste-SP	0.79	1.78	125	0.435	0.548
São Paulo	1.14	2.31	103	0.432	0.560
Sul	1.07	2.33	118	0.413	0.575
C.Oeste	0.93	2.10	126	0.384	0.555

OBS: Foram excluídos os sem renda

FONTE: Extraído de Kageyama, 1985, pp.367 e 373.

As observações anteriores apontam no sentido de que a modernização da agricultura no Brasil desde meados dos anos sessenta provocou redução do crescimento da ocupação e aumento da renda média, com crescente desigualdade. Há, entretanto, grandes diferenças regionais, destacando-se o

peso do estoque de ocupações agrícolas do Nordeste, onde é menor a renda média e o grau de desigualdade. Essa região em 1980 abrangia 42,7% do emprego agrícola do país, embora participasse apenas com 19,5% do produto agrícola.

4. Conclusão

As evidências empíricas reunidas neste capítulo destacaram a importância dos efeitos que a intensificação da modernização da agricultura brasileira a partir de meados da década de 1960 tiveram sobre a população rural do país. Essa modernização deflagrou todo um conjunto de mudanças sociais que alteraram tanto o crescimento vegetativo da população rural quanto o ritmo da migração do campo para a cidade.

O crescimento vegetativo da população rural diminuiu, embora com certo retardo, em consequência da redução das taxas de natalidade e mortalidade. O ritmo dos deslocamentos de população do campo para a cidade aumentou, e na década de setenta, pela primeira vez, provocou redução absoluta da população residente em áreas rurais. Essa redução na magnitude absoluta da população rural continuou nos anos oitenta.

O processo de modernização da agricultura brasileira foi regionalmente muito desigual. Seus efeitos sobre a dinâmica da população rural também são muito diferentes por região. A diminuição do crescimento vegetativo e o aumento do ritmo das migrações da população para fora das áreas rurais ocorreram principalmente nas regiões onde mais avançou o processo de modernização agrícola. Isto provocou pronunciada alteração na distribuição regional da população rural, destacando-se o aumento da participação do Nordeste, fenômeno que teve continuidade ao longo dos anos oitenta.

A continuidade do aumento da importância relativa da população rural do Nordeste ocorreu, entretanto, sobre novas bases. Nos anos sessenta, o aumento da participação rural do Nordeste deu-se em meio a um rápido crescimento dessa população, que inclusive impediu a redução do nível

absoluto da população rural do país. Nos anos setenta, e com mais intensidade na década de oitenta, o aumento da participação rural do Nordeste ocorreu com estagnação ou mesmo declínio do nível absoluto da população rural. Para o futuro, o quadro mais provável é continuação do declínio absoluto da população rural. Porém, a alta participação do Nordeste e a provável redução mais lenta da população rural nesta região levam a crer que a diminuição do número de pessoas que vivem em áreas rurais do país deve ser um processo relativamente lento.

O estoque de população residente em áreas rurais é muito grande. Ele é formado por 36 milhões de pessoas em 1991, correspondendo a cerca de um de cada quatro brasileiros. Este número é suficiente para mostrar a importância do estudo da maneira como vive esta população e das perspectivas de sua evolução futura.

Cabe destacar a precariedade das condições de vida que essa população apresenta no Nordeste, manifesta nos indicadores demográficos e de atividade econômica: manutenção de altas taxas de fecundidade e mortalidade, principalmente infantil, elevada participação da população mais jovem, baixo nível de renda por ocupado na agricultura, desigualdade da distribuição dessa renda menor que em áreas de agricultura moderna por conta do nível irrisório de renda de quase totalidade da população na agricultura do Nordeste.

No Nordeste, em 1991, viviam 16,7 milhões dos 36 milhões de pessoas que formavam a população rural no Brasil, ou seja, quase a metade da população rural do país é composta de nordestinos. As regiões Sul e Sudeste também possuem estoques razoáveis de população rural, 20,8% no Sudeste o que equivale a 7,5 milhões de pessoas e 15,9% ou 5,7 milhões no Sul.

Esses grandes contingentes de pessoas certamente não vão aumentar, mas dificilmente diminuirão com rapidez, principalmente no caso do Nordeste. Como veremos nos próximos capítulos dedicados ao estudo das condições de vida dessa população rural, ela é formada, em sua grande maioria, no Nordeste e no Sul, por membros das famílias de pequenos

produtores que, principalmente no caso do Nordeste, não dispõem de recursos mínimos para garantir a sobrevivência de seus familiares. No Sudeste destacam-se os empregados assalariados temporários, que especialmente no Estado de São Paulo já residem em áreas urbanas.

CAPÍTULO III - CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA EM 1987.

As informações preliminares do Censo Demográfico de 1991 indicam que houve uma diminuição na década de 80 do ritmo de migração rural-urbana. Este fenômeno está relacionado com a estagnação da economia urbana do Brasil neste período, fato que proporciona um motivo adicional para estudar as condições de vida da população que trabalha na agricultura. A falta de alternativas na cidade pode contribuir para deteriorar ainda mais as precárias condições de vida no campo, pois ele concentra parcela substancial da população e o crescimento vegetativo da população rural é mais rápido que o crescimento urbano. Além disso, a capacidade de absorção de população na fronteira agrícola parece ter-se esgotado.

A agricultura é responsável pela sobrevivência de uma parcela expressiva das famílias brasileiras. O objetivo deste capítulo é proporcionar elementos para o exame das condições de vida dessas famílias que dependem da ocupação em atividades agrícolas. A maioria delas reside no campo, mas parte não desprezível já tem residência em cidades de pequeno porte.

É importante destacar que nem toda a população rural depende das atividades agrícolas. Estima-se que em 1987 cerca de um terço dos chefes de família que têm domicílio rural estão ocupados em atividades não-agrícolas ou são inativos. No estado de São Paulo esta proporção é mais elevada, correspondendo a metade dos chefes de família. Essa maior dependência de ocupações não-agrícolas entre as famílias que residem no campo reflete a maior densidade de urbanização no estado de São Paulo, que é a única unidade de federação que tem uma rede urbana densa fora da área metropolitana que circunda a capital.

A fonte de dados utilizada nesta investigação é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 1987. Os dados de características de mão-de-obra da PNAD-1987 têm por referência a semana de 27 de setembro a 3 de outubro. Esta fonte de dados apresenta alguns problemas porque não consegue abranger uma área rural importante onde se estende a fronteira agrícola do país (área rural da região Norte) e porque, ao ter por referência

uma semana específica, não capta toda a variedade de atividades agrícolas desenvolvidas no país ao longo do ano.¹¹⁴ Apesar desses problemas, a PNAD proporciona um conjunto de informações imprescindíveis para a descrição das condições de vida da população brasileira, inclusive aquelas mais fortemente vinculadas às atividades agrícolas.

Este estudo se concentra nas famílias chefiadas por pessoas ocupadas na agricultura que moram no campo e nas áreas urbanas próximas. É um fato conhecido que a situação da maioria dessas pessoas é de extrema pobreza. Assim, além de uma investigação das condições de vida das famílias que dependem da atividade agrícola para sobreviver, este trabalho é também um estudo de pobreza rural, na medida em que a maioria das pessoas que dependem da agricultura tem baixa renda e mora no campo.

Acredita-se que é preciso um esforço de diferenciação da pobreza entre o campo e a cidade. Além disso, a pobreza no campo tem manifestações específicas nas diversas áreas rurais do país. Tenta-se examinar toda esta variedade de manifestações da pobreza dos que dependem da agricultura para sobreviver.

Começa este estudo pelo nível de renda dessas famílias. Um trabalho de Hoffmann e Kageyama mostrou que o processo de modernização da agricultura brasileira teve como conseqüência uma tendência à elevação do nível de renda da população que trabalha na agricultura porém com uma crescente desigualdade, aproximando-se, neste aspecto, das condições vigentes para a população não-agrícola. Observaram também que o nível e desigualdade de renda são maiores nas áreas agrícolas mais modernas.¹¹⁵ Pretende-se complementar essas constatações mostrando que o significado,

114 A semana de referência da PNAD-1987 corresponde a um período de elevado emprego agrícola no Nordeste e de baixo emprego agrícola nas demais regiões do país, salvo o estado de São Paulo. Neste estado, na época do ano que corresponde à semana de referência da PNAD, o nível de emprego agrícola situa-se exatamente no nível médio anual do emprego. Conseqüentemente, as informações da PNAD conseguem representar melhor a situação ocupacional dos trabalhadores agrícolas neste estado. No Nordeste provavelmente a PNAD superestima a proporção de empregados temporários e subestima a dos trabalhadores por conta-própria e não-remunerados, ocorrendo o contrário nas demais regiões.

115 HOFFMANN, R. e KAGEYAMA, A. (1985).

em termos de condições de vida, das diferenças de renda a partir de um nível muito baixo, varia entre os residentes no campo e na cidade e/ou entre regiões do país com diversos graus de desenvolvimento econômico.

Numa região rural muito atrasada, a pobreza atinge praticamente toda a população, salvo uma minoria insignificante que tem renda muito elevada. Aí o grau de mercantilização é relativamente baixo, vendendo-se muito pouco e tendo pouco que comprar. Nestas condições, diferenças de renda a partir do nível muito baixo não correspondem a uma acentuada melhoria nas condições de vida.

Nas cidades e/ou regiões mais desenvolvidas, que têm maior grau de mercantilização, as mesmas diferenças de renda correspondem a uma diferenciação mais acentuada de condições de vida das famílias. Ou seja, as diferenças de renda indicam melhor aqui uma diferenciação sócio-econômica. Vale dizer, elas implicam acesso variado aos meios para uma melhor condição de vida onde tais meios existam e o acesso a eles dependa fundamentalmente da disponibilidade de poder de compra.

Com esse propósito, no item seguinte ao da distribuição de renda comparam-se, por faixas de renda, diversos aspectos das condições de vida das famílias cujo chefe trabalha na agricultura. O objetivo é explicitar as diferenças entre os que residem no campo e na cidade nas diversas regiões do país.

Se por um lado, é verdade que o nível de renda é fator diferenciador principalmente quando existem mais coisas para comprar e vender, do outro lado, as carências têm maior significado justamente nestas últimas situações. Assim, a renda é um fator diferenciador maior na cidade que no campo e o significado da carência do acesso a uma série de serviços - água encanada, energia elétrica, rede geral de escoamento sanitário - é maior entre os residentes na cidade.

Nas áreas rurais mais atrasadas, a pobreza absoluta é generalizada enquanto que nas cidades e áreas mais desenvolvidas a pobreza relativa costuma ser mais intensa. Por este motivo, finaliza-se o estudo comparando

a situação das famílias chefiadas por trabalhador agrícola que já residem em cidades e as das famílias urbanas de nível de renda semelhante, cujo chefe não trabalha em atividades agrícolas, para avaliar se as famílias agrícolas são particularmente desfavorecidas no contexto do conjunto das famílias de baixa renda residentes em pequenas cidades.

1. Distribuição de Renda.

A PNAD estima que em 1987, nas regiões do país aqui consideradas, existiam 6,7 milhões de famílias chefiadas por pessoas que trabalhavam na agricultura, sendo que 77,3% delas residiam em áreas rurais.¹¹⁶ A distribuição dessas famílias por região destaca o Nordeste com 43%. (Ver tabela 1).

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS CUJO CHEFE TRABALHA
NA AGRICULTURA SEGUNDO REGIÕES E SITUAÇÃO RURAL-URBANA
DO DOMICÍLIO EM 1987.

Regiões	Rural	Urbano	Total
Nordeste	35.2	7.8	43.0
Sudeste	13.7	5.1	18.8
São Paulo	5.0	3.8	8.8
Sul	17.2	3.6	20.8
Centro-Oeste	6.2	2.3	8.5
Total	77.3	22.6	100.0

FONTE: Tabulação Especial PNAD-1987

Varia muito entre as regiões do país a composição das pessoas ocupadas em atividades agrícolas segundo a posição na ocupação.¹¹⁷ No

¹¹⁶

Recorda-se que foi omitida deste trabalho a região Norte porque a PNAD não investiga a área rural desta região. Por outro lado, esta cifra do número de famílias calculado pela PNAD provavelmente é uma superestimação porque ela é obtida a partir da expansão da amostra que usa uma projeção independente do crescimento da população que não considerou devidamente as tendências de declínio do crescimento demográfico e as mudanças na distribuição espacial da população que efetivamente ocorreram no Brasil durante a década de 1980.

¹¹⁷

Utilizou-se a classificação feita pelo IBGE para as posições na ocupação consideradas. Elas são: empregado (empregado, parceiro empregado e trabalhador

estado de São Paulo é bastante elevada a participação dos empregados assalariados na ocupação total. Isto também ocorre no restante do Sudeste e no Centro-Oeste, enquanto que no Nordeste e no Sul a participação dos empregados assalariados é menor, devido a uma presença mais marcante de trabalhadores por conta-própria e trabalhadores familiares não remunerados. (Ver tabela 2)

TABELA 2
COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO AGRÍCOLA (PESSOAS OCUPADAS) SEGUNDO
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NAS REGIÕES DO BRASIL EM 1987.

Posição na Ocupação	Nordeste	Sudeste	São Paulo	Sul	Centro- Oeste
Empregados	37.3	55.3	63.8	21.6	47.1
Conta-Própria	36.5	19.6	13.1	31.9	28.4
Empregador	2.5	6.2	5.4	2.1	6.5
Não Remuner.	26.7	18.9	17.7	44.4	18.0
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

PONTE: Tabulação Especial PNAD-1987.

Essa diferença de estruturação regional das posições na ocupação reflete a presença de dois tipos básicos de agricultura no país. De um lado, no conjunto do Sudeste e Centro-Oeste a presença marcante da empresa capitalista e do outro, no Sul e Nordeste uma agricultura com peso maior da produção familiar, embora com grandes diferenças entre essas duas últimas regiões em termos de nível técnico de produção.

A avaliação das condições de vida das famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas começa pelo nível de renda total que elas conseguem obter, consideradas todas as fontes.¹¹⁸ As famílias foram classificadas

agrícola volante), conta-própria (conta-própria e parceiro conta-própria) e empregador (empregador e parceiro empregador) e não-remunerados.

118

As fontes de renda são: renda em dinheiro e em espécie na ocupação principal e em outros trabalhos e os rendimentos provenientes de outras fontes (aposentadorias, pensão, abono de permanência, aluguel e outros)

segundo faixas de renda *per capita* tendo por referencia o salário mínimo vigente.¹¹⁹

Não procurou-se identificar linhas de pobreza para cada uma das regiões como feito por Rocha (1992) para as regiões metropolitanas. A diferenciação regional das linhas de pobreza é sem dúvida um aperfeiçoamento analítico importante. Para as áreas rurais os problemas metodológicos a contornar seriam maiores ainda do que os enfrentados por Rocha para as áreas metropolitanas. Optou-se neste trabalho por fixar o limite inferior de renda *per capita* em metade do salário mínimo para todas as regiões. Trata-se de uma linha de pobreza menor que a estabelecida por Rocha para as áreas metropolitanas das várias regiões do país. É possível que particularmente para São Paulo o limite de renda utilizado neste estudo tenha ficado aquém do valor mais apropriado. A consideração de outra faixa de baixa renda, de meio a um salário mínimo, em parte ajuda a remediar aquela deficiência.

Há uma grande diferença no perfil das distribuições das famílias cujo chefe trabalha na agricultura segundo faixas de renda *per capita* entre as regiões e dentro de cada uma delas entre as áreas rural e urbana. Destacam-se como extremos, por um lado a elevadíssima freqüência das famílias de renda inferior a metade do salário mínimo no Nordeste rural (73,4 %) e de outro, a pequena fração das famílias nesta faixa de renda em São Paulo urbano (13,2 %). Entre esses extremos, ressalta a elevada incidência de baixa renda entre as famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas que residem em área rural, principalmente nas regiões de agricultura menos desenvolvida. A ordem é Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e São Paulo. Nas áreas urbanas, embora a fração de famílias de baixa renda seja menor, não é de nenhuma maneira desprezível. (Ver tabela 3).

119

Considerou-se o salário mínimo que vigorava no mês de referência que foi Setembro de 1987 e era de Cz\$ 2.400,00.

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CUJO CHEFE TRABALHA NA AGRICULTURA SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR
PER CAPITA E SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda Familiar per capita em Salár. Mínimo	RURAL					URBANO				
	Sud. (-S.P)					Sud. (-S.P)				
	Nord.	S.P	Sul	Cent-Oeste	Nord.	S.P	Sul	Cent-Oeste		
Até 1/2	73.4	56.5	30.0	45.0	46.7	61.8	32.7	13.2	27.0	23.0
1/2 a 1	17.7	25.9	35.0	28.3	27.2	21.0	29.2	27.1	29.3	27.8
mais de 1	8.8	17.5	35.0	26.7	25.8	17.1	38.2	59.3	43.7	49.2
sem decl.	0.1	0.1	-	0.1	0.3	0.1	-	0.3	-	-
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

A baixa renda predominante entre as famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas está relacionada não somente com a pequena magnitude da renda de muitos desses trabalhadores mas também com o elevado tamanho dessas famílias. De um modo geral, em todas as regiões e no campo e na cidade há uma relação inversa entre o nível de renda *per capita* das famílias e o seu tamanho médio. (Ver tabela 4). Também, em geral, é muito elevada, em termos de participação na renda total da família, a renda do trabalho do chefe na ocupação principal. (Ver tabela 5).

TABELA 4
TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER
CAPITA E SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda Familiar per capita em Salár. mínimo	RURAL					URBANO				
	Sud. (-S.P)					Sud. (-S.P)				
	Nord.	S.P	Sul	Cent-Oeste	Nord.	S.P	Sul	Cent-Oeste		
Até 1/2	5.59	5.43	5.36	4.94	5.50	5.57	5.34	4.67	5.17	5.83
1/2 a 1	3.81	4.06	4.18	4.11	4.30	4.08	4.39	3.94	4.14	4.67
mais de 1	2.42	3.28	3.65	3.30	2.97	3.40	3.66	3.66	3.43	4.04
Total	5.09	4.76	4.36	4.38	4.53	4.97	4.43	3.95	4.18	4.68

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR TOTAL, DAS FAMÍLIAS CUIOS CHEFES TRABALHAM NA AGRICULTURA,
SEGUNDO FONTES DE RENDA E FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA NAS REGIÕES, 1987

Fontes de Renda	Nordeste				Sudeste - SP				São Paulo				Sul				Centro-Oeste				Brasil (excl. Norte)				
	Até 1/2		mais de 1/2		Até 1/2		mais de 1/2		Até 1/2		mais de 1/2		Até 1/2		mais de 1/2		Até 1/2		mais de 1/2		Até 1/2		mais de 1/2		
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Renda do chefe	76.8	72.1	78.3	78.6	68.3	77.5	83.6	76.3	82.5	88.0	82.0	84.5	85.1	74.6	86.2	79.4	74.8	82.1							
Na ocup. princ.	68.7	62.2	69.7	75.1	62.2	69.7	80.5	72.6	65.8	83.7	77.5	78.0	83.5	71.6	81.9	74.0	68.5	75.4							
Na ocup. secund.	4.3	4.8	4.0	1.1	1.9	4.0	1.0	1.1	0.9	1.4	1.4	2.0	0.7	0.7	1.3	2.8	2.5	2.4							
Outras fontes	3.8	5.1	4.6	2.4	4.2	3.8	2.1	2.6	15.8	2.9	3.1	4.5	0.9	2.3	3.0	3.1	3.8	4.3							
Renda Não-chefes	23.2	27.9	21.7	21.4	31.7	22.5	16.4	23.7	17.5	12.0	18.0	15.5	14.9	25.4	13.8	20.1	25.2	17.9							
Na ocup. princ.	20.7	25.3	20.7	19.9	30.5	19.7	15.2	22.4	16.7	10.0	16.2	12.6	13.8	24.4	13.0	18.0	23.4	15.9							
Na ocup. secund.	0.2	0.3	0.3	0.0	0.0	1.4	-	0.0	0.0	0.0	0.0	-	0.0	0.0	0.2	0.1	0.1	0.3							
Outras fontes	2.3	2.3	0.7	1.5	1.2	1.4	1.2	1.3	0.8	2.0	1.8	2.9	1.1	1.0	0.6	2.0	2.0	1.7							
Renda Famil.Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0							
URBANO																									
Renda do chefe	70.9	64.1	74.1	72.4	57.3	76.2	89.7	70.6	71.9	75.0	64.5	81.7	71.2	69.2	75.3	73.6	64.5	76.0							
Na ocup. princ.	63.3	56.2	60.3	69.3	51.5	67.6	87.6	67.6	66.5	69.0	61.6	66.3	68.5	67.1	64.4	67.9	59.7	66.4							
Na ocup. secund.	3.5	3.7	5.0	0.5	1.7	2.2	-	-	1.0	0.9	0.2	2.4	-	0.0	5.8	2.1	1.5	2.8							
Outras fontes	4.1	4.2	8.8	2.6	4.1	6.4	2.1	3.0	4.4	5.1	2.7	13.0	2.7	2.1	5.0	3.6	3.3	6.8							
Renda Não-chefes	29.1	35.9	25.9	27.6	42.7	23.8	10.3	29.4	28.1	25.0	35.5	18.3	28.8	30.8	24.7	26.4	35.5	24.0							
Na ocup. princ.	26.0	32.7	21.8	26.1	40.8	20.7	9.5	26.7	25.0	23.6	33.6	13.5	26.8	28.8	22.6	24.2	33.2	20.5							
Na ocup. secund.	0.3	0.6	1.8	-	0.2	0.3	-	0.3	0.4	0.0	0.2	0.4	0.2	0.2	0.8	0.1	0.3	0.7							
Outras fontes	2.8	2.6	2.3	1.5	1.7	2.8	0.8	2.4	2.7	1.4	1.7	4.4	1.8	1.8	1.3	2.1	2.0	2.8							
Renda Famil.Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0							

FONTE: Tabulação Especial FIVAD - 1987.

A participação da renda do chefe tende a diminuir quando passamos da faixa de até metade do salário mínimo para a de meio a um salário mínimo e volta a ser mais elevada na faixa de mais de um salário mínimo, em consequência principalmente da mudança da importância relativa da renda do trabalho de outros membros da família. Isto ocorre em todas as regiões do país, bem como no campo e na cidade e se observa que a participação da renda do chefe é menor nas áreas urbanas, também em consequência de uma maior participação da renda do trabalho de outros membros da família.

A constatação anterior traduz o fato de que algumas famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas conseguem obter uma renda um pouco mais elevada recorrendo ao trabalho de outros membros da família. Essa possibilidade de complementação da renda familiar é maior no caso das famílias que já residem em áreas urbanas e neste caso os outros membros da família trabalham em atividades predominantemente não-agrícolas. (Ver tabela 6).

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO DOS OUTROS MEMBROS OCUPADOS DA FAMÍLIA CUJO CHEFE TRABALHA NA AGRICULTURA
SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO NAS
REGIÕES, 1987

Ramo de atividade	Nordeste		Sudeste - SP		São Paulo		Sul		Centro-Oeste	
	Rural	Urb.	Rural	Urb.	Rural	Urb.	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Agríc.	81.6	36.6	81.4	41.8	85.8	39.6	90.5	49.1	74.8	25.9
Não-agric.	18.4	63.4	18.6	58.2	14.2	60.4	9.5	50.9	25.2	74.1
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

Essas famílias, entretanto, dependem muito da renda do trabalho do chefe na agricultura. Ou seja, suas baixas rendas devem-se principalmente à escassa remuneração do trabalho do chefe. A posição na ocupação agrícola desses chefes nos dá pistas sobre o motivo dessas baixas rendas. (Ver tabela 7).

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA QUE TRABALHAM NA AGRICULTURA SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (1)
E FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA NAS REGIÕES, 1987

Posição na ocupação do chefe	Até 1/2 S.M.			de 1/2 a 1 S.M.			mais de 1. S.M.								
	Nord.	S.P.	Sud. -SP	Nord.	S.P.	Sud. -SP	Nord.	S.P.	Sud. -SP						
			Cent. Oest.			Cent. Oest.			Cent. Oest.						
RURAL															
Empregado	37.1	61.2	73.4	22.7	50.7	36.0	57.3	72.8	27.5	60.2	29.1	31.7	47.4	14.5	42.9
Conta-própr.	60.8	36.3	25.0	76.1	47.9	58.5	36.6	23.7	70.1	38.1	49.8	35.8	37.7	76.9	37.8
Empregador	2.0	2.5	0.8	0.7	1.1	5.5	6.1	2.8	2.1	1.7	21.1	32.5	14.8	8.3	19.2
s/declar.	0.1	-	0.6	0.5	0.3	-	-	0.7	0.3	-	-	-	0.1	0.3	0.1
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
URBANO															
Empregado	55.6	76.7	87.6	71.3	65.4	48.2	74.1	82.4	66.1	60.8	19.0	39.1	58.9	28.8	29.2
Conta-própr.	42.8	18.9	9.7	27.6	31.8	47.4	21.4	12.9	30.6	37.4	36.5	19.8	18.6	44.1	28.6
Empregador	1.6	3.9	2.7	-	2.8	4.4	4.5	3.5	3.3	1.8	44.5	41.1	22.5	27.1	42.3
s/declar.	-	0.5	-	1.1	-	-	-	1.2	-	-	-	-	-	-	-
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

(1) As posições na ocupação consideradas são:

Empregado: empregado, parceiro empregado e trabalhador agrícola volante.

Conta-própria: conta-própria e parceiro conta-própria.

Empregador: empregador e parceiro empregador.

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

Considerando as famílias de baixa renda monetária residentes em áreas rurais, a posição na ocupação do chefe reflete o tipo de agricultura praticada na região. No Nordeste e no Sul são predominantemente trabalhadores por conta-própria, vale dizer, produtores que não utilizam empregados assalariados.¹²⁰ No Sudeste e Centro-Oeste eles são fundamentalmente empregados assalariados. No caso das famílias de baixa renda residentes nas áreas urbanas, o chefe é fundamentalmente empregado assalariado na agricultura em todas as regiões do país.

Em suma, nas regiões onde a empresa capitalista avançou mais profundamente na produção agrícola, as famílias de baixa renda são chefiadas por trabalhadores assalariados agrícolas de baixa qualificação, residam essas famílias no campo ou na cidade, enquanto que nas regiões onde a empresa capitalista avançou menos e ainda predomina na ocupação a pequena produção baseada no trabalho familiar, a razão da baixa renda do chefe da família é diferente, para residentes no campo e na cidade: no campo deve-se a precariedade da pequena produção de subsistência, notadamente no Nordeste, enquanto na cidade pode ser atribuída ao baixo nível dos salários do trabalho agrícola não qualificado.

2. Condições de Vida.

A sessão anterior pôs em evidência a menor freqüência relativa nas faixas de baixa renda *per capita* das famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas que residem nas cidades e/ou regiões mais desenvolvidas do país. Os números são relativamente menores mas ter uma renda tão reduzida em áreas urbanas e regiões mais desenvolvidas pode significar precariedade de condições de vida tão grande ou até maior que nas áreas rurais e regiões mais subdesenvolvidas porque o estilo de vida urbano, mesmo em pequenas cidades, exige maiores gastos monetários.

120

Vale lembrar que as condições de vida dos pobres agrícolas do Sul e do Nordeste podem ser muito diferentes em função de fatores como auto-consumo, diferenças de costumes, etc. Este comentário é válido particularmente para os pequenos produtores pobres residentes no campo.

Tenta-se reunir elementos para esclarecer a questão anterior comparando uma série de características dessas famílias de baixa renda. Inicia-se a comparação pelas características de habitação. Entre as famílias que residem em áreas rurais é desprezível a proporção das que vivem em domicílio alugado. Entretanto, varia muito entre as regiões o tipo de ocupação do domicílio, principalmente entre as famílias de baixa renda *per capita*.

Nas regiões Nordeste e Sul, onde é mais marcante a presença da pequena produção familiar, são maiores as proporções das famílias que ocupam domicílio próprio. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde pesa mais uma agricultura baseada na empresa capitalista e no trabalho assalariado, é maior a proporção de famílias que ocupam domicílio cedido, principalmente nas faixas de baixa renda *per capita*. Neste particular, destaca-se o estado de São Paulo, onde a imensa maioria das famílias rurais de baixa renda tem domicílio cedido por terceiros. (Ver tabela 8).

Entre as famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas que já residem em áreas urbanas não é tão insignificante a fração que ocupa domicílios alugados, embora somente no estado de São Paulo ela configure um número de maior expressão. Em todas as regiões (exceto São Paulo) predomina a ocupação do domicílio próprio que no caso das famílias de baixa renda provavelmente é resultado de autoconstrução.

Quanto ao abastecimento de água, no que diz respeito a área rural, observa-se a carência absoluta na região Nordeste manifesta na elevada freqüência das famílias de todas as faixas de renda que não têm acesso sequer a água de poço ou nascente. Nas demais regiões, essa proporção é bem mais reduzida, destacando-se a elevada proporção de famílias que têm acesso a poço ou nascente. Há, entretanto, uma grande diferenciação, bem maior que a observada no Nordeste, entre famílias de distintas faixas de renda. A melhora na condição de abastecimento de água para moradia com o maior nível de renda *per capita* da família se expressa na crescente proporção de famílias que dispõem de canalização interna da água extraída do poço ou nascente. (Ver tabela 9)

TABELA 8
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS, CUJO CHEFE TRABALHA NA AGRICULTURA
SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E TIPO DE OCUPAÇÃO DO DOMÍLIO NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda Famíl. per capita em S.M.	Nordeste		Sudeste - SP		São Paulo		Sul		Centro-Oeste						
	Própr.	Alug. Cedido	Própr.	Alug. Cedido	Própr.	Alug. Cedido	Própr.	Alug. Cedido	Própr.	Alug. Cedido					
RURAL															
Até 1/2	73.5	0.7	25.8	49.1	1.9	49.0	23.9	3.8	72.3	66.9	1.3	31.8	43.3	1.6	55.1
1/2 a 1	70.6	1.3	28.1	54.3	3.9	41.8	25.2	7.2	67.6	67.0	1.8	31.2	39.2	0.8	60.0
Mais de 1	75.4	1.0	23.6	70.8	1.6	27.6	49.7	5.1	45.2	79.7	1.1	19.2	54.5	2.4	43.1
Total	72.9	0.8	25.9	54.2	2.3	43.5	33.1	5.4	61.5	70.3	1.4	28.3	44.9	1.6	53.4
URBANO															
Até 1/2	77.9	10.9	11.2	71.6	13.1	15.3	34.1	34.1	31.8	68.5	12.8	18.7	69.4	10.6	20.0
1/2 a 1	82.3	9.7	8.0	70.4	16.0	13.6	61.3	26.1	12.6	65.2	18.8	16.0	65.7	21.8	12.5
Mais de 1	84.9	8.8	6.3	66.4	21.1	12.5	59.7	29.9	10.4	78.4	13.4	8.2	80.8	11.5	7.7
Total	79.9	10.3	9.8	69.2	16.9	13.7	57.9	28.3	13.8	71.8	14.8	13.4	74.0	14.2	11.8

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

Nas famílias com domicílio urbano predomina em todas as regiões o uso de rede geral de abastecimento de água, embora no Nordeste, principalmente nas famílias de baixo nível de renda, uma fração significativa não tenha acesso a rede geral e muitas delas sequer a poço ou nascente. O efeito das diferenças de renda sobre a condição de abastecimento de água se manifesta na elevação com o nível de renda da proporção de famílias que têm acesso a rede geral bem como na elevação da fração das que, tendo acesso a rede geral, dispõem de canalização interna da água recebida.

A comparação do abastecimento de água dos domicílios rurais e urbanos indica que a principal diferença reside na predominância de água de poço ou nascente no campo e rede geral na cidade. Na avaliação dessa vantagem dos domicílios urbanos deve-se levar em conta que a condição urbana do domicílio impõe a exigência de água tratada, posto que a aglomeração de população e atividades econômicas nas cidades inviabiliza a qualidade dos poços e nascentes como fonte de abastecimento de água especialmente quando não se dispõe, como veremos, de tratamento adequado de esgoto. Isto permite destacar a enorme precariedade da situação das famílias que não têm acesso à água tratada e residem em áreas urbanas. Entre as famílias urbanas de mais baixa renda *per capita* a proporção que não tem acesso à rede geral de abastecimento de água varia de 48,3% no Nordeste a 15,5% no estado de São Paulo.

As diferenças de tipo de abastecimento de água mostram que nas áreas rurais mais subdesenvolvidas ocorre um nivelamento por baixo nas condições de carência das famílias agrícolas, atingindo inclusive as que não têm renda tão baixa. Já nas áreas urbanas e/ou regiões mais desenvolvidas é menor a incidência da falta de acesso adequado à água, mesmo entre famílias de baixa renda, mas, ao mesmo tempo, nota-se que existe uma diferenciação maior entre as famílias, conforme o nível de sua renda. Esta é a hipótese central deste capítulo que tentará precisar a forma como ela se manifesta nos diversos aspectos de vida das famílias agrícolas.

Outro aspecto da condição de habitação que verifica a hipótese anterior é o tipo de escoamento sanitário. No caso das famílias residentes em domicílios rurais a pretensão de qualidade no escoamento sanitário, pelo

menos nas condições brasileiras, parece ser a fossa séptica. Entretanto, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, a proporção de famílias que dispõem deste tipo de escoamento sanitário é muito pequena e a grande maioria ou não dispõe de escoamento sanitário algum ou faz uso de fossa rústica, mesmo entre famílias que não têm renda tão baixa. Não obstante, a proporção de famílias com escoamento sanitário precário varia bastante entre regiões segundo o grau de desenvolvimento econômico. As diferenças regionais são maiores para famílias que não têm renda muito baixa. (Ver tabela 10).

No que se refere às famílias residentes em áreas urbanas a pretensão de qualidade de escoamento sanitário é o acesso a rede geral. Esta solução do problema do saneamento básico requer um volumem apreciável de investimento público. Na sua ausência a fossa séptica pode representar uma forma privada de contornar o problema com relativa eficácia, principalmente se ocorre em simultâneo ao acesso do domicílio à água tratada, proveniente da rede geral de abastecimento.

A grande maioria das famílias de baixa renda em todas as regiões do país, salvo o estado de São Paulo, tem domicílio com escoamento sanitário muito precário (sem qualquer saneamento, no máximo com fossa rudimentar). A medida que se consideram faixas de renda mais elevadas diminui a proporção de domicílios nessas condições. Nas regiões que dispõem de infra-estrutura de rede geral eleva-se a proporção de domicílios que tem acesso a ela. Nas demais, aumenta principalmente a proporção de domicílios que dispõe de fossa séptica. Em todo caso, mesmo entre famílias que não têm renda muito baixa é elevada a fração das que têm domicílio sem qualquer saneamento ou no máximo possuem fossa rudimentar. Essa proporção para famílias urbanas com mais de um salário mínimo *per capita* varia de 76% no Centro-Oeste a 16,5% no estado de São Paulo.

TABELA 10
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS, CUJO CHEFE TRABALHA NA AGRICULTURA,
SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E TIPO DE ESCOAMENTO SANITÁRIO (1) NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda Famil. per capita em S.M.	Nordeste			Sudeste - SP			São Paulo			Sul			Centro-Oeste		
	Rede geral	Fossa sépt.	Outro												
Até 1/2	1.2	98.8	0.7	1.6	97.7	0.7	8.3	91.0	8.1	91.9	1.2	98.8			
1/2 a 1	1.1	98.9	1.5	4.0	94.5	1.4	13.6	85.0	16.9	83.1	1.1	98.9			
mais de 1	0.6	94.9	2.7	5.0	92.3	5.7	14.4	79.9	24.2	75.8	2.8	97.2			
Total	0.1	98.4	1.3	2.8	95.9	2.6	12.4	85.0	14.9	85.1	1.4	98.6			
RURAL															
Até 1/2	1.1	13.7	85.2	17.8	4.1	78.1	58.0	4.8	37.2	2.3	8.9	88.8	2.6	97.4	
1/2 a 1	4.8	13.0	82.2	38.5	3.9	57.6	56.7	6.8	36.5	4.5	25.5	70.0	5.8	1.3	92.9
mais de 1	13.6	21.4	65.0	66.3	5.9	27.8	78.9	4.5	16.5	11.7	41.6	46.7	21.9	2.1	76.0
Total	4.0	12.4	83.6	42.3	4.7	53.0	69.8	5.1	30.2	7.0	28.0	65.0	12.4	2.0	85.6
URBANO															
Até 1/2	1.1	13.7	85.2	17.8	4.1	78.1	58.0	4.8	37.2	2.3	8.9	88.8	2.6	97.4	
1/2 a 1	4.8	13.0	82.2	38.5	3.9	57.6	56.7	6.8	36.5	4.5	25.5	70.0	5.8	1.3	92.9
mais de 1	13.6	21.4	65.0	66.3	5.9	27.8	78.9	4.5	16.5	11.7	41.6	46.7	21.9	2.1	76.0
Total	4.0	12.4	83.6	42.3	4.7	53.0	69.8	5.1	30.2	7.0	28.0	65.0	12.4	2.0	85.6

(1) As formas de escoamento sanitário são: a rede geral, a fossa séptica e outra forma ou não tem.
FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

A situação do escoamento sanitário dos domicílios chefiados por trabalhadores agrícolas contrasta marcadamente com a do abastecimento de água desses domicílios. No caso da água, só nas regiões rurais mais pobres era universal a precariedade, e a situação melhorava substancialmente ao se considerarem as cidades e regiões mais desenvolvidas. No caso do escoamento sanitário ocorre o contrário. Ele é universalmente precário nas áreas rurais de todas as regiões do país e somente se aproxima de uma situação adequada nas áreas urbanas das regiões mais desenvolvidas e para famílias que não têm nível de renda tão baixo.

O caso do escoamento sanitário, portanto, mais claramente ainda que o abastecimento de água, reflete o subdesenvolvimento regional. Somente as famílias de regiões mais desenvolvidas e de melhor nível sócio-econômico conseguem usufruir de condições mínimas de saneamento básico. Mesmo nestas regiões, muitas famílias de baixa renda ficam à margem da infraestrutura urbana, vivendo sob enorme precariedade. Esta precariedade nas condições de saneamento básico tem múltiplas implicações para a vida familiar, a começar pelo estado de saúde de seus membros. Isto é particularmente verdadeiro tratando-se de famílias que residem em áreas urbanas, onde os problemas decorrentes de um saneamento básico mal estruturado são mais graves.

De um modo geral, pode-se afirmar que para o conjunto de famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas a situação urbana do domicílio em princípio representa a possibilidade de acesso às redes de serviço público que costumam abastecer as cidades. Não obstante, para uma parcela não desprezível desses moradores urbanos a exclusão do acesso a tais redes torna a residência urbana um agravante de sua situação de bem-estar. Em outras palavras, a proporção de famílias que não têm acesso à água tratada e não dispõem de alternativas que não a fossa rústica como escoamento sanitário, é muito menor na cidade do que no campo, mas o significado dessa situação em termos de precariedade de condições de vida é mais grave tratando-se de residentes em cidades onde a aglomeração amplifica a magnitude do problema.

A rede de serviço público onde mais claramente a passagem da residência rural para a urbana implica acesso a ela é a de energia elétrica. Há entretanto, uma grande diferenciação regional de eletrificação rural. Assim, no Nordeste, mesmo entre famílias que não têm nível de renda baixo, somente uma de cada três delas dispõe de energia elétrica. No outro extremo, o estado de São Paulo, mesmo entre famílias de baixo nível de renda quatro de cada cinco delas têm acesso a energia elétrica. Em todas as regiões do país há uma grande diferença na freqüência do acesso a energia elétrica por faixas de renda das famílias que residem em áreas rurais. A ordenação das regiões por grau de difusão da eletrificação rural, medido pela freqüência das famílias que tem acesso a energia elétrica é, em ordem crescente: Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e o Estado de São Paulo. (Ver tabela 11).

TABELA 11
PROPOÇÃO DE FAMÍLIAS CUJO CHEFE TRABALHA NA AGRICULTURA SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
E FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA, CONFORME A ACESSO A ENERGIA ELÉTRICA (EE) E POSSE DE
GELADEIRA (GE) NAS GRANDES REGIÕES, 1987

Faixas de renda Familiar PER capita	Sudeste (-SP)									
	Nordeste		Sudeste (-SP)		São Paulo		Sul		Centro-Oeste	
	EE	GE	EE	GE	EE	GE	EE	GE	EE	GE
RURAL										
Até 1/2	15.5	3.9	35.2	13.8	79.2	51.5	51.4	40.3	19.4	7.4
1/2 a 1	23.1	6.5	47.8	24.2	87.8	69.0	78.0	61.6	37.1	22.7
mais de 1	31.9	8.9	63.3	50.3	92.8	79.2	86.5	83.9	49.4	41.3
Total	18.2	5.7	43.2	22.8	86.7	66.7	67.8	59.9	31.5	20.0
URBANO										
Até 1/2	74.7	16.2	73.9	28.6	97.6	51.4	66.8	26.6	75.9	29.2
1/2 a 1	80.7	36.6	90.1	50.0	92.1	57.9	80.8	53.9	87.2	46.7
mais de 1	92.8	63.0	96.2	79.3	99.4	85.8	98.6	85.2	94.6	82.4
Total	78.8	28.3	87.0	54.3	97.1	73.5	84.5	59.9	88.0	60.1

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

Nas áreas urbanas o acesso a energia elétrica é praticamente universal em todas as regiões do país. Esse acesso a energia elétrica abre múltiplas possibilidades de utilização de eletrodomésticos que são fundamentais para a vida urbana moderna. Entretanto, nas famílias de baixa renda o acesso a energia elétrica não garante o usufruto de eletrodomésticos. Assim, por exemplo, uma proporção muito grande das famílias de baixa

renda que dispõe de energia elétrica não tem um eletrodoméstico tão básico quanto a geladeira. Isto ocorre mesmo no estado de São Paulo onde metade das famílias agrícolas urbanas de baixa renda não tem geladeira, apesar de quase todas elas terem acesso a eletricidade.

As informações anteriores sugerem que as famílias que residem em áreas urbanas, mas dependem de uma baixa renda do trabalho do chefe na agricultura, têm uma série de dificuldades para materializar as possibilidades oferecidas pela vida na cidade. Essas dificuldades têm a ver com as deficiências de infra-estrutura de serviços urbanos e com a insuficiência do nível de renda de boa parte dessas famílias. Em conseqüência elas não têm acesso a um mínimo de condições básicas que são imprescindíveis a qualquer morador das cidades. Por esse motivo, apesar de se notar uma diferença substancial de estilo de vida entre os residentes de áreas rural e urbana, não é em absoluto claro que tais diferenças impliquem uma condição de vida melhor para os que moram nas cidades. A vida nas cidades requer um nível de renda que a agricultura não tem proporcionado à maioria daqueles que nela trabalham ainda que já tenham residência urbana.

Esse mesmo comentário, referente às condições de habitação, aplica-se a outros aspectos do bem-estar da população. Assim, o acesso a educação parece ser mais importante para quem vive na cidade, pois a vida urbana exige um mínimo de nível educacional, além do que o sistema escolar cobre melhor as áreas urbanas.

Para verificar se as famílias urbanas chefiadas por trabalhadores agrícolas têm de fato maior acesso a educação é preciso controlar a idade dos seus componentes, distinguindo os adultos dos menores de dezoito anos. Essa distinção é necessária porque, em primeiro lugar, a situação em termos de educação básica dos menores de dezoito anos pode ser ainda modificada. Em segundo lugar, as circunstâncias que estão por trás do nível educacional atingido pela população maior de dezoito anos podem não refletir a situação urbana atual das pessoas envolvidas. Em particular, deve-se levar em conta a possibilidade de migração recente desde regiões mais atrasadas do país ou de áreas rurais, na direção das urbanas.

O nível educacional dos maiores de dezoito anos no Nordeste rural mostra uma carência absoluta, embora se note uma diferença expressiva entre as famílias de renda muito baixa e as demais. A situação educacional dos adultos das famílias com mais de um salário mínimo no Nordeste rural corresponde aproximadamente à dos adultos das famílias com até meio salário mínimo do Sudeste e Centro-Oeste rural, que depois do Nordeste são as regiões que têm pior situação educacional dos adultos (Ver tabela 12).

A comparação da situação educacional dos adultos entre as famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas que residem no campo e na cidade em cada uma das regiões mostra que ela só é melhor no caso da cidade para as famílias que não têm nível de renda baixo. No caso das famílias de baixa renda a situação chega a ser pior nas áreas urbanas de algumas regiões, como no estado de São Paulo e no Sul do país.

Essa situação pode estar refletindo histórias de vida muito diferentes. Podemos imaginar algumas possibilidades. Por exemplo, a família urbana chefiada por trabalhador agrícola que tem renda *per capita* tão baixa quanto a da família que reside no campo provém de uma região que oferecia piores condições para educar os seus filhos na idade em que deveriam estar freqüentando a escola básica.

Outra possibilidade é que a família urbana provenha da mesma área mas desfrutava de piores condições de vida na época em que seus atuais membros adultos deveriam ter freqüentado a escola básica, o que, inclusive, teria contribuído para sua saída do campo em direção à cidade.

Uma terceira possibilidade é que a família urbana estivesse na cidade na época em que deveria ter educado seus filhos mas estava numa situação tão precária que não pôde se aproveitar das melhores condições oferecidas pela cidade para educar os filhos.

TABELA 12
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ADULTA (18 ANOS E MAIS) DAS FAMÍLIAS CUJO CHEFE TRABALHA NA AGRICULTURA, SEGUNDO SITUAÇÃO NO DOMICÍLIO E FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA CONFORME GRADU DE INSTRUÇÃO NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda famil. per capita em S.M.	Nordeste			Sudeste - SP			São Paulo			Sul			Centro-Oeste							
	Nenh. inc.	Prim. compl.	Acim.	Nenh. inc.	Prim. compl.	Acim.	Nenh. inc.	Prim. compl.	Acim.	Nenh. inc.	Prim. compl.	Acim.	Nenh. inc.	Prim. compl.	Acim.					
Até 1/2	60.3	27.4	7.9	4.4	42.2	33.6	18.4	5.8	29.4	36.4	24.5	9.7	26.0	31.9	2.3	12.8	41.4	35.5	15.3	7.8
1/2 a 1	54.5	29.8	9.4	6.3	35.8	29.8	24.2	10.2	26.5	36.2	27.3	10.0	15.9	26.1	31.3	26.7	34.3	30.0	19.3	16.4
mais de 1	43.8	25.8	12.7	17.7	22.2	29.4	26.2	22.2	25.7	29.9	25.7	18.7	12.7	23.1	31.0	33.2	20.8	26.4	23.3	29.5
Total	58.1	27.6	8.6	5.7	36.8	31.9	21.4	9.9	26.9	33.8	26.0	13.3	19.5	27.9	30.2	22.4	34.3	31.7	18.3	15.7
RURAL																				
Até 1/2	54.1	26.7	8.2	11.0	43.7	30.4	18.7	7.2	32.7	30.5	29.2	7.6	41.0	33.5	15.7	9.8	45.9	28.8	16.9	8.4
1/2 a 1	46.9	23.4	9.7	20.0	33.1	25.8	23.6	17.5	40.0	24.5	23.5	12.0	29.2	30.3	20.8	19.7	32.4	28.0	18.9	20.7
mais de 1	18.6	14.1	16.6	50.7	12.4	18.8	20.0	48.8	15.1	24.5	22.4	38.0	7.9	18.8	20.7	52.6	15.3	20.5	17.2	47.0
Total	46.7	24.1	9.8	19.4	28.1	24.4	20.8	26.7	23.1	24.6	23.5	28.8	22.7	26.0	19.7	31.6	26.2	24.3	17.6	31.9
URBANO																				
Até 1/2	54.1	26.7	8.2	11.0	43.7	30.4	18.7	7.2	32.7	30.5	29.2	7.6	41.0	33.5	15.7	9.8	45.9	28.8	16.9	8.4
1/2 a 1	46.9	23.4	9.7	20.0	33.1	25.8	23.6	17.5	40.0	24.5	23.5	12.0	29.2	30.3	20.8	19.7	32.4	28.0	18.9	20.7
mais de 1	18.6	14.1	16.6	50.7	12.4	18.8	20.0	48.8	15.1	24.5	22.4	38.0	7.9	18.8	20.7	52.6	15.3	20.5	17.2	47.0
Total	46.7	24.1	9.8	19.4	28.1	24.4	20.8	26.7	23.1	24.6	23.5	28.8	22.7	26.0	19.7	31.6	26.2	24.3	17.6	31.9

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

Em todos os casos, o nível educacional mais baixo dos membros adultos de famílias urbanas de baixa renda chefiadas por trabalhadores agrícolas não traduz a situação da família hoje. Ou seja, o menor grau de instrução não se deve à migração em si, mas sim decorre de condições de educação na época em que esses membros adultos deveriam ter passado pela educação básica. O fato dessas famílias hoje disporem de um nível de renda semelhante ao das respectivas famílias rurais sugere que elas fizeram algum progresso em termos de renda *per capita*, embora saibamos que a vida nas cidades provavelmente exija um nível de renda monetário maior que o do campo.

Quanto à situação educacional dos componentes da família em idade de freqüentar a escola básica (7 a 14 anos) tomaremos como indicador de carência na área rural a proporção dos que não freqüentam escola e são analfabetos. Este indicador sugere que a rede escolar básica está bastante difundida nas áreas rurais de todas as regiões do país. Não obstante, existem diferenças regionais significativas, destacando-se a proporção de jovens que não freqüentam escola e são analfabetos no Nordeste rural, principalmente entre as famílias de baixa renda. As diferenças por faixa de renda *per capita* são substanciais, mesmo no Nordeste, embora elas sejam mais marcantes nas demais regiões, não se notando, como nas outras variáveis, uma correlação com o grau de desenvolvimento dessas regiões. (Ver tabela 13).

A situação educacional dos menores é melhor nas áreas urbanas de todas as regiões e é menor a diferença entre o Nordeste e as demais, confirmando a ampla difusão nacional da rede de ensino básico, notadamente nas áreas urbanas.

Este resultado serve para pôr em evidencia uma hipótese implícita na afirmação central deste trabalho, de que nas regiões rurais mais subdesenvolvidas a carência é absoluta no sentido de abranger praticamente toda a população, mesmo as famílias que não têm nível de renda muito baixo, enquanto que se consideram-se áreas urbanas e/ou regiões mais desenvolvidas, não é tão elevada a fração de famílias de baixa renda que são carentes, mas em compensação se ampliam as diferenças entre famílias com

TABELA 13
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM (7 A 14 ANOS) DAS FAMÍLIAS CUJO CHEFE TRABALHA NA AGRICULTURA SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E FAIXAS DE RENDA
FAMILIAR PER CAPITA CONFORME FREQUÊNCIA À ESCOLA NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda famil. per capita em S.M.	Nordeste			Sudeste - São Paulo			São Paulo			Sul			Centro-Oeste							
	Não freq. escola			Não freq. escola			Não freq. escola			Não freq. escola			Não freq. escola							
	freq. Anal. esc. fab. prim.	concl. ultrap. prim.	não concl.	freq. Anal. esc. fab. prim.	concl. ultrap. prim.	não concl.	freq. Anal. esc. fab. prim.	concl. ultrap. prim.	não concl.	freq. Anal. esc. fab. prim.	concl. ultrap. prim.	não concl.	freq. Anal. esc. fab. prim.	concl. ultrap. prim.	não concl.					
Até 1/2	66.5	30.2	2.3	0.9	67.0	16.4	8.2	8.4	56.1	14.7	14.2	5.0	73.0	9.8	5.7	11.5	61.8	28.3	7.5	2.4
1/2 a 1	68.8	27.1	1.9	2.2	64.4	12.2	9.1	14.3	72.5	14.2	9.1	4.2	71.7	6.1	3.8	18.4	69.0	19.1	7.9	4.0
mais de 1	82.7	14.0	1.5	1.8	79.7	3.7	4.6	12.0	63.8	5.8	15.9	14.5	77.2	4.9	3.3	14.6	79.4	9.9	4.0	6.7
Total	67.0	29.7	2.3	1.1	67.4	14.9	8.0	9.8	67.8	12.9	12.9	6.6	73.0	8.6	5.0	13.4	65.1	24.4	7.2	3.2
RURAL																				
Até 1/2	76.2	21.6	1.3	0.9	80.5	10.8	5.6	3.1	65.2	22.5	9.8	2.5	57.5	21.3	17.4	3.8	82.7	14.4	2.4	0.5
1/2 a 1	86.4	11.2	2.4	-	78.7	9.3	6.1	5.9	86.7	5.0	-	8.3	79.6	8.8	3.7	7.9	87.1	5.8	3.9	3.2
mais de 1	96.6	1.3	2.1	-	91.2	2.0	4.1	2.7	89.7	3.4	4.6	2.3	100.0	-	-	-	90.3	3.7	3.8	2.2
Total	79.0	18.7	1.5	0.8	82.0	8.7	5.5	3.8	82.7	8.5	4.2	4.7	74.8	12.3	8.5	4.4	86.1	8.9	3.2	1.8

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

distintos níveis de renda. Esta proposição tem por hipótese a insuficiência dos meios capazes de satisfazer as necessidades de todas as famílias.

A hipótese fica clara ao se comparar duas redes de infra-estrutura básica com distintos graus de difusão no território nacional como por exemplo as de saneamento e educação básica. A primeira cobre a população de modo insuficiente, principalmente nas regiões mais subdesenvolvidas. Com relação a ela, a proposição básica deste trabalho se verifica com toda clareza. No que diz respeito à rede de ensino básico, ela parece atingir, de modo mais completo, toda a população do país, mesmo a das regiões rurais mais subdesenvolvidas. Em conseqüência, nessas últimas regiões a fração de jovens em idade escolar não atendida pela rede de ensino básico não é tão elevada, mesmo entre famílias de baixa renda, e as diferenças entre regiões, entre o campo e a cidade e entre os níveis de renda não são tão expressivos, como no caso do acesso às redes menos abrangentes.

O comentário anterior se refere à simples freqüência escolar, sem entrar na discussão da qualidade do ensino proporcionado, e portanto, da qualidade da própria rede em contraposição à sua simples extensão e abrangência. Se o aspecto qualitativo fosse considerado, provavelmente se repetiria o observado para redes de menor abrangência: carência absoluta nas áreas subdesenvolvidas, maior diferenciação relativa por faixa de renda principalmente nas regiões de maior grau de desenvolvimento.

O conjunto das comparações realizadas de aspectos de condição de vida entre famílias chefiadas por trabalhadores que residem no campo e nas cidades também dá a entender que a agricultura, principalmente no caso do trabalhador assalariado não-qualificado, não proporciona uma renda suficiente para a família lograr inserir-se adequadamente nas condições de infra-estrutura precária das cidades brasileiras, mesmo no estado de São Paulo.

Essa apreciação pode ser melhor explicitada através da comparação dos mesmos aspectos da condição de vida agora entre as famílias urbanas cujo chefe trabalha em atividades agrícolas e a dos que trabalham em atividades não-agrícolas. Como a grande maioria das famílias urbanas

chefiadas por trabalhadores agrícolas tem domicílio em municípios considerados não auto-representativos pelo IBGE, aquela comparação será mais precisa considerando apenas a população urbana desses municípios.¹²¹

3. Trabalhadores Agrícolas e Não Agrícolas com Domicílio Urbano em Municípios Não Auto-Representativos.

Os municípios não auto-representativos (MNAR) abrangem 34,4% das famílias que residem em áreas urbanas. Essa proporção varia de 24,6% no estado de São Paulo a 49,3% no Nordeste. Entre as famílias que residem nas áreas urbanas dos municípios não auto-representativos 1,25 milhão são chefiadas por ocupados em atividades agrícolas correspondendo a 14,5% do total de famílias. Essa proporção varia entre 11,2% no estado de São Paulo e 17% no Nordeste.

A representatividade da atividade agrícola, enquanto fonte de ocupação dos chefes de família de pequenos municípios brasileiros, é ainda maior considerando somente as famílias de baixo nível de renda. De fato, 21% das famílias com renda *per capita* inferior a metade do salário mínimo São chefiadas por ocupados em atividades agrícolas. Essa proporção varia de 13,2% no estado de São Paulo a 25,9% no Sul do país.

Os dados anteriores, que indicam a importância da atividade agrícola como fonte de renda das famílias de baixa renda nos municípios pequenos, refletem a diferença de perfil de distribuição de renda familiar entre as chefiadas por agricultores e as demais famílias de municípios pequenos.

A distribuição das famílias por faixas de renda em municípios não auto-representativos mostra, principalmente nas regiões mais subdesenvolvidas, uma elevada concentração de famílias chefiadas por

¹²¹

Os municípios auto-representativos são aqueles que por sua importância fazem parte todos os anos da amostra da PNAD. O IBGE em cada ano sorteia os municípios não auto-representativos que farão parte da amostra da PNAD. O fato da grande maioria das famílias agrícolas urbanas residir na sede de municípios não auto-representativos indica que elas se concentram nas pequenas cidades.

trabalhadores agrícolas com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. Essa proporção nas regiões Nordeste e Sudeste chega a ser idêntica à observada para famílias chefiadas por inativos e desocupados, que constituem uma categoria de famílias que se destaca entre as que sofrem de pobreza urbana, por ter o seu chefe fora da força de trabalho por desocupação, aposentadoria ou incapacidade. (Ver tabela 14).

A proporção de famílias de baixa renda chefiadas por trabalhadores não-agrícolas é menor mas não é desprezível, e essas famílias têm renda tão baixa quanto à das chefiadas por trabalhadores agrícolas, apesar da maior contribuição dos outros membros para a renda familiar total. Isto sugere que existem nas pequenas cidades muitas ocupações não-agrícolas para chefes de família que proporcionam remunerações tão baixas quanto as da agricultura. Vale a pena tentar identificar quais são essas ocupações não-agrícolas e a posição na ocupação dos chefes de família de baixa renda.

Quanto à posição na ocupação desses chefes de família de baixa renda ocupados em atividades não-agrícolas eles, são em sua grande maioria empregados, do mesmo modo que os chefes de família de baixa renda ocupados em atividades agrícolas, embora, principalmente no Nordeste, uma proporção significativa seja de trabalhadores por conta-própria. (Ver tabela 15).

Quanto ao tipo de ocupação, usando como proxy o setor de atividade e o sexo, destacam-se quatro em todas as regiões, com alguma alteração na ordem de importância entre elas. São elas: os homens da construção civil, da indústria de transformação e da administração pública e as mulheres da prestação de serviços. Esses serventes de pedreiros, empregadas domésticas, operários industriais e servidores públicos não-qualificados constituem uma elevada proporção de chefes de família de baixa renda em municípios pequenos, ao lado dos que trabalham na agricultura. Dos ocupados em atividades não-agrícolas, eles representam desde 57,4% no Centro-Oeste a 74,3% no estado de São Paulo, dos chefes de família com renda *per capita* inferior a metade do salário mínimo. (Ver tabela 16)

TABELA 14
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS COM DOMICÍLIO URBANO EM MUNICÍPIOS NÃO AUTO-REPRESENTATIVOS (MMAR),
SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E CONDIÇÃO E RAMO DE ATIVIDADE DO CHEFE NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda Famil. per capita em S.M.	Nordeste				Sudeste (-SP)				SÃO PAULO				Sul				Centro-Oeste			
	Ocupados	Inativ. e Agríc. desoc.	Agríc.	Não Agríc.	Ocupados	Inativ. e Agríc. desoc.	Agríc.	Não Agríc.	Ocupados	Inativ. e Agríc. desoc.	Agríc.	Não Agríc.	Ocupados	Inativ. e Agríc. desoc.	Agríc.	Não Agríc.	Ocupados	Inativ. e Agríc. desoc.		
Até 1/2	63.9	41.2	61.0	35.4	20.4	36.2	12.4	6.6	21.7	28.4	14.1	32.4	25.6	17.5	40.5					
1/2 a 1	20.7	29.3	19.5	29.5	29.1	26.9	30.3	22.7	22.9	30.7	26.9	31.8	29.8	29.3	28.5					
mais de 1	15.4	29.5	19.1	35.2	50.6	36.1	54.6	70.3	49.0	41.0	59.0	34.9	44.6	53.2	30.9					
Sem decl.	-	-	0.4	-	-	0.8	2.7	0.4	6.4	-	-	0.9	-	-	0.1					
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0					

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

TABELA 15
 FAMÍLIAS COM DOMICÍLIO URBANO EM MNAR: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CHEFES SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE DO CHEFE (AGRÍCOLA OU NÃO AGRÍCOLA),
 FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO CHEFE NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda famil. per capita em S.M.	Nordeste			Sudeste			São Paulo (- SP)			Sul			Centro-Oeste		
	Empre- gados	Autô- nomos	Empre- gadores	Empre- gados	Autô- nomos	Empre- gadores	Empre- gados	Autô- nomos	Empre- gadores	Empre- gados	Autô- nomos	Empre- gadores	Empre- gados	Autô- nomos	Empre- gadores
Até 1/2	55.3	43.0	1.7	78.6	17.5	3.5	90.6	9.4	71.8	28.2	64.8	31.8	3.4		
1/2 a 1	47.2	48.0	4.8	77.5	19.4	3.1	83.3	12.8	65.5	31.0	58.0	40.4	1.6		
mais de 1	21.2	39.0	39.8	40.8	17.6	41.5	61.7	17.0	32.1	46.8	27.2	29.5	43.3		
Total	48.9	43.8	7.3	65.0	18.1	16.9	71.6	14.8	53.4	36.6	46.0	33.6	20.4		
NÃO-AGRÍCOLA															
Até 1/2	66.2	33.5	0.3	74.5	23.8	1.7	79.2	20.8	75.8	24.2	76.9	22.4	0.7		
1/2 a 1	60.1	38.1	1.8	67.8	28.7	3.5	78.0	19.4	77.7	21.2	63.1	34.9	2.0		
mais de 1	50.4	40.4	9.2	58.1	28.3	13.6	67.8	23.9	59.9	28.4	51.6	35.8	12.6		
Total	59.8	36.8	3.4	64.2	27.5	8.3	70.8	22.7	66.8	25.7	59.4	33.3	7.3		

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

TABELA 16

DISTRIBUIÇÃO DOS CHEFES OCUPADOS EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS COM DOMICÍLIO URBANO EM MNAR
SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE, SEXO E FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA NAS REGIÕES, 1987

Setor de atividade	Nordeste				Sudeste (- SP)				São Paulo				Centro-Oeste			
	Até 1/2		1/2 a mais		Até 1/2		1/2 a mais		Até 1/2		1/2 a mais		Até 1/2		1/2 a mais	
	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Indústria transform.	H 19.1	19.3	12.9	0.8	18.0	19.2	24.5	15.8	25.7	30.1	25.7	23.8	24.5	14.0	13.2	7.6
	M 1.5	2.7	0.8		2.6	1.5	1.0	1.0	2.6	1.5	0.6	1.8	1.4	0.4	0.4	0.3
Indústria construção	H 22.2	20.8	8.5		15.9	15.6	9.4	28.7	16.9	10.6	13.4	11.7	7.1	15.2	15.7	8.0
	M 0.2	0.1														
Outras ativ. industriais	H 3.5	6.0	8.4	0.6	3.9	5.6	7.3	2.0	1.4	2.4	1.7	2.7	4.8	5.0	6.4	12.9
	M 0.4						0.2						0.4	1.8	0.3	
Comércio e mercadorias	H 5.5	6.6	7.9	0.6	6.2	10.2	6.8	8.9	10.6	12.6	10.4	14.0	14.9	6.3	14.6	9.2
	M 0.6	1.5	0.6		1.6	1.5	1.2		0.6	0.7	0.6	0.9	0.7	1.5	0.7	0.9
Prestação de Serviços	H 5.7	6.3	3.4	0.9	5.9	6.1	4.8	7.9	11.7	9.4	4.6	2.7	6.4	6.6	6.8	5.5
	M 10.0	2.7	0.9		17.6	10.7	1.4	19.8	8.0	2.0	16.9	7.1	1.1	17.5	5.2	2.7
Serv.auxil. ativ.econ.	H 0.6	2.2	4.8	0.1	1.6	1.1	2.4	1.0	1.4	3.2	1.7	2.3	3.4	2.5	2.9	3.9
	M 0.3	0.3	0.1			0.5				0.0		0.3	0.3	0.6		0.3
Transporte e comunic.	H 4.9	6.1	6.1		4.3	6.9	6.5	0.9	7.7	8.4	8.1	11.3	7.2	5.5	8.5	5.5
	M						0.5					0.3	0.2		0.3	0.8
Atividades sociais	H 4.4	5.1	8.5		3.1	3.9	6.4		2.6	5.2	1.8	3.6	5.3	5.8	4.8	9.5
	M 5.0	5.1	6.4		1.8	3.0	6.0	2.0	1.7	1.9	0.6	2.7	3.4	4.3	3.1	5.2
Administ. Pública	H 13.3	11.9	20.9	0.6	15.8	13.3	13.5	10.0	8.0	7.2	12.7	13.4	11.5	10.7	13.1	16.3
	M 2.2	1.9	0.6		1.2	0.3	1.1		0.3	0.4	0.6	0.9	0.4	0.9	1.7	1.2
Outras atividades	H 0.9	1.4	7.6		0.5	0.3	7.0	2.0	0.8	4.1	0.6	0.5	6.6	1.1	2.3	9.9
	M		1.0			0.2				0.3			0.4	0.3		0.3
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

Interessa comparar as condições de vida das famílias de baixa renda residentes em pequenas cidades cujo chefe trabalha em atividades agrícolas e a dos que trabalham em outras atividades econômicas em termos de moradia, educação, posse de duráveis.

No que diz respeito à condição de ocupação do domicílio, nota-se que, de um modo geral, é pequena a proporção de famílias que vive em residência alugada e é alta a proporção das que dispõem de domicílio próprio. A comparação das famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas e não-agrícolas mostra que, salvo no estado de São Paulo, a proporção que aluga domicílio é menor e a que tem domicílio próprio é maior no caso dos chefes que trabalham em atividades agrícolas. Isto se verifica em todas as faixas de renda, inclusive nas de menor nível. Entre estes últimos deve predominar o fenômeno da autoconstrução, uma maneira de evitar o pagamento de aluguel que seria incompatível com o baixo nível de renda da família.

No estado de São Paulo, refletindo a precária integração do trabalhador assalariado agrícola volante no meio urbano, é relativamente maior, particularmente entre as famílias de baixa renda, não somente a proporção de famílias chefiadas por ocupados em atividades agrícolas que têm domicílio alugado, mas também a das que vivem em domicílio cedido por terceiros. É uma característica do estado de São Paulo ter uma agricultura que utilize intensivamente a mão-de-obra volante nos períodos de colheita, e uma fração significativa dela reside habitualmente em outras regiões do país ou do estado de São Paulo, deslocando-se na época apropriada, quando tem que alugar domicílio ou viver nos cedidos por terceiros, e muitas vezes o terceiro é o próprio empregador. (Ver tabela 17).

Quanto à qualidade da moradia em termos de abastecimento de água, saneamento, acesso a energia elétrica e posse de duráveis, a situação dos ocupados em atividades agrícolas é em geral pior, principalmente nas faixas de baixa renda. Isto sugere que as famílias chefiadas pelo trabalhador agrícola têm uma situação muito precária em termos de inserção na vida urbana, apresentando proporções ainda mais significativas de carências, no acesso a infra-estrutura básica,

comparativamente às famílias cujo chefe tem ocupação não-agrícola que proporciona um nível de renda tão baixo, quanto a dos chefes que trabalham na agricultura.

Morar na cidade e ainda depender da atividade agrícola portanto, tende a conduzir a uma condição de enorme precariedade, e não somente por conta da baixa renda que aquela atividade proporciona. Outras atividades urbanas proporcionam renda baixa, e as famílias que delas dependem estão em melhor situação, talvez porque estejam mais tempo na cidade e então possuem uma rede de relações, inclusive familiares, mais favoráveis, que levam a condições de vida um pouco superiores às das famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas.

As condições de vida urbana dependem em grande medida da existência e grau de acesso da população a diversas redes de infra-estrutura básica. Essas redes têm variado grau de difusão, atingindo com diferente intensidade as distintas regiões do país. A que tem maior grau de difusão é a rede de energia elétrica, subproduto da política de desenvolvimento do país que privilegiou o investimento público em transporte, energia e comunicações. As cidades puderam usufruir da energia elétrica imprescindível ao processo de industrialização do país e a integração do mercado nacional. A situação é muito mais precária quando o investimento público necessário tem que justificar-se inteiramente pelas necessidades sociais, como é o caso do escoamento sanitário e, um pouco menos, da rede de abastecimento de água tratada.

Quanto à situação da moradia das famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas e não-agrícolas, em termos de escoamento sanitário, sua precariedade em todas as faixas de renda mostra que essa rede básica é muito deficiente nas pequenas cidades do Nordeste e Centro-Oeste. A situação parece bem melhor no Sudeste e estado de São Paulo, onde mesmo entre famílias de nível de renda muito baixa a proporção das que têm acesso a rede geral ou pelo menos fossa séptica é relativamente elevada. O Sul do país mostra uma situação intermediária: somente as famílias de alta renda têm acesso a rede geral ou ao menos a fossa séptica. (Ver tabela 18).

TABELA 18
 FAMÍLIAS COM DOMICÍLIO URBANO EM MVAR: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE DO CHEFE
 (AGRÍCOLA OU NÃO AGRÍCOLA) FAIXAS DE RENDA FAMILIAR POR CAPITA E ESCOAMENTO SANITÁRIO NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda Famil. per capita em S.M.	Nordeste				Sudeste - SP				São Paulo				Centro-Oeste			
	Rede geral	Fossa sépt.	Outro	Fossa sépt.	Rede geral	Fossa sépt.	Outro	Fossa sépt.	Rede geral	Fossa sépt.	Outro	Fossa sépt.	Rede geral	Fossa sépt.	Outro	Fossa sépt.
Até 1/2	1.0	7.4	91.6	19.3	3.0	77.7	58.0	4.8	37.2	1.3	6.3	92.4	-	2.3	99.7	
1/2 a 1	5.3	10.6	84.1	40.9	0.8	58.3	57.6	7.0	35.4	3.6	24.0	72.4	4.0	1.6	94.4	
mais de 1	4.9	22.8	72.3	70.0	2.8	27.2	78.1	4.5	17.4	3.7	45.0	51.3	13.7	1.3	85.0	
Total	2.4	10.1	87.4	43.4	2.2	54.4	69.7	5.2	25.1	3.0	27.1	69.9	7.2	1.7	91.1	
NÃO-AGRÍCOLA																
Até 1/2	3.2	11.2	85.6	45.2	2.2	52.6	43.5	19.0	37.5	2.3	21.6	76.1	1.6	-	98.4	
1/2 a 1	6.5	14.8	78.7	63.3	2.6	34.1	59.0	17.6	23.4	5.6	42.2	52.1	3.9	0.2	95.9	
mais de 1	12.6	24.7	62.7	79.7	3.7	16.6	79.3	12.5	8.2	8.9	59.4	31.7	9.0	0.6	90.4	
Total	6.9	16.2	76.9	67.8	3.0	29.2	74.3	13.7	12.0	7.0	49.4	43.6	6.2	0.4	93.4	

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

No caso da rede de abastecimento de água, sua maior difusão em termos nacionais, abrangendo todas as cidades e regiões, permite uma maior diferenciação por nível de renda nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. A fração de famílias com acesso a condições adequadas de abastecimento de água aumenta significativamente com o nível de renda *per capita* da família. Entretanto, a rede existente não é plenamente satisfatória e, principalmente nas regiões onde ela é mais precária - Nordeste e Centro-Oeste - a proporção de famílias de baixa renda com abastecimento de água adequado é relativamente pequena. (Ver tabela 19).

A energia elétrica é de todas as redes a mais difundida. Mesmo na região mais atrasada do Nordeste, a proporção de famílias de baixa renda, residentes em pequenas cidades, com acesso a essa rede é relativamente alta, embora cerca de uma de cada quatro dessas famílias não disponha de energia elétrica. Outro sintoma da difusão nacional da rede de distribuição de energia elétrica é que esta proporção de famílias pobres sem acesso a ela não difere muito entre as regiões, salvo o estado de São Paulo, onde, pelo menos nas cidades, o acesso é praticamente universal. (Ver tabela 20)

Em síntese, há todo um gradiente de situações regionais refletindo a extensão das redes de infra-estrutura básica no país. Nas regiões onde a rede é minimamente adequada quase todos têm acesso a ela, mesmo as famílias de baixa renda. À medida que consideram-se regiões com redes mais deficientes, somente as famílias de renda mais elevada têm acesso a elas, enquanto nas regiões onde ela é muito precária, mesmo uma proporção significativa das famílias com renda relativamente alta não tem acesso a elas. No estado de São Paulo, todas as redes aqui consideradas são minimamente adequadas. Quando consideramos regiões mais subdesenvolvidas somente as redes de maior difusão nacional alcançam a população urbana mais pobre, provocando um "nivelamento por cima", enquanto as redes mais deficientes pelo contrário, provocam um "nivelamento por baixo".

A idéia básica deste trabalho de que a um maior desenvolvimento, na forma em que se deu no Brasil, corresponde não apenas uma maior desigualdade de renda mas também uma maior intensidade de diferenciação

TABELA 19
 FAMÍLIAS COM DOMICÍLIO URBANO EM MOAR: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS SEQUENDO NÍVEL DE ATIVIDADE DO CHEFE
 (AGRÍCOLA OU NÃO AGRÍCOLA) FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda famil. per capita em S.M.	Nordeste					Sudeste - SP					São Paulo					Centro-Oeste							
	CCI	SCI	CCI	SCI	Outro	CCI	SCI	CCI	SCI	Outro	CCI	SCI	CCI	SCI	Outro	CCI	SCI	CCI	SCI	Outro	CCI	SCI	Outro
Até 1/2	28.3	23.3	0.4	12.4	35.6	38.4	31.0	4.7	12.3	13.6	53.1	40.6	6.3	29.2	35.6	5.1	23.9	6.2	20.1	33.6	5.4	27.7	13.2
1/2 a 1	41.7	18.7	2.4	10.2	26.9	57.0	28.7	3.1	6.1	5.1	71.8	19.2	2.6	59.1	20.1	9.2	9.4	2.2	35.4	26.4	12.5	24.1	1.6
mais de 1	60.1	10.1	3.9	4.5	21.4	86.6	7.6	3.2	1.9	0.7	84.4	7.8	5.0	77.9	5.6	10.0	3.7	2.8	67.5	9.4	10.3	11.7	1.1
Total	35.3	20.6	1.4	10.9	31.8	60.7	22.1	3.7	6.9	6.6	76.5	15.5	3.6	57.8	18.9	8.3	11.4	3.6	45.6	20.8	9.7	19.6	4.4
NÃO AGRÍCOLA																							
Até 1/2	37.6	22.9	0.4	8.0	31.1	60.9	25.7	3.5	4.3	5.6	69.3	24.8	2.0	53.3	25.5	4.4	11.1	5.7	32.7	25.6	8.7	26.0	7.0
1/2 a 1	54.2	21.2	0.2	5.6	18.8	82.4	9.4	3.6	2.2	2.6	85.0	8.9	3.1	82.3	8.0	3.9	4.4	1.4	45.5	25.9	8.9	17.0	2.7
mais de 1	76.5	12.2	1.3	2.5	7.5	93.3	2.6	3.4	0.1	0.6	95.6	2.4	1.2	88.9	2.0	6.9	1.6	0.6	67.8	8.9	13.3	8.8	1.2
Total	53.8	19.3	0.5	5.7	20.7	83.4	9.4	3.5	1.6	2.1	91.7	5.4	1.7	82.1	7.0	5.7	3.7	1.5	55.0	16.9	11.2	14.3	2.6

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

TABELA 20
PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS COM DOMICÍLIO URBANO EM MNAR QUE POSSUEM ENERGIA
ELÉTRICA (EE) E GELADEIRA (GE) SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
NAS REGIÕES, (1987)

Faixas de renda Familiar per capita	Nordeste		Sudeste (-SP)		São Paulo		Sul		Centro-Oeste	
	EE	GE	EE	GE	EE	GE	EE	GE	EE	GE
AGRÍCOLA										
Até 1/2	74.5	15.1	73.5	26.7	96.9	46.9	67.1	23.8	74.7	26.7
1/2 a 1	79.0	35.4	90.0	44.7	92.3	59.0	80.0	54.3	88.6	45.5
mais de 1	91.6	56.6	96.1	76.8	99.3	82.3	98.2	82.3	93.7	79.5
Total	77.7	25.4	86.1	49.4	96.9	70.9	83.5	56.8	87.0	55.5
NÃO-AGRÍCOLA										
Até 1/2	85.2	25.4	89.2	41.4	94.1	54.5	86.6	46.5	82.0	39.9
1/2 a 1	93.0	53.9	97.9	70.8	99.4	78.6	95.6	75.4	91.2	61.5
mais de 1	97.9	78.8	99.6	90.4	99.6	94.4	98.8	93.2	96.7	84.1
Total	91.0	49.3	96.5	74.4	99.2	88.1	95.5	81.2	91.6	69.0

FONTE: Tabulação Especial PNAD - 1987.

sócio-econômica, implícita na diferenciação das rendas, se aplica mais diretamente aos itens do consumo familiar que dependem diretamente do exercício de um poder de compra. Ela, entretanto, também se verifica nos aspectos do consumo familiar que dependem mais diretamente da existência de redes de infra-estrutura básica. A diferenciação de rendas se manifesta mais claramente em desigualdade de acesso nas situações intermediárias, entre a total insuficiência da rede, que provoca um "nivelamento por baixo", e a plena abrangência da rede que provoca um "nivelamento por cima".

A nível nacional, a primeira se verifica no escoamento sanitário, cabendo ao abastecimento de água a situação intermediária. No caso da energia elétrica em que há certo "nivelamento por cima", com acesso quase universal a rede, a tese básica deste trabalho pode ser verificada, complementando as informações sobre o acesso a energia elétrica com a que diz respeito à posse de duráveis.

Embora todas as famílias tenham acesso à energia elétrica, há uma enorme diferenciação, por faixa de renda e grau de desenvolvimento da

região, entre as proporções de famílias que dispõem de um eletrodoméstico tão básico para a vida urbana como a geladeira. Aqui também há diferenças expressivas entre famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas e não-agrícolas, com níveis de renda semelhante, confirmando o resultado anterior, que apontava para a maior precariedade da inserção urbana da família chefiada pelo trabalhador agrícola.

Outra rede de ampla difusão nacional é a da educação básica. Ela também provoca nivelamento por cima no acesso a educação. Isto pode ser verificado na situação escolar das crianças de 7 a 14 anos. A proporção de crianças desta idade que freqüenta escola não é maior nas regiões mais desenvolvidas com relação as mais atrasadas. Pelo contrário, principalmente entre as famílias de baixa renda chefiadas por trabalhadores ocupados em atividades agrícolas, as proporções de crianças que freqüentam escola chegam a ser menores na região Sul e no estado de São Paulo.

Por outro lado, as diferenças entre as faixas de renda *per capita* e entre as famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas e não-agrícolas são relativamente pequenas. Ou seja, no Brasil urbano, a grande maioria das crianças de 7 a 14 anos freqüentam escola primária em conseqüência da ampla difusão desta rede de ensino a nível nacional. (Ver tabela 21).

Contrasta com o acesso quase universal dos jovens à escola primária a situação educacional da população urbana adulta. (Ver tabela 22). A proporção de maiores de 18 anos que não têm nenhuma educação é relativamente elevada e varia muito entre regiões, faixas de renda *per capita* e famílias chefiadas por ocupados em atividades agrícolas e não-agrícolas. A comparação da situação educacional de jovens e adultos indica um progresso das famílias em termos de acesso a educação básica. Este progresso familiar não necessariamente reflete o aperfeiçoamento recente da rede escolar. Pode estar traduzindo o simples deslocamento das famílias em direção de cidades que contam com melhor rede escolar. Neste particular, destaca-se a importância do deslocamento do campo para a cidade. Este resultado confirma que a situação educacional do adulto reflete as condições de vida

TABELA 21
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE DO CHEFE (AGRÍCOLA OU
NÃO AGRÍCOLA) FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E FREQUÊNCIA À ESCOLA NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda famil. per capita em S.M.	Nordeste			Sudeste - São Paulo			São Paulo			Sul			Centro-Oeste							
	NÃO freq. escola			NÃO freq. escola			NÃO freq. escola			NÃO freq. escola			NÃO freq. escola							
	freq. Anal- esc. prim.	concl. ultrap. prim.	não concl. ultrap. prim.	freq. Anal- esc. prim.	concl. ultrap. prim.	não concl. ultrap. prim.	freq. Anal- esc. prim.	concl. ultrap. prim.	não concl. ultrap. prim.	freq. Anal- esc. prim.	concl. ultrap. prim.	não concl. ultrap. prim.	freq. Anal- esc. prim.	concl. ultrap. prim.	não concl. ultrap. prim.					
Até 1/2	75.9	21.8	1.3	1.0	82.0	9.0	6.3	2.7	50.0	23.4	13.3	3.3	57.9	21.5	16.9	3.7	84.7	12.5	2.2	0.6
1/2 a 1	87.9	9.9	2.2	-	76.9	10.4	6.8	5.9	86.0	5.3	-	8.7	80.3	9.2	4.0	6.5	86.5	5.5	5.1	3.0
mais de 1	95.3	1.7	3.0	-	88.3	2.7	5.4	3.6	89.6	4.5	3.0	2.9	96.2	1.9	-	1.9	89.0	5.0	3.7	2.3
Total	78.6	19.1	1.6	0.7	81.8	8.3	5.2	3.7	82.5	8.4	3.9	5.2	73.4	13.3	9.0	4.3	86.4	8.5	3.4	1.7
NÃO-AGRÍCOLA																				
Até 1/2	80.3	16.8	2.2	0.7	86.6	6.9	2.7	3.8	78.4	13.5	4.7	3.4	77.5	10.0	5.3	7.2	84.0	12.5	3.1	0.4
1/2 a 1	89.2	7.5	2.0	1.3	89.8	4.1	2.6	3.5	86.7	2.6	5.2	5.5	86.9	4.4	2.7	6.0	92.0	3.9	3.0	1.1
mais de 1	94.2	3.7	0.7	2.4	95.9	1.4	0.4	2.3	93.0	1.6	1.4	4.0	95.7	1.3	-	3.0	93.6	2.8	2.6	1.1
Total	85.2	12.0	1.9	0.9	90.9	4.1	1.9	3.1	89.2	3.4	3.0	4.4	88.3	4.4	2.2	5.1	90.4	5.8	2.8	1.0

FONTE: Tabulação Especial - PNAD - 1987

TABELA 22
FAMILIAS COM DOMICILIO URBANO EM MNAR: DISTRIBUICAO DA POPULACAO ADULTA (18 ANOS E MAIS) SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE DO CHEFE (AGRÍCOLA OU NÃO AGRÍCOLA), FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E GRAU DE INSTRUÇÃO NAS REGIÕES, 1987

Faixas de renda Famil.	Nordeste				Sudeste - SP				São Paulo				Sul				Centro-Oeste			
	Menh. inc.	Prim. inc. compl. Prim.	Acim. Menh. inc.	Prim. Prim. compl. Prim.	Menh. inc.	Prim. inc. compl. Prim.	Acim. Menh. inc.	Prim. Prim. compl. Prim.	Menh. inc.	Prim. inc. compl. Prim.	Acim. Menh. inc.	Prim. Prim. compl. Prim.	Menh. inc.	Prim. inc. compl. Prim.	Acim. Menh. inc.	Prim. Prim. compl. Prim.	Menh. inc.	Prim. inc. compl. Prim.		
Até 1/2	54.8	26.5	8.2	10.5	44.4	30.3	18.1	7.2	29.5	29.5	31.1	9.8	42.2	34.0	16.3	7.5	45.0	30.2	17.0	6.8
1/2 a 1	45.2	24.9	10.4	19.5	35.5	27.6	21.9	15.0	39.9	24.6	24.0	11.5	28.0	32.6	20.5	18.9	32.8	27.9	18.9	20.4
mais de 1	22.1	16.4	18.7	42.8	15.0	20.0	21.4	43.6	16.9	26.6	22.9	33.6	9.4	21.1	22.5	47.0	15.2	23.4	18.7	42.7
Total	48.0	24.7	10.2	17.1	30.9	25.7	20.4	22.8	24.8	26.3	24.0	24.9	24.0	28.2	20.2	27.6	27.5	26.3	18.3	27.9
NÃO-AGRÍCOLA																				
Até 1/2	42.4	25.5	11.9	20.2	23.8	32.5	28.7	15.0	21.6	37.2	22.6	18.6	23.1	32.9	22.2	21.8	22.9	34.7	19.6	22.8
1/2 a 1	25.7	22.0	15.1	37.2	15.0	22.2	26.8	36.0	16.7	25.0	28.8	29.5	12.9	23.9	19.7	43.5	17.1	27.9	17.2	37.8
mais de 1	13.0	15.5	11.3	60.2	5.2	12.4	19.2	63.2	8.1	15.3	26.6	50.0	6.0	13.2	15.3	65.5	9.6	16.3	16.1	58.0
Total	28.4	21.4	12.7	37.5	11.5	19.0	23.2	46.3	10.7	18.6	26.9	43.8	10.1	18.7	17.4	53.8	3.9	22.6	16.9	46.6

FONTE: Tabulação Especial - PNAD - 1987

das famílias na época em que esses adultos deveriam ter tido a formação educacional, enquanto a situação educacional dos jovens reflete a situação atual das famílias, sendo que a rede urbana do sistema educacional básico já está bastante difundida no Brasil.

4. Conclusão

Este trabalho concentrou-se na análise das condições de vida da população que vive do trabalho na agricultura no ano de 1987. Procurou-se exprimir a enorme variedade de condições de vida da população objeto de estudo, principalmente entre as que residem no campo e a das que já moram em cidades nas diversas regiões do país.

Interpretaram-se as diferenças observadas a partir de um desenvolvimento da constatação de Hoffmann e Kageyama de que o progresso da agricultura no Brasil resultou em elevação do nível e desigualdade de renda observando-se também uma estreita relação entre grau de modernização, nível e desigualdade de renda entre regiões. Tentou-se avançar na discussão deste problema incorporando a idéia de que o significado da variável nível de renda, como expressão das condições sócio-econômicas de uma população, pode variar muito, dependendo do grau de desenvolvimento das relações mercantis na vida desta população.

Não se trata somente de que o nível e a desigualdade de renda sejam mais pronunciados nas regiões de maior desenvolvimento agrícola. Procurou-se mostrar que um mesmo nível de renda tem significado diferente como expressão de condição de vida se a população vive no campo ou já reside em cidades e entre regiões com distintos graus de desenvolvimento sócio-econômico.

Esta problemática pode ser dividida em dois amplos aspectos. O primeiro é um resultado imediato do grau de mercantilização envolvido no estilo de vida da população. Ou seja, o poder de compra a que dá origem, direta ou indiretamente, o nível de renda da família é tanto mais importante quanto maior seja o grau de mercantilização envolvido na vida dessas

famílias . Deste modo, um baixo nível de renda significa maiores carências no consumo das famílias, principalmente quando elas residem nas cidades e regiões mais desenvolvidas do país.

O outro aspecto do problema diz respeito ao consumo coletivo das famílias. Ou seja, o usufruto que ela possa ter a partir do acesso às diversas redes de infra-estrutura de serviços públicos tais como energia elétrica, saneamento básico, educação primária, transporte, etc. Neste aspecto do problema é muito importante a própria existência dessas redes e elas têm variado grau de difusão no território nacional.

Nosso trabalho constatou que no caso das redes de ampla difusão nacional ocorre um "nivelamento por cima", no sentido de que mesmo entre a população de mais baixa renda, é freqüente o acesso a essas redes. Pelo contrário, quando a rede não é difundida no território nacional, nas regiões onde ela é mais precária o acesso a ela é pouco freqüente inclusive entre as famílias de renda relativamente alta, ocorrendo um "nivelamento por baixo".

É nas situações intermediárias, em termos de difusão da rede à escala nacional, que se observam as maiores diferenças na freqüência do acesso entre famílias com distinto nível de renda. Estas situações intermediárias põem em evidência com maior clareza o potencial sócio-econômico diferenciador do poder de compra que direta ou indiretamente está relacionado com o nível de renda da família.

As regiões mais desenvolvidas obviamente dispõem em maior medida de todas as redes de infra-estrutura mas, salvo exceções, nenhuma delas está suficientemente desenvolvida para permitir um acesso universal a elas. Em conseqüência, é justamente nas regiões mais desenvolvidas que varia mais entre faixas de renda familiar a freqüência do acesso aos serviços proporcionados por estas redes de infra-estrutura. Além disso, como as regiões mais desenvolvidas caracterizam-se por um maior adensamento da população em coletividades urbanas, a falta de acesso às redes de prestação de serviços públicos tem maiores implicações em termos de más condições de vida.

Concluindo, podemos distinguir três situações básicas de condições de vida entre as famílias que têm por fonte de renda principal o trabalho na agricultura. A primeira é a da pequena produção de subsistência do Nordeste rural. A segunda é a do trabalhador assalariado que já reside em áreas urbanas, notadamente na agricultura capitalizada do Centro-Sul que tem um baixo nível de salário. Finalmente, a terceira é a da pequena produção de tipo familiar das áreas rurais da região Sul. Neste caso o nível de produtividade permite condições de vida que não são tão precárias como as observadas no Nordeste. Contudo, é elevada a proporção da população ativa envolvida e o nível de renda monetária com freqüência é baixo se comparado com a agricultura altamente subsidiada dos países desenvolvidos.

As regiões de agricultura mais atrasada, entretanto, concentram os principais contingentes de população que vivem do trabalho na agricultura e a maioria dela ainda reside no campo. Em termos absolutos essa população rural de regiões agrícolas atrasadas vive uma situação de extrema precariedade.

A história recente do país mostrou que os principais fluxos de população que se dirigiram do campo para a cidade tiveram origem nos estados de agricultura mais desenvolvida como São Paulo e Paraná. As transformações que ocorreram na agricultura desses estados expulsaram a população do campo, mesmo quando uma parte dela continuou dependendo do trabalho na agricultura como assalariado temporário.

Aparentemente como fator de expulsão da população do campo as transformações que ocorrem na produção agrícola são mais importantes que a simples pressão demográfica de uma crescente população em área de agricultura estagnada.

Cabe às transformações provocadas pelo desenvolvimento da agricultura a verdadeira responsabilidade pelo êxodo da população rural. Um aspecto importante dessas transformações reside na crescente mercantilização da vida das pessoas e na crescente importância do acesso às redes de prestação de serviços públicos. Com o desenvolvimento da região essas redes

se estendem mas não proporcionam condições para um acesso universal a elas, o qual fica muito na dependência do nível de renda das famílias.

A agricultura, entretanto, não se tem mostrado capaz de proporcionar um nível de renda compatível com este desenvolvimento, contribuindo para agravar a situação de pobreza em que vive o país. Parcela ponderável desses trabalhadores ocupados na agricultura já residem em cidades e têm um nível de renda monetária que se compara ao dos serventes da construção civil, empregadas domésticas, operários não-qualificados da indústria, do comércio e do transporte e chegam a ter um nível de vida inferior ao dessas categorias urbanas mais pobres, medido pelas condições de moradia, saneamento, acesso a água tratada, energia elétrica e uso de eletrodomésticos fundamentais para a vida urbana, mostrando também um nível educacional inferior, provavelmente uma herança trazida do campo.

O único aspecto de suas condições de vida que se assemelha ao das famílias em piores condições das que vivem plenamente nas cidades é o nível educacional de seus filhos, que ao menos talvez tenham a oportunidade de se desligar das correntes formadas pela herança agrária, que marcam as vidas dessas famílias, mesmo quando já residem em cidades mas continuam, em seu trabalho, vinculadas ao campo.

CAPÍTULO IV - MUDANÇAS NOS NÍVEIS DE EMPREGO, RENDA E CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA: 1984 - 1989.

Este capítulo pretende averiguar com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1984 e 1989 se ocorreram modificações importantes no quadro das condições de vida da população agrícola do país. A escolha deste período decorre do fato de que, como veremos, houve uma retomada da tendência de queda da ocupação agrícola a partir de 1984. A primeira indagação é se houve mudanças na distribuição das famílias por faixas de renda *per capita*. Com esse objetivo são usadas como referência as faixas de renda *per capita* utilizadas no capítulo anterior para o ano de 1987 (até meio salário mínimo, de meio a um salário mínimo e mais de um salário mínimo). Utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foram estabelecidos os valores equivalentes aos de 1987 em 1984 e 1989.

A análise das mudanças na distribuição de renda entre as famílias agrícolas terá que referir-se à totalidade da década porque, além da redução da ocupação agrícola no período 1984-1989, podem ter ocorrido outros fenômenos que também afetaram essa distribuição.

Nesse contexto, é possível determinar se as proporções de famílias agrícolas de baixa renda se modificaram na década de oitenta, nas diversas regiões do país, tanto entre as que têm residência rural quanto as que já vivem em áreas urbanas.

Em seguida, para cada uma das faixas de renda *per capita*, região do país e situação domiciliar averigua-se a ocorrência de modificações na proporção de famílias que podem ser consideradas carentes nos diversos aspectos de suas condições de vida. Esses aspectos são: acesso a abastecimento de água, escoamento sanitário e energia elétrica dos domicílios, posse de geladeira, frequência a escola dos jovens de 7 a 14 anos e grau de instrução dos adultos maiores de 18 anos. A análise dos dados permitirá fazer uma avaliação das mudanças no quadro da pobreza agrícola

na segunda metade dos anos oitenta. Pretende-se investigar se a redução da população que trabalha na agricultura significou uma mudança expressiva nas condições de vida dessa parcela da população que continua ligada diretamente às atividades agrícolas.

1. Emprego Agrícola

Na década de 1980 continuou a diminuir a participação da atividade agrícola no total de pessoas ocupadas no país. É difícil quantificar exatamente essa diminuição sem dispor das informações sobre ocupação agrícola do Censo Demográfico de 1991. É possível, entretanto, ter uma noção a respeito utilizando as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Uma das limitações da PNAD é que não capta a ocupação agrícola dos residentes em áreas rurais da região Norte e esta região constituiu-se numa das principais áreas de expansão da fronteira agrícola do país. Ainda assim, ela é capaz de proporcionar uma idéia aproximada dessa redução ao indicar que a participação da ocupação agrícola foi de 23,2% em 1989, valor bem menor que os 30% acusados pelo Censo Demográfico de 1980. (Ver tabela 1)

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS.
VÁRIOS ANOS, SEGUNDO REGIÕES.

REGIÕES	1980	1981	1983	1984	1985	1987	1989
Nordeste	49.9	43.9 (47.8)*	36.3 (47.5)*	48.0	43.6	39.3	39.5
Sudeste (-SP)	20.6	23.0	23.0	23.3	19.6	19.5	17.6
São Paulo	11.5	11.0	11.4	10.6	8.6	8.9	7.2
Sul	44.3	41.2	40.5	39.1	34.3	33.1	30.6
Centro-Oeste	32.6	28.9	28.0	27.8	24.7	24.1	21.4
Brasil	30.0	29.3 (30.3)*	27.1 (30.1)*	29.8	25.9	24.6	23.2

* inclui na ocupação Agrícola as pessoas envolvidas nas frentes de trabalho por causa da seca de 1979-1983.

FONTE: Baltar, Dedecca, Henrique (1992).

Os dados da PNAD sobre participação da ocupação agrícola no total de pessoas ocupadas por região mostram os efeitos provocados pela grande seca ocorrida no Nordeste entre 1979 e 1983. A seca, ao impedir a atividade

agrícola, deslocou deste setor um grande volume de população ativa que foi absorvido pelas frentes de trabalho criadas com recursos do governo federal. As pessoas envolvidas nessas frentes de trabalho participaram da realização de uma série de obras públicas e foram contadas pela PNAD como ocupadas na construção civil.¹²² O deslocamento dessas pessoas da atividade agrícola para a construção civil provocou uma redução da participação da agricultura na ocupação total do Nordeste de 49,9% em 1980 para 43,9% em 1981 e 36,3% em 1983, conforme o Censo Demográfico e as PNADs. Se incluirmos na ocupação agrícola as pessoas envolvidas nas frentes de trabalho, a participação da agricultura na ocupação total atingiria 47,8% em 1981 e 47,5% em 1983.

De modo que, no auge da seca, em 1983, as frentes de trabalho do Nordeste absorveram o equivalente a 11,2 pontos percentuais da participação que, não fosse a seca, teria a agricultura na ocupação total do Nordeste. A seca terminou em 1983 e já em 1984 praticamente todas as pessoas envolvidas nas frentes de trabalho foram reabsorvidas pela agricultura, que passou a representar 48,0% da ocupação total do Nordeste.

O fenômeno da seca do Nordeste foi tão importante em suas implicações sobre a ocupação agrícola que a participação global deste setor na ocupação total do país foi de 27,1% em 1983 e esta percentagem aumentaria para 30,1% se incluíssemos na ocupação agrícola do país todas as pessoas envolvidas nas frentes de trabalho do Nordeste. Ou seja, se considerarmos as frentes de trabalho como expressão do impacto da seca sobre a ocupação agrícola total ela teria representado algo em torno de três pontos percentuais da participação da ocupação agrícola na ocupação total do país.

Em 1984, terminados os efeitos da seca, a participação da ocupação agrícola voltou a ser praticamente a mesma de 1980, em torno de 30% da ocupação total no conjunto do país.¹²³ Entre 1984 e 1989, coincidindo com a

122 Ver a respeito BALTAR et alii (1992).

123 Ao nível de cada uma das regiões nota-se uma participação ligeiramente menor nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Na região Sudeste (excluído o Estado de São Paulo), a PNAD de 1981 acusa uma proporção de ocupação agrícola maior que a do Censo Demográfico de 1980.

freqüente repetição de grandes safras no país, a participação da ocupação agrícola no total diminuiu bruscamente de 29,8% para 23,2%, uma perda de 6,6 pontos percentuais, mais do dobro do que representou a seca do Nordeste. Esta redução da participação da agricultura na ocupação total ocorreu em todas as regiões do país aqui consideradas, inclusive no Nordeste, onde aquela participação diminuiu de 48,0% para 39,5% entre esses anos.

Outra região onde a diminuição da participação da agricultura foi muito pronunciada foi o Sul, passando de 39,1% para 30,6% com relação ao total de pessoas ocupadas. As regiões Nordeste e Sul são ainda as que têm maior participação da agricultura na ocupação total. Cabe então examinar, com todo cuidado, o que ocorreu efetivamente com a ocupação agrícola entre 1984 e 1989 e como isso repercutiu nas condições de vida das famílias que são chefiadas por pessoas que trabalham na agricultura.

As informações da PNAD mostram que a maior parte da redução na participação da agricultura na ocupação total do país concentrou-se no período de 1984 a 1987. A explicação desse fenômeno não deve se restringir apenas às considerações sobre o que ocorreu no interior das atividades agrícolas. É importante levar em conta as profundas diferenças de desempenho do conjunto da economia brasileira e especialmente das atividades não-agrícolas entre a primeira e segunda metade da década de oitenta. Destaca-se, em particular, a recuperação havida no ritmo de atividade da economia urbana no Brasil exatamente no período em que ocorreu a maior parte da redução na participação da agricultura na ocupação total do país.¹²⁴

É interessante averiguar se esta redução da participação da agricultura na ocupação total do país correspondeu a uma diminuição do número absoluto de pessoas que trabalham na agricultura ou simplesmente reflete um crescimento mais rápido da ocupação nas atividades não-agrícolas. Segundo

124 Este resultado alerta para a permanência do problema de existir no país um grande contingente de população rural pobre que, na eventualidade da retomada do crescimento econômico do país, deverá retornar a se deslocar rapidamente para as áreas urbanas em busca de melhores oportunidades econômicas e sociais.

a PNAD, houve uma redução no número absoluto de pessoas ocupadas na atividade agrícola em todas as regiões do país aqui consideradas, que no conjunto correspondeu a pouco menos de um milhão de pessoas. (Ver tabela 2). Entretanto, os números absolutos da PNAD são problemáticos porque a expansão da amostra utiliza uma projeção do crescimento da população que se baseia em hipóteses formuladas a partir do que se verificou na década anterior. Como indicam os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991, essa projeção significou uma superestimação do crescimento da população.

TABELA 2
PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA EM 1984 E 1989 (NÚMEROS ABSOLUTOS E VARIAÇÃO) CONFORME PNAD'S E ESTIMATIVAS, NAS REGIÕES

	OCUPAÇÃO AGRÍCOLA					
	Nordeste	Sudeste (-SP)	São Paulo	Sul	Centro Oeste	Total (1)
PNAD						
1984	6.640.346	2.605.526	1.249.330	3.428.648	929.144	14.852.994
1989	6.372.892	2.386.459	1.030.360	3.186.559	922.337	13.898.607
Variação	-267.454	-219.067	-218.970	-242.089	-6.807	-954.387
ESTIMATIVAS (2)						
1984	6.523.742	2.521.414	1.186.589	3.399.750	814.175	14.445.670
1989	6.165.186	2.229.901	949.274	3.050.191	807.529	13.202.081
Variação	-358.556	-291.513	-237.315	-349.559	-6.646	-1.243.589

(1) O Total não inclui a região Norte por não se dispor de informações para as áreas rurais.

(2) As estimativas da ocupação agrícola de cada região do país em 1984 e 1989 foram obtidas da seguinte maneira:

Projetou-se a população observada pelo Censo Demográfico de 1980 para os anos de 1984 e 1989 utilizando a hipótese de que o crescimento da população se deu, na década de oitenta, num ritmo constante igual a taxa média geométrica observada entre os anos de 1980 e 1991. Para obter a ocupação agrícola nos dois anos mencionados multiplicou-se a estimativa da população total pela relação entre a ocupação agrícola e a população total calculadas pela PNAD nesses anos e regiões.

PONTE: PNAD's 1984 e 1989.

Para ter uma idéia mais adequada dos números absolutos da ocupação agrícola recalculamos os valores apresentados pela PNAD, utilizando para cada região o crescimento da população tal qual indicado pelos Censos Demográficos de 1980 e 1991. Sem pretender produzir números precisos sobre a ocupação agrícola, adotamos o procedimento mais simples para corrigir os valores absolutos da PNAD, conforme explicitado na tabela 2.

A aplicação desse procedimento levou a números menores que os da PNAD para as pessoas ocupadas na agricultura. Assim, enquanto a PNAD em 1984 apontou 14,8 milhões de ocupados na agricultura, nossos cálculos indicam 14,4 milhões. Essa diferença de 400 mil pessoas corresponde a 3,0% dos números oficiais. A diferença é ainda maior em 1989. Segundo a PNAD, o número de ocupados agrícolas neste ano foi de 13,8 milhões, enquanto nossas estimativas indicam 13,2 milhões, uma diferença portanto de 600 mil pessoas, acusando então uma redução absoluta do número de ocupados na agricultura maior que a dos dados oficiais. A perda de ocupações na agricultura teria atingido 1,2 milhão de pessoas entre 1984 e 1989, trezentos mil a mais que os números oficiais.¹²⁵

A superestimação da ocupação agrícola pela PNAD é de magnitude diferente em cada uma das regiões, porém a distribuição da ocupação agrícola por região é semelhante nos dados da PNAD e em nossas estimativas. Nos dois casos não ocorreram grandes mudanças na distribuição regional da ocupação agrícola. Houve somente ligeiro aumento na participação do Nordeste e do Centro-Oeste e um pequeno declínio na das demais regiões.¹²⁶ Na composição das pessoas ocupadas por posição na ocupação também não ocorreram grandes modificações. Houve um ligeiro aumento na proporção de empregadores e de trabalhadores por conta-própria e uma leve diminuição de participação dos empregados e trabalhadores não remunerados.¹²⁷ (Ver tabelas 3 e 4).

125 É improvável que o eventual aumento da ocupação agrícola na região Norte do país tenha compensado essa redução de um milhão de pessoas ocupadas na agricultura.

126 É preciso enfatizar que foi excluída dessa parte do estudo a região Norte que constitui a principal fronteira agrícola do país e deve ter atraído população. Excluída essa região, o Nordeste continuou a participar com cerca de 45% das pessoas ocupadas na agricultura. As participações do Sul e do Sudeste permaneceram em torno de 23% e 17% respectivamente enquanto as de São Paulo e Centro-Oeste mantiveram-se em 8% e 6%. Deve-se ter presente que na época da realização da PNAD o ritmo da ocupação agrícola é intenso no Nordeste e relativamente suave nas demais regiões.

127 Destaca-se que, o número de empregadores ocupados na atividade agrícola no conjunto do país aumentou em 17,4% entre 1984 e 1989, o que equivale a uma taxa de crescimento anual de 3,3% ao ano. O interessante é que esse aumento expressivo no número de empregadores ocorreu simultaneamente a uma redução dos empregados em cerca de 11,2% no período. Em consequência, diminuiu de 11,7 para 8,8 o número médio de empregados por empregador. A diminuição do número de empregados constituiu a principal parcela da redução do número total de pessoas ocupadas pela agricultura (52,1%).

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA OCUPAÇÃO AGRÍCOLA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NAS REGIÕES,
NOS ANOS DE 1984 E 1989.

Posições na Ocupação	Nordeste		Sudeste		São Paulo		Sul		Centro Oeste		Total	
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989
Empregado	35.2	33.3	55.4	54.2	64.3	66.2	21.7	21.5	45.9	46.7	38.8	37.5
Conta-própria	36.6	37.4	20.6	20.0	11.9	13.8	31.2	33.5	32.6	27.6	30.2	31.1
Empregador	2.4	2.8	5.4	6.3	5.3	7.6	2.0	3.1	6.2	9.5	3.3	4.3
Não Remunerado	25.8	26.5	18.6	19.5	18.5	12.4	45.1	41.9	15.3	16.2	27.7	27.1
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: PNAD's 1984 e 1989.

TABELA 4
VARIAÇÃO ENTRE 1984 E 1989 DO NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA (COM BASE NAS ESTIMATIVAS)
SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NAS REGIÕES (1).

Posições na Ocupação	NORDESTE		SUDESTE		SÃO PAULO		SUL		TOTAL	
	NA (x 1.000)	%								
Empregado	-243.3	67.9	-188.2	64.6	-134.5	56.7	-81.9	23.4	-644.7	52.1
Conta-própria	-81.9	22.8	-73.4	25.2	-10.2	4.3	-38.9	11.1	-240.9	19.5
Empregador	16.0	-4.5	4.3	-1.5	9.2	-3.9	26.5	-7.5	82.4	-6.7
Não Remunerado	-49.3	13.8	-34.1	11.7	-101.8	42.9	-255.2	73.0	-434.3	35.1
Total da red.	-358.5	100.0	-291.5	100.0	-237.3	100.0	-349.5	100.0	-1.237.5	100.0

1) A região Centro-Oeste não foi incluída na tabela porque a ocupação agrícola dessa região praticamente não diminuiu.

FONTE: PNAD's 1984 e 1989 e Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Nas regiões aqui consideradas identificam-se dois padrões diferentes de redução da ocupação agrícola. De um lado, as regiões Nordeste e Sudeste, onde a maior parcela da redução da ocupação total correspondeu a diminuição do número de empregados, 67,9% e 64,6% respectivamente. O outro padrão de redução da ocupação agrícola é o da região Sul, onde destaca-se a diminuição do número de trabalhadores sem remuneração (73%). Finalmente, no Estado de São Paulo foram igualmente importantes a diminuição do número de empregados e de trabalhadores sem remuneração (56,7% e 42,9% respectivamente).

Todas as regiões aqui consideradas, salvo o Centro-Oeste, têm participação semelhante na redução da ocupação agrícola total do país, apesar de terem pesos bastante diferentes em termos da ocupação agrícola total. Assim, o Nordeste, cuja participação na ocupação agrícola total do país foi de 45,2% em 1984, representou somente 28,9% da redução da ocupação agrícola ocorrida entre 1984 e 1989. (Ver tabela 5) No outro extremo, o Estado de São Paulo, que representava 8,2% da ocupação agrícola brasileira naquele ano, teve participação de 19,2% na redução da ocupação agrícola.

Assim, não foi a agricultura atrasada do Nordeste a principal responsável pela redução na participação da atividade agrícola na ocupação total do país. A região Nordeste, que é a principal região do ponto de vista do número de pessoas ocupadas na agricultura, apenas começou a reduzir esse estoque de população e, mesmo assim, a principal redução de pessoas ocupadas ocorrida nesta região deu-se entre os empregados e não com os trabalhadores por conta-própria e/ou sem remuneração que constituem a maioria dos ocupados agrícolas do Nordeste.

2. Nível e Distribuição de Renda

A redução na capacidade do setor agrícola em proporcionar oportunidades ocupacionais expressou-se numa diminuição no número de famílias cujo chefe trabalha na agricultura. Segundo a PNAD, em 1984 existiam sete milhões dessas famílias nas regiões aqui consideradas e, em 1989, 6,7 milhões. Ou seja, a diminuição foi de 253 mil famílias.

Analogamente ao ocorrido com o número de pessoas ocupadas na agricultura, somente o Centro-Oeste não mostrou diminuição no número de famílias agrícolas. Nas outras regiões, a participação na redução do número famílias não foi tão homogênea como o observado com a redução no número de pessoas ocupadas. (Ver tabela 5). Chama a atenção o fato de que a participação do Sul na redução do número de pessoas ocupadas seja muito maior do que a sua participação na redução do número de famílias agrícolas, ocorrendo o contrário com as regiões Sudeste e São Paulo. Isto está associado à distinta estrutura da produção agrícola nesses dois tipos de

região, destacando-se a empresa no Sudeste, principalmente em São Paulo, e a pequena produção familiar no Sul do país. Nesta última região é maior o número médio de pessoas ocupadas na agricultura dentro das famílias agrícolas. Por esse motivo, uma determinada diminuição no número dessas famílias provoca uma redução acentuada no número de pessoas que trabalha na agricultura.

TABELA 5
PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NA REDUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA ENTRE 1984 E 1989
E NO NÚMERO DE FAMÍLIAS CHEFIADAS POR AGRICULTORES EM 1984. (COM BASE NAS ESTIMATIVAS).

Regiões	PARTICIPAÇÃO redução do número de pessoas ocupadas na agricultura entre 1984 e 1989		PARTICIPAÇÃO no total de pessoas ocupadas em 1984	PARTICIPAÇÃO na redução do número de famílias chefiadas por agricultores entre 1984 e 1989		PARTICIPAÇÃO no total de famílias chefiadas por agricultores em 1984
	Número em milhares	%	%	Número em milhares	%	%
Nordeste	358.5	28.9	45.2	75.9	29.6	44.9
Sudeste	291.5	23.5	17.5	80.4	31.6	18.4
São Paulo	237.3	19.2	8.2	68.9	26.9	8.6
Sul	349.5	28.2	23.5	32.9	12.6	20.2
Total	1.237.5	100.0 (*)	100.0 (*)	253.2	100.0 (*)	100.0 (*)

(*) Não soma exatamente 100 porque não se incluiu na tabela a região Centro-Oeste.
FONTE: PNAD's 1984 e 1989 - Tabulações Especiais PNAD's 1984 e 1989.

A distribuição das famílias chefiadas por agricultores segundo região e situação do domicílio pouco se modificou entre 1984 e 1989. (Ver tabela 6). Embora tenha havido uma redução generalizada no tamanho dessas famílias, não se modificou a distribuição das pessoas por região e situação de domicílio, mantendo assim as diferenças regionais. Dentro de cada região, no entanto, as diferenças rural-urbanas no tamanho das famílias são pequenas.

Nesta parte do trabalho pretende-se averiguar se a redução observada no número e no tamanho das famílias agrícolas foi acompanhada de uma modificação significativa na distribuição dessas famílias por faixas de renda *per capita*, levando em conta a posição na ocupação do chefe da família.

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS E DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR AGRICULTORES
SEGUNDO REGIÕES E SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO - ANOS 1984 E 1989.

REGIÕES	FAMÍLIAS			PESSOAS			TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS		
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total
1984									
Nordeste	36.3	8.5	44.8	38.4	9.9	47.3	5.1	5.1	5.1
Sudeste-SP	13.3	5.1	18.4	13.5	4.8	18.3	4.9	4.7	4.9
São Paulo	4.5	4.1	8.6	4.1	3.6	7.7	4.4	4.3	4.4
Sul	16.7	3.5	20.2	15.9	3.3	19.2	4.7	4.5	4.6
Centro Oeste	5.6	2.4	8.0	5.1	2.4	7.5	4.4	4.9	4.6
Total (1)	76.4	24.6	100.0	76.9	24.3	100.0	4.9	4.8	4.9
1989									
Nordeste	36.4	9.0	45.4	39.6	9.4	49.0	5.1	4.9	5.0
Sudeste-SP	13.0	4.9	17.9	12.9	4.6	17.5	4.6	4.4	4.6
São Paulo	4.6	3.3	7.9	4.3	2.9	7.2	4.4	4.0	4.2
Sul	17.1	3.3	20.4	15.6	2.9	18.5	4.2	4.1	4.2
Centro Oeste	5.9	2.4	8.3	5.4	2.4	7.8	4.3	4.6	4.4
Total (1)	77.0	24.0	100.0	77.8	22.2	100.0	4.7	4.6	4.7

(1) O total não inclui a região Norte.

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

Essa questão é examinada distinguindo as famílias que têm residência em localidades rural e urbana. Essa distinção do local de residência é necessária por causa de suas implicações para o estudo das carências no que diz respeito às condições de vida das famílias agrícolas, matéria a ser pesquisada no próximo item. Cada região é analisada separadamente.

2.1. Nordeste

Na região Nordeste, o número de famílias agrícolas diminuiu em 80,4 mil entre 1984 e 1989. Essa redução correspondeu a apenas 2,5% do total de famílias agrícolas que existiam nessa região em 1984. Observa-se, na tabela 7, que a faixa de até meio salário mínimo foi a que apresentou decréscimo mais expressivo, equivalente a 262,4 mil famílias ou 10,9% das que existiam no Nordeste nesta faixa de renda em 1984.

TABELA 7
VARIAÇÃO ENTRE 1984 E 1989 DO NÚMERO DE CHEFES QUE TRABALHA NA AGRICULTURA
SEGUNDO FAIXAS DE RENDA PER CAPITA, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO. NORDESTE

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL	VARIAÇÃO (89 - 84) EM MILHARES					
		EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate 1/2	-262.4	-81.6	-0.3	-150.3	-28.7	1.7	-3.2
de 1/2 a 1	40.0	-12.4	-1.1	41.7	11.5	1.9	-1.6
mais de 1	126.4	-1.2	4.0	90.6	16.5	7.2	9.3
sem decl.	15.6	4.9	2.6	6.5	-0.3	1.2	0.7
Total	-80.4	-90.3	5.2	-11.5	-1.0	12.0	5.2

PONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

A maioria das famílias que deixaram de pertencer a esta faixa de renda muito baixa era chefiada por trabalhador por conta-própria com domicílio rural, embora na redução total do número de famílias tenha pesado muito mais as chefiadas por empregados com domicílio também na área rural. O aumento do número de famílias chefiadas por trabalhadores por conta-própria na faixa de mais de um salário mínimo, conjuntamente com o aumento no número de empregadores, provocou um acréscimo de 126,4 mil famílias ou 63,3% nesta faixa de renda.

As mudanças apontadas fazem parte de uma alteração na distribuição das famílias por faixas de renda *per capita* em que a proporção das que viviam com menos de meio salário mínimo diminuiu de 76,2% para 69,6%, enquanto as que dispunham de mais de um salário mínimo *per capita* aumentou de 6,3% para 10,6%. (Ver tabela 8). Além dessas modificações na distribuição de renda, a grande maioria das famílias que dependem da agricultura do Nordeste continua com um nível de renda muito baixo. Essa constatação de que a mudança da distribuição das famílias por faixas de renda foi insuficiente para reverter o quadro de extrema pobreza, medida pelo baixo nível de renda das famílias agrícolas, vale tanto para as que residem em área rural como para as que têm residência urbana.

TABELA 9
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO AS
FAIXAS DE RENDA PER CAPITA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE. NORDESTE, 1984 E 1989.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM B.M.	TOTAL						EMPREGADO				CONTA-PRÓPRIA			
	Total		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano	
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989
até 1/2	76.2	69.6	78.3	71.7	67.3	60.9	79.4	78.1	77.2	75.5	80.5	71.2	67.0	57.3
de 1/2 a 1	16.4	18.1	15.6	17.4	20.3	21.3	16.1	16.3	18.8	18.0	14.6	17.4	21.8	25.8
mais de 1	6.3	10.6	5.2	9.2	11.5	16.2	4.3	4.7	4.0	5.5	4.0	9.9	9.7	15.4
sem decl.	1.0	1.7	0.9	1.7	0.9	1.6	0.2	0.9	0.0	1.0	0.9	1.5	1.5	1.5
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

NOTA: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

As mudanças na distribuição de renda das famílias restringiu-se às chefiadas por trabalhadores por conta-própria. As distribuições de renda das famílias rurais e urbanas chefiadas por empregados são muito semelhantes e praticamente não se modificaram no período.

Em 1984 a distribuição das famílias chefiadas por trabalhadores por conta-própria com residência rural era semelhante à das chefiadas por empregados. Porém, em 1989 a proporção das famílias agrícolas rurais de trabalhadores por conta-própria com renda muito baixa tornou-se menor que a das chefiadas por empregados.

Quando se consideram famílias agrícolas com residência urbana, constata-se que as chefiadas por conta-própria já possuíam em 1984 um perfil de distribuição de renda mais favorável que as chefiadas por empregados e essa diferença aumentou substancialmente entre 1984 e 1989.

As mudanças no número de famílias chefiadas por trabalhadores por conta-própria classificadas por faixas de renda *per capita* podem estar refletindo fenômenos de diversa natureza. De um lado, o efeito da saída da agricultura de pequenos produtores de baixa renda; de outro, uma possível elevação do baixo nível de renda dessas famílias. Não obstante, em 1989 a maioria das famílias agrícolas são ainda chefiadas por trabalhadores por conta-própria que têm residência rural. (Ver tabela 9).

TABELA 9
COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO FAIXA DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO EM 1989, NORDESTE.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate 1/2	100.0	29.5	9.3	51.3	7.7	1.9	0.3
de 1/2 a 1	100.0	23.7	8.5	47.9	13.4	5.2	1.5
mais de 1	100.0	11.6	4.4	46.0	13.6	11.4	12.3
Total	100.0	26.4	8.6	50.2	9.4	3.5	1.8

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

Os dados sobre distribuição de renda das famílias agrícolas com residência rural e urbana para o conjunto da década mostram que houve, de fato, um generalizado aumento da renda *per capita* dessas famílias em 1986 e 1989. Esses acréscimos de renda parecem ser os principais responsáveis pela redução na proporção de famílias agrícolas pobres entre 1984 e 1989, os quais beneficiaram exclusivamente as famílias de empregadores e trabalhadores por conta própria. (Ver tabela 10).

Contudo o número de famílias pobres que dependem do trabalho da agricultura no Nordeste, embora tenha diminuído em 10,6%, continua muito elevado: elas são 2,1 milhões de famílias que têm renda *per capita* menor que 1/2 salário mínimo representando ainda 69,7% das famílias chefiadas por ocupados na agricultura do Nordeste. Essas famílias contêm mais de 10 milhões de pessoas.

TABELA 10
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA - NORDESTE 1981 A 1989

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RURAL								
ate 1/2	73.3	74.0	78.3	77.8	60.1	73.4	76.6	71.7
de 1/2 a 1	19.7	16.8	15.6	15.4	25.8	17.7	15.5	17.4
mais de 1	6.4	5.4	5.2	5.8	13.1	8.3	6.4	9.2
S/ decl.	0.6	3.8	0.9	1.0	1.0	0.1	1.5	1.7
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
URBANO								
ate 1/2	62.4	62.7	67.3	62.5	42.8	61.8	66.0	60.9
de 1/2 a 1	22.4	22.1	20.3	24.0	30.9	21.0	18.0	21.3
mais de 1	13.8	13.5	11.5	12.0	25.7	17.1	14.0	16.2
S/ decl.	1.4	1.6	0.9	1.5	0.6	0.1	2.0	1.6
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1981 a 1989.

2.2. Sudeste

A redução do número de famílias agrícolas da região Sudeste foi da ordem de 80,2 mil ou o equivalente a 6,2% dessas famílias que existiam na região em 1984. De forma análoga ao ocorrido na região Nordeste, o decréscimo no número de famílias agrícolas foi maior na faixa de até meio salário mínimo abrangendo 158,2 mil famílias (21,1%).(Ver tabela 11).

TABELA 11
VARIÇÃO ENTRE 1984 E 1989 DO NÚMERO DE CHEFES QUE TRABALHA NA AGRICULTURA
SEGUNDO FAIXAS DE RENDA PER CAPITA, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO. SUDESTE.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate 1/2	-158.2	-67.1	-28.2	-54.9	-15.4	9.5	-2.0
de 1/2 a 1	3.2	12.6	-8.1	-4.5	-1.4	1.8	2.9
mais de 1	66.9	21.1	19.4	31.4	4.8	-9.2	-0.6
s/decl	7.9	2.4	0.6	1.0	0.3	1.3	2.4
Total	-80.2	-31.0	-16.3	-27.0	-11.7	3.4	2.7

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

A maior parte da redução no número de famílias agrícolas de baixa renda no Sudeste correspondeu às chefiadas por empregados e trabalhadores por conta-própria, principalmente aquelas com domicílio rural. Também ocorreu um aumento expressivo no número de famílias que não tinham renda tão baixa. A maioria dessas famílias eram chefiadas por empregados. Nesta região não foi tão expressivo, como o observado entre as famílias agrícolas chefiadas por trabalhadores por conta própria no Nordeste, o movimento simultâneo de redução do número das de baixa renda e o aumento das de renda mais alta. A diminuição no número de famílias agrícolas pobres chefiadas por empregados chegou a superar o das chefiadas por trabalhadores por conta-própria.

De modo análogo à região Nordeste, há diferenças entre as áreas rural e urbana no perfil da distribuição por faixas de renda das famílias chefiadas por trabalhadores por conta-própria. A proporção dessas famílias que têm

renda *per capita* muito baixa é bem menor entre as que residem em áreas urbanas. Contrasta, entretanto, com o Nordeste, a menor magnitude da proporção de famílias de trabalhadores por conta-própria do Sudeste que têm nível de renda *per capita* menor que metade do salário mínimo. (Comparar as tabelas 8 e 12).

TABELA 22
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO AS FAIXAS DE RENDA PER CAPITA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE. SUDESTE, 1984 E 1989.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR EM S.M.	TOTAL													
			RURAL				URBANO				EMPREGADO		CONTA-PRÓPRIA	
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989		
até 1/2	58.0	48.9	62.5	53.7	46.2	36.0	72.7	63.4	59.7	50.5	59.9	47.5	37.2	21.8
de 1/2 a 1	24.1	26.0	23.4	26.0	25.8	25.8	21.5	25.5	29.1	27.5	26.2	27.0	27.4	29.9
mais de 1	17.1	23.8	13.4	19.1	27.0	36.3	5.5	10.3	10.9	21.4	13.3	24.5	33.3	45.5
sem decl.	0.8	1.4	0.7	1.2	1.0	1.9	0.3	0.8	0.3	0.6	0.6	1.0	2.1	2.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

Outro aspecto a destacar é que no Sudeste, já em 1984, observavam-se diferenças marcantes, entre as áreas rural e urbana, no perfil da distribuição por faixas de renda das famílias chefiadas por assalariados. A proporção dessas famílias com renda *per capita* menor que metade do salário mínimo era bem menor nas áreas urbanas da região Sudeste. Além disso, ocorreram mudanças expressivas no perfil dessas distribuições entre 1984 e 1989. Diminuíram as proporções de famílias de renda muito baixa e aumentaram as das famílias que não têm baixo nível de renda. Essas mudanças não necessariamente traduzem uma elevação no poder de compra dos salários na agricultura do Sudeste. A participação no trabalho remunerado dos outros membros das famílias chefiadas por assalariados pode ter aumentado. E não obstante, a maioria das famílias de baixa renda do Sudeste é chefiada por trabalhador assalariado.¹²⁸(Ver tabela 13).

128 O fato do chefe de família se declarar empregado assalariado em sua atividade principal não impede que se trate de uma família de pequeno produtor agrícola.

TABELA 13
COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A POSIÇÃO DO CHEFE EM CADA UMA DAS
FAIXAS DE RENDA EM 1989. SUDESTE.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate 1/2	100.0	51.8	17.2	25.2	2.7	2.9	0.2
de 1/2 a 1	100.0	39.2	17.6	27.0	6.8	6.8	2.7
mais de 1	100.0	17.2	14.9	26.6	11.3	14.7	15.3
Total	100.0	40.0	16.7	26.0	5.9	6.8	4.7

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

A comparação das regiões Sudeste e Nordeste revela como a estrutura da produção agrícola, ao repercutir na composição das posições na ocupação, tem implicações sobre o perfil das famílias classificadas nas diversas faixas de renda. Assim, no Sudeste existe uma agricultura em que é relativamente menor a participação na ocupação total da pequena produção pobre e onde pesam mais a empresa e o trabalho assalariado. Outra possibilidade é que, devido às maiores oportunidades de emprego assalariado na agricultura do Sudeste, a própria família do pequeno produtor rural pobre seja chefiada por pessoa que declara como ocupação principal o trabalho assalariado. Ambas circunstâncias fazem com que, apesar de uma parcela importante das famílias chefiadas por empregados, notadamente entre as que residem em áreas urbanas, não ter renda tão baixa, a maioria das famílias agrícolas de baixa renda seja chefiada por empregado assalariado.

Chama a atenção essa diferença no perfil das famílias pobres do Sudeste vis-à-vis o do Nordeste. No Nordeste a pobreza rural está claramente associada às precárias condições da pequena produção, embora não seja desprezível o número de famílias agrícolas pobres chefiadas por assalariados. No Sudeste pesa mais o baixo nível dos salários.

A distribuição por faixas de renda das famílias agrícolas residentes em áreas rurais e urbanas do Sudeste oscilou intensamente com a conjuntura econômica e as elevações do nível de renda que ocorreram em 1985-1986 e 1989 mostraram-se efêmeras. (Ver tabela 14).

TABELA 14
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR
PER CAPITA - SUDESTE 1981 A 1989

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RURAL								
ate 1/2	61.0	63.9	62.5	58.4	37.5	56.5	61.4	53.7
de 1/2 a 1	25.5	23.1	23.4	24.3	29.7	25.9	22.8	26.0
mais de 1	13.0	12.3	13.4	16.0	31.7	17.5	14.2	19.1
S/ decl.	0.5	0.7	0.7	1.3	1.1	0.1	1.6	1.2
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
URBANO								
ate 1/2	42.4	46.4	46.2	39.8	21.1	32.7	37.7	36.0
de 1/2 a 1	27.7	26.8	25.8	30.0	26.6	29.2	30.2	25.8
mais de 1	28.5	25.9	27.0	26.4	51.9	38.2	29.5	36.3
S/ decl.	1.4	0.9	1.0	3.8	0.5	-	2.7	1.9
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1981 a 1989.

Numa avaliação global da década pode-se dizer que aquela distribuição pouco se modificou, apesar da redução no número de famílias que vivem do trabalho na atividade agrícola. No final dos anos 80 a baixa renda ainda atingia 591 mil famílias ou cerca de 2,9 milhões de pessoas.

2.3. São Paulo

No Estado de São Paulo, o número de famílias agrícolas diminuiu em 63,1 mil, o que corresponde a 10,4% do total existente em 1984. Analogamente às regiões Nordeste e Sudeste, a faixa de renda de até meio salário mínimo foi a que apresentou maior redução (60,3 mil famílias) mas, diferentemente daquelas duas outras regiões, São Paulo também apresentou um expressivo declínio, de 41,3 mil famílias, da faixa de meio até um salário mínimo. (Ver tabela 15).

TABELA 15
 VARIAÇÃO ENTRE 1984 E 1989 DO NÚMERO DE CHEFES QUE TRABALHA NA AGRICULTURA
 SEGUNDO FAIXAS DE RENDA PER CAPITA, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SÃO PAULO.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	VARIAÇÃO (89 - 84) EM MILHARES						
	TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate 1/2	-60.3	-17.4	-48.4	6.2	0.5	-0.8	-0.4
de 1/2 a 1	-41.3	-2.6	-25.8	-12.8	2.5	-0.8	-1.9
mais de 1	37.8	27.1	10.2	-5.9	-5.8	6.7	5.5
s/decl	0.7	0.5	0.0	1.8	-1.3	-0.4	0.1
Total	-63.1	7.6	-64.0	-10.7	-4.1	4.7	3.3

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

É também peculiar do Estado de São Paulo o fato de que a maior contribuição para o declínio do número de famílias agrícolas tenha sido a das chefiadas por empregados com baixos níveis de renda e residência urbana (bóias-frias). Simultaneamente, houve um acréscimo no número de famílias agrícolas chefiadas por empregados que têm renda *per capita* na faixa de mais de um salário mínimo. Esse aumento no número de famílias com renda relativamente alta deve-se ao salário do chefe e traduz um movimento mais amplo da agricultura paulista no sentido de ampliar as oportunidades ocupacionais para empregados permanentes com maior qualificação, começando a reverter tendências anteriores, que em consequência da mecanização parcial das fases do ciclo agrícola, provocaram um aumento do trabalho temporário nas épocas de colheita, comparativamente ao uso regular de empregados permanentes.¹²⁹

A tabela 16 põe em evidência que o aumento na proporção de famílias de empregados com renda *per capita* acima do salário mínimo ocorreu principalmente entre as que residem em áreas urbanas. Pode haver diversos fatores por trás deste fenômeno: a maior contribuição para a renda da família de parte de outros membros que não o chefe, um menor tamanho da família e um maior nível salarial do chefe de família. Essa última possibilidade, mais que indicar uma elevação no nível dos salários, parece expressar uma mudança profunda na natureza do trabalho assalariado dos

129 BIANCHI, A.M. e Aguirre, B. (1988), Graziano da Silva (1981).

chefes de famílias agrícolas. Teria havido uma redução no número de chefes de família que são bóias-frias não compensada pelo aumento dos que são empregados mais qualificados, visto que diminuiu o número total de famílias agrícolas urbanas chefiadas por empregados.

TABELA 16
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO AS FAIXAS DE RENDA PER CAPITA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE. SÃO PAULO, 1984 E 1989.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL						EMPREGADO				CONTA-PRÓPRIA			
	Total		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano	
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989
ate 1/2	32.9	25.6	40.3	36.3	24.9	10.5	49.5	39.2	33.5	14.3	27.6	39.0	7.0	9.0
de 1/2 a 1	33.5	29.8	33.6	28.2	33.5	31.9	35.4	32.8	40.2	40.1	34.1	22.7	27.0	36.5
mais de 1	32.5	43.3	25.3	34.1	40.3	56.4	14.5	27.1	25.9	45.0	37.4	35.1	60.9	52.3
sem decl.	1.1	1.3	0.8	1.4	1.3	1.2	0.6	0.8	0.4	0.6	0.9	3.2	5.0	22.0
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FOENTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

A redução do número de famílias chefiadas por empregados agrícolas de baixa renda com residência urbana não necessariamente quer dizer que diminuiu o número de bóias-frias ocupados pela agricultura no Estado de São Paulo. Esses trabalhadores são demandados principalmente pela safra de produtos como cana-de-açúcar, laranja, café e outras culturas que não têm colheita mecanizada. A PNAD se refere a um período (em geral setembro) que não corresponde à época das safras daqueles produtos. Há evidências, entretanto, de que tem diminuído a grande sazonalidade do trabalho assalariado temporário no Estado de São Paulo. Por exemplo, na cana-de-açúcar a expansão da produção de álcool, ao longo da década de oitenta, permitiu estender o período da safra porque, ao contrário do açúcar, na produção do álcool é menos importante o teor de sacarose que exige uma colheita no momento exato em que a cana está madura¹³⁰. Também existe a possibilidade do bóia-fria pertencer a famílias que não são chefiadas por trabalhadores agrícolas. Ocorre, entretanto, que a grande maioria dos ocupados pela agricultura no mês de Setembro pertencem a famílias que são chefiadas por trabalhadores agrícolas. Em 1987, por exemplo, a proporção dos ocupados pela agricultura que são membros de famílias agrícolas variou de 84,5% em São Paulo a 93,0% na

região Sul do país. No Nordeste, onde setembro é um mês de intensa ocupação na agricultura, somente 11% dos ocupados em atividades agrícolas não pertenciam a famílias chefiadas por trabalhadores agrícolas.

Devido às peculiaridades da estrutura de sua produção agrícola, no Estado de São Paulo não se observa, como no Nordeste, o movimento conjunto de redução no número de famílias agrícolas de baixa renda chefiadas por trabalhadores por conta própria e aumento no dos que têm nível de renda *per capita* acima do salário mínimo. Na agricultura mais moderna do país, onde a empresa e o trabalho assalariado predominam, a diminuição do número de famílias de baixa renda deve-se exclusivamente às chefiadas por empregados, refletindo uma redução da importância relativa do trabalho de bóia-fria e aumento do empregado permanente mais qualificado para os chefes de famílias agrícolas deste Estado.

O acréscimo do número de famílias de empregados com renda *per capita* superior ao salário mínimo e residência na área rural dá mais uma indicação de que na agricultura mais desenvolvida do país parece estar mudando a estrutura de sua demanda de mão-de-obra, na direção dos empregados permanentes que realizam atividades mais qualificadas e de melhor remuneração.

Apesar das alterações mencionadas na distribuição das famílias de empregados por faixas de renda, a maior parte das famílias pobres (58,9%) continua sendo chefiada por empregados que têm residência na área rural. (Ver tabela 17). Assim, embora o que chame atenção na agricultura paulista seja a presença marcante do bóia-fria que tem residência urbana, a maior incidência da pobreza ocorre entre famílias de assalariados que ainda têm residência rural.

A distribuição das famílias agrícolas por faixa de renda *per capita* na década de 80 também mudou muito no Estado de São Paulo com a conjuntura da economia. No campo e na cidade, a proporção de famílias agrícolas com renda *per capita* menor que o salário mínimo aumentou de 1981 a 1984, diminuindo entre este último ano e 1986. Essa proporção voltou a aumentar em 1987 e 1988 e diminuiu em 1989. Neste último ano a

proporção de famílias agrícolas pobres é menor que a de 1984, mas só é inferior à de 1981 no caso das famílias agrícolas com residência urbana. (Ver tabela 18). Em 1989 as famílias agrícolas pobres de São Paulo formavam um contingente ainda considerável, abrangendo 138,1 mil famílias ou em torno de 700 mil pessoas.

TABELA 17
COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A POSIÇÃO DO CHEFE EM CADA UMA DAS FAIXAS DE RENDA EM 1989, SÃO PAULO.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate 1/2	100.0	58.9	14.6	22.7	2.5	1.3	-
de 1/2 a 1	100.0	42.4	35.2	11.4	8.8	1.6	0.6
mais de 1	100.0	24.0	27.1	12.0	8.6	9.8	18.4
s/decl.	100.0	24.4	12.2	36.6	12.2	-	14.6
Total	100.0	38.4	26.1	14.9	7.2	5.1	8.3

PONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1984 e 1989.

TABELA 18
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA - SÃO PAULO - 1981 A 1989

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RURAL								
ate 1/2	36.4	42.7	46.2	34.8	23.7	30.9	37.7	36.2
de 1/2 a 1	33.4	33.8	25.8	31.3	28.7	34.5	36.3	28.2
mais de 1	26.5	22.4	27.0	31.6	45.7	34.1	25.0	34.0
S/ decl.	3.6	1.1	1.0	2.2	1.9	0.5	1.0	1.6
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
URBANO								
ate 1/2	24.0	26.5	36.2	18.5	6.6	13.2	16.6	10.8
de 1/2 a 1	33.3	37.5	28.2	32.2	23.5	27.1	28.3	31.6
mais de 1	38.5	34.9	34.0	44.8	68.5	57.1	53.9	55.9
S/ decl.	4.2	1.1	1.6	4.5	1.3	2.6	1.2	1.6
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

PONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1981 a 1989.

2.4. Sul

Das regiões até aqui consideradas, o Sul do país, ao lado do Nordeste, apresentou a menor redução relativa no número de famílias agrícolas. Ela foi de 38,1 mil famílias, o que equivale apenas a 2,7% do total existente em 1984. A redução concentrou-se na faixa de até meio salário mínimo e foram as famílias chefiadas por empregados, notadamente as que residem em áreas rurais, que mais contribuíram nesse decréscimo. (Ver tabela 19).

Mas as maiores alterações nas distribuições das famílias agrícolas por faixas de renda ocorreram entre as com domicílio urbano: redução nas proporções de famílias de baixa renda, notadamente aquelas chefiadas por empregados. (Ver tabela 20). No caso das famílias com domicílio rural, a proporção de famílias pobres diminuiu somente entre as chefiadas por empregados.

Portanto, no Sul do país as principais mudanças na distribuição das famílias agrícolas por faixa de renda ocorreram entre as que tem chefe que é empregado assalariado. Não obstante, a produção agrícola da região Sul caracteriza-se pelo predomínio do trabalho familiar, refletido na elevada proporção de famílias chefiadas por trabalhadores por conta-própria com residência rural (62,4%). (Ver tabela 21). Em 1989 o predomínio do trabalho por conta-própria entre chefes de família ocorre em todas as faixas de renda, notadamente na de mais baixa renda.

TABELA 19
VARIACÃO ENTRE 1984 E 1989 DO NÚMERO DE CHEFES QUE TRABALHA NA AGRICULTURA
SEGUNDO FAIXAS DE RENDA PER CAPITA, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO. SUL.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	VARIACÃO (89 - 84) EM MILHARES						
	TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
até 1/2	-100.4	-54.8	-32.3	4.7	-15.5	-1.7	-0.7
de 1/2 a 1	-4.4	-0.7	11.0	-7.3	-11.8	3.4	1.0
mais de 1	60.8	10.4	14.6	8.0	5.1	14.4	8.0
s/decl	5.9	-1.4	1.4	4.4	-0.8	1.5	0.8
Total	-38.1	-46.6	-5.2	9.9	-23.0	17.6	9.1

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

TABELA 20
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO AS
FAIXAS DE RENDA PER CAPITA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE. SUL, 1984 E 1989.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL								EMPREGADO				CONTA-PRÓPRIA			
	Total		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano			
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989		
até 1/2	45.2	39.1	45.6	41.8	43.0	25.1	60.2	48.4	61.7	35.9	42.7	42.7	30.1	19.7		
de 1/2 a 1	28.5	29.0	29.2	29.3	25.0	27.3	27.6	33.0	27.6	38.6	30.1	28.9	26.0	18.9		
mais de 1	25.6	30.0	24.5	27.8	31.1	46.0	11.6	18.6	10.7	24.1	26.5	27.1	41.9	59.8		
sem decl.	0.7	1.1	0.7	1.1	0.9	1.6	0.6	-	0.0	1.4	0.7	1.2	2.0	1.6		
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0		

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

TABELA 21
COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A POSIÇÃO DO CHEFE EM CADA UMA DAS
FAIXAS DE RENDA EM 1989. SUL.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
até 1/2	100.0	20.5	7.6	68.1	3.1	0.7	-
de 1/2 a 1	100.0	18.8	11.1	62.2	3.9	3.4	0.6
mais de 1	100.0	10.0	6.5	54.9	11.7	10.3	6.5
s/decl.	100.0	-	9.7	67.1	8.3	9.7	5.1
Total	100.0	16.5	8.3	62.4	6.0	4.6	2.2

FONTE: Tabulação Especial PNAD 1989.

Como em todas as outras regiões analisadas, no Sul do país a distribuição das famílias agrícolas por faixas de renda *per capita* também mudou com a conjuntura da economia. Ressalta a queda em 1986 na proporção de famílias que têm renda *per capita* abaixo da metade do salário mínimo, fenômeno que ocorreu tanto entre as que têm residência urbana quanto nas que moram em áreas rurais. A reversão dessa redução na incidência da pobreza entre famílias agrícolas ocorreu rapidamente e ela só foi menor em 1989 do que em 1984 por causa da elevação das rendas das famílias agrícolas no último ano da década de 80. No conjunto da década pouco diminuiu a proporção de famílias agrícolas

com renda *per capita* inferior à metade do salário mínimo. (Ver tabela 22). Em 1989 a agricultura da região Sul do país mantinha ainda um contingente de 536,4 mil famílias com esta situação de nível de renda muito baixa, abrangendo cerca de 2,6 milhões de pessoas.

TABELA 22
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA - SUL - 1981 A 1989

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RURAL								
ate 1/2	46.5	51.2	45.1	40.7	28.1	45.0	50.4	41.3
de 1/2 a 1	29.5	28.0	29.0	29.2	30.6	28.3	25.1	28.9
mais de 1	21.6	18.5	24.1	27.6	38.8	23.4	22.0	27.4
S/ decl.	2.4	2.3	1.8	2.5	2.5	3.3	2.5	2.4
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
URBANO								
ate 1/2	30.9	40.8	42.7	32.2	17.1	27.0	31.5	25.1
de 1/2 a 1	29.0	28.3	24.9	27.4	31.9	29.3	26.4	27.3
mais de 1	37.4	30.4	31.0	37.5	51.0	41.8	39.6	46.0
S/ decl.	2.7	0.5	1.4	2.9	-	1.9	2.5	1.6
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

PONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1981 a 1989.

2.5. Centro-Oeste

A região Centro-Oeste foi a única que não apresentou redução no número total de famílias agrícolas entre 1984 e 1989. Entre esses anos, houve um ligeiro aumento, de 3,7 mil famílias agrícolas, o que significou um acréscimo de apenas 0,7% com relação ao total existente em 1984. Trata-se de uma região da fronteira de expansão da agricultura. Não obstante, a absorção de mão-de-obra foi reduzida devido ao grau de mecanização imperante nas principais produções da agricultura da região. Nela também observa-se uma redução no número de famílias agrícolas de baixa renda. Essa redução ocorreu nas áreas rurais e urbanas e tanto naquelas

chefiadas por empregados como por trabalhadores por conta-própria.(Ver tabela 23).

TABELA 23
VARIACÃO ENTRE 1984 E 1989 DO NÚMERO DE CHEFES QUE TRABALHA NA AGRICULTURA
SEGUNDO FAIXAS DE RENDA PER CAPITA, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO. CENTRO-OESTE.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.		VARIACÃO (89 - 84) EM MILHARES						
		TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
			Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate	1/2	-50.1	-14.8	-9.2	-16.1	-12.0	1.0	0.9
de	1/2 a 1	-11.6	6.9	-4.8	-9.9	-3.5	0.2	-0.5
mais de	1	61.2	11.4	8.7	16.2	-0.0	12.6	12.2
s/decl		4.2	0.7	0.7	0.3	1.0	0.4	1.1
Total		3.7	4.3	-4.6	-9.4	-14.5	14.2	13.7

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

As proporções de famílias agrícolas de baixa renda diminuíram entre 1984 e 1989 e elas são sempre menores nas áreas urbanas para todas as posições na ocupação dos chefes.(Ver tabela 24). Nas áreas rurais, a maior proporção de famílias pobres corresponde às chefiadas por trabalhadores por conta-própria, enquanto que, nas áreas urbanas, destaca-se a baixa renda das chefiadas por empregados.

TABELA 24
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO AS FAIXAS DE RENDA PER CAPITA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE. CENTRO-OESTE, 1984 E 1989.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.		DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO AS FAIXAS DE RENDA PER CAPITA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE. CENTRO-OESTE, 1984 E 1989.													
		TOTAL		EMPREGADO				CONTA-PRÓPRIA							
		Total		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano	
ate	1/2	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989
ate	1/2	46.9	37.8	52.0	43.4	35.3	24.0	53.9	44.8	49.1	39.8	56.2	50.0	33.3	17.4
de	1/2 a 1	27.5	25.2	26.5	25.2	29.7	25.3	27.1	30.2	36.3	32.2	26.4	22.0	28.8	30.4
mais de	1	24.6	35.4	20.4	30.1	34.2	48.2	18.6	24.3	14.1	26.7	16.3	26.6	16.7	48.4
sem decl.		1.0	1.6	1.1	1.3	0.8	2.5	0.4	0.7	0.5	1.3	1.1	1.4	1.2	3.8
Total		100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

A maioria das famílias agrícolas de baixa renda têm domicílio rural e são chefiadas seja por trabalhadores por conta-própria ou por empregados. (Ver tabela 25). Essas famílias agrícolas de baixa renda são aproximadamente 212,4 mil, correspondendo a um milhão de pessoas.

TABELA 25
COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A POSIÇÃO DO CHEFE EM CADA UMA DAS FAIXAS DE RENDA EM 1989. CENTRO-OESTE.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate 1/2	100.0	39.4	14.0	40.9	3.6	1.5	0.6
de 1/2 a 1	100.0	39.7	16.9	26.9	9.6	4.5	2.4
mais de 1	100.0	22.9	10.0	23.2	10.9	14.5	18.5
s/decl.	100.0	16.4	12.1	29.4	20.5	6.7	14.9
Total	100.0	33.3	13.3	30.9	8.0	6.9	7.6

FONTE: Tabulação Especial PNAD 1989.

No Centro-Oeste, como em outras regiões do país, as modificações que ocorreram na distribuição das famílias agrícolas por faixas de renda *per capita* refletem principalmente os efeitos da conjuntura global da economia no Brasil, que se sobrepõem aos processos específicos que transformaram a agricultura da região. Assim, a produção agrícola do Centro-Oeste aumentou consideravelmente na década de 80 e se assentou em bases modernas cujo alto grau de mecanização levou a uma absorção de mão-de-obra relativamente pequena. No final da década, entretanto, a proporção de famílias pobres é menor do que no início mas, particularmente entre as famílias que têm domicílio rural, essa redução na incidência da pobreza deve-se exclusivamente ao aumento da renda das famílias agrícolas que ocorreu em 1989 pois, no ano anterior, a incidência da pobreza tinha retornado ao patamar do começo da década após ter diminuído intensivamente em 1986. (Ver tabela 26).

TABELA 26
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR
PER CAPITA - CENTRO-OESTE - 1981 A 1989

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RURAL								
ate 1/2	56.6	55.2	52.0	48.4	24.8	46.7	54.2	43.4
de 1/2 a 1	24.9	24.4	26.5	25.8	33.6	27.2	23.7	25.2
mais de 1	17.9	19.9	20.4	25.2	41.3	25.1	21.4	30.1
S/ decl.	0.6	0.5	1.1	0.6	0.3	1.0	0.7	1.3
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
URBANO								
ate 1/2	39.2	40.5	35.2	30.5	14.1	23.0	35.4	24.0
de 1/2 a 1	27.7	25.8	29.7	28.4	24.7	27.8	28.8	25.3
mais de 1	32.2	32.9	34.2	37.4	60.1	47.8	33.2	48.2
S/ decl.	0.9	0.8	0.9	3.7	1.1	1.4	2.6	2.5
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

PONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1981 a 1989.

2.6. Brasil (excluída a região Norte) : conclusões

No conjunto do país houve uma redução do número de famílias agrícolas de 258,1 mil ou 3,7% do total existente em 1984. As regiões que mais contribuíram para essa diminuição foram o Nordeste e Sudeste, embora no Nordeste a magnitude da redução tenha sido relativamente pequena (2,5%).

A diminuição no número de famílias agrícolas ocorreu com todas as posições na ocupação dos chefes, exceto empregador, notadamente na de empregados com domicílio rural. Essa diminuição expressa a significativa redução no número de famílias agrícolas com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, que não foi compensada pelo aumento das de mais de um salário mínimo de renda *per capita*. (Ver tabela 27).

TABELA 27
VARIAÇÃO ENTRE 1984 E 1989 DO NÚMERO DE CHEFES QUE TRABALHA NA AGRICULTURA
SEGUNDO FAIXAS DE RENDA PER CAPITA, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO. BRASIL (EXCLUIDA A
REGIÃO NORTE).

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.		VARIAÇÃO (89 - 84) EM MILHARES						
		TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
			Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate	1/2	-631.4	-235.7	-118.4	-210.4	-71.1	9.7	-5.5
de	1/2 a 1	-14.4	3.8	-28.7	7.2	-2.8	6.5	-0.4
mais de 1		353.2	68.9	57.1	140.4	20.5	31.8	34.5
s/decl		34.4	6.9	5.3	14.1	-1.1	3.9	5.4
Total		-258.1	-156.1	-84.7	-48.7	-54.5	51.9	34.0

Fonte: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

Em todas as regiões diminuiu o número de famílias de baixa renda chefiadas por empregados enquanto as de baixa renda chefiadas por trabalhadores por conta-própria diminuiu apenas nas regiões Nordeste e Sudeste. Ou seja, houve uma diminuição geral dos chefes de família agrícola que são empregados de baixo salário e uma redução, concentrada no Nordeste e Sudeste, das famílias chefiadas por trabalhador conta-própria de baixa renda.

Os perfis de distribuição das famílias por faixas de renda *per capita* diferem por situação do domicílio e por posição na ocupação do chefe. (Ver tabela 28). A proporção de famílias pobres é sempre menor nas áreas urbanas para todas as posições na ocupação do chefe da família. Já a proporção de famílias pobres é sempre maior naquelas chefiadas por empregados, morem elas no campo ou na cidade. Em todas as faixas de renda, entretanto, predominam as famílias que são chefiadas por trabalhadores por conta-própria, mesmo nas de menor nível, onde também é importante a presença do chefe que é empregado assalariado. (Ver tabela 29).

TABELA 28
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO AS FAIXAS DE RENDA PER CAPITA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE. BRASIL (EXCLUÍDA A REGIÃO NORTE), 1984 E 1989.

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL													
	Total		Rural		Urbano		EMPREGADO				CONTA-PRÓPRIA			
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate 1/2	60.7	53.7	64.1	57.6	48.6	39.3	70.1	63.4	58.0	49.3	66.5	58.4	48.2	38.9
de 1/2 a 1	22.7	23.3	21.7	22.6	25.4	25.1	21.8	23.7	29.1	28.6	21.5	22.1	24.5	26.0
mais de 1	15.9	21.8	13.0	18.0	25.1	34.0	7.8	12.1	12.6	21.2	13.1	18.1	25.4	31.3
sem decl.	0.7	1.2	1.2	1.7	0.9	1.6	0.3	0.8	0.3	0.9	0.9	1.4	1.9	1.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Tabulações Especiais PNADs 1984 e 1989.

TABELA 29
COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A POSIÇÃO DO CHEFE EM CADA UMA DAS FAIXAS DE RENDA EM 1989. BRASIL (EXCLUÍDA A REGIÃO NORTE).

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	TOTAL	EMPREGADOS		CONTA-PRÓPRIA		EMPREGADOR	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
ate 1/2	100.0	33.5	10.8	47.8	5.8	1.8	0.3
de 1/2 a 1	100.0	28.9	14.4	41.7	8.9	4.6	1.5
mais de 1	100.0	15.7	11.4	36.5	11.5	11.9	13.0
s/decl.	100.0	16.6	8.7	48.7	12.2	5.6	8.2
Total	100.0	28.4	11.8	43.9	7.8	4.7	3.4

FONTE: Tabulação Especial PNAD 1989.

Em síntese, a redução na ocupação agrícola total do país entre 1984 e 1989 expressou-se em dois movimentos simultâneos no que diz respeito ao número de famílias classificadas pelo nível de renda. De um lado, houve uma redução expressiva nas famílias agrícolas de baixa renda. Essa redução foi provocada por uma diminuição das chefiadas por empregados de baixos salários em todas as regiões e por trabalhadores por conta própria nas regiões Nordeste e Sudeste. De outro lado, aumentou o número de famílias agrícolas com renda não tão baixa. Esse aumento foi provocado pela elevação das famílias chefiadas por assalariados em todas as regiões do país e por trabalhadores por conta própria e empregadores de renda relativamente alta nas regiões Nordeste e Sudeste.

Em todas as regiões a proporção de famílias agrícolas de renda *per capita* menor que meio salário mínimo foi muito elevada em 1984. Essa proporção vinha aumentando desde 1981, fenômeno que não se restringiu às famílias agrícolas, traduzindo uma intensa diminuição no ritmo de atividade da economia do Brasil simultaneamente com um aumento da inflação. Essa proporção de famílias agrícolas pobres, do mesmo modo que a de famílias não-agrícolas de baixa renda, diminuiu entre 1984 e 1986, destacando-se neste último ano os efeitos do congelamento de preços do Plano Cruzado que, enquanto foi eficaz, elevou o poder de compra das famílias brasileiras de um modo geral, mas especialmente o daquelas de baixa renda. O retorno da inflação desde fins de 1986 e a queda da atividade econômica em 1987 e 1988 elevaram a proporção de famílias pobres no campo e nas cidades. Em 1989 a recuperação do nível de atividade da economia brasileira fez reduzir a proporção de pobres agrícolas e não-agrícolas em todas as regiões do país, apesar do aumento que ocorreu no ritmo da inflação.

A magnitude da oscilação da incidência da pobreza rural e urbana em 1986 e 1987 coloca dúvida sobre a capacidade dos índices de preços para refletir o seu verdadeiro comportamento nesta época de combate à elevada inflação através de congelamentos de preços. É possível que o aumento dos preços entre os meses de setembro de 1985 e 1986 tenha sido maior que o registrado pelo INPC, ocorrendo o contrário entre os meses de setembro de 1986 e 1987¹³¹. Neste caso, a falha do índice de preços contribuiu para acentuar a oscilação na proporção de famílias pobres ao levar à fixação de um valor nominal da linha de pobreza mais baixo do que o verdadeiro em 1986.

A proporção de famílias agrícolas com renda *per capita* inferior à metade do salário mínimo voltou em 1988 ao elevado patamar de 1983/1984 no Nordeste e nas regiões Sul e Centro-Oeste apenas para as que têm domicílio rural. Entre as famílias agrícolas com residência rural em São Paulo e no resto do Sudeste e entre as com residência urbana na região Sul,

¹³¹ Na data da realização da PNAD em 1986 esteve muito difundida a prática da cobrança de ágio na venda de produtos que pesam no custo de vida. O INPC captou a variação dos preços oficiais. Em 1987, com o retorno da inflação aberta, o ágio cobrado no final do ano anterior se manifestou nos preços oficiais. Deste modo, o INPC subestimou a inflação de 1986 e superestimou a de 1987.

a proporção das que têm renda *per capita* menor que meio salário mínimo retornou em 1988 ao nível de 1981, um pouco menor que o de 1983/1984. Somente entre as famílias agrícolas com domicílio urbano de São Paulo, resto do Sudeste e Centro-Oeste a incidência da pobreza em 1988 foi menor que em 1981, indicando uma clara tendência de redução no conjunto da década, indo além de simples oscilações com o nível de atividade da economia e o ritmo da inflação. Essas três regiões destacam-se pela elevada participação dos empregados assalariados no total da ocupação agrícola, muitos dos quais já residem em pequenas cidades.

A redução da incidência da pobreza entre as famílias agrícolas com residência urbana de São Paulo, resto do Sudeste e Centro-Oeste parece refletir uma redução absoluta no número dessas famílias de baixa renda notadamente as chefiadas por empregados assalariados. Neste último caso destaca-se uma mudança na composição do trabalho assalariado com a diminuição da importância relativa do bóia-fria e aumento da do empregado permanente de maior qualificação.

Em suma, embora tenha havido grandes oscilações com o nível de atividade da economia e o ritmo da inflação, o quadro de extrema pobreza das famílias agrícolas praticamente não se alterou na década de 80. No conjunto das regiões analisadas, a proporção de famílias pobres com residência rural situa-se em 1988 no mesmo elevado patamar de 1984, enquanto a das famílias agrícolas com residência urbana atingiu o nível de 1981, um pouco menor que em 1984. (Ver tabela 30). Entretanto, na segunda metade da década de oitenta houve uma importante redução na proporção da população agrícola, que diminuiu significativamente o número de famílias que vive da renda obtida na atividade agrícola. A redução no número total de famílias agrícolas não impediu que, em 1989, 3,6 milhões dessas famílias, abrangendo cerca de 18 milhões de pessoas, tivessem um nível de renda irrisório.

TABELA 30
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR TRABALHADORES AGRÍCOLAS SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR
PER CAPITA - BRASIL (EXCL. REGIÃO NORTE) 1981 A 1989

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA EM S.M.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
RURAL								
ate 1/2	61.0	62.4	64.1	61.5	44.4	59.1	64.1	57.6
de 1/2 a 1	24.4	22.7	21.7	21.7	28.3	23.4	20.8	22.6
mais de 1	13.4	12.5	13.0	15.4	25.9	15.5	13.5	18.0
S/ decl.	1.2	2.4	1.2	1.4	1.4	2.0	1.6	1.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
URBANO								
ate 1/2	44.1	46.2	48.5	42.9	25.4	37.5	44.1	39.3
de 1/2 a 1	27.0	27.5	25.4	27.5	28.3	25.9	24.6	25.1
mais de 1	26.9	25.2	25.0	26.7	45.7	35.0	29.2	33.9
S/ decl.	2.0	1.1	1.1	2.9	0.6	1.6	2.1	1.7
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FORTE: Tabulações Especiais PNAD's 1981 a 1989.

No próximo item examina-se a evolução, em cada uma das faixas de renda e regiões do país, das condições de vida das famílias agrícolas. Interessa, em particular, as de baixo nível de renda *per capita*. Como foi visto, o número total de famílias agrícolas diminuiu entre 1984 e 1989, em quase todas as regiões do país e o nível de renda das famílias agrícolas foi particularmente baixo em 1984 e relativamente alto em 1989.

3. Condições de Vida

A evolução das condições de vida das famílias agrícolas será estudada com base nas variações entre 1984 e 1989, por faixa de renda *per capita*, das proporções de famílias que têm acesso às diferentes formas de infra-estrutura domiciliar, à posse de bens duráveis e à educação.

O exame da evolução das condições de vida das famílias agrícolas classificadas por faixa de renda tem por base um estudo preliminar mais detalhado.¹³² O relato completo dessa análise resultaria extremamente cansativo, razão pela qual optou-se por uma apresentação sintética dos principais resultados. Para tanto foram identificados padrões de inadequação das variáveis utilizadas para expressar as condições de vida dessa população. Esses padrões são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1. Padrões de inadequação relativos às condições de vida da população agrícola brasileira.

TIPO DA VARIÁVEL	RURAL	URBANO
ÁGUA	Não ter nem rede geral nem poço ou nascente com água canalizada	Não ter rede geral com canalização
ESGOTO	Não ter acesso a rede geral nem a fossa séptica	Não ter acesso a rede geral nem a fossa séptica
ENERGIA ELÉTRICA	Não ter acesso	Não ter acesso
GELADEIRA	Não dispor	Não dispor
EDUCAÇÃO JOVEM (7 - 14 anos)	Não freqüentar a escola	Não freqüentar a escola
EDUCAÇÃO ADULTOS (18 anos ou mais)	Nenhuma Instrução	Nenhuma instrução

De forma análoga ao item anterior, o estudo é feito para cada região separadamente, levando sempre em conta as comparações rural-urbana e as faixas de renda *per capita*, dando ênfase às famílias mais pobres.

3.1. Nordeste

A situação de abastecimento de água dos domicílios das famílias agrícolas residentes na área rural do Nordeste continuava muito precária em 1989. A quase totalidade das famílias agrícolas de baixa renda (95,9%) não tinha acesso à rede geral, nem dispunha sequer de poço ou nascente com água canalizada. (Ver tabela 31). Nas outras faixas de renda *per capita* a situação não era muito diferente e, até na faixa de mais de um salário

132 Ver o relatório de pesquisa "Condições de vida da população agrícola: 1984 e 1989.", de responsabilidade da autora.

mínimo, encontramos uma alta proporção (88,0%) de famílias agrícolas naquelas condições inadequadas de abastecimento de água.

TABELA 32
PORCENTAGEM DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS(1) DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, POSSE DE GELADEIRA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CLASSIFICADOS POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA SEGUNDO A SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO. - NORDESTE - 1984 E 1989

Faixas de renda familiar per capita em salar.mínimo	3 DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS											
	DOMICÍLIO								EDUCAÇÃO			
	Água		Esgoto		Energia ELÉTRICA		Geladeira		Jovens não freq.escola		Adultos sem instrução	
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989
RURAL												
Até 1/2	97.2	95.9	99.7	98.9	91.1	81.4	97.6	96.3	39.4	34.8	64.4	63.4
1/2 a 1	94.9	92.3	98.9	98.0	83.9	70.0	93.7	87.7	36.3	26.1	59.9	58.9
mais de 1	89.0	88.0	96.6	95.9	74.1	63.2	82.3	76.8	31.5	25.9	47.5	46.5
TOTAL	96.5	94.4	99.4	98.5	89.2	77.7	96.2	93.0	39.1	33.5	63.0	61.4
URBANO												
Até 1/2	77.1	71.8	94.7	89.8	39.9	22.7	87.3	79.7	29.0	28.9	60.9	57.1
1/2 a 1	65.6	59.8	86.9	83.4	24.3	14.4	69.7	61.4	14.1	23.3	47.0	49.4
mais de 1	33.3	32.1	64.1	57.4	6.7	8.7	28.2	28.3	6.8	11.2	22.9	29.3
TOTAL	69.8	62.3	89.6	83.1	32.9	18.4	76.8	67.1	26.2	26.6	53.2	50.0

(1) De acordo com a classificação do Quadro 1
 FONTE: Tabulação Especial PNAD's 1984 e 1989.

Entre 1984 e 1989 a diminuição no número de famílias agrícolas em condições domiciliares inadequadas de abastecimento de água só ocorreu entre as com renda *per capita* inferior a metade do salário mínimo.(Ver tabela 32). Essa redução deve-se muito mais à diminuição no número dessas famílias de baixa renda (228,9 mil) do que das que passaram a dispor de abastecimento de água adequado (19,0 mil). A maior proporção de famílias nas faixas de renda acima de meio do salário mínimo em 1989, comparativamente a 1984, não significou uma melhora na condição de abastecimento de água, deixando inalterado o quadro de precariedade na satisfação dessa necessidade básica pelas famílias agrícolas rurais do Nordeste. Dessa forma, na área rural do Nordeste o abastecimento de água continuou sendo muito precário ou inexistente e ter nível de renda acima de um mínimo não garante acesso a água encanada.

TABELA 32
 VARIAÇÃO NOS NÚMEROS ABSOLUTOS DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS (EM MILHARES) SEQUENDO AS CONDIÇÕES, ADEQUADAS OU INADEQUADAS, DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESCOTO, ENERGIA ELÉTRICA, POSSE DE GELADEIRA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR FAIXA DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO. PERÍODO 1984/1989

Faixas de ten- da familiar per capita em sal.mínimos	DOMICÍLIO																			
	Água				Escoto				Energia Elétrica				Jovens não freq.escola				Adultos sem Instrução			
	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação Jovens decl.	Variação Inade. quando	Variação Jovens decl.	Variação Inade. quando				
Até 1/2	-228.9	-247.9	19.0	-231.3	-241.0	9.7	-228.9	-380.9	152.0	-230.1	-248.0	17.7	-132.0	-173.7	41.7	-658.9	-443.8	-215.1		
1/2 a 1	32.0	19.3	12.7	31.8	27.3	4.5	31.9	-32.9	64.8	12.0	4.2	27.8	72.6	-3.7	76.3	76.6	35.8	40.8		
mais de 1	96.9	81.7	13.2	96.9	92.2	4.7	96.9	47.1	49.8	96.9	67.3	29.6	74.6	17.2	57.4	247.7	111.9	115.8		
TOTAL(1)	-85.7	-131.5	45.8	-86.4	-108.6	22.2	-85.9	-359.4	273.5	-87.1	-163.3	76.2	28.9	-160.8	189.7	-303.7	-282.8	-20.9		
URBANO																				
Até 1/2	-30.2	-43.4	13.2	-30.2	-46.9	16.7	31.0	-75.8	44.8	-30.0	-54.0	24.0	-64.6	-19.5	-45.1	-102.8	-98.2	-4.6		
1/2 a 1	8.9	-1.7	10.6	8.2	2.7	5.5	8.6	-10.8	19.8	8.9	-4.4	13.3	19.6	12.8	6.8	16.4	15.7	0.7		
mais de 1	29.8	8.8	21.0	29.8	12.5	17.3	29.8	4.0	25.8	29.8	8.5	21.3	22.0	4.1	17.9	86.8	36.9	49.9		
TOTAL(1)	12.1	-37.1	49.2	11.5	-28.7	40.2	11.0	-84.5	95.5	12.5	-49.1	61.6	-21.2	-2.7	-18.5	8.6	-46.7	55.3		

(1) O total é superior a soma das parcelas devido aos sem declaração de renda.
 FONTE: Tabulação Especial PNAD's 1984 e 1989.

A segunda característica do domicílio aqui considerada é a do **escoamento sanitário**. A ausência de qualquer forma de saneamento no Nordeste rural também é geral. Em 1989, mais de 96% das famílias, independentemente do seu nível de renda, não dispunham ao menos de uma fossa séptica. Em todas as faixas de renda aqui consideradas não diminuiu a proporção das famílias nessa condição de precariedade do saneamento entre 1984 e 1989.

A **energia elétrica** é uma das redes de infra-estrutura mais difundida no Brasil e, além do bem-estar que ela proporciona diretamente, ao permitir acesso à possibilidade de uso de uma série de eletrodomésticos necessários a vida moderna, ela possibilita também, pela informação que ajuda a proporcionar através dos meios de comunicação, a integração das famílias que moram em lugares afastados dos grandes centros urbanos do país.

Em 1989, na área rural do Nordeste, mesmo entre as famílias com renda *per capita* maior do que um salário mínimo, quase dois terços não tinham acesso a energia elétrica. Neste caso, entretanto, a proporção de famílias agrícolas rurais sem energia elétrica varia significativamente com o nível de renda *per capita*.

Outra particularidade do acesso a energia elétrica, comparativamente aos outros aspectos do domicílio no Nordeste rural até aqui examinados, é que ele melhorou entre 1984 e 1989. A proporção de famílias agrícolas sem energia elétrica diminuiu em todas as faixas de renda. Na de menor renda *per capita* a diminuição da proporção de domicílios sem energia elétrica de 91,1% para 81,4% não deve ser atribuída apenas à expansão da rede elétrica, pois foi expressiva a redução no número absoluto dessas famílias pobres que careciam de acesso à energia elétrica, algumas porque abandonaram a agricultura e outras porque em 1989 tiveram aumentada sua renda *per capita*. Assim, entre 1984 e 1989 houve uma redução absoluta de 380,9 mil famílias pobres sem energia elétrica; simultaneamente, a diminuição no número total das famílias pobres que declararam sua situação em termos de acesso a energia elétrica foi de 228,9 mil; em consequência, o aumento no número dessas famílias com acesso a energia elétrica foi de 152 mil, o que

equivale a cerca de 40% da redução absoluta de famílias pobres sem energia elétrica.

A proporção de famílias agrícolas que dispõe de um eletrodoméstico como geladeira aumentou, acompanhando a das que têm acesso a energia elétrica. Entretanto, continua elevada a parcela das famílias que, tendo acesso a energia elétrica, não dispõem de um aparelho tão fundamental como a geladeira. Este fato reflete basicamente a falta de poder de compra, pois a proporção de famílias que, dispondo de energia elétrica não têm geladeira, é bem maior entre as famílias de baixa renda. Assim, por exemplo, no Nordeste rural tanto em 1984 quanto em 1989, três quartos das famílias agrícolas pobres com energia elétrica não têm geladeira enquanto que essa proporção é de apenas um terço entre as famílias de mais de um salário mínimo de renda *per capita*.

O acesso a educação básica é uma necessidade indiscutível para a população jovem, ainda que ela permaneça no campo. Entre 1984 e 1989, na área rural do Nordeste, houve uma diminuição na proporção de jovens de 7 a 14 anos de famílias agrícolas que não freqüentava escola, passando de 39,1% para 33,5%. Aplicando raciocínio análogo ao desenvolvido para o acesso a energia elétrica, pode-se concluir que o aumento da freqüência a escola dos jovens de famílias agrícolas de baixa renda deve-se não apenas à ampliação da rede escolar mas também à diminuição no número dessas famílias.

No caso dos adultos interessa saber se o grau de instrução por eles atingido apresentou melhora entre 1984 e 1989. Na tabela 26 observamos que, como era de se esperar, houve uma inércia entre 1984 e 1989 na distribuição dos adultos segundo o grau de instrução na área rural do Nordeste. Não obstante, houve uma grande diminuição do número de adultos muito pobres e sem nenhuma instrução, o que pode estar refletindo o baixo nível educacional dos adultos das famílias agrícolas que deixaram a área rural nordestina ou que em 1989 usufruíram de renda *per capita* superior ao salário mínimo. Em 1984, 64,4% dos adultos das famílias agrícolas de baixa renda da área rural nordestina não tinha nenhuma

instrução. Entre 1984 e 1989, o número desses adultos diminuiu em 658,9 mil dos quais 67,4% não tinham nenhuma instrução.

Em síntese, quase não houve mudanças no quadro das condições de vida das famílias agrícolas da área rural do Nordeste. As únicas exceções foram uma relativa melhora no acesso a energia elétrica e a escola pela população jovem. Esses progressos refletem basicamente a extensão das redes elétrica e escolar, que beneficiaram principalmente as famílias com nível de renda relativamente alto. As famílias de baixa renda também usufruíram da extensão dessas redes, mas uma parte importante do aumento na proporção de famílias pobres com acesso a energia elétrica e escola deve-se à redução no seu número.

Na área urbana, menos de um terço das famílias agrícolas de baixa renda tinha abastecimento de água através da rede geral em 1989. Nota-se, entretanto, que entre 1984 e 1989 houve um aumento do acesso dessas famílias à rede geral. Parte importante da "melhora" no acesso a água tratada explica-se pela diminuição no número de famílias de baixa renda. Entre as famílias agrícolas de renda *per capita* acima de um salário mínimo a proporção das que carecem de água canalizada através da rede continuou sendo de um terço em 1989. A variação positiva do número de famílias com renda maior que o salário mínimo sem acesso adequado à água indica que a localização nessa faixa de renda em 1989 não significou a superação da falta de acesso precário à água.

Quanto ao escoamento sanitário dos domicílios das famílias agrícolas urbanas do Nordeste houve um aumento entre 1984 e 1989 na proporção das que têm acesso a rede geral ou ao menos dispõem de uma fossa séptica. Esse aumento ocorreu em todas as faixas de renda *per capita*. Na de menor renda, a redução do número de famílias contribuiu para essa "melhoria". Em 1989, não obstante, 83,1% das famílias agrícolas urbanas do Nordeste não dispunham de condições mínimas de saneamento. Essa proporção varia de 89,8% a 57,4% nas faixas de até meio e de mais de um salário mínimo, respectivamente.

Analogamente ao ocorrido na área rural, o acesso a energia elétrica também aumentou entre as famílias agrícolas que residem na área urbana. A grande maioria dessas famílias com nível de renda *per capita* acima de um salário mínimo já dispunham de energia elétrica em 1984. O aumento mais expressivo no acesso a energia elétrica ocorreu entre as famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. A proporção dessas famílias que não tinham energia elétrica diminuiu de 39,9% para 22,7%. Neste caso, o aumento no número absoluto de famílias de baixa renda que passaram a ter acesso a energia elétrica (44,8 mil) superou o da redução no número total de famílias de baixa renda (31,0 mil). Assim, parece ter havido realmente uma relativa melhora no acesso à energia elétrica das famílias agrícolas residentes em áreas urbanas do Nordeste provavelmente associado a uma extensão da rede de modo a abranger as sedes dos pequenos municípios nordestinos.

Quanto à posse de geladeira, ela também aumentou entre as famílias agrícolas residentes na área urbana do Nordeste. Porém, ao contrário do ocorrido na área rural, a maioria das famílias agrícolas urbanas com renda *per capita* acima de um salário mínimo já dispunha de geladeira em 1984 (71,8%) e essa proporção não se modificou em 1989, enquanto que a proporção das famílias com renda menor que meio salário mínimo que dispõem de geladeira aumentou de 12,7% para 20,3%. Chama atenção, no entanto, a elevada proporção de famílias agrícolas urbanas de baixa renda que não têm geladeira, dado que a maioria delas já dispõe de energia elétrica, particularmente em 1989.

Com relação à freqüência à escola dos jovens de famílias agrícolas, chama a atenção que na área urbana do Nordeste tenha persistido e até mesmo piorado o quadro observado em 1984. Na faixa de menor renda *per capita* a proporção de jovens segundo a freqüência a escola manteve-se inalterada, enquanto que nas outras duas faixas ela diminuiu. Mais uma vez fica evidente que o circunstancialmente elevado nível da renda nas famílias agrícolas em 1989 não foi acompanhado de melhora na situação de freqüência à escola dos jovens.

No caso do nível de instrução dos adultos das famílias agrícolas que residem nas cidades observa-se a mesma inércia constatada na área rural. A

proporção desses adultos sem nenhuma instrução manteve-se em 50%, variando de 57,1% entre as famílias agrícolas com renda *per capita* de até meio salário mínimo a 29,3% entre as de mais de um salário mínimo.

Em síntese, o quadro das condições de vida das famílias agrícolas urbanas do Nordeste apresentou uma melhora mais expressiva que a observada no das que têm residência rural. Isto se deve em grande medida a uma extensão mais significativa das redes de serviço público de água, esgoto e energia elétrica nas áreas urbanas. A rede educacional, entretanto, foi uma exceção, pois ela não parece ter-se estendido nas áreas urbanas do Nordeste.

Numa avaliação global, a relativamente baixa proporção de famílias com renda *per capita* menor que metade do salário mínimo verificado circunstancialmente em 1989 não significou uma alteração substancial no quadro de extrema precariedade dessas famílias tanto na área rural quanto na urbana.

Os progressos constatados foram conseqüência da extensão da rede de alguns serviços públicos. Foi importante a extensão das redes de abastecimento de água e escoamento sanitário nas áreas urbanas que, junto com a redução no número de famílias pobres, elevou a proporção destas que têm água canalizada e esgoto minimamente adequado. Não obstante, em 1989, mesmo na área urbana, 71,8% e 89,8% das famílias agrícolas de baixa renda do Nordeste não tinham, respectivamente, água encanada e escoamento sanitário. A rede de energia elétrica foi a que mais se expandiu, beneficiando as famílias agrícolas do Nordeste, tanto na área urbana como na rural. Na área rural, entretanto, 81,4% das famílias de baixa renda e 63,2% das de renda *per capita* acima do salário mínimo não tinham ainda energia elétrica em 1989.

3.2. Sudeste

Na região Sudeste existe um padrão de abastecimento de água menos precário que o do Nordeste. Em 1989, no entanto, 62,8% das famílias agrícolas rurais de baixa renda do Sudeste não tinham acesso adequado ao

abastecimento de água, apesar de terem ocorrido melhoras expressivas entre 1984 e 1989, em todas as faixas de renda. (Ver tabela 33). Na de menor renda pesou o fato de ter diminuído o número total de famílias, pois da redução em 116,8 mil famílias sem acesso adequado a água, correspondeu um aumento das que passaram a tê-lo de 55,6 mil, número este bem menor que a diminuição no número total de famílias de baixa renda, que foi de 111,2 mil. (Ver tabela 34)

No caso do escoamento sanitário dos domicílios das famílias agrícolas rurais do Sudeste o quadro é tão precário quanto o do Nordeste e não sofreu alteração entre 1984 e 1989. Praticamente todas as famílias, independentemente do nível da renda, não dispunham sequer de fossa séptica.

TABELA 33
PORCENTAGEM DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS(1) DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, POSSE DE GELADEIRA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CLASSIFICADOS POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITE SEGUNDO A SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO. - SUDESTE - 1984 E 1989

Faixas de renda familiar per capita em salar. mínimos	% DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS											
	DOMICÍLIO								EDUCAÇÃO			
	Água		Esgoto		Energia Elétrica		Geladeira		Jovens não freq. escola	Adultos sem instrução		
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989		
RURAL												
Até 1/2	79.3	62.8	98.4	97.8	77.2	55.1	93.0	80.4	32.6	28.7	45.9	43.2
1/2 a 1	65.8	53.3	95.9	97.0	64.6	51.0	83.2	72.0	35.1	29.3	38.1	40.7
mais de 1	43.4	35.7	90.7	94.5	52.2	35.6	64.6	54.7	29.7	26.0	22.5	22.2
TOTAL	71.3	55.1	96.7	97.0	70.8	50.2	86.9	74.7	32.8	28.5	40.7	38.3
URBANO												
Até 1/2	64.7	58.8	76.9	70.3	31.5	21.9	77.8	74.7	27.2	25.1	40.3	44.9
1/2 a 1	41.2	33.1	55.7	49.7	14.8	8.0	54.7	48.9	19.9	21.1	29.3	28.6
mais de 1	15.9	14.7	26.6	28.5	4.7	3.9	15.4	18.3	9.0	7.0	11.1	15.2
TOTAL	45.1	35.3	57.3	49.3	19.7	11.3	54.6	46.6	23.4	20.5	28.6	28.6

(1) De acordo com a classificação do Quadro 1.
FONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1984 e 1989.

TABELA 34
 VARIAÇÃO NOS NÍVEIS ABSOLUTOS DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS (EM MILHARES) DEVIDO AS CONDIÇÕES, ADEQUADAS OU INADEQUADAS, DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESOTO, ENERGIA ELÉTRICA, POSSE DE GELADEIRA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR FAIXA DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO. SUDESTE - SP 1984/1989

Faixas de ren. de familiar per capita em salar. mínimos	DOMICÍLIO																	
	Água			Esoto			Energia Elétrica			Geladeira			Jovens não freq. escola			Adultos sem instrução		
	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl. quando	Variação Inade. quando	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl. quando	Variação Inade. quando	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl. quando	Variação Inade. quando	Variação Ade. quando	Variação Jovens decl. quando	Variação Inade. quando	Variação Ade. quando	Variação Jovens decl. quando	Variação Inade. quando	Variação Ade. quando	
Até 1/2	-111.2	-166.8	55.6	-111.2	-112.5	1.3	-111.8	-190.6	78.8	-111.9	-149.2	36.4	-116.6	-64.8	-51.8	304.6	-170.1	-234.5
1/2 e 1	10.0	-22.0	32.0	10.0	12.0	-2.0	10.0	-24.6	34.6	10.0	-17.1	27.3	16.1	-4.0	20.2	0.2	15.1	-14.9
mais de 1	45.3	6.7	38.6	45.3	47.5	-2.2	45.3	-4.2	49.5	45.3	12.6	32.7	22.7	4.2	18.4	88.1	19.0	69.1
TOTAL (1)	-52.3	-180.9	-128.2	-52.3	-48.8	-3.5	-52.9	-219.1	166.2	-52.9	-153.5	100.6	-76.4	-63.1	-11.4	-194.2	-131.7	-62.5
URBANO																		
Até 1/2	-45.0	-36.2	-8.8	-45.0	-42.3	-2.7	-44.9	-25.6	-19.3	-45.0	-38.7	-6.3	-60.5	-39.9	-40.6	-122.1	-36.7	-85.4
1/2 e 1	-6.4	-9.5	3.1	-6.4	-8.7	2.3	-6.3	-6.7	0.4	-6.4	-8.4	2.0	1.5	1.1	0.5	-36.6	-12.4	-24.2
mais de 1	23.9	2.3	21.6	23.9	8.7	15.2	23.8	0.0	23.8	23.9	7.2	16.7	18.6	0.3	18.2	59.0	20.0	39.0
TOTAL (1)	-24.9	-43.5	18.6	-24.8	-40.6	15.8	-24.8	-32.3	7.5	-24.8	-39.9	15.1	-38.4	-17.8	-20.6	-95.4	-29.1	-69.1

(1) O total e superior a soma das parcelas devido aos sem declaração de renda.
 FONTE: Tabulação Especial PNPD's 1984 e 1989.

No que diz respeito ao acesso a energia elétrica, de modo análogo ao ocorrido com o abastecimento de água, a situação das famílias agrícolas rurais do Sudeste apresentou melhora mais expressiva do que a observada no Nordeste. O aumento absoluto do número de famílias que passou a ter energia elétrica foi maior que o das famílias que tiveram acesso adequado a água. Este aumento, somado à redução no número absoluto de famílias agrícolas rurais de baixa renda do Sudeste, provocou uma redução na proporção de famílias sem energia elétrica de 77,2% para 55,1%. Na faixa de renda relativamente alta essa redução foi de 52,2% para 35,6%.

De modo que, embora ainda exista uma fração expressiva de famílias agrícolas rurais sem energia elétrica na região Sudeste, pode-se dizer que esta região saltou para um novo patamar na satisfação dessa necessidade básica entre 1984 e 1989, afastando-se do correspondente à região Nordeste.

Esse salto de patamar não ocorreu no caso da posse de geladeira. Enquanto o acesso a energia elétrica passou a abranger quase a metade das famílias de baixa renda, a posse de geladeira ainda é restrita a apenas 20% dessas famílias.

A frequência a escola dos jovens de famílias agrícolas rurais do Sudeste é semelhante ao observado no Nordeste. Chama atenção, entretanto, o fato que no Sudeste a redução no número absoluto de jovens de famílias de baixa renda ocorreu tanto entre os que freqüentavam a escola quanto entre os que não freqüentavam. Isto pode estar refletindo o fato de que entre as famílias de baixa renda que abandonaram a atividade agrícola do Sudeste ou que passaram em 1989 a faixas de nível superior de renda estavam algumas em que os jovens freqüentavam a escola.

O grau de escolaridade dos adultos das famílias agrícolas rurais do Sudeste não se modificou entre 1984 e 1989. Essa situação, entretanto, é melhor que a vigente no Nordeste. Na área rural do Sudeste 40% dos adultos das famílias agrícolas não tinham nenhuma instrução enquanto que no Nordeste essa proporção era de 60%.

Na região Sudeste, assim como no Nordeste, diminuiu o número absoluto de famílias agrícolas rurais de baixa renda devido principalmente a uma redução no número das chefiadas por trabalhadores por conta própria. Porém, somente na região Sudeste essa redução no número de famílias de baixa renda significou uma elevação no padrão de condições de vida dessas famílias. Isto se manifesta mais claramente no abastecimento de água e no acesso a energia elétrica. Não obstante, a maioria das famílias agrícolas rurais de baixa renda do Sudeste continua em condições precárias, mesmo no caso do abastecimento de água e energia elétrica.

Quanto à situação das famílias agrícolas com domicílio urbano, a situação da região Sudeste é, de um modo geral, melhor que a do Nordeste nos diversos aspectos de condição de vida. No que se refere às famílias de renda *per capita* acima do salário mínimo as proporções das que têm acesso adequado a água, esgoto, eletricidade e escola praticamente não se modificaram entre 1984 e 1989. Essas proporções aumentaram no caso das famílias de renda *per capita* mais baixa, porém, em todos os aspectos de condição de vida também aumentou o número de famílias de baixa renda em situação inadequada. Vale dizer que parte da melhora observada entre 1984 e 1989 nas condições de vida das famílias agrícolas com domicílio urbano na região Sudeste deve ser atribuída à diminuição do número dessas famílias com nível de renda muito baixo.

É possível que se tenham ampliado as redes de serviços públicos que respondem pelo abastecimento de água, escoamento sanitário, distribuição de energia elétrica e educação básica das pequenas cidades do Sudeste. Em todo caso, uma fração expressiva das famílias agrícolas de baixa renda com domicílio urbano na região Sudeste não tem esgoto nem geladeira (3/4), água encanada e instrução de adultos (1/2) e freqüência à escola dos jovens (1/5).

Em síntese, o quadro geral das condições de vida do Sudeste melhorou apenas entre as famílias que têm domicílio rural e principalmente quanto ao abastecimento de água e energia elétrica. Nos demais aspectos da condição de vida, notadamente entre as famílias agrícolas de baixa renda, prevalece uma situação tão precária quanto a existente na área rural do

Nordeste. No caso das famílias agrícolas com domicílio urbano, a situação do Sudeste já era melhor que a do Nordeste em 1984. Entretanto, ela pouco se modificou na segunda metade da década de oitenta.

3.3. São Paulo

A comparação do quadro geral das condições de vida das famílias com domicílio rural no Estado de São Paulo com o vigente no conjunto dos demais estados da região Sudeste indica que é claramente melhor em São Paulo. O único aspecto que em São Paulo é tão precário quanto no restante do Sudeste é o escoamento sanitário. Praticamente todas as famílias agrícolas rurais não têm sequer uma fossa séptica. Também no caso da frequência a escola pelos jovens de famílias agrícolas rurais a situação em São Paulo não se distingue da do resto do Sudeste. O abastecimento de água das famílias agrícolas rurais de São Paulo melhorou apreciavelmente entre 1984 e 1989, em todas as faixas de renda *per capita*. Na de menor nível de renda, a proporção de famílias que não tem sequer poço com água encanada diminuiu de 60,5% para 48,6%. Nas famílias com renda relativamente alta essa proporção diminuiu de 35,5% para 22,1%, (Ver tabela 35).

TABELA 35
PORCENTAGEM DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS (1) DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, POSSE DE GELADEIRA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CLASSIFICADOS POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA SEGUNDO A SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO. - SÃO PAULO - 1984 E 1989

Faixas de renda familiar per capita em salar. mínimos	% DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS											
	DOMICÍLIO								EDUCAÇÃO			
	Água		Esgoto		Energia Elétrica		Geladeira		Jovens não freq. escola		Adultos sem instrução	
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989
RURAL												
até 1/2	60.5	48.6	95.3	99.2	22.3	19.0	62.3	51.3	32.2	23.2	35.1	28.5
1/2 a 1	47.8	32.3	87.1	89.1	22.3	10.8	44.9	29.5	34.4	30.1	33.4	28.4
mais de 1	35.5	22.1	84.9	86.4	14.5	10.6	29.0	22.4	27.6	36.0	24.4	23.5
TOTAL	49.9	34.1	89.9	92.1	20.1	13.8	47.4	35.1	32.1	27.2	31.5	26.6
URBANO												
Até 1/2	60.0	28.4	69.0	39.1	10.7	3.5	72.6	39.7	33.2	21.5	38.2	36.4
1/2 a 1	35.6	18.2	48.1	22.1	7.1	2.4	47.5	20.6	39.9	23.3	26.5	38.8
mais de 1	15.4	7.0	20.9	9.7	1.5	1.4	14.6	9.7	19.2	15.3	16.4	13.0
TOTAL	33.1	13.2	41.8	16.6	5.6	1.9	40.2	17.0	32.5	18.7	24.7	23.0

(1) De acordo com a classificação do Quadro 1
FONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1984 e 1989.

Neste estado a redução no número de famílias agrícolas ocorreu também na faixa de meio a um salário mínimo. Essa redução no número absoluto de famílias agrícolas foi de maior magnitude do que o aumento do número de famílias com abastecimento de água adequada nessas duas faixas de baixa renda contribuindo para a elevação dos indicadores que mede as condições de abastecimento de água. (Ver tabela 36).

O acesso das famílias agrícolas rurais a energia elétrica aumentou entre 1984 e 1989, porém ainda 20% das famílias de menor renda não dispunham de eletricidade. O consumo de geladeira estendeu-se entre as famílias agrícolas rurais de São Paulo em todas as faixas de renda, mas 51,3% das famílias de mais baixa renda não tinha ainda esse eletrodoméstico.

O nível de instrução dos adultos das famílias agrícolas rurais de São Paulo elevou-se em todas as faixas de renda porque diminuiu a proporção dos que não tinham nenhuma instrução. Não entanto, 28,5% dos adultos das famílias de baixa renda e 23,5% dos de renda *per capita* superior ao salário mínimo continuavam sem ter nenhuma instrução.

No caso das famílias agrícolas com domicílio urbano o quadro de condições de vida era de um modo geral também melhor em São Paulo que no resto da região Sudeste. A PNAD indica uma redução substancial no número de famílias agrícolas de renda inferior a um salário mínimo com domicílio urbano no Estado de São Paulo, que teria passado de 168,3 mil para 95,7 mil famílias. Essa redução de 72,6 mil famílias de baixa renda contribuiu para melhorar todos os indicadores de condições de vida. Desta forma, em 1984 as proporções relativas a abastecimento de água, esgoto e posse de geladeira eram semelhantes às observadas para as famílias agrícolas urbanas na região Sudeste. Em 1989, tornaram-se muito melhores. Ainda assim, em 1989, no Estado de São Paulo, 28,4% das famílias agrícolas urbanas de renda inferior a meio salário mínimo não tinham acesso a água encanada, 39,1% não tinham sequer fossa séptica e 39,7% não possuía geladeira.

TABELA 31
 VARIAÇÃO NOS NÚMEROS ABSOLUTOS DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS (EM MILHARES) SEGUNDO AS CONDIÇÕES, ADEQUADAS OU INADEQUADAS, DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESgoto, ENERGIA ELÉTRICA, FORÇA DE GELEADERIA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR FAIXA DE RENDA FAMILIAR PELO CARIÓTIPO E SITUAÇÃO SOCIAL-URBANA DO DOMICÍLIO, SÃO PAULO 1984/1989

Faixas de ren- da familiar por capita em salari.mínimos	DOMICÍLIO																			
	Água				Esgoto				Energia Elétrica				Jovens não freq. escola				Adultos sem Instrução			
	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando	Variação No. fam. decl.	Variação Ade. quando		
RURAL																				
Até 1/2	-13.3	-21.8	8.5	-13.3	-8.2	-5.1	-13.2	-6.7	-6.5	-13.3	-20.8	7.5	-19.3	-19.7	0.4	-30.8	-27.8	-3.0		
1/2 a 1	-16.1	-21.4	5.3	-16.2	-12.2	-3.9	-16.2	-13.8	-2.4	-16.2	-20.9	4.7	4.8	-1.6	6.4	-41.1	-24.2	-16.9		
mais de 1	27.1	-4.4	31.5	27.1	24.7	2.4	27.1	-0.2	27.3	27.1	0.9	26.2	13.2	7.6	5.6	64.7	13.3	51.4		
TOTAL(1)	-5.1	-50.9	45.8	-5.1	2.2	-7.3	-5.1	-20.6	15.5	-5.3	-41.2	35.9	-2.1	-14.6	12.6	-8.4	-39.5	31.1		
URBANO																				
Até 1/2	-46.6	-35.4	-11.2	-46.6	-39.5	-7.1	-46.6	-6.7	-39.9	-46.7	-41.9	-4.8	-63.9	-23.5	-40.4	-112.5	-44.0	-68.5		
1/2 a 1	-24.7	-20.9	-3.8	-25.6	-30.6	3.0	-24.8	-5.1	-19.7	-24.8	-31.0	6.2	-38.0	-24.4	-13.6	-69.6	2.5	-72.1		
mais de 1	9.0	-9.1	18.1	9.0	-12.1	21.1	9.0	0.0	9.0	9.0	-4.8	13.8	9.8	-0.6	10.4	19.9	-7.9	27.8		
TOTAL(1)	-63.0	-65.0	2.0	-63.9	-8.3	-55.6	-63.0	-11.8	-51.2	-63.0	-77.2	14.2	-89.3	-49.0	-40.3	-163.4	-50.1	-113.3		

(1) O total e superior a soma das parcelas devido aos sem declaração de renda.

FONTE: Tabulação Especial PNAD's 1984 e 1989.

Com respeito ao acesso a rede de energia elétrica, em 1984 a situação já era bem melhor para as famílias agrícolas urbanas de São Paulo e em 1989 praticamente todas essas famílias tinham eletricidade no seu domicílio.

O único aspecto de condição de vida que não é superior em São Paulo comparativamente ao resto do Sudeste é o nível educacional, manifestando-se tanto na frequência dos jovens a escola quanto no grau de instrução dos adultos, medido pela proporção que não tem nenhuma instrução.

Concluindo, o Estado de São Paulo estabelece um novo patamar de condições de vida das famílias agrícolas, tanto nas que residem na área rural quanto nas urbanas. Esse patamar somente não contempla, no caso dos residentes na área rural, o escoamento sanitário e a frequência a escola dos jovens. No caso urbano, o patamar não contempla a frequência a escola dos jovens e o nível de instrução dos adultos. Não obstante, mesmo no Estado de São Paulo, uma parcela significativa das famílias agrícolas, principalmente as que residem no campo, permanecem à margem desses benefícios.

3.4. Sul.

Os indicadores de condição de vida das famílias agrícolas com domicílio rural na região Sul do país mostram uma melhora apreciável entre 1984 e 1989. (Ver tabelas 37 e 38). Partindo de um patamar inferior ao do Estado de São Paulo em 1984, atingiu situação semelhante em 1989. O único aspecto de condição de vida que em 1989 continuava muito melhor em São Paulo era o acesso a rede de energia elétrica pelas famílias agrícolas rurais. Contudo, foi notável o número de famílias que no Sul do país passou a ter acesso a eletricidade, o que indica a magnitude do progresso da eletrificação rural do Sul do país. Ainda assim, 35,0% das famílias de baixa renda não tinham eletricidade em 1989.

Também é notável o aumento da proporção de famílias, especialmente entre as que têm baixo nível de renda, que passaram a ter geladeira. Chama atenção que essa proporção (50,0%) é idêntica à observada no Estado de São Paulo, sendo que no Sul a proporção das famílias agrícolas rurais que tem

energia elétrica é menor que em São Paulo (65,1% e 81,0% respectivamente). Deste modo, 76,0% das famílias agrícolas rurais do Sul com acesso a eletricidade dispunham de geladeira, enquanto que em São Paulo essa proporção era de 60,1%, sugerindo que o significado do baixo nível de renda monetária é diferente nessas regiões. Ou seja, uma elevada proporção de famílias com baixo nível de renda monetária na região Sul tem condições de vida certamente superiores às apresentadas pelas famílias agrícolas rurais de baixa renda de outras regiões, mesmo as de São Paulo. A maioria dessas famílias são de pequenos produtores e devem usufruir elevado autoconsumo do que produzem, sem que isto seja captado adequadamente pelo conceito de renda do IBGE.

TABELA 37
PORCENTAGENS DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS(1) DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, POSSE DE GELADEIRA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CLASSIFICADOS POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA SEGUNDO A SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO. - SUL - 1984 E 1989

Faixas de renda familiar per capita em salar. mínimos	% DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS											
	DOMICÍLIO								EDUCAÇÃO			
	Água		Esgoto		Energia Elétrica		Geladeira		Jovens não freq. escola		Adultos sem instrução	
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989
RURAL												
Até 1/2	70.0	49.3	94.5	91.0	63.9	34.9	72.8	50.5	33.3	28.4	32.8	27.1
1/2 a 1	48.2	35.2	84.4	86.1	40.5	19.9	43.9	28.5	24.2	25.5	21.2	19.5
mais de 1	30.9	21.1	72.6	72.7	25.9	12.6	26.3	15.6	21.0	13.9	14.0	9.6
TOTAL	53.9	37.0	86.2	84.2	47.6	23.5	52.9	33.7	29.4	25.3	24.3	19.5
URBANO												
Até 1/2	64.7	41.1	81.9	77.7	39.8	13.1	73.3	59.3	28.2	17.5	39.5	31.7
1/2 a 1	48.8	34.7	69.5	75.0	17.6	5.6	43.4	42.5	23.5	27.9	25.8	27.8
mais de 1	19.9	18.2	34.9	33.9	3.3	3.9	7.2	9.7	6.0	21.3	11.5	12.9
TOTAL	46.3	28.5	63.7	56.7	22.6	6.9	44.8	31.4	22.9	21.1	25.9	21.3

(1) De acordo com a classificação do Quadro 1.
FONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1984 e 1989.

Finalmente, chama a atenção que mesmo na região Sul e no Estado de São Paulo as condições de escoamento sanitário, de frequência a escola dos jovens e de nível de instrução dos adultos sejam tão precárias entre as famílias agrícolas rurais.

No caso das famílias agrícolas urbanas, o quadro de condições de vida é bem inferior no Sul do país que no Estado de São Paulo, comparando-se ao existente no resto da região Sudeste. Nota-se, entretanto, que a melhora neste quadro foi mais pronunciada na região Sul. O único aspecto da condição de vida que não apresentou melhora foi o escoamento sanitário das famílias agrícolas urbanas. As condições de vida dessas famílias agrícolas com domicílio urbano na região Sul não são muito melhores que as com domicílio rural, salvo no acesso a energia elétrica e na frequência a escola dos jovens.

3.5. Centro-Oeste

De um modo geral, o quadro de condições de vida das famílias agrícolas rurais do Centro-Oeste situa-se entre os patamares do Nordeste e Sudeste. Isso ocorre com abastecimento de água, energia elétrica e frequência a escola dos jovens. No caso do escoamento sanitário a situação do Centro-Oeste é idêntica a do Nordeste, e no caso da posse de geladeira e nível de instrução dos adultos, a situação é semelhante ao da região Sudeste. (Ver tabelas 39 e 40).

Entre as famílias de baixa renda nota-se alguma melhora nas condições de abastecimento de água, acesso a energia elétrica, posse de geladeira e frequência a escola dos jovens. Nesses quatro aspectos de condição de vida, aumentou o número absoluto de famílias em condições adequadas mas, foi bem maior a magnitude da redução do número total de famílias de baixa renda. Além disso, a redução na proporção de famílias em condições inadequadas não chega a colocar a região Centro-Oeste num novo patamar, pois é ainda muito elevada a proporção de famílias em condições inadequadas. De fato, em abastecimento de água, esgoto, eletricidade e posse de geladeira, estão em condições inadequadas mais de 80.0% das famílias e um terço dos jovens dessas famílias não frequenta a escola.

TABELA 39
PORCENTAGEM DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS(1) DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, POSSE DE GELADEIRA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CLASSIFICADOS POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITE SEGUNDO A SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO. - CENTRO-OESTE - 1984 E 1989

Faixas de renda familiar per capita em salar. mínimos	* DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS											
	DOMICÍLIO								EDUCAÇÃO			
	Água		Esgoto		Energia Elétrica		Geladeira		Jovens não freq. escola		Adultos sem instrução	
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989
RURAL												
Até 1/2	88.9	79.9	99.7	99.3	87.8	78.3	94.7	88.4	41.3	34.6	43.4	45.5
1/2 a 1	78.2	63.8	99.4	99.3	80.4	63.1	86.1	73.9	32.0	32.4	35.0	34.5
mais de 1	66.8	50.4	98.5	98.1	68.3	53.1	75.0	57.1	18.4	25.3	23.5	25.0
TOTAL	81.6	66.9	99.4	99.0	82.2	66.9	88.7	75.3	38.7	32.9	37.1	36.8
URBANO												
Até 1/2	82.1	69.7	98.4	95.9	44.4	18.1	78.8	66.8	25.2	20.2	41.9	44.2
1/2 a 1	69.5	53.2	94.4	912.	30.6	8.8	61.0	37.4	19.1	19.4	33.7	34.2
mais de 1	36.2	25.2	77.9	73.0	9.5	1.2	20.1	10.5	9.7	5.0	13.1	13.0
TOTAL	62.4	43.9	90.3	83.8	28.4	7.5	53.4	31.7	20.0	14.9	28.9	25.5

(1) De acordo com a classificação do Quadro 1.
 FONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1984 e 1989.

Entre as famílias agrícolas com domicílio urbano na região Centro-Oeste, observa-se que em 1984 havia um padrão de vida que não se distinguia do observado no Nordeste. Entre 1984 e 1989 esse padrão de vida melhorou não somente porque diminuiu o número de famílias de baixa renda, mas porque aumentou, mesmo entre as famílias de baixa renda, o número absoluto de famílias em condições de vida adequada nos diversos aspectos considerados. Ele tornou-se melhor que no Nordeste principalmente entre as famílias de renda relativamente alta. A única exceção é o escoamento sanitário que entre as famílias agrícolas urbanas do Centro-Oeste é pior que a do Nordeste, mesmo entre as de renda relativamente elevada.

TABELA 40
 VARIAÇÃO NOS NÚMEROS ABSOLUTOS DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS (EM MILHARES) SEGUNDO AS CONDIÇÕES, AGRUPADAS DE TRANSMISSÃO, DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESPOTO, ENERGIA ELÉTRICA, POSSE DE COLADEIRA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR FAIXA DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO. CENTRO OESTE 1984/1989

Faixas de ren- da familiar per capita em salari.mínimos	DOMICÍLIO																							
	Água				Espoto				Energia Elétrica				Coladeira				Jovens não freq. escola				Adultos sem Instrução			
	Variação No. fam. decl.	Variação Ade- quando quado	Variação Jovens decl.	Variação Inade- quando quado	Variação Ade- quando quado	Variação Jovens decl.	Variação Ade- quando quado	Variação Adultos decl.	Variação quando quado															
RURAL																								
Até 1/2	-28.6	-41.4	12.8	-28.6	-29.3	0.7	-28.6	-61.6	13.0	-28.5	-37.9	9.4	-25.0	-27.4	2.4	-55.1	-39.4							
1/2 a 1	-2.0	-15.7	13.7	-2.2	-2.4	0.2	-2.0	-19.0	17.0	-2.0	-14.0	12.0	8.1	2.9	5.2	-5.0	-1.8							
mais de 1	44.2	13.1	31.1	44.2	43.1	1.1	44.2	12.6	31.7	44.4	12.4	32.0	19.8	6.5	13.1	99.4	71.9							
TOTAL (1)	14.6	-44.6	59.2	14.3	12.5	1.8	14.6	-48.8	63.5	14.9	-39.9	54.8	3.6	-20.2	23.8	40.5	11.7	28.8						
URBANO																								
Até 1/2	-20.0	-21.2	1.2	-20.0	-20.6	0.6	-20.0	-19.2	-0.9	-19.9	-20.3	0.4	-15.8	-12.2	-21.6	-46.4	-28.9							
1/2 a 1	-8.8	-12.8	4.0	-8.8	-9.3	0.5	-8.8	-11.6	2.9	-8.8	-15.0	6.2	-2.0	-0.3	-1.7	-21.7	-7.7	-16.0						
mais de 1	21.2	-0.7	21.9	21.2	12.7	8.5	21.2	-4.4	25.7	21.2	-3.3	24.5	15.7	-1.0	16.7	44.0	5.5	38.5						
TOTAL (1)	-5.0	-33.2	28.2	-5.0	-14.9	9.9	-5.0	-35.4	30.4	-4.9	-37.8	32.9	-20.1	-13.1	-7.0	-16.1	-18.8	2.7						

(1) O total é superior à soma das parcelas devido aos sem declaração de renda.

FONTE: Tabulação Especial PNAD's 1984 e 1989.

3.6. Brasil (excl. Norte): conclusões

Numa síntese global das mudanças ocorridas entre 1984 e 1989 nas condições de vida das famílias agrícolas brasileiras pode-se dizer que diminuiu a fração daquelas em situação de extrema precariedade. (Ver tabelas 41 e 42). As mudanças foram diferentes nos diversos aspectos da condição de vida e nas distintas regiões do país e áreas rural e urbana. As melhorias nas condições de vida também foram de intensidade diferente para famílias com distintos níveis de renda. Ainda assim, em 1989 as proporções de famílias agrícolas em condições inadequadas de abastecimento de água, escoamento sanitário, acesso a energia elétrica, posse de geladeira, freqüência a escola dos jovens e nível de instrução dos adultos continuavam elevadas.

Tabela 41
 PERCENTAGEM DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS (1) DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, POSSE DE GELADEIRA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS CLASSIFICADOS POR FAIXAS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA SEGUNDO A SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO. - BRASIL (EXCL. NORTE) - 1984 E 1989

Faixas de renda familiar per capita em salar. mínimos	% DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS EM CONDIÇÕES INADEQUADAS											
	DOMICÍLIO						EDUCAÇÃO					
	Água		Esgoto		Energia Elétrica		Geladeira		Jovens não freq. escola		Adultos sem instrução	
	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989	1984	1989
RURAL												
Até 1/2	88.2	80.6	98.5	97.5	81.9	67.3	91.5	84.9	37.2	32.6	54.1	45.2
1/2 a 1	70.1	61.6	93.1	93.9	61.7	47.1	72.1	62.3	31.4	27.5	39.4	34.4
mais de 1	48.9	43.8	84.6	87.2	42.9	33.6	49.3	43.2	24.4	22.6	23.2	19.8
TOTAL	78.9	69.4	95.5	94.7	72.3	56.4	81.7	71.9	35.8	30.9	46.6	33.2
URBANO												
Até 1/2	71.9	64.5	87.4	83.2	35.8	20.6	81.5	74.4	28.5	26.4	50.8	51.0
1/2 a 1	51.5	41.7	69.6	64.4	18.0	8.8	56.5	45.7	24.2	22.9	33.8	37.9
mais de 1	22.3	18.4	39.8	37.2	4.5	3.8	16.5	15.3	10.6	11.8	14.8	16.7
TOTAL	53.9	42.6	70.5	62.6	23.3	11.7	58.5	46.6	25.3	22.6	36.4	34.8

(1) De acordo com a classificação do Quadro 1.
 FONTE: Tabulações Especiais PNAD's 1984 e 1989.

TABELA 42
 VARIAÇÃO NOS RECURSOS ABSOLUTOS DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS (EM MILHARES) SEGUNDO AS CONDIÇÕES, ADEQUADAS OU INADEQUADAS, DO DOMICÍLIO (ÁGUA, ESOTO, ENERGIA ELÉTRICA, PISSE DE
 GELADEIRA) E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS POR FAIXA DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO RURAL-URBANA DO DOMICÍLIO. BRASIL - REC. MORT. 1984/1989

Faixas de ren- da familiar por capita em salat.mínimos	DOMICÍLIO																							
	Água				Esoto				Energia Elétrica				Geladeira				Jovens não freq.escola				Adultos sem instrução			
	Varição No. fam. decl.	Varição Ade- quando	Varição No. fam. decl.	Varição Inade- quando	Varição Ade- quando	Varição No. fam. decl.	Varição Inade- quando	Varição No. fam. decl.	Varição Inade- quando	Varição Ade- quando	Varição No. fam. decl.	Varição Inade- quando												
	-430.4	610.3	379.9	430.8	453.8	23.0	-431.0	-790.0	359.0	-432.2	-597.0	164.8	-441.6	-362.6	-79.0	-1.182.2	-766.4	-415.8						
1/2 e 1	20.2	-84.5	104.7	19.6	27.6	-7.8	20.1	-160.6	180.7	20.6	-100.9	121.5	68.8	-11.7	80.5	9.4	5.2	4.2						
mais de 1	246.7	80.6	166.1	246.7	331.8	14.9	246.7	19.2	237.5	246.8	65.4	181.4	141.0	36.7	114.3	567.3	145.1	423.2						
TOTAL(1)	-140.3	-605.7	465.4	-141.2	-176.1	34.9	-141.2	-931.0	790.6	-141.7	-625.1	483.4	-215.2	-349.8	134.6	-538.6	-597.9	59.3						
RURAL																								
Até 1/2	-190.4	-180.9	9.5	-190.4	-191.6	1.2	-190.4	-161.0	-29.4	-189.9	-198.3	8.4	-300.2	-103.9	-196.3	-495.9	-250.4	-245.5						
1/2 e 1	-30.4	-53.0	22.6	-32.6	-42.1	10.1	-30.4	-41.2	10.8	-30.4	-59.0	28.6	-25.4	-10.5	-14.9	-117.5	0.0	-117.5						
mais de 1	112.2	35.1	77.1	112.2	30.6	81.6	112.2	1.3	110.9	112.2	12.2	100.0	76.5	11.9	64.6	260.2	64.7	195.5						
TOTAL(1)	-100.1	-227.5	127.4	-101.6	-195.4	93.8	-100.0	-202.6	102.6	-99.6	-243.1	143.5	-241.3	-10.2	-139.3	-329.4	-184.9	-144.5						
URBANO																								

(1) O total e superior a soma das parcelas devido aos sem declaração de renda.

FONTE: Tabulação Especial PNAD's 1984 e 1989.

Em 1989 existiam na área rural 149 mil famílias agrícolas a menos que em 1984, uma redução de 2,8%. Na distribuição das famílias por faixas de renda verificou-se uma proporção menor daquelas com menos de meio salário mínimo *per capita* e uma proporção maior das com mais de 1 salário mínimo. Como foi visto no item anterior, não se tratou de uma redução sistemática na proporção de famílias agrícolas rurais pobres, senão que ocorreram acentuadas oscilações conforme a conjuntura global da atividade econômica e o ritmo da inflação, notando-se que em 1988 essa proporção de famílias pobres foi semelhante à de 1984.

Conforme os dados de renda, a pobreza rural no Brasil teria sido menor em 1989 do que em 1984. Entretanto, parte dessa "melhora" na situação das famílias agrícolas com residência rural pode estar traduzindo o fato do ano de 1984 ter sido de renda, agrícola e não-agrícola, particularmente baixa, ocorrendo o contrário em 1989. Seja circunstancial ou não o maior nível de renda das famílias agrícolas rurais em 1989, este trabalho pretendeu averiguar como evoluíram as condições de vida dessas famílias na segunda metade da década de oitenta.

Considerou-se como abastecimento de água inadequado no campo a situação de não ter água canalizada, mesmo que de um poço ou nascente. A ausência de canalização da água para a residência obriga a realização da maior parte dos serviços que a água presta fora da habitação. É discutível o real significado de não ter água canalizada como indicador de pobreza rural no Brasil, mas o fato é que não deixa de ser expressivo que a proporção de famílias agrícolas rurais sem água canalizada tenha diminuído de 78,9% em 1984 para 69,4% em 1989.

O aumento do número de famílias agrícolas rurais com água canalizada foi de 465,4 mil ou 41%, beneficiando todas as faixas de renda, persistindo porém diferenças expressivas por nível de renda. No entanto, mesmo em 1989, 43,8% das famílias de renda *per capita* acima do salário mínimo não tem água canalizada. As diferenças regionais são marcantes. O Nordeste continua sem água encanada mas, nas outras regiões, o avanço foi importante. Em São Paulo e no Sul cerca de dois terços das famílias agrícolas rurais passaram a ter água encanada. Houve progresso e o Nordeste

ficou à margem. Na verdade, a ausência de água encanada é um indicador da extrema pobreza das famílias agrícolas rurais do Nordeste.

Com relação ao escoamento sanitário a inadequação foi não ter sequer fossa séptica. A carência das famílias agrícolas rurais nesse aspecto é geral, embora exista alguma diferenciação por nível de renda e região. Essas diferenças entretanto, são bem menores que as verificadas para a água. As comparações regionais mostram que mesmo no sul do país em 1989, 84,2% das famílias têm por esgoto, no máximo, uma fossa rústica. (72,7% para famílias desta região com mais de um salário mínimo de renda *per capita*). Definitivamente o quadro do escoamento sanitário para as famílias agrícolas rurais continua muito precário em todo o país, inclusive nas áreas mais desenvolvidas e entre famílias que não têm renda *per capita* tão baixa.

Houve um significativo progresso no acesso das famílias agrícolas rurais a energia elétrica. O aumento do número dessas famílias com acesso a eletricidade foi de 53,1%, reduzindo-se a proporção daquelas sem energia elétrica de 72,3% para 56,4%.¹³³ Essa melhora ocorreu em todas as regiões. No Nordeste, entretanto, ainda 77,7% não tinham acesso a energia elétrica em 1989. As diferenças por nível de renda são marcantes. Ressalta que entre as famílias com renda familiar *per capita* menor que metade do salário mínimo dois terços não têm acesso a energia elétrica enquanto que entre aquelas localizadas na faixa de mais de um salário mínimo a proporção das que não têm é de um terço. A fração de famílias agrícolas rurais de baixa renda que ainda não tem acesso a eletricidade é particularmente elevada nas regiões onde a rede elétrica é menos difundida, variando entre cerca de 80% no Nordeste e Centro-Oeste e 20% em São Paulo.

Em simultâneo, a extensão do acesso das famílias agrícolas rurais a energia elétrica difundiu a posse de geladeira. O número de famílias que têm geladeira aumentou 49,2%, elevando a proporção das que dispunham desse eletrodoméstico de 18,3% para 28,1%. As diferenças por nível de

133

Mesmo que toda a diminuição do número de famílias agrícolas rurais tenha sido de famílias sem acesso a eletricidade a extensão da rede responderia por 85% da queda do número de famílias sem eletricidade. A diminuição do número de famílias responderia pelos outros 15% dessa queda.

renda são expressivas. Nas da faixa de até meio salário mínimo menos da metade das que têm eletricidade não têm geladeira enquanto nas da faixa de mais de um salário mínimo essa proporção é de menos de um quarto. As diferenças regionais são grandes e aumentaram entre 1984 e 1989. Neste último ano menos de 10% das famílias agrícolas rurais do Nordeste têm geladeira. Já em São Paulo e no Sul essa proporção atingiu dois terços.

Na avaliação das carências educacionais das famílias agrícolas rurais considerou-se a proporção de jovens de 7 a 14 anos que não freqüentam a escola. No conjunto do país essa proporção diminuiu de 35,8% para 30,9%. As diferenças por faixa de renda e por região são menos expressivas que os outros indicadores de pobreza. Entre as famílias de renda *per capita* maior que o salário mínimo quase um quarto dos jovens não freqüenta a escola. Na região onde é melhor a situação (Sul) a proporção de jovens fora da escola é também de um quarto. As situações mais precárias ocorrem novamente no Nordeste e Centro-Oeste, onde um terço dos jovens não freqüentam a escola. Assim, a não freqüência a escola é um fenômeno difundido entre os jovens de famílias agrícolas rurais de todo o país.

Outro indicador do baixo nível educacional das famílias agrícolas rurais no Brasil é a elevada proporção de adultos maiores de 18 anos sem nenhuma instrução. Essa proporção diminuiu de 46,6% para 33,2%. Neste caso, entretanto, as diferenças por nível de renda e região são grandes. Em 1989, 45% dos adultos das famílias com renda *per capita* menor que metade do salário mínimo não tinha nenhuma instrução. Enquanto essa proporção foi de 19,8% para famílias com renda *per capita* maior que o salário mínimo. Entre as regiões a proporção varia de 61,4% no Nordeste e 19,5% no Sul. A menor diferenciação regional e por nível de renda da freqüência escolar dos jovens comparativamente à incidência da falta de instrução entre os adultos reflete o relativo avanço da rede de ensino básico por todo o território nacional.

Na área urbana, em 1989, existiam 104,2 mil famílias a menos que em 1984, uma redução de 6,3%. Embora tenham ocorrido oscilações semelhantes às constatadas na área rural, são mais evidentes aqui os sintomas

de alterações sistemáticas no sentido de uma redução na proporção de famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo.

Considerou-se como abastecimento de água inadequado, na cidade, não ter rede geral com canalização interna ao domicílio. Em 1984 pouco mais da metade das famílias agrícolas urbanas não tinha acesso à rede geral de abastecimento de água. Refletindo a ampliação dessa rede nas cidades brasileiras, ao longo dos anos oitenta, o número de famílias agrícolas urbanas com acesso adequado a água aumentou rapidamente entre 1984 e 1989 (16,7% ou 3,1% ao ano). A diminuição da proporção de famílias de baixa renda com abastecimento de água inadequado, entretanto foi marcado pela redução do número dessas famílias porque entre 1984 e 1989 não aumentou o número das que têm água adequada. As diferenças por faixas de renda continuavam grandes em 1989. Também continuaram expressivas as diferenças regionais, inclusive ampliando-se no período considerado. No Nordeste, em 1989, 62,3% das famílias agrícolas urbanas continuavam sem acesso adequado à água, enquanto que nas outras regiões essa proporção diminuiu significativamente, atingindo pouco mais de 10% no Estado de São Paulo. Novamente o Nordeste ficou à margem do progresso observado no abastecimento de água das famílias agrícolas.

Estabeleceu-se não ter acesso à rede geral nem possuir fossa séptica como situação inadequada de escoamento sanitário na cidade. O crescimento do número de famílias agrícolas urbanas com escoamento adequado foi expressivo entre 1984 e 1989 (19,2% ou 3,6% ao ano). Isto reduziu a incidência de escoamento sanitário entre as famílias agrícolas urbanas de 70,5% para 62,6%. A redução dessa incidência entre as famílias com renda *per capita* menor que meio salário mínimo foi novamente muito marcada pela redução dessas famílias, pois pouco aumentou o número daquelas com escoamento sanitário adequado. As diferenças por faixas de renda continuavam grandes, bem como as diferenças regionais, que também aumentaram no período considerado. Assim, no Nordeste 83,1% das famílias agrícolas urbanas não têm escoamento sanitário adequado em 1989 e essa proporção diminuiu expressivamente em todas as regiões, atingindo 16,6% no Estado de São Paulo. Neste caso, entretanto, o Nordeste não é a única região em que praticamente todas as famílias agrícolas urbanas

carecem de escoamento sanitário adequado. Isto também ocorre na região Centro-Oeste, refletindo a situação sanitária precária de suas cidades.

Quanto à energia elétrica seu acesso nas áreas urbanas é mais difundido. Ainda assim houve um significativo crescimento do número de famílias agrícolas urbanas com acesso a essa rede pois, apesar de ter diminuído o número total dessas famílias, o das que têm acesso à eletricidade aumentou 8% ou 1,5% ao ano. A diminuição do número de famílias agrícolas urbanas sem energia elétrica refletiu a redução no número dessas famílias e, mesmo assim, em 1989, 20,6% dessas famílias não têm acesso à eletricidade. A redução na proporção do número de famílias agrícolas urbanas sem energia elétrica ocorreu em todas as regiões. No Nordeste, entretanto, 18,4% dessas famílias ainda não têm acesso à energia elétrica em 1989.

O grau de difusão da posse de geladeira não é tão amplo entre as famílias agrícolas urbanas como o acesso à energia elétrica. Não obstante, o número dessas famílias que têm geladeira cresceu rapidamente no período analisado (20,9% ou 3,9% ao ano). Diminuiu a proporção das famílias que não têm geladeira nas duas faixas de menos de um salário mínimo de renda *per capita*. Nessas duas faixas de renda também observa-se que aumentou a proporção das famílias que, tendo energia elétrica, dispõem de geladeira (de 28,8% para 32,2% na faixa de até meio salário mínimo e de 53,0% para 59,5% na faixa de meio a um salário mínimo). A diminuição da proporção de famílias que não têm geladeira ocorreu em todas as regiões mas as diferenças regionais se ampliaram porque, em 1989, 67,1% das famílias agrícolas urbanas do Nordeste não tinham geladeira e essa proporção caiu para cerca de 30% no Sul e Centro-Oeste e menos de 20% em São Paulo.

O quadro de precariedade da freqüência à escola dos jovens das famílias agrícolas urbanas pouco se alterou no período analisado. As diferenças por faixas de renda se mantêm grandes. As diferenças regionais não são tão elevadas, destacando-se no entanto a redução na proporção de jovens que não freqüenta a escola em São Paulo e nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. É curioso que tenham sido justamente essas três regiões onde há sintomas de redução absoluta do número de famílias agrícolas de baixa renda

chefiadas por assalariados em consequência de possível alteração na estrutura do trabalho assalariado com redução na importância relativa do trabalhador volante.

A situação educacional dos adultos pertencentes às famílias agrícolas urbanas também não se modificou no período analisado. As diferenças por faixas de renda e por regiões continuam grandes, destacando-se o Nordeste, onde em 1989 metade dos adultos dessas famílias não têm nenhuma instrução. A região onde é melhor essa situação é o Sul. Neste caso 21,3% dos adultos das famílias agrícolas urbanas não têm nenhuma instrução.

É difícil uma apreciação global do que ocorreu nas condições de vida das famílias agrícolas na segunda metade dos anos oitenta, quando voltou a diminuir o nível de ocupação na atividade agrícola do país. Embora trate-se de um período de cinco anos, foi possível observar algumas mudanças significativas nos indicadores usados para caracterizar a pobreza. A única região onde isto não ocorreu foi o Nordeste, que ficou à margem dos progressos verificados, acentuando-se as distâncias entre as situações das famílias agrícolas desta região e as do resto do país.

No Nordeste a família agrícola com residência rural continua com baixo nível de renda e sem acesso à água canalizada, escoamento sanitário, energia elétrica e posse de geladeira, mesmo quando tem acesso à eletricidade. A maioria dos adultos não tem qualquer instrução e muitos jovens continuam sem freqüentar a escola. A que já reside em pequenas cidades continua sem ter abastecimento de água e escoamento sanitário. O acesso à eletricidade é mais freqüente mas o baixo nível de renda não permite a posse de geladeira. O nível de instrução dos adultos e a freqüência à escola dos jovens é pouco melhor que no campo. Deste modo, o quadro global de pobreza das famílias agrícolas do Nordeste continuou inalterado no final da década de oitenta.

Entre as famílias agrícolas das demais regiões os progressos em diversos aspectos das condições de vida foram expressivos para um período de tão poucos anos. Destacam-se abastecimento de água, energia elétrica e

posse de geladeira tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. Outros aspectos da condição de vida pouco melhoraram. É o caso de escoamento sanitário, instrução de adultos e frequência à escola dos jovens tanto nas áreas rurais como nas urbanas.

Ainda que o quadro de vários aspectos das condições de vida das famílias agrícolas tenha apresentado melhoras na segunda metade da década de oitenta, ainda está longe de ser satisfatório. Assim, em 1989 existiam no conjunto do país em torno de três milhões de famílias agrícolas de baixa renda com domicílio rural que não tinham sequer água encanada, fossa séptica e acesso à eletricidade. Ou seja, continua existindo um estoque de pobreza que envolve cerca de cinco milhões de pessoas, conformando um grave problema social no campo.

CONCLUSÃO

A década de oitenta, no Brasil, conformou um período de estagnação com surtos recessivos e acelerada inflação que repercutiram na sociedade, destacando-se o agravamento da pobreza e a ampliação da desigualdade sócio-econômica. As oscilações no comportamento da atividade econômica repercutiram no nível de renda e de emprego o que fez com que a proporção de famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza fosse sensível à conjuntura da economia.

A elevada magnitude da pobreza e a extrema desigualdade de renda aumentaram nos anos oitenta com certa especificidade que diferenciou esta década das anteriores. Com a economia em estagnação, o aumento da pobreza deve-se agora à falta de empregos adequados e à inflação e o aumento da desigualdade sócio-econômica reflete mais a diversidade de condições para defender-se da inflação do que para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo progresso que hoje não ocorre ou, na medida em que ocorra, geraria menos oportunidades de emprego vis-à-vis as que seriam simultaneamente eliminadas pelo mesmo processo.

Nesse contexto de aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais, os meios acadêmicos têm intensificado os esforços para uma melhor identificação e caracterização dos grupos pobres. Nesses estudos de pobreza, a família tem sido a unidade de análise mais comumente utilizada.

Atualmente, embora somente um quarto das famílias brasileiras tenha residência rural, metade das pessoas de famílias com renda *per capita* insuficiente para garantir um mínimo de alimentação mora no campo e dois terços dessas pessoas consideradas indigentes encontram-se na região Nordeste, que concentra menos da metade das famílias com domicílio rural. Entre as pessoas dessas famílias rurais indigentes, especialmente as do Nordeste, são muito freqüentes os problemas mais graves de subnutrição, moradia, analfabetismo, mortalidade infantil e reduzida esperança de vida. Trata-se de uma população dispersa em amplas áreas geográficas, distantes dos grandes aglomerados urbanos, onde a incidência e persistência da pobreza têm atraído mais a atenção.

A população rural indigente continua conformando um imenso estoque de milhões de pessoas que vivem a subocupação e a miséria que caracterizam a vida rural na maior parte do país. Em 1991, trinta e seis milhões de pessoas tinham domicílio rural e a maioria delas vivia em situação de miséria, não sendo possível supor que venham a melhorar num futuro próximo.

A atividade agrícola prossegue como a principal fonte de renda dessa população rural pobre, mesmo quando algumas dessas famílias tenham passado a ter residência em sedes de pequenos municípios. Como mostraram outros trabalhos, a agricultura modernizou-se elevando o nível de renda e as possibilidades de diferenciação sócio-econômica das famílias que dela dependem. Nos anos setenta, porém, a elevação da renda agrícola permitiu reduzir a proporção dos ocupados com renda inferior a determinado limite mínimo, enquanto que nos anos oitenta ocorreram fortes oscilações nessa proporção em torno de um nível relativamente constante.

Também se sabe que a participação do trabalho assalariado na ocupação agrícola continuou aumentando nos anos oitenta, bem como seu peso na composição dos trabalhadores agrícolas de baixa renda, tornando-se maioria noutras regiões além do Estado de São Paulo, atingindo inclusive aquelas onde o trabalhador por conta própria representa maior proporção da PEA agrícola total.

A pesquisa que proporcionou as informações que serviram de base para esta tese procurou avançar no estudo das condições de vida da população que tem na agricultura a principal fonte de renda. A unidade de análise adotada foi a família cujo chefe ocupa-se na atividade agrícola. A estas famílias pertence a grande maioria dos ocupados na agricultura. Examinou-se a variedade de manifestações da pobreza entre essas famílias que se apropriam de renda através do trabalho na agricultura e, salvo em São Paulo, a maioria reside em áreas rurais ou, quando muito, em sedes de municípios que constituem pequenas aglomerações de população, embora a tendência seja ao aumento da densidade de população dessas áreas urbanas.

A primeira diferenciação que marca as formas de manifestação da pobreza entre as famílias agrícolas decorre da própria variedade de agriculturas praticadas nas várias regiões do país. Nas regiões onde a empresa capitalista avançou mais na produção agrícola predominam entre as famílias de baixa renda as chefiadas por empregados assalariados de baixa qualificação, muitas delas residentes em pequenas cidades. Nas regiões onde predomina a produção familiar é preciso distinguir o Nordeste do Sul. Declare-se o chefe empregado assalariado ou trabalhador por conta própria, trata-se de uma unidade de produção familiar, ainda que algumas dessas famílias tenham residência nas sedes de municípios com ínfima aglomeração populacional. Ocorre que a renda monetária não discrimina bem essas duas situações devido ao maior autoconsumo na produção familiar do Sul do país.

Uma segunda diferenciação tem a ver com o nível de desenvolvimento sócio-econômico da região que, embora relacionado ao grau de modernização da agricultura praticada em cada uma delas, reflete um contexto mais global que envolve densidade de urbanização para além das imediações dos grandes centros urbanos, extensão das redes de infraestrutura e serviços públicos.

Os efeitos do nível de desenvolvimento sócio-econômico da região sobre as condições de vida das famílias agrícolas, são complexos. De um lado, a região mais desenvolvida dispõe de redes de infra-estrutura e serviços públicos mais difundidas, embora não o suficiente para garantir o acesso universal da população. Por outro lado, a maior densidade de urbanização torna mais importante o acesso a essa infra-estrutura e serviços públicos e, além disso, o grau de mercantilização da população é maior, tornando mais elevado o nível mínimo de renda necessário.

A agricultura não tem proporcionado nível de renda suficiente para esse mínimo de condições de vida nas regiões mais desenvolvidas; nas mais subdesenvolvidas, prevalece a pobreza absoluta onde sequer as famílias que não têm nível de renda baixo, excluídas aquelas de altos níveis de renda, conseguem contornar os problemas da vida rural isolada e desprovida de recursos.

A situação das famílias agrícolas de baixa renda com domicílio urbano compara-se desfavoravelmente às de famílias não-agrícolas de baixa renda como as chefiadas por serventes de pedreiro, empregadas domésticas, operários não-qualificados e servidores públicos de escassa qualificação. A maior freqüência das carências indica que elas têm uma inserção urbana ainda mais precária e não tanto pela baixa renda apropriada mas porque encontram-se na margem da aglomeração; seguramente porque residem há menos tempo na área urbana, localizam-se em bairros mais afastados e sem infra-estrutura e/ou não dispõem de rede de relações pessoais, inclusive familiares, que sempre ajudam a suavizar a precariedade das condições de vida.

Deste modo, o significado de uma renda monetária baixa como expressão de condição sócio-econômica varia em diferentes situações. O poder de compra da renda monetária é requerido com mais intensidade onde é maior o grau de mercantilização do estilo de vida da população e uma renda monetária baixa implica maior carência onde o consumo da família depende mais do mercado, ou seja, nas cidades e nas regiões onde o maior grau de desenvolvimento significa maior adensamento de população em áreas urbanas, mesmo que relativamente pequenas. Outros aspectos do consumo dependem da existência de redes de infra-estrutura e serviços públicos. Nas regiões mais desenvolvidas, essas redes têm maior abrangência, mesmo que pela maior urbanização existente fora dos grandes centros urbanos, o que facilita a extensão e o acesso da população a essas redes. Porém, se a extensão não é suficiente para garantir o acesso universal à rede e se este ficar na dependência do nível de renda da família, a insuficiência de renda para garantir uma alternativa ao acesso às redes tornadas mais indispensáveis devido ao adensamento da população tem implicações deletérias sobre o padrão de vida.

As considerações anteriores justificam distinguir três formas diferentes de pobreza agrícola. Em primeiro lugar, a pobreza absoluta de uma pequena produção familiar pobre onde a renda é complementada por trabalho assalariado temporário. Ela ocorre em regiões atrasadas onde a agricultura permite uma renda monetária muito pequena e não existem ou são muito

deficientes as redes de infra-estrutura e serviços públicos. Soluções individualizadas do tipo fossa séptica ou canalização de água de poço ou nascente, na ausência das respectivas redes, requerem nível de renda que somente poucas famílias são capazes de obter, entre as que têm no trabalho agrícola a principal fonte de renda.

Uma segunda forma associa-se ao baixo salário do trabalhador temporário e pouco qualificado, que com frequência reside em pequenos aglomerados urbanos de agricultura capitalizada. O salário é baixo mas a região tem maior grau de desenvolvimento, tendendo a um crescente grau de urbanização fora dos grandes centros urbanos. A infra-estrutura é melhor e a vida é mais mercantilizada. Neste caso, um nível de renda baixo, mesmo que maior do que o prevalecente na região agrícola mais pobre, significa carências acentuadas e até com maiores implicações da falta de acesso a certas redes. Pode não ser uma pobreza tão impactante como a absoluta da região mais atrasada, mas significa deficiências graves de outra natureza.

Em terceiro lugar, encontra-se uma situação intermediária da produção familiar que, embora auferindo renda monetária baixa e carência de acesso a diversas redes de infra-estrutura e serviços públicos, proporciona maior autoconsumo. Não se trata de uma pobreza absoluta como na primeira situação e a falta de renda monetária e acesso a certas infra-estruturas não têm significado tão nefasto quanto na segunda. Não obstante, também acarreta a privação de possibilidades de consumo que a economia e a sociedade modernas oferecem e, nesse sentido, configura uma população pobre.

É difícil medir a magnitude da população abrangida por esses três tipos de pobreza, mas uma indicação pode ser obtida usando como "proxy" as regiões, embora em cada uma delas com certeza coexistam as três formas de pobreza. Assim, no Nordeste prevalece a primeira forma, em São Paulo a segunda e no Sul a terceira. O Sudeste tem importante presença das duas primeiras formas de pobreza, enquanto o Centro-Oeste das duas últimas. A evolução da participação dessas regiões no total de famílias agrícolas de baixa renda dá uma indicação da evolução da importância relativa das três formas de pobreza. Nesta aproximação devemos considerar baixa renda a

faixa de menos de meio salário mínimo em todas as regiões, salvo São Paulo, onde baixa renda *per capita* seria menos de um salário mínimo. Não é preciso separar a residência rural ou urbana dessas famílias, ficando implícito que na região mais desenvolvida a residência das famílias agrícolas localiza-se em áreas de maior densidade urbana. A participação conjunta do Nordeste e Sudeste no total de famílias agrícolas pobres é 70,8%, enquanto a de São Paulo e Centro-Oeste é de 14,3%. Esses números permitem afirmar que a primeira situação de pobreza abrange mais da metade das famílias agrícolas pobres, enquanto em cada uma das outras duas é de menos de 25%.

A distribuição das famílias agrícolas por faixas de renda variou no período, mas não mostrou tendência sistemática de melhora. Ocorreram, não obstante, transformações importantes na agricultura brasileira: a redução do número de pequenos produtores pobres no Nordeste e Sudeste; o decréscimo nas oportunidades de trabalho assalariado não-qualificado dos chefes de família no Centro-Sul do país; o acréscimo de pequenas produções agrícolas que permitem um mínimo de renda às famílias dos agricultores.

As mudanças nas condições de vida das famílias agrícolas na segunda metade dos anos oitenta mostram que ocorreram avanços na extensão das redes de infra-estrutura e serviços públicos. Os dados do Censo Demográfico de 1991, por outro lado, indicam que também aumentou o grau de urbanização das pequenas localidades. O nível de renda, entretanto, só apresentou elevação onde predomina a segunda forma de pobreza, ou seja, São Paulo, Sudeste e Centro-Oeste. Isto não quer dizer que aumentou o nível dos salários. Possivelmente houve uma redução no número dessas famílias de baixa renda e complementação da renda familiar por outros membros da família, especialmente das que já residem em aglomerados urbanos, onde esses outros membros têm com freqüência ocupação não-agrícola. No Nordeste continua a mesma pobreza absoluta e, nas demais regiões, maiores possibilidades de acesso a infra-estrutura e serviços públicos por conta de maior urbanização podem significar aumento da segunda forma de pobreza. Já no Sul há evidências de deterioração da produção familiar, que inclusive vem motivando o abandono da agricultura e o deslocamento para a periferia das cidades médias.

Houve progresso, mas se requer mais renda e a agricultura não proporcionou essa renda, como mostram os dados relativos à remuneração dos ocupados na agricultura. E no próprio Nordeste deve ter-se ampliado também a segunda forma de pobreza, como sugere o aumento do adensamento populacional fora dos grandes centros e o crescente peso do trabalho assalariado.

Em suma, a infra-estrutura e os serviços públicos estenderam-se com o adensamento da população fora dos grandes centros mas, como a agricultura não tem proporcionado maior nível de renda para as famílias agrícolas, deve ter-se agravado a segunda forma de pobreza e, ao mesmo tempo, continua amplo o estoque de pobreza absoluta, especialmente no Nordeste.

Caberia a futuras pesquisas examinar mais detalhadamente as manifestações concretas e a evolução dessas três formas de pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S.H. - Os despossuídos. Crescimento e Pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1985.
- ALTIMIR, O. - La Dimensión de la Pobreza. Cuadernos de la CEPAL. Santiago, Chile. n.27. 1979.
- ALVES, J.da C.F. Modernização da agricultura e Sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto - Campinas, S.P. UNICAMP-IE. 1991. Tese (doutoramento).
- BALTAR, P.E. - Evolução Demográfica, Emprego e Demandas Sociais Urbanas do Brasil. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda, PE.: ABEP. v. 1, p.67-103. 1988.
- BALTAR, P.E. - Salários e Preços: esboço de uma abordagem teórica. Campinas, S.P. UNICAMP-IE. 1985. Tese (doutoramento).
- BALTAR, P.E, DEDECCA, C.S. e HENRIQUE, W. - A Estrutura Ocupacional Brasileira nos anos 80. In: Anais do XX Encontro Nacional de Economia, Campos de Jordão, S.P. dezembro 1992.
- BALTAR, P.E.; OLIVEIRA, C.E. e HENRIQUE, W. (coords.) - Situação de Pobreza no Brasil: principais causas e alternativas de políticas corretivas. Campinas, S.P. UNICAMP/IE/NESUR. 1989. (Relatório de Pesquisa).
- BALTAR, P.E., DEDECCA, C.S. e HENRIQUE, W. - Mercado de Trabalho, Precarização e Exclusão no Brasil. Campinas, S.P. UNICAMP-IE, 1992.(mimeo)
- BALTAR, P.E. e HENRIQUE, W. - Emprego e Renda na Crise Contemporânea no Brasil. Campinas, S.P. UNICAMP-IE. 1993. (mimeo).
- BANCO MUNDIAL - Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990. A Pobreza. Washigton, E.U.A. BANCO MUNDIAL. 1990.
- BIANCHI, A.M. e AGUIRRE, B. - Mudanças na estrutura de emprego rural: o trabalho volante. In: ROCCA, S.A, et alii (org.) Brasil, 1980: os desafios da crise econômica. São Paulo: FIFE/USP, 1988. p. 245-258.
- BUARQUE, S.C. - O Estado no Processo de Integração e Desagregação do Nordeste. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda, PE.: ABEP. v.4, p.19-42. 1988.
- CAMARANO, A.A.;BELTRÃO, K. e NEUPERT, R. - Século XXI: a quantas andaré e onde andaré a população brasileira? Brasília: IPEA. 1988. (mimeo).

- CANO, W. - Reflexões sobre o Brasil e a nova (Des)Ordem Internacional. Campinas, S.P.: UNICAMP. 1993.
- DRAIBE, S.M. - As Políticas de Combate à Pobreza na América Latina. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE. v. 4, n. 2, p.18-24. 1990.
- FAVA, V.L. - Urbanização. Custo de Vida e Pobreza no Brasil. São Paulo. IPE/USP. 1984.
- FERREIRA, C.E.DE C. - Mortalidade Infantil, a manifestação mais cruel das desigualdades sociais. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE. v. 3, n. 3, p. 24-29. 1989.
- FIGUEIREDO, J.B.B. de; SCHIRAY, M. e LUSTOSA, T.Q. de O. - Relações da Pobreza com Trabalho e Família: estudo de identificação para a região metropolitana do Rio de Janeiro em 1987. Série Documentos. Rio de Janeiro. IEI/UFRJ. n.1. out. 1990.
- FURTADO, C. - O Subdesenvolvimento Revisitado. Economia e Sociedade. Campinas, S.P.: UNICAMP/IE. n.1, p.5-20. ago. 1992.
- GASQUES, J.G. e VILLA VERDE, C.M. - Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos 80, Brasília: IPEA, 1990, (Texto para discussão n. 204).
- GRAZIANO DA SILVA, J. - Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo: Hucitec. 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, J. - O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense. 1980.
- GUIMARÃES, A. P. - Quatro Séculos de Latifúndio. Paz e Terra. 1963.
- HANSEN BALG, C. e SILVA, N. do V. - Estrutura Social, Mobilidade e Raça. São Paulo: Vértice. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1988.
- HOFFMANN, R. - Distribuição da Renda e Pobreza na Agricultura Brasileira. In: DELGADO, G.C.; GASQUES, J.C.; VILLA VERDE, C.M. (orgs.). Agricultura e Políticas Públicas. Brasília. IPEA. 1990. p.3-112. (Série IPEA nº 127).
- HOFFMANN, R. - Distribuição de renda na agricultura. In: CAMARGO, J.M. e GIAMBIAGI, F. (orgs.). Distribuição de Renda no Brasil. São Paulo. Paz e Terra. 1991. p. 145-164.
- HOFFMANN, R. - Distribuição de Renda na Agricultura. In: BRANDÃO, A.S.P. (org.). Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões. Rio de Janeiro. PNPE/IPEA. 1992. p.11-48. (Série PNPE N. 18).

- HOFFMANN, R. - O Rendimento das Pessoas Ocupadas na Agricultura. A previdência Social e o Setor Rural. Campinas. S.P.: UNICAMP/SNPS/IE. 1993. (Relatório de Pesquisa).
- HOFFMANN, R. - A Pobreza no Brasil: Análise dos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980. In: Encontro Brasileiro de Econometria 6. São Paulo: SBE. 1984. p.175-214.
- HOFFMANN, R. e KAGEYAMA, A. - Distribuição de Renda no Brasil entre Famílias e entre Pessoas, em 1970 e 1980. Estudos Econômicos v. 16, n.1, p.25-51. Jan/Abr. 1986.
- HOFFMANN, R. e KAGEYAMA, A. - A Modernização da agricultura e distribuição de renda no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 15, n. 1, p. 171-208. Abril, 1985.
- IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro. 1987.
- IPEA - Coordenadoria da Agricultura. Dados Conjunturais da Agropecuária. Edição Especial, Julho de 1989.
- IPEA - O Mapa da Fome: subsídios e formulação de uma política de segurança alimentar. Documento de Política N. 14. Março, 1993.
- KAGEYAMA, A. - Modernização Produtividade e Emprego na Agricultura: Uma análise regional. Campinas, São Paulo. UNICAMP/IE. 1985. Tese (doutoramento).
- KAGEYAMA, A. - A pobreza rural: excesso de trabalho e insuficiência de renda. Reforma Agrária. ABRA.v.16.n.2, p. 56-61, Ago./Nov. 1986.
- KAGEYAMA, A. e LEONE, E. - Regionalização da Agricultura segundo Indicadores Sociais. Rev. Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro, v. 51, n.196. p5-21. Jul/Dez. 1990.
- LEONE, E.T. - Condições de vida de trabalho da população agrícola: 1984-1989. Relatório Final. Campinas, SP. UNICAMP-IE 1993.
- LOPES, J.R.B. (coord.) - Família e Pobreza. Relatório Final. Campinas. UNICAMP/NEPP. 1992.
- LOPES, J.R.B. e GOTTSCHALK, A. - Recessão, Pobreza e Família: A década pior do que perdida. São Paulo em Perspectiva. São Paulo. SEADE, v.4, n. 1, p.100-109. Jan/Mar. 1990.
- MARTINE, G. - Êxodo Rural, Concentração Urbana e Fronteira agrícola. In: MARTINE, G; GARCIA, R. (coords.) Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo. Caetés. p.59-80. 1987.

- MARTINE, G. - **Processos Recentes de Concentração e Desconcentração Urbana no Brasil, Determinantes e Implicações.** Brasília. Instituto SPN (Sociedade, População e Natureza). 1992. (Documento de Trabalho N.11).
- MARTINE, G. e ARIAS, A.R. - A Evolução do emprego no campo. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais.** São Paulo. ABEP. v.4, n. 2 p: 39-86 jul/dez 1987, (primeira parte) e v.5, n.1. p: 37-70. jan/jun 1988, (segunda parte).
- MARTINE, G.; CAMARANO, A.A., NEUPERT, R. BELTRÃO, K. - A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas. In: **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Olinda, PE. ABEP. v.2, p.19-66. 1988.
- MARTINE, G. e CAMPOLINA, D.C. - Concentração Econômica e Demográfica no Brasil: a recente inversão do padrão histórico. **Revista de Economia Política.** São Paulo. v.11, n.3, p: 121-134, Jul./Set., 1991.
- MEDICI, A.C. - Urbanização e Transformações Estruturais na Força de Trabalho no Brasil: Notas para uma discussão. In: **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Olinda, PE.: ABEP. 1988. v.2, p.101-160.
- MONTEIRO, M.J.C. - Um Balanço da Agricultura Brasileira. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: SEADE, v.4, n.2, p.100-106. Abr./Jun. 1990.
- MONTEIRO de Castro, M.H. - **Reforma Agrária e a pequena produção.** Campinas: UNICAMP-IE, 1992. Tese (doutoramento).
- OLIVEIRA, F. - A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. **Estudos CEBRAP.** São Paulo: CEBRAP. v.16, p:5-26. 1976.
- OLIVEIRA, C.A.; BALTAR, P.E. e HENRIQUE, W. (coords.) - **Caracterização e Evolução da Pobreza nos anos Oitenta: Relatório Final.** Campinas, S.P. UNICAMP/FECAMP/FUNDAP. 1991.
- OLIVEIRA, C.A. e BALTAR, P.E. (coords.) - **Distribuição de Renda, Salários e Emprego nos anos 80: Relatório Final.** Campinas, S.P.: UNICAMP-IE. 1993.
- OLIVEIRA, C.A. e HENRIQUE, W. - Determinantes da Pobreza no Brasil. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: SEADE. v. 4, n. 2, p.15-31. 1990.
- ONU - **Anuário Estadístico de América Latina y El Caribe.** 1991.
- ORTIZ, L.P. - A Saúde das Crianças no Brasil. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** ABEP. 1990. v.3, p.407-434.
- PAIVA, P.T. - O Processo de Proletarização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil. in: PATARRA, N.L. (comp.). **Reproducción de la Población y Desarrollo 5.** São Paulo: CLACSO. 1985.

- PASTORE, J. - **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo. T.A. Queiroz, 1979.
- PATARRA, N.L. e BAENINGER, R. - **Processo de Concentração Urbano-Metropolitano no Brasil: características e tendências**. Campinas. UNICAMP/IE/NESUR. 1993.(mimeo)
- PATARRA, N.L. e OLIVEIRA, M.C.F.A. de. - **Transição, Transições**. In: **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Olinda, PE.: ABEP. 1988. v.1, p.17-36.
- PINTO, A. - **Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente**. In: SERRA, J. (coord.) **América Latina : Ensaio de Interpretação Econômica**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1976. p.44-82.
- PRADO, J.C. - **A questão agrária**. São Paulo. Brasiliense. 1979.
- PREBISH, R. - **Interpretação do processo de desenvolvimento econômico**. *Revista Brasileira de Economia*. v. 5, n. 1, p. Março. 1951.
- ROCHA, S. - **Incidência da Pobreza nas Regiões Metropolitanas na Primeira Metade da Década de 80**. Rio de Janeiro: IPEA, Agosto, 1989.
- ROCHA, S. - **Indicadores de Pobreza para as Regiões Metropolitanas nos anos Oitenta**. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 20, n. 3, p: 437-460. SET/DEZ, 1990.
- ROCHA, S. e ELLWANGER, R. - **Linhas de Pobreza: Alternativas Metodológicas a partir de Estruturas de Consumo Observadas**. *Planejamento e Políticas Públicas* n. 9. 1993.
- ROCHA, S. - **Poverty in Brazil: Basic Parameters and Empirical Results"**. In: **International Seminar Labor Market Roots of Poverty and Inequality in Brazil**. Rio de Janeiro: IPEA. Agosto, 1992.
- ROCHA, S. - **Pobreza Metropolitana e os Ciclos de Curto Prazo: Um Balanço dos anos 80**. Rio de Janeiro: IPEA. Boletim Conjuntural n. 12, Janeiro, 1991.
- SALM, C. - **Escola e Trabalho**. Campinas. UNICAMP-IE. 1980. Tese (doutoramento).
- SALM, C. e FOGAÇA, A. - **Modernização Industrial e A Questão dos Recursos Humanos**. *Economia e Sociedade*. Campinas, S.P.: UNICAMP-IE. n.1, p.111-134, ago. 1992.
- SOUSA, F.J.P. de; - **Pobreza Desnutrição e Mortalidade Infantil: Condicionantes Sócio-Econômicos**. Fortaleza: IPLANCE. 1992.

TAVARES, M.C. - Folha de São Paulo. Set.1993 a Jan. 1994. Caderno Finanças, coluna Lições Contemporâneas.

TAVARES, M.C. - Las políticas de ajuste del Brasil: los limites de la resistencia. Washington, DC.: BID. 1993. (versión preliminar).

TAVARES, M.C. - Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardios y Periféricos. México: CECADE. 1981.

VUSKOVIC, B.P. - A distribuição da Renda e as Opções de Desenvolvimento. In: SERRA, J. (coord.). América Latina : Ensaio de Interpretação Econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976. p.83-106.